



1964

**O golpe que marcou
a ferro uma geração**

Barnabé Medeiros Filho

NOVALEXANDRIA


NAVEGANDO

Barnabé Medeiros Filho

1964: O GOLPE QUE MARCOU A FERRO UMA
GERAÇÃO

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2018



Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG
Brasil

Conselho Editorial

Afrânio Mendes Catani – USP
Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires, Argentina.
Anselmo Alencar Colares – UFOPA
Carlos Lucena – UFU
Carlos Henrique de Carvalho – UFU
Dermeval Saviani – Unicamp
Fabiane Santana Previtali – UFU
Gilberto Luiz Alves – UFMS
João dos Reis Silva Júnior – UFscar
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU
José Claudinei Lombardi – Unicamp
José Luis Sanfelice – Univás/Unicamp
Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp
Ricardo Antunes – Unicamp
Robson Luiz de França – UFU
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Valdemar Sguissardi – Unimep

Copyright © by autores, 2018.

B252 – Medeiros Filho, Barnabé. 1964: o golpe que marcou a ferro uma geração.
Uberlândia: Navegando Publicações; São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2018.

ISBN – 978-85-53111-14-5

DOI – 10.29388/978-85-53111-14-5

1. Golpe Militar 2. Ditadura I. Barnabé Medeiros Filho. II. Navegando Publicações.
Título.

CDD: 981.063

Preparação: Lurdes Lucena

Arte/Capa: Isabel Carballo

Índices para catálogo sistemático

História do Brasil – 981

Ciências Sociais – 300

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	1
<i>Prólogo</i>	3
<i>Parte I – Porto Alegre</i>	5
<i>I – 1964 – o golpe fracassado</i>	7
<i>II – Entreguistas versus nacionalistas melancia</i>	25
<i>III – Um caso de amor não correspondido</i>	41
<i>IV – 1964 – o golpe triunfante</i>	57
<i>V – Abaixo a ditadura!</i>	71
<i>VI – A revolta da minissaia</i>	85
<i>Parte II – São Paulo</i>	101
<i>VII – Um estudante foi assassinado, podia ser seu filho!</i>	103
<i>VIII – A revolução sexual passou longe</i>	125
<i>XIX – Milagre, assassinatos e futebol</i>	145
<i>X – Rua Tutoia, esquina com Tomas Carvalhal</i>	167
<i>XI – Traidores, espões e arrependidos</i>	189
<i>XII – Distensão lenta, gradual... e semeada de cadáveres</i>	205
<i>XIII – A geração 77 e o renascer do movimento estudantil</i>	221
<i>XIV – No olho do furacão</i>	235
<i>XV – Vinte anos muito loucos</i>	255
<i>Referências</i>	261
<i>Anexos</i>	265
<i>Emaranhado de tendências</i>	267
<i>Um retrato da esquerda brasileira nos anos de chumbo</i>	267
<i>Siglas do golpe e da repressão</i>	273

Apresentação

Este livro é um mergulho no Brasil dos anos 60 e 70, fase decisiva para se entender o que somos hoje. Naturalmente, trata-se do Brasil da ditadura, mas é também o Brasil da mini e da microsaia, do teatro e música engajados, das passeatas e da formação de lideranças que assumiriam o poder a partir dos anos 90.

Conto o que vivi e o que acompanhei de perto, compondo assim um painel da geração que cresceu e se tornou adulta nos 20 anos que separam a renúncia do presidente Jânio Quadros (1961) e a explosão de bombas no Riocentro (1981). Os antecedentes do golpe, o que levou a ele e o que havia por trás dele são parte do livro, como também a vida, os sonhos e conflitos dos que eram adolescentes naquela época. O relato acompanha o cenário mutante que vai do Brasil de João Goulart ao “milagre econômico”, da luta armada às greves no ABC, passando pelos festivais de música, a vida nas prisões, a emergência da geração 77. E, finalmente, chega ao desmantelamento da ditadura.

Todos os fatos descritos neste livro são reais. Os personagens também são reais, mas para alguns deles utilizei nomes fictícios, por razões variadas. Tomei algumas poucas liberdades literárias, que o leitor facilmente identificará como tal, para tornar mais rico o relato. Muitas vezes, a imaginação do autor descreve melhor a realidade do que os fatos crus.

Com este livro espero contribuir para que brasileiros de diferentes idades conheçam mais seu país e o compreendam melhor.

O autor

Prólogo

Bomba na rua da Praia

Dia 3 de abril de 1964. No fim da tarde, quando passei no centro de Porto Alegre vindo do trabalho, encontrei a cidade muito diferente. Nas ruas havia cheiro de pólvora e medo nos rostos. Nas esquinas mais movimentadas, homens em roupas civis, armados de metralhadoras, exigiam aos gritos que as pessoas circulassem. Ninguém podia parar, muito menos formar grupos.

Desci do ônibus. Barulho de manifestação vinha da Praça XV de Novembro. Segui para lá, mas quando cheguei os manifestantes corriam em direção ao mercado público, enquanto policiais avançavam, agitando cassetetes. Para os lados da Voluntários da Pátria, mais homens empunhando metralhadoras. Encurrulado, entre o grupo que corria e os policiais, simplesmente sai caminhando calmamente, em direção à tropa, como se nem soubesse o que estava acontecendo. Deu certo: passei sem levar bordoadas.

Naquele dia, o golpe de Estado que derrubara o presidente João (Jango) Goulart se consolidava em Porto Alegre, com a volta do governador Ildo Meneghetti à cidade. Dia 1º de abril, ele havia transferido o governo do Rio Grande do Sul para Passo Fundo, no Norte do Estado, fugindo da capital onde a resistência em favor de Jango deixava-o vulnerável. Voltara vitorioso naquele 3 de abril.

Já não havia mais nenhuma oposição organizada ao golpe em Porto Alegre. Talvez isso não estivesse muito claro ao governador, o que pode explicar a presença nas ruas dos paisanos armados de metralhadora. Ou, quem sabe, eles estivessem pela cidade vigiando a própria polícia? Sabe-se lá até que ponto o con-

tingente da corporação em Porto Alegre ainda poderia ser fiel ao presidente deposto...

Naquele momento, a reação (se é que isso poderia ser chamado de reação) limitava-se a grupos desarvorados, correndo de um lado para o outro e gritando contra o golpe, enquanto a polícia cumpria seu “papel” de baixar o cacete. Na rua da Praia eu me incorporei a um desses grupos.

– Fascistas! Fascistas! – Gritavam todos e eu segui atrás sem nem saber direito contra o quê ou contra quem estava gritando.

De repente, um carro de polícia, sirene ligada, vira a esquina da Borges de Medeiros e entra rangendo os pneus na rua da Praia. Demorei alguns segundos para correr. Tempo fatal. Atrás de mim um estrondo. Alguma coisa começou a arder no meu corpo. Corri até um vão de porta, passei a mão na bunda e encontrei sangue.

Não sei exatamente o que me atingiu, mas pelos estilhaços grudados à pele desconfio que tenha sido uma das tais “bombas de efeito moral”. Provavelmente estava com defeito e, em vez de espalhar gás lacrimogêneo, explodiu e se fragmentou. Os ferimentos não eram profundos, mas depois de um tempo a dor aumentou. Pior do que ela foi ter que justificar em casa a calça rasgada.

Parte I

PORTO ALEGRE

I

1961 – O golpe fracassado

Os radinhos de pilha haviam invadido Porto Alegre. Eram radinhos baratos, que os japoneses despejavam por aqui, mais ou menos como Coreia e China fariam muitos anos depois com outras quinquilharias. Eles viraram a coqueluche dos adolescentes de classe média, que os levavam a toda parte, sobretudo à escola. Uma ótima novidade era o pequeno fone que se encaixava no ouvido e permitia, por exemplo, escutar música às escondidas em plena aula.

Era o que habitualmente fazia o Caveirinha, garoto alto, com um rosto magro e encovado, o que lhe valera o apelido. Mais velho que a maioria de nós, era o mais destacado representante da “turma do fundão”, alunos que haviam repetido o ano e que ficavam no fundo da sala, fazendo qualquer coisa que não tivesse nada a ver com a aula, na nossa classe da 2ª série ginásial.

Eu estava com 14 anos e esse Caveirinha me azucrinou muito a vida. Não podia me ver por perto sem chamar o meu nome, aos berros, imitando um cabrito:

– Barnabééééé! Barnabééééé! Barnabééééé!

Tinha sempre na ponta da língua uma gozação qualquer por eu ter nascido em Santa Catarina. A mais repetida vinha em forma de pergunta, que ele próprio respondia:

– Tu sabes qual é o maior homem de Santa Catarina? Pois é Anita Garibaldi, não há dúvida.

Anita, a brasileira que o aventureiro Giuseppe Garibaldi tomara do marido em pleno século XIX, era de fato, uma personagem importante da História de Santa Catarina. Havíamos aprendido isso nas aulas do Ginásio Inácio Montanha, onde estudávamos. Essa escola até hoje me remete a um dos episódios mais marcantes da História do Brasil e que, no meu caso, tem a ver com Caveirinha e seu hábito de escutar rádio durante as aulas.

Era um dia frio, daqueles que justificavam o uso de um cachecol, ótimo para esconder o fio do fone de ouvido. No radiinho, Neil Sedaka cantava a letra original de “Estúpido Cupido”, grande sucesso também em português na voz de Celly Campello. No quadro negro (que aliás era verde), nossa professora de inglês passava a lição de casa. Justamente quando ela se virou para explicar, Caveirinha levantou-se na última fila. Pálido, o cachecol caído deixando ver um fio pendurado no ouvido, anunciou com voz grave:

– Professora, o presidente renunciou!

Era 25 de agosto de 1961. Jânio Quadros havia renunciado, após apenas sete meses de governo e começava ali uma sequência de acontecimentos que, nos anos seguintes, mudaria completamente o meu país e a vida que eu imaginava levar quando me tornasse adulto. Por falta de explicação melhor, a renúncia de Jânio tem sido apresentada como uma desastrosa tentativa de impor ao país uma ditadura pessoal ou como simples ato de um desequilibrado. De qualquer forma, foi a primeira de uma série de loucuras que marcaria os 20 anos seguintes.

Naquele dia tivemos um feriado inesperado. Os quartéis estavam em prontidão e ninguém sabia o que aconteceria, ainda mais no Rio Grande do Sul, Estado do vice-presidente, João Goulart, e que era governado por seu cunhado, Leonel Brizola. A ordem da direção da escola era mandar os alunos para casa, onde encontrei meu pai grudado ao rádio. Já havia notícias de que os ministros militares não deixariam Jango Goulart assumir, coisa com a qual meu pai concordava. Do vice-presidente ele dizia:

– Esse comunista, que ainda por cima é manco e corno!

De fato, Jango mancava ligeiramente de uma das pernas. Já o “corno” era um insulto que meu pai usava para qualquer um, sem se preocupar muito com o sentido da palavra. Seu mais célebre “corno” tinha sido até então Eduardo VIII, que nos anos 30 abdicara ao trono do Reino Unido para se casar com uma norte-americana divorciada.

– Deixou de ser rei para virar corno – dizia meu pai de Eduardo VIII

Quanto ao “comunista” era por conta da histeria de então, orquestrada por grande parte da mídia, que transformava quem quer que apresentasse leve coloração de esquerda em um comunista feroz. O clero conservador também fazia sua parte para aumentar a histeria. Era o caso do pároco da Igreja da Medianeira, onde assistíamos à missa dos domingos, e que sempre encaixava algum trecho anti Jango ou anticomunista em seus sermões.

– Na Espanha, os comunistas jogaram futebol com a cabeça de um bispo – disse certa vez.

Eu ouvia essas coisas com atenção e medo. Minha família era muito católica e eu havia sido coroinha em outra igreja por algum tempo.

Meu pai era janista. Daqueles que não deixavam de usar o alfinete de lapela em forma de vassoura, símbolo da campanha que levava Jânio Quadros à Presidência do Brasil. Eu (mesmo não tendo idade para votar) também era janista, como toda a nossa família. E não éramos os únicos na favela onde morávamos.

Nossa casa, uma construção de madeira com frestas, fria no inverno, quente no verão, ficava num terreno invadido bem antes de nos mudarmos para lá e que foi sendo aos poucos ocupado por moradias precárias. Meu pai comprou essa casa do invasor original, fez algumas melhorias e ali morou até o final dos anos 60, quando todos os ocupantes foram desalojados. Era um lugar chamado Cantão, na época nome comum a várias favelas de Porto Alegre, ou “vilas populares”, como se dizia então, em linguagem politicamente correta *avant la lettre*.

Ali eu passei o final da minha infância e toda a minha adolescência. Minha família, como a maioria das outras famílias do lugar, viera de Santa Catarina tentar a vida na metrópole regional, o que era muito comum. Pelo que me lembro, boa parte dos nossos vizinhos tinha alguma ascendência açoriana, uma gente que ocupa as regiões mais costeiras de Santa Catarina desde o século XVIII. Naturalmente, depois de tanto tempo já estavam to-

dos miscigenados, com muito sangue índio e negro correndo nas veias.

Vivíamos uma época em que a questão racial era mais marcante do que hoje. Em Porto Alegre, havia bailes de negros e bailes de brancos, porque uns não dançavam com os outros. Casamentos mistos eram raros. Tínhamos um caso na nossa vila, um negro casado com uma branca, o que era olhado como algo muito estranho. Apenas estranho, mas sem hostilidade declarada, mesmo porque até mesmo os que ali se consideravam brancos tinham, pelo menos, um pé na senzala. Em criança, olhando aquele casal misto, eu ficava imaginando como eles faziam para ir a um baile.

Havia uma diferença fundamental entre o Cantão onde vivi e as favelas atuais: espaço. Nossa casa, embora desconfortável, era grande, com quintal suficiente para acomodar uma horta, galinheiro e, no fundo, uma latrina em cima de uma fossa. Tínhamos energia elétrica, mas nos primeiros tempos era necessário buscar água numa torneira pública.

Mais tarde, apareceu por lá um candidato a vereador que mandou estender novos canos e meu pai aproveitou para levar a rede até dentro da nossa casa. A pressão era suficiente apenas para fazer a água chegar de madrugada, mas uma caixa d'água estrategicamente instalada em frente à janela da cozinha resolvia bem o problema. Na janela, meu pai colocou uma pia, servida por uma torneira, e ali minha mãe lavava a louça. Da caixa ainda saía outra torneira, esta para o tanque de lavar roupa, no quintal, e nisso se resumia nossa instalação hidráulica. Banho, só de bacia.

Não sei se o candidato a vereador foi eleito. O que lembro bem é do churrasco que ele ofereceu à nossa vila, para inau-

gurar a benfeitoria e de como tudo foi preparado e servido, com a rusticidade típica do interior gaúcho. Em um grande barracão foi montada uma meia dúzia de mesas muito compridas: simples tábuas brutas, apoiadas em cavaletes. O churrasco era assado ao estilo fogo de chão, em valetas com brasas no fundo e espetos na borda, formando uma grelha onde se colocava a carne. Dali, as peças assadas iam direto para cima das mesas, onde cada um tratava de se servir, com a faca que trouxera de casa. Era cortar a carne e levar para seu lugar na mesa, onde cada comensal já tinha uma porção de farinha de mandioca, que servia ao mesmo tempo de prato para a carne e de complemento da refeição.

Nos arredores da minha casa não faltava espaço livre para brincar, o que incluía um bosque de eucaliptos e um sítio com pomar, onde eu e um bando de meninos íamos roubar peras. Bem em frente da minha casa, dentro da favela, havia uma roça de mandioca e, não muito longe dali, cresciam moitas de pitanga e mamona. Crime? Talvez alguns poucos ladrões a quem a polícia não dava bola. Enfim, era apenas uma comunidade pobre, vivendo em um ambiente que ainda guardava alguns traços rurais.

Minha casa ficava na subida de um morro que muitas vezes eu me imaginei furando para encurtar o caminho em direção ao bairro de Teresópolis. Em frente estava outro morro, este muito mais alto, o Santa Teresa. Da janela eu via as antenas de emissoras de TV, que nesta época já estavam encarapitadas no morro Santa Teresa. Bem mais longe, à esquerda, dava para divisar um pedaço do rio Guaíba. Nessa janela passei longas horas escutando música no rádio.

Era um momento de transição no gosto musical das pessoas. Claro, a bossa nova fazia sucesso, mas quem estava na crista da onda mesmo eram os irmãos Celly e Tony Campello, interpretando versões de Neil Sedaka, Paul Anka e de compositores italia-

nos que também incursionavam por esse universo do “rock família”, com canções como “Banho e Lua”.

Ao mesmo tempo, ainda era muito ouvida gente como Anísio Silva, que com sua voz nasalada interpretava boleros e sambas-canção. Aliás, esse tipo de música entrava até mesmo no repertório de uma adolescente que se apresentava em um dos meus programas favoritos: “O Clube do Guri”, da Rádio Farrou-pilha. Chamava-se Elis Regina e eu nunca poderia imaginar que chegaria a ser uma das mais importantes cantoras brasileiras.

A televisão chegava apenas a uma minoria das casas de Porto Alegre e nenhuma delas ficava no Cantão. Um samba que fez sucesso na época dá uma boa ideia do que era ter um aparelho de TV:

*Alegria de pobre é fazer neném,
televisão de pobre é janela,
é janela de trem.*

A letra era essa mesma, mas na hora de gravar “fazer neném” foi substituído por “ganhar neném”. Sem a alteração não passaria na censura.

Foi por essa época que surgiu o termo “televizinho”, aquele cara que, na hora do programa de maior sucesso, aparecia para uma visita ao afortunado dono de um televisor. Entre as crianças e adolescentes, ter TV em casa passou a ser garantia de popularidade muito maior do que ser dono de uma bola de futebol igual àquelas dos jogos oficiais. Mas, mesmo as famílias que dispunham de televisão não abandonavam o hábito de ouvir rádio.

Além de música, através dele chegavam notícias, novelas, programas de auditório.

Porto Alegre tinha rádios importantes, o que não impedia de meu pai sintonizar regularmente a Rádio Nacional, do Rio, através de ondas curtas. Ouvíamos também a Rádio Aparecida, uma das mais potentes emissoras de ondas curtas, mantida pela Igreja Católica em Aparecida do Norte, que transmitia missas e bênçãos. Meu pai, então na altura dos seus 60 anos, havia virado um católico devoto e crédulo. Colocava em cima do rádio um copo com água a ser abençoada e depois tomava aquela água para se curar de qualquer coisa.

Mas nem só de missa e água benta vivia a Rádio Aparecida. Certa vez, seus locutores lançaram-se a uma campanha feroz contra o jornal Última Hora, que havia publicado uma caricatura em que Nossa Senhora Aparecida era retratada com o rosto de Pelé, na época no auge de sua fama como jogador de futebol. Padres se revezavam ao microfone clamando contra a “blasfêmia” desse jornal, conhecido por suas posições de esquerda, um dos poucos a apoiar o vice-presidente João Goulart.

– Mais uma vez os comunistas atacam a fé!

Meu pai ficou indignado. Mais furiosos ficaram os devotos da região de Aparecida. Carros de distribuição da Última Hora foram virados nas ruas. Nas cidades próximas, pilhas do jornal eram arrancadas das bancas e incendiadas. Muitos anos depois, eu conheci o autor da charge, o cartunista Otávio, que me contou detalhes da história.

Sintonizávamos ainda, vez por outra, a Voz da América e a BBC, ambas engajadas na batalha radiofônica da guerra fria. Elas tinham como principais adversárias as rádios Moscou e Pequim, que eu só passaria a ouvir alguns anos mais tarde.

Naquele final de agosto de 1961, outra guerra fria havia começado com a renúncia de Jânio. E esta também teria o rádio como uma das mais importantes frentes de luta, através da chamada “Cadeia da Legalidade”, rede de emissoras que defendia a posse imediata de João Goulart na Presidência. Os radinhos de pilha, como aquele em que meu colega Caveirinha escutara a notícia da renúncia, tornaram-se essenciais para quem queria acompanhar os desdobramentos da crise minuto a minuto.

No Cantão, os discursos de Leonel Brizola, o governador do Rio Grande do Sul, ecoavam praticamente de todas as casas, várias delas com o rádio no último volume. Além de Brizola, o que se podia ouvir eram locutores de voz indignada, personalidades declarando apoio a Jango, marchas marciais e o “Hino da Legalidade”, incansável em seu estribilho:

*Avante brasileiros de pé,
Unidos pela liberdade,
Marchemos todos juntos com a bandeira
Que prega a lealdade*

E era assim em todo o Rio Grande do Sul. Nada de Celly Campello, nada de Clube do Guri, ou Anísio Silva: a única coisa que havia nas rádios do Estado era a campanha da legalidade.

Após dois dias daquele bombardeio, até meu pai havia mudado de opinião: era preciso cumprir a Constituição e dar posse ao vice-presidente. Não sei se ele jogou fora a vassourinha janista, mas lembro que, a partir daquele dia, incorporou a palavra corno ao nome do ex-presidente.

– E esse corno ainda dizia a torto e a direito: “Não se desespere, Jânio vem aí” – lembrava meu pai, referindo-se ao slogan da campanha presidencial janista.

Foi naqueles dias que a palavra “gorila”, como sinônimo de militar golpista, entrou para o meu vocabulário. Nos anos seguintes, o uso desse termo seria cada vez mais comum e popular, como pude comprovar certa vez, ao ver o trailer de um desses filmes de aventura ambientado na África. Assim que apareceu o título na tela, “*Jim das selvas na terra dos gorilas*”, um gaiato gritou:

– É o Brasil! É o Brasil!

O cinema inteiro caiu na gargalhada.

O governador Brizola soube da renúncia de Jânio Quadros pouco antes de meu colega Caveirinha escutar a notícia em seu radinho japonês. Naquela sexta-feira, 25 de agosto, ele acordou com um pressentimento de que algo muito sério estava para acontecer. E não faltavam motivos para preocupação. Ninguém conseguia entender o governo Jânio Quadros, que alternava atitudes esquerdizantes e medidas conservadoras. Pilotava uma política econômica recessiva, proibira o uso de biquíni nos concursos de miss... Ao mesmo tempo, condecorou o ex-guerrilheiro Ernesto “Che” Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. E esse ziguezague acontecia num dos momentos mais críticos da guerra fria, quando ser de esquerda ou de direita tinha muita importância.

Brizola rememorava tudo isso, enquanto dialogava com seus botões:

– E numa hora dessas o Jango está na China! O que é que esse frouxo tinha que fazer lá?

De fato, se Jânio estivesse tramando algo, era muito conveniente despachar o vice-presidente para o outro lado do mundo, em “missão diplomática e comercial” a um país comunista com quem o Brasil sequer mantinha relações diplomáticas.

Assim que chegou a notícia da renúncia, o governador tentou se comunicar com Jânio. Sem sucesso. As pessoas com quem conseguiu falar em Brasília e no Rio também não sabiam explicar o que estava acontecendo, mas confirmaram a renúncia. Logo chegaram informações de que os três ministros militares haviam vetado a posse do vice-presidente, devido a “suas tendências ideológicas”. O próprio ministro que comandava o Exército disse a uma rádio que a posse ou o impedimento de Jango “significavam a escolha entre o comunismo ou a democracia”.

Principal nome do antigo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) João Goulart era fortemente apoiado pelos sindicatos de trabalhadores, o que lhe dava uma aura de esquerda muito malvista pela direita militar. Pior do que isso, ele era o herdeiro político de Getúlio Vargas, o presidente que se suicidara em 1954, quando estes mesmos militares tentaram derrubá-lo. Portanto, com a renúncia de Jânio, o getulismo estava prestes a voltar ao poder, perspectiva inadmissível para os militares.

Jânio havia renunciado mesmo? Ou os golpistas o forçaram a renunciar? Isso já não tinha mais importância, era preciso agir rápido. E foi o que Brizola fez. Colocou em prontidão a Brigada Militar, que é como se chama a Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Requisitou os transmissores da Rádio Gaúcha, ocupou a Rádio Guaíba e a Companhia Telefônica. No domingo, 27 de agosto, já estava formada a Cadeia da Legalidade, que reunia cerca

de 150 emissoras e chegava a todo o país, através de transmissões em ondas curtas.

Será mesmo que os fatos se passaram assim? Ou Brizola estava informado da renúncia e já tinha um contra-ataque esquematizado? Não dá para saber. O fato é que a rapidez com que o governador reagiu, colocando seu Estado em pé de guerra, foi fundamental para o subseqüente desenrolar dos acontecimentos.

O Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, foi transformado em cidadela armada. As janelas eram guarnecidas com sacos de areia, sobre os quais metralhadoras apontavam para a rua. Civis armados entravam e saíam. Homens da Brigada Militar ocupavam posições estratégicas nos arredores da Praça da Matriz, em frente ao Palácio. De um estúdio montado no porão do Piratini saíam as transmissões da Cadeia da Legalidade, cujo som, através de alto-falantes, chegava até a praça. Lá dentro, metralhadora a tiracolo, Brizola era a figura mais frequente a ocupar o microfone.

Na Avenida Borges de Medeiros, ao lado do cine Vitória, montou-se um posto para alistar voluntários dispostos a “combater pela legalidade”. Esse centro de recrutamento estava instalado numa edificação muito estranha: uma estrutura de vidro, aço e madeira, de formato arredondado, que parecia equilibrada sobre uma base instável. Construída para ser um pavilhão de exposições, a coisa passou a ser conhecida como “o mata-borrão”, apelido que melhor definia seu formato.

Em frente ao “mata-borrão” aglomeravam-se os voluntários, à espera das armas que, se dizia, Brizola mandaria distribuir. Muitos, vestindo bombacha e poncho, faca prateada enfiada no cinto, estavam literalmente paramentados de gaúcho, para reviver

antigas façanhas: a revolução de 30, os farroupilhas... Na avenida, marchavam “batalhões” de voluntários, igualmente pedindo armas: motorneiros e condutores dos bondes, universitários, mulheres, ferroviários, pessoal dos Centros de Tradição Gaúcha, metalúrgicos. A Cadeia da Legalidade mostrava sua competência.

Na segunda-feira, 28 de agosto, tanques do Exército tomaram posição na cidade, não se sabia bem para quê, nem contra quem. Dizia-se que a Força Aérea ia bombardear o Palácio Piratini. De fato, como se comprovou mais tarde, o comandante local da Aeronáutica recebeu a ordem de atacar, o que só não aconteceu porque os sargentos da base aérea desarmaram os aviões. Brizola, em discurso pelo rádio, prometia resistir:

– Que nos destruam! Que nos chacinem, neste Palácio! Esta rádio não será silenciada sem balas¹.

Na Praça da Matriz, grupos gritavam por “armas para o povo”. Algumas das milícias de voluntários foram armadas pelo governo gaúcho, que havia requisitado parte do estoque da Taurus, uma importante fábrica local de armas. Surgiam barricadas: bancos e automóveis virados para impedir a passagem dos tanques. E não faltaram nem mesmo gaúchos à cavalo, chegados do interior.

Naquela segunda-feira, fiquei sabendo que não voltaria às aulas tão cedo: Brizola mandara fechar as escolas até as coisas se acalmarem. Foi uma semana de férias, a que se somaria o feriado

¹ Trecho do discurso de Brizola, disponível em http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=brizola-convoca-a-resistencia-ao-golpe-discurso-no-radio-porto-alegre-1961 (acessado em 27/03/2013)

de 7 de setembro, na semana seguinte. Muitas famílias fugiram de Porto Alegre naqueles dias, temendo que o agravamento da crise resultasse de fato em bombardeio e combates de rua.

Naturalmente, deixar Porto Alegre nem passou pela cabeça de meu pai. Não teríamos para onde ir e, ao mesmo tempo, quem pensaria em bombardear o Cantão? Assim, tirando as escolas fechadas, a vida prosseguiu normalmente. Ou quase normalmente. Começou a faltar leite nos arredores de onde nós morávamos. Para garantir nosso abastecimento, eu precisava enfrentar a bicha do leite. “Bicha”, em Porto Alegre, era sinônimo de fila, como também se dizia em Portugal. Faltou gasolina na cidade.

Para ganhar algum dinheiro, eu fazia carreto em feiras. Continuei fazendo, apesar de a cidade estar em pé de guerra. Às sextas-feiras ia para a feira de Teresópolis. Eu subia bem cedo o morro com meu carrinho, atravessava a rua Orfanatrofí, que então era uma estrada poeirenta, e descia até Teresópolis, do outro lado. Era transportando as compras da freguesia que eu ganhava minha mesada semanal, a maior parte consumida em passagens de ônibus e bonde. O que sobrava ia para entrada de cinema e para a compra de gibis, minha paixão da época.

O dinheiro era escasso e só dava para comprar umas poucas dessas revistas de histórias em quadrinhos, o que era compensado por uma intensa atividade de troca com os garotos da minha idade. O ponto desse comércio, ou melhor, desse escambo, era em frente ao Cine Castelo, no bairro da Azenha. Ali, terminada a matinê de domingo, reunia-se uma pequena multidão de meninos, cada um sobraçando uma pilha de gibis. Era só escolher os que eu não havia lido, torcer para o interlocutor se interessar por alguns dos meus e a troca estava feita.

Sem aulas, aproveitei para zanzar pela cidade, informando-me com os olhos e ouvidos sobre a evolução da crise política. Eu acompanhava tudo pelo rádio, pelos auto-falantes da Praça da Matriz, pelas notícias que circulavam de boca em boca.

Na mesma segunda-feira em que Brizola ameaçava receber à bala qualquer tentativa de desalojá-lo de sua cidadela, o comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre, dirigiu-se ao Palácio Piratini. O general José Machado Lopes vinha em paz e anunciou ao governador que não cumpriria a ordem do Ministro da Guerra de atacar o Palácio. Disse que, com base na Constituição da República, não via motivos para uma medida tão drástica.

Essa aparente neutralidade do III Exército durou muito pouco. Oficialmente demitido de seu comando e chamado ao Ministério da Guerra, onde fatalmente seria preso, Lopes compreendeu que o momento não era mais de neutralidade. Na quarta-feira, 30 de agosto, da janela do Palácio Piratini, ouviu a multidão aclamá-lo:

– Lopes! Lopes! Lopes!

Se havia ainda alguma indecisão, ela ali se evaporou. Transformado em “general do povo”, Machado Lopes rapidamente passou à ofensiva. Para evitar que os aviões bombardeassem Porto Alegre, mandou ocupar a base aérea de Canoas e destituir seu comandante. O general assumiu o comando do que veio a se chamar Forças Armadas do Sul, reunindo Exército, Aeronáutica e Brigada Militar, com mais de 50 mil homens em armas e a mais poderosa artilharia do país.

Enquanto isso, fora do Rio Grande multiplicavam-se os apoios (inclusive de militares) à posse de Jango. Em Goiás, o governador Mauro Borges juntou-se à resistência, transformando Goiânia em “cidade rebelada”. No Rio de Janeiro, apesar das prisões e da censura à imprensa, o governador Carlos Lacerda, principal arauto do golpe, não conseguia evitar as greves e manifestações populares em defesa da Constituição. A Cadeia da Legalidade ganhava cada vez mais audiência Brasil afora, com antenas de ondas curtas, inclusive dos rádios de pilha, apontando para o sul.

Daí em diante, seria apenas questão de tempo para o fracasso completo do golpe.

João Goulart, em vez de voltar ao Brasil, seguiu para Montevideú, onde aguardou o desfecho da crise. Lá foi encontrá-lo uma comissão de políticos, para lhe propor uma “saída honrosa”, que preservasse sua posse e, ao mesmo tempo, evitasse humilhar os ministros militares. Ele assumiria, mas com poderes limitados, em um regime parlamentarista. Jango aceitou, embora já estivesse com o jogo ganho.

Na volta ao Brasil, ao passar por Porto Alegre, foi vaiado pelo público que ainda se encontrava na Praça da Matriz. Quem estava ali não se conformava com a atitude do presidente, com sua indecisão, com o medo que demonstrava em enfrentar a cúpula militar e cortar o golpismo pela raiz. Nesse dia, ouvi numa roda de conversas um comentário que até hoje me parece a melhor definição para o Parlamentarismo prestes a ser implantado no Brasil:

– É uma solução manca, para um presidente manco!

Esse regime, com igual mordacidade, foi assim cantado pelo compositor Juca Chaves:

*Constituição, constituição
acabou-se que tormento,
já temos o parlamento,
falta o rei que papelão.*

Quanto a mim, era hora de voltar às aulas no Ginásio Inácio Montanha. E aguentar as gozações do Caveirinha.

II

Entreguistas versus nacionalistas-melancia

Minhas colegas começaram a aparecer na escola com um penteado esquisito: um coque enorme, capaz de deixá-las uns 10 centímetros mais altas. Mesmo as que não dispunham de vastas cabeleiras conseguiam operar esse milagre do crescimento. Um dia, um garoto da minha turma desenhou a explicação no quadro negro. O penteado era oco, com Bombril por dentro, formando uma escultura em forma de torre. Uma ou duas esponjas de lã de aço sustentavam a estrutura.

Ficava muito estranho em contraste com o uniforme escolar, mas quando elas se vestiam para os bailinhos da escola, “reuniões dançantes” como se dizia, a coisa era outra. É que aí, fazendo par com o penteado recheado de Bombril, entrava em cena o vestido saco e este era capaz de incendiar minha imaginação. Reto e largo, ele as deixava “soltinhas”, sobretudo as mais sapecas, capazes de combiná-lo com movimentos sinuosos. Era como se cada requiebro fosse executado sem que o corpo tocasse o vestido, abrindo espaço para os rapazes imaginarem a graciosa movimentação que ocorria por debaixo daqueles panos.

As músicas que faziam sucesso tinham tudo a ver com aqueles requieбros. As maiores sensações do momento eram Chubby Checker, que inaugurara um novo jeito de dançar, o *twist*, e o rock italiano de Rita Pavone. Mas os Beatles já começavam a

aparecer, com seus gritos de “ié, ié, ié”, que no Brasil serviria para designar essa nova tendência do rock.

Para mim, o vestido saco e o coque alto estão entre as imagens importantes daqueles anos. Nossa primeira-dama, Maria Theresa Goulart, soube usá-los com graça e assim foi vista, ao lado do marido, no célebre comício da Central do Brasil, no Rio, na sexta-feira 13 de março de 1964. Linda, estava no viço de seus 23 anos.

Para os brasileiros a mulher de João Goulart era a mais bonita primeira-dama do mundo, o que suscitou controvérsias. Nos Estados Unidos, durante quase três anos, o título foi reivindicado para Jacqueline Kennedy, até que um tiro desferido em Dallas, em novembro de 1963, decidiu a contenda. Morto John Kennedy, Jackie deixou de ser primeira-dama, para mais tarde tornar-se a senhora Aristóteles Onassis, casando-se com o extravagante armador grego cuja feiúra era largamente compensada pela fortuna que possuía, ambas colossais.

Mas àquela altura, uma tragédia também se avizinhava do Brasil e Maria Theresa reinaria sozinha por apenas quatro meses. Ela se casara quando tinha 17 anos e Jango Goulart 38. Seu marido tornara-se presidente em setembro de 1961, sob regime parlamentarista, do qual ele tratou de se livrar pouco mais de um ano depois. Era um período de paixões políticas exacerbadas, à esquerda e à direita.

Leonel Brizola, o cunhado de Jango, terminara seu mandato de governador do Rio Grande do Sul. Não conseguira eleger seu sucessor, mas em compensação ele próprio se elegera deputado federal pela cidade do Rio de Janeiro, que se transformara em Estado da Guanabara após a transferência da capital federal para

Brasília. Sempre achei que cariocas e gaúchos vêm mantendo um duradouro caso de amor político, que começou com Getúlio Vargas e nem o golpe de 1964 conseguiu extinguir. Deputado pela Guanabara até ser cassado, Brizola seria ainda duas vezes governador do Estado do Rio de Janeiro, após o fim da ditadura.

Eleito com a maior votação para deputado até então registrada no país, Brizola credenciava-se para vôos mais altos. Ainda mais que essa demonstração de força havia se dado na cidadela de seu arqui-inimigo: Carlos Lacerda. Como a Constituição proibia que parentes do Presidente se candidatassem à sua sucessão, Brizola saiu-se com um slogan que ganhou as ruas:

“Cunhado não é parente, Brizola prá presidente”.

Alguns lacerdistas pegaram o mote e responderam com pichações nos muros:

“Brizola é merda, pra presidente é Lacerda”.

Brizola era o candidato da esquerda, com grande apoio entre os militares subalternos: cabos, sargentos, suboficiais. Lacerda era o mais destacado representante do conservadorismo da época, cuja marca registrada era o anticomunismo.

O nacionalismo estava na ordem do dia e era marcadamente de esquerda. Discussões sobre nacionalização das grandes empresas estrangeiras e limitação da remessa de lucros para o exterior misturavam-se aos gritos de “Cuba sim, ianques não!” O combate ao imperialismo, identificado com a política norte-americana para a América Latina, estava entre as grandes bandeiras da esquerda, ao lado da reforma agrária.

No outro extremo estava o medo do comunismo e a defesa do alinhamento automático com os Estados Unidos.

– Entreguistas – acusava a esquerda. Vocês querem entregar as riquezas do Brasil!

– Bando de nacionalistas-melancia – respondia a direita. Vocês são verde-amarelo por fora, mas vermelhos por dentro!

Nos quartéis, golpistas de 1961 (“gorilas”, como se dizia então) continuavam conspirando. Em contrapartida, os subalternos preparavam-se para resistir. Some-se a isso uma intensa mobilização social, com greves nas grandes cidades, enfrentamentos armados no campo, manifestações de todo tipo.

Era esse o clima daqueles anos febris. O país respirava política, o que se refletia na estridência dos jornais e rádios, nos discursos, no teatro. E em canções como “Deus Salve a América”, do compositor Marco Abreu, com seu estribilho na linha do anti-imperialismo:

América do Norte: América rapina!

América da Morte: América Latina!

A polarização chegava até mesmo à Igreja Católica, na qual os conservadores agora se viam às voltas com os precursores do que viria a ser a Teologia da Libertação. O Concílio Vaticano II estimulava uma corrente do clero a colocar as questões sociais como parte do trabalho pastoral e a assumir posições políticas cada vez mais à esquerda. Seu líder era o bispo Hélder Câmara.

Naquele ano de 1963, ecos do Concílio Vaticano II também chegavam ao Ginásio Inácio Montanha, onde eu estudava.

Vinham, sobretudo, através da disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB), recém introduzida no currículo escolar. As aulas eram ministradas pela professora Vênus, cuja beleza fazia jus ao nome, tanto que por um bom tempo rivalizou com a atriz Brigitte Bardot na função de musa das minhas fantasias eróticas.

Ela trouxe alguns padres para nos dar palestras sobre temas tão variados quanto “evolução das espécies”, “reforma agrária” ou “missão social da Igreja”. Todos falando a partir de uma visão dita moderna e com tintura de esquerda. O que abordou a evolução das espécies conseguiu conciliar Darwin com o mito bíblico de Adão e Eva. Como? Ora, a bíblia não diz que Adão foi feito de barro? Então, isso quer dizer que a vida saiu da matéria inanimada chegando à espécie humana por um longo processo de evolução. E Deus, onde entra aí? Não sei. Talvez tenha feito de barro a primeira bactéria e depois foi descansar por toda a eternidade.

A certa altura do ano, nossa linda professora convenceu a classe a fazer trabalho social numa favela próxima e eu fui junto. Íamos alfabetizar crianças do lugar. E assim fizemos por algum tempo, aos sábados, trazendo a garotada para uma sala da escola. À nossa maneira, participávamos do Movimento de Educação de Base, que mobilizava estudantes em todo o país, tendo como suporte o método de alfabetização do educador Paulo Freire. Nem me passou pela cabeça que eu também era favelado, não vi contradição na coisa, como de fato não havia.

Tudo ia bem, até que um dia o pai de uma das meninas da favela fez um escândalo na porta da sala. Era uma garota de seus 12 anos e ele não gostou de me ver (eu estava com 16 anos) inclinado sobre a filha. Não adiantou argumentar que eu só estava explicando um dos exercícios da aula. Depois disso, nosso curso de alfabetização murchou.

Devo às aulas de OSPB o meu despertar para as grandes questões que o Brasil debatia naquele momento. Até então, minha visão desses temas estava marcada pelas ideias de meu pai, um homem interessado por política e sempre atento ao noticiário, mas muito influenciado pela ala conservadora da Igreja Católica. Quem começou a mudar minha maneira de pensar foram a professora Vênus e os padres que ela trazia para fazer palestras.

Lembro de um deles que, enquanto falava, agitava um jornal tabloide, com manchetes em vermelho. De vez em quando, abria numa página e lia algum trecho para nós. O jornal era “Brasil Urgente”, semanário editado pela AP (Ação Popular), corrente de esquerda de origem católica, majoritária no movimento estudantil. Passei a comprá-lo com frequência e o transformei em minha principal fonte para entender o que se passava no Brasil

Panfletário, defensor do que então se chamavam “reformas de base” e sempre pronto a denunciar “manobras do imperialismo e das multinacionais”, Brasil Urgente era também muito bem humorado, de um humor que em geral derivava para o sarcasmo. Lembro de uma matéria sobre Alziro Zarur, o fundador da Legião da Boa Vontade, que na época estava articulando o Partido da Boa Vontade, com o qual queria lançar-se à Presidência da República. Em destaque a declaração dele: “O PBV não será de esquerda, nem de direita, nem de centro. Será do alto, o partido de Jesus”. Ainda hoje há quem repita frases muito parecidas.

Prestes a terminar o ginásio, eu queria continuar estudando: entrar para o Científico e depois para a universidade. Na época, nas escolas do atual Ensino Médio, podia-se fazer o curso Clássico ou o Científico. O primeiro preparava o estudante para

uma faculdade da área de ciências humanas, o segundo fazia o mesmo em relação a ciências exatas e biomédicas.

O Brasil deixava de ser o “país dos bacharéis” e o roteiro para a ascensão social através de uma carreira promissora estava nas ciências exatas, em particular os diversos ramos da engenharia. O mote “50 anos em cinco” do governo do presidente Juscelino Kubistchek havia de fato acelerado a economia, com a construção de Brasília, a abertura de estradas, a expansão industrial movida a capital estrangeiro e incentivos do governo, que direta ou indiretamente também beneficiaram a indústria nacional.

O país mudara, o que se podia ver nas ruas, cada vez mais cheias de automóveis. Havia desde modelos luxuosos, como o Simca Chambord e o Aero Willys 2600 até os Fuscas de sempre e os Gordinis. O Simca recebeu o apelido de “Belo Antônio” (bonito, mas impotente), por conta do fraco desempenho de seu motor. Já o Gordini, um carro incrivelmente pequeno para suas quatro portas, era conhecido como “Leite Glória”, referência a uma propaganda de leite em pó cujo slogan era “desmancha sem bater”.

Eram todos veículos montados no Brasil, por multinacionais que se instalaram com incentivos do governo, ou que transformaram suas pequenas operações locais em verdadeiras fábricas de automóveis, usufruindo dos mesmos incentivos. Primeiro chegaram as montadoras europeias, beneficiadas pela recuperação econômica do pós-guerra, que precisavam recuperar o mercado latino-americano, perdido para os Estados Unidos. Depois vieram as norte-americanas, reagindo à ameaça que as concorrentes representavam.

Os incentivos do governo obrigavam-nas a cumprir metas crescentes de nacionalização das autopeças. A regra era que, ao fim de um período estabelecido, 95% do peso do automóvel fosse de componentes fabricados no país. E muita gente fez fortuna

com isso. Quem tivesse uma oficina, bons contatos e crédito no banco para comprar máquinas, logo estava fabricando autopeças e crescendo. Bastava associar-se a algum executivo médio de uma montadora para ter mercado garantido. E o produto nem precisava ser um primor de qualidade, ou ter preço excelente. O que interessava é que fosse nacional, para que a montadora não perdesse as isenções de impostos e os créditos subsidiados do governo.

Seja como for, com ou sem maracutaia, o fato é que a economia brasileira se movimentava, gerava emprego e abria amplas perspectivas para garotos como eu. O sentimento geral era de que bastava ter o diploma certo de uma boa escola para usufruir desse progresso. Nem mesmo a histeria dos lacerdistas tirava este sentimento, por mais que entoassem seu mantra preferido:

– O Brasil está à beira do abismo!

É verdade que naqueles anos do governo Jango Goulart sofriamos uma espécie de ressaca dos “50 anos em cinco”, com inflação alta, corrosão dos salários, dívida externa elevada. Enfim, vivíamos uma crise econômica, cuja raiz mais profunda estava no estilo de desenvolvimento estimulado durante os anos JK. Parte importante da produção voltava-se a bens só acessíveis às camadas situadas da classe média para cima, mercado muito pequeno e que se esgotara rapidamente. Ramos industriais responsáveis por artigos populares (têxteis, alimentos processados, calçados) sofriam também com o tamanho reduzido do mercado interno: mais de 50% da população (sobretudo rural) estavam fora do mercado de consumo, sem renda sequer para comprar esses produtos populares.

O grande debate era como sair desse enrosco. Para a esquerda, que chegara ao governo com Jango, a solução estava nas chamadas “Reformas de Base”, uma série de medidas voltadas à

ampliação do mercado interno, entre as quais a reforma agrária, espécie de mãe de todas as reformas. A direita pregava outro caminho, de forma que no embate onde se jogava o futuro do governo João Goulart estava em jogo também o modelo de país a ser construído.

Com meus 16 anos de idade, havia chegado a hora de ganhar meu próprio sustento e, mais ainda, ajudar no orçamento da minha família. Para continuar estudando e chegar à universidade, uma das saídas era trabalhar e frequentar uma escola noturna. A outra era arranjar quem me desse casa, comida (e algum dinheiro), o que levava à opção tradicional dos garotos pobres: o quartel.

Foi assim que acabei prestando exames para a escola preparatória de cadetes da Aeronáutica e para a escola de oficiais da Brigada Militar. Às vezes fico pensando que eu poderia ter me tornado militar, ou policial, e que começaria a carreira lá pelo final dos anos 60, período mais feroz da ditadura... Felizmente não passei em nenhum dos exames.

Restava preparar-me para trabalhar, tão logo terminasse o ginásio, o que já me dava uma formação razoável para conseguir um empreguinho qualquer num escritório. De fato, o ginásio público daquela época era ensino de excelente qualidade. Muitas escolas particulares se especializaram em atender aos alunos que não conseguiam acompanhar o nível da escola pública. Nas palavras de então, quem ia para escola particular é porque era burro.

Naturalmente, havia um funil no ensino público que limitava a continuidade dos estudos. Eram escassas as vagas no ginásio, de forma que ao fim do curso primário, com 11 ou 12 anos de idade, a gente precisava enfrentar o rigoroso exame de admissão, proporcionalmente tão estressante quanto os vestibulares

para as boas universidades atualmente. Evidentemente era um processo de exclusão e atingia sobretudo os mais pobres. De qualquer forma, mesmo estando entre os mais pobres da minha escola, eu havia superado essa barreira e isso me deixava em vantagem no mercado de trabalho.

Assim, para sair à caça de um emprego só me faltava uma coisa: aprender a escrever a máquina. Era preciso datilografar com os cinco dedos, sem olhar as letras no teclado da máquina e fazer tudo isso com velocidade. Não se ia muito longe sem escrever a máquina muito bem. Nos concursos públicos, a prova mais temida era a de datilografia: só passava quem conseguia metralhar o teclado com habilidade digna de circo.

Lembro que anos mais tarde fui fazer concurso para um emprego no Banco do Brasil e, claro, reprovaram-me logo na primeira prova, a de datilografia. Éramos bem uns cem candidatos, numa sala enorme, cheia de máquinas de escrever. O examinador, apito na boca, deu o sinal de largada e começamos, todos juntos, a datilografar um texto. Alguns minutos depois o apito soou de novo e todos paramos imediatamente: quem continuasse depois do apito estava desclassificado.

Matriculei-me numa escola de datilografia no centro de Porto Alegre, perto do mercado público. Era um casarão com uma escada enorme e inclinada, que em geral eu subia olhando as coxas de uma menina que estudava no mesmo horário e sempre aparecia com saia rodada. Mas para ter graça era importante enxergar a calcinha. Impressionante essa tara que os homens temos por bundas femininas embaladas em lingerie.

Muitas vezes fiquei de tocaia, esperando que ela chegasse e iniciasse a escalada dos degraus, para eu seguir atrás. Por alguns

sorrisos e olhares tive a certeza de que ela estava gostando da brincadeira, mas em nenhum momento me atrevi a dirigir-lhe a palavra. Limitei-me ao voyeurismo, por bem uns dois meses, tempo que durou o curso. E ela sempre com saias rodadas, umas mais curtas outras mais compridas, o que fazia o panorama variar, mas que na pior das hipóteses dava para vislumbrar alguma coisa.

Devo confessar que nessa idade, embora eu andasse com os hormônios fervendo, sentia verdadeiro pavor de me chegar a uma menina com outras intenções que não fossem as de pura camaradagem entre colegas. É verdade que tive uma namoradinha na escola, mas nem sei como a coisa começou (no mínimo, ela esteve muito perto de tomar a iniciativa). Mesmo assim, não fomos além de conversinhas chochas no recreio, um chove-não-molha que durou uma semana, depois do que ela tratou de me dispensar.

Grande parte dos adolescentes da minha geração era assim. Tínhamos na mulher um objeto de desejo intenso e, ao mesmo tempo, algo com o qual não sabíamos lidar. As coisas eram complicadas, porque cabia a nós tomar a iniciativa, mas antes elas precisavam nos escolher. E como saber quando uma menina nos havia escolhido, se os olhares, o roçar de mãos, as frases melosas nem sempre eram para valer? Parte das adolescentes dos anos 60 adorava seduzir, mesmo sem estar interessada no rapaz. Eram como atletas, treinando sempre para não errar o passe.

Muitos garotos aprendiam rápido como era o jogo e também passavam a praticá-lo, até com algum sadismo. Era a conquista pela conquista, cujo prazer maior estava em se vangloriar com os amigos de tudo o que conseguia da menina. Tive um colega, um ano mais velho do que eu, que apostou uma rodada de cerveja como seria capaz de levar a namorada para a cama. Acho que ele não conseguiu, pelo menos não veio cobrar a aposta. Essa não era uma tarefa fácil naquele tempo de tabus sexuais muito mais pronunciados do que hoje.

Os rapazes do tipo conquistador eram minoria. Em geral, meus colegas não conseguiam superar o medo da rejeição, de ficar com “cara de palhaço” na frente da menina e se escondiam apavorados. Eu estava nesse grupo. Pensava que todas as meninas eram uns diabinhos com cara de anjo, que se divertiam em nos torturar. Mais tarde compreendi que o perfil da mulher adolescente é mais complicado e mais variado que o dos meninos, incluindo, até mesmo, meninas tão apavoradas com os meninos quanto éramos com elas. E, como nós, igualmente com os hormônios à flor da pele.

Demorei um bom tempo até vencer essa barreira e só consegui pouco a pouco, mantendo sempre uma enorme dose de insegurança. Quer saber! Acho que eu só aprendi a lidar com mulher depois dos 40 anos e ainda assim nunca perdi totalmente o medo da rejeição. Nessa altura eu já estava casado e com um filho adolescente.

Naquele momento, o Brasil também parecia um adolescente com os hormônios fervendo. Em novembro de 1962, o Exército havia invadido um campo clandestino de treinamento militar em Goiás, desarticulando assim a primeira tentativa de implantar uma guerrilha de esquerda no Brasil. Por trás dessa desastrosa iniciativa estava a direção das Ligas Camponesas, organização que crescera defendendo a bandeira da reforma agrária e que, gradativamente, fora assumindo posições de viés socialista, influenciada pela revolução cubana.

O ano de 1963 começara com um plebiscito, embalado por intensa campanha na TV e, principalmente, no rádio. O eleitor tinha que votar “Sim”, para manter o parlamentarismo, ou “Não” para que o país voltasse ao regime presidencialista.

Nos muros de Porto Alegre começaram a aparecer pichações chamando por uma terceira via: “Nem sim, nem não. Revolução!” Anos depois, quando ninguém mais se lembrava do plebiscito, as frases ainda estavam lá, um tanto esmaecidas, mas ainda dava para ler o “Nem sim, nem não” por toda a cidade. As pessoas não entendiam o que era aquilo e a coisa virou piada. Anos depois vim a descobrir que o “Nem sim, nem não” havia sido a palavra de ordem dos trotskistas para aquele plebiscito.

Jango empenhou-se na campanha do “Não”. O “Sim” tinha como seu principal suporte o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), organização financiada pela Embaixada dos Estados Unidos. O “Não” ganhou com mais de 80% dos votos, encerrando o período parlamentarista, o que em absoluto reduziu a instabilidade política que o país enfrentava.

Ainda em 1963 houve a revolta de cabos, sargentos e suboficiais. O motivo era a inelegibilidade dos militares subalternos: eles tinham direito de votar, mas não de serem eleitos. Apesar disso, vários sargentos haviam se apresentado às eleições de 1962, suas candidaturas foram aceitas, por conta de falhas na legislação, e três deles se elegeram para Câmara dos Deputados. O caso foi examinado pelas várias instâncias da Justiça, até que no dia 11 de setembro o STF (Supremo Tribunal Federal) confirmou a inelegibilidade.

No dia 12, cerca de 600 subalternos da Aeronáutica e da Marinha assumiram o controle da Base Aérea de Brasília e depois tomaram as sedes da Rádio Patrulha, do Ministério da Marinha, da companhia telefônica e da Rádio Nacional. Um dos ministros do STF foi preso, o mesmo acontecendo com o presidente em exercício da Câmara dos Deputados e com vários oficiais. As comunicações de Brasília foram cortadas.

UNE (União Nacional dos Estudantes), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e deputados da Frente Parlamentar Na-

cionalista deram apoio ao motim. Mas o fato é que, mesmo controlando Brasília, os revoltosos não conseguiram mobilizar seus colegas do Exército. O levante acabou sufocado em 12 horas, ficando apenas como mais uma das loucuras daqueles anos.

Vivíamos então o período de maior força do movimento estudantil em toda a história do Brasil. De uma forma ou de outra, os estudantes tinham alguma participação na maioria dos movimentos sociais: das Ligas Camponesas, à luta pela reforma universitária, passando pelas greves de trabalhadores, as manifestações contra a carestia, a luta por moradia. Até no movimento dos sargentos as entidades estudantis tinham influência, já que muitos desses militares eram também estudantes.

A UNE tornara-se também o principal núcleo de renovação artística, através de seu CPC (Centro Popular de Cultura), que encenava peças em praça pública, apresentava shows em portas de fábricas, organizava cursos para operários e camponeses. Dele saíram alguns dos nomes mais importantes do teatro brasileiro (Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri), da música (Carlos Lyra), do cinema (Cacá Diegues, Leon Hirszman). Foi um período em que a cultura nacional floresceu com grande ímpeto, gerando um impulso de renovação que continuaria mesmo após o golpe.

Não era incomum o presidente da UNE reunir-se com João Goulart, ou participar de comitivas oficiais. Na revista “O Cruzeiro”, que meu pai comprava regularmente, vi certa vez uma charge na qual o primeiro-ministro da União Soviética, Nikita Krushev, aparecia ao telefone dizendo:

– Presidente da República, não! Quero falar é com o presidente da UNE.

Claro que essas coisas iam terminar me contaminando, com ou sem as aulas da professora Vênus. Acho que antes de tudo por certo orgulho de ser estudante, um sentimento de que eu também fazia parte daquilo tudo. Nossa escola estava um tanto alheia à agitação, mas sempre chegava até nós algum eco do que acontecia na Universidade e no Colégio Júlio de Castilhos, o grande centro de mobilização dos estudantes secundaristas.

Cuba foi outra influência importante para mim, como aliás para minha geração inteira. Havia todo um folclore sobre Fidel Castro e seus guerrilheiros barbudos, que tomaram o poder em 1959, o que incluía não apenas o relato de feitos heroicos, mas até mesmo anedotas pornográficas. Sobretudo, impressionava-nos os desafios lançados ao poderio dos Estados Unidos por uma pequena ilha, situada a 90 milhas da Flórida.

Naqueles anos, a palavra “paredón” entrou para o vocabulário nacional, referência aos muros e paredes de Cuba onde muitos inimigos da revolução foram encostados para serem fuzilados. Nos julgamentos públicos que Fidel organizava, a multidão gritava em coro cadenciado: “Paredón! Paredón!”. E isso acabou se repetindo no Brasil, onde também se pedia “paredón” para muita gente, Lacerda puxando a fila.

Minha cabeça entrou em ebulição: União Soviética, Cuba, paredón, imperialismo, comunismo. E onde entrava Deus nessa história toda? Passei a me perguntar se Deus de fato existia. O ex-coroísta, que ouvia atento sermões anticomunistas na missa de domingo, começava a se tornar ateu e esquerdista. Eu nem de longe imaginava onde essa virada iria me levar.

III

Um caso de amor não correspondido

Comecei a trabalhar no início de 1964, em pleno verão. Com o primeiro salário comprei uma camisa Volta ao Mundo azul clara, a novidade da época. Confeccionada em tecido totalmente sintético, mantinha-se impecável sem precisar do ferro de passar: era só lavar, pendurar para secar e estava pronta para o uso. Uma beleza. O problema é que já no primeiro dia saí com ela ao sol... Em poucos minutos fiquei encharcado de suor. O diabo da camisa era completamente impermeável a qualquer ventilação, um horror.

Quando comecei no meu primeiro emprego, uma oficina mecânica, estava na época de campanha salarial e o clima era de agitação. O Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, cuja base incluía a oficina onde eu trabalhava, queria 120% de aumento e ameaçava greve. Terminou, sem greve, conseguindo pouco mais de 100%, o que não era tanto assim, já que eles estavam há 12 meses sem aumento, período em que a inflação superara os 80% e ameaçava ultrapassar os 100% no ano que se iniciava. Projeções com base nos primeiros meses de 1964 indicavam que poderia chegar a 140% até dezembro.

Essa inflação era um dos grandes problemas de João Goulart, “resultado das greves, da agitação comunista nos sindicatos”, diziam os jornais, que já pediam abertamente uma intervenção militar para “pôr fim ao descalabro no governo”. Quem poderia imaginar que muito depois, no início de 1990, a inflação

brasileira ultrapassaria 80%... ao mês. Sem que ninguém pensasse em chamar os gorilas.

Eu ganhava o salário mínimo. Mas, para minha alegria, era “salário mínimo de maior”, o que não acontecia com a maioria daqueles entre meus colegas de escola que ao terminar o ginásio também foram empurrados para o mercado de trabalho. Por algum tempo eles tiveram que se contentar com a metade, ou seja, com o salário mínimo estabelecido para os menores de 18 anos. Era o caso do Alberto Nascimento, meu amigo mais chegado nos tempos do Ginásio Inácio Montanha.

Reencontrei o Alberto no curso noturno do Colégio Júlio de Castilhos, onde me matriculei, não sem antes ter que vencer a resistência da minha família. Para meus pais, o momento era de garantir o emprego, eu devia me concentrar em trabalhar e deixar essa história de continuar os estudos para mais tarde. Finquei o pé e disse que não, que eu ia começar logo o Científico, que eu ia fazer uma faculdade e pronto! Minha mãe, conformada com minha teimosia, respondeu:

– Que seja, tu vais fazer uma faculdade, se Deus quiser.

– Não, eu vou fazer uma faculdade quer Deus queira, quer não queira – desafiei.

– Pois agora é que Deus não vai deixar e tu não vais fazer faculdade nenhuma – vaticinou minha mãe, inconformada com minha blasfêmia.

Devo dizer que a profecia dela por pouco não se realizou. Os acontecimentos que em breve mudariam a História do meu país também me levaram por outros caminhos, fazendo com que o sonho de um curso superior acabasse se transformando em algo absolutamente secundário.

Naquele começo de ano, o clima político exacerbado aproximava-se de seu auge. A esquerda, embora arreganhasse os dentes e gritasse “paredón”, não se organizava para o embate que se anunciava. Mas qual esquerda teria condições de contra-atacar uma tentativa de golpe? Não os sargentos brizolistas, desarticulados desde o malfadado motim em Brasília. Nem as Ligas Camponezas, vivendo um declínio que se acentuou após a tentativa de implantar um movimento guerrilheiro, no ano anterior.

Das demais forças de esquerda, a única com estrutura para organizar a resistência era o Partido Comunista Brasileiro. De fato, o PCB tinha um importante setor militar, composto por oficiais diretamente ligados ao partido e uma rede de simpatizantes nos quartéis, incluindo alguns comandantes de tropa. Além disso, era um partido organizado nacionalmente, com domínio sobre sindicatos capazes de parar o país. Mas sua liderança estava acomodada ao poder advindo da aliança com Jango e não pensava em correr riscos. Luís Carlos Prestes, o secretário geral do PCB, dizia que seria até muito bom se os golpistas tentassem alguma coisa porque, colocando a cabeça de fora, seriam massacrados.

Para derrotar o golpe, a esquerda só contava mesmo com os chamados oficiais nacionalistas, categoria indefinida e que no fundo nada significava. E acreditava no dispositivo militar do governo, baseado na atribuição dos principais comandos do Exército a amigos, aliados, ou a militares que deviam favores pessoais a Goulart. A História mostrou que este conjunto de forças não tinha disposição e muito menos estava preparado para o confronto.

Quem, de fato, se preparava para agir era a direita. Proprietários rurais estocavam armas e munição, o mesmo fazendo empresários nas cidades. Paulo Egydio Martins, que nos anos 70 seria nomeado governador de São Paulo pelos militares, conta que os conspiradores vinculados à Associação Comercial tinham o que chama de “tropa de choque”, formada por civis “muito bem armados” *, com material trazido do Paraguai. Egydio, então um conhecido líder conservador, havia integrado a diretoria da UNE no início dos anos 50, quando a entidade estudantil esteve sob domínio da direita. Nessa fase de sua juventude era conhecido como “Paulinho Coreia”, por defender a participação do Brasil na Guerra da Coreia, ao lado dos Estados Unidos.

O mais decisivo, porém, foi a atuação do governo norte-americano, através de sua central de inteligência, a CIA, e do embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, possivelmente o que mais interferiu na política interna brasileira de toda a história da diplomacia. A CIA, que atuava a partir de bases em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, articulava-se com os militares golpistas. Durante o governo de John Kennedy, eles despejaram muito dinheiro na campanha de desestabilização de Goulart, usando fachadas como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que entre outras atividades financiou candidatos da direita nas eleições de 1962, para governos dos Estados e para o Congresso. Foi um investimento fundamental para o sucesso do golpe em preparação, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde se elegeu Ildo Meneghetti, cuja presença no governo estadual minou a resistência gaúcha em 1964.

Esses fatos, que por muito tempo os militares classificaram como calúnias, estão atualmente comprovados por documentos do governo dos Estados Unidos, abertos aos pesquisado-

res depois que venceu o prazo em que deveriam permanecer secretos. O que veio à luz inclui até mesmo gravações de conversas entre o embaixador Lincoln Gordon e Kennedy, nas quais este deixa clara sua determinação em derrubar Jango. Para o presidente norte-americano, se o Brasil caísse “nas garras do comunismo” não seria uma nova Cuba no continente, “mas uma nova China”.

Na paranoia da guerra fria que se vivia então é plausível supor que a União Soviética também tivesse seus agentes no Brasil. Se assim foi, o pessoal da KGB que esteve por aqui deve ter aproveitado para tomar muito sol, por falta de algo mais proveitoso a fazer. O certo é que os soviéticos já haviam se metido numa enrascada em 1962, quando instalaram bases de mísseis em Cuba e a reação dos Estados Unidos quase levou a uma guerra nuclear. Depois disso, eles preferiram fugir das encrencas latino-americanas, refugiando-se na palavra-de-ordem “coexistência pacífica”.

A linha estabelecida por Moscou combinava muito bem com a política do PCB, que não colocava em pauta uma revolução comunista no Brasil, defendendo, sim, um programa nacionalista e de combate às oligarquias agrárias. Por sua vez, o programa do PCB estava em sintonia com “as reformas de base”, defendidas por João Goulart, que além da reforma agrária incluíam medidas de cunho nacionalista. Elas certamente não seriam implantadas sem alguma forma de rompimento da legalidade constitucional, começando pelo fechamento do Congresso, o que já era defendido abertamente pelas lideranças de esquerda. Jango, portanto, preparava seu próprio golpe, apoiado no tal “dispositivo militar”.

Enfim, o Brasil estava na encruzilhada entre um golpe de direita e um golpe de Jango. Nessa encruzilhada, o Partido Comunista jogava suas fichas naquilo que chamava “aliança com a burguesia nacional”, ou seja, a composição de forças com os empresários brasileiros, supostamente interessados nas reformas de base. O mais louco disso tudo é que a grande maioria da tal burguesia nacional estava surda às propostas de casamento do PCB. Preferia comprar armas no Paraguai para se defender... de seu “pretendente”. Com certeza, foi o maior caso de amor não correspondido da História do Brasil.

Nos últimos tempos, eu andava prestando muita atenção aos pronunciamentos de Jango. Lembro de um no qual ele se referia aos “avanços” do país e citava o seguinte exemplo: os operários já podiam comprar radinhos de pilha e chinelos de borracha, produtos que até pouco tempo antes eram ícones dos jovens de classe média.

Esses chinelos, marketeiramente rebatizados de sandálias, haviam sido lançados dois anos antes com a marca “Havaianas” e estavam na moda. Eu também tinha os meus, com os quais uma vez fui proibido de entrar no cinema. Não importava que estivessem na moda, cinema naquela época era local que exigia certa sobriedade no vestir: nada de bermudas, chinelos, ou vestidos decotados demais.

De certa forma, eu confirmava o diagnóstico de João Goulart quanto à adoção de acessórios de moda pela classe operária, já que mesmo sem ser um operário, no sentido sociológico da palavra, o meu salário era o mais baixo entre os cinco empregados da oficina.

O que estava sob minha responsabilidade era o trabalho do escritório, se é que aquilo podia ser chamado de escritório: um canto onde tinham colocado um arquivo de aço e duas mesas; ao redor, prateleiras cheias de peças de automóveis. Eu fazia de tudo um pouco, desde os cálculos que determinavam o preço de cada serviço, até vasculhar a cidade em busca de peças, ou pagar contas em banco.

Entre meus colegas de oficina era notória a simpatia por Jango e mais ainda por Brizola, o “Tio Briza”, cujo sotaque, típico dos gaúchos do interior do Estado, eles imitavam. Mas todos tomavam muito cuidado com seus comentários políticos ou sindicais, o que se explica pelo perfil do nosso patrão. Era um homem afável, mas ao contrário de seus empregados tinha o anticomunismo como credo e Carlos Lacerda como seu profeta. A partir de março, quando o clima político esquentou de vez, passou a manter um revólver carregado em sua gaveta na oficina, “porque nunca se sabe o que vem por aí”. Certamente temia que seu pequeno negócio de conserto de automóveis fosse socializado.

Vendo-se com os olhos de hoje é difícil compreender como tantas pessoas acreditaram que João Goulart desejasse realmente implantar um regime comunista no Brasil. Foi mais uma das tantas insanidades coletivas da época. Mesmo sem ter as coisas tão claras assim, eu já via o absurdo da situação e um dia apresentei a questão a meu pai. Ele não titubeou:

– Ah! Mas aí vai ser o comunismo dele. Ele é que vai ser dono de tudo!

Naquela altura da vida, morando na favela, meu pai não tinha nada a perder. Nem por isso deixava de temer comunismo.

A grande imprensa, que desde o final de 1963 jogara-se por inteiro na campanha anti-Jango, desenvolvia raciocínios aparentemente menos simplórios. Para não ter que explicar o paradoxo de um presidente estancieiro, dono de 65 mil cabeças de gado, querer implantar o comunismo no Brasil, inventara uma tal “República Sindicalista”. Jango, que sempre tivera apoio dos sindicatos dominados pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o antigo PTB (e agora contava também com os do PCB), estava levando o país para uma República Sindicalista, fosse lá o que isso quisesse dizer. Acrescentavam-se acusações de corrupção no governo para, no fim, República Sindicalista, comunismo e corrupção virar uma coisa só e assim serem servidas ao público, como prato principal do cardápio conservador. Havia mais lógica na explicação ingênua de meu pai. A única voz destoante nesse coro era a do jornal “Última Hora”, de Samuel Wainer, que se mantinha fiel a suas ligações com o PTB.

Enfim, era o velho anticomunismo conquistando mais e mais os brasileiros. Naturalmente à custa de propaganda massiva, da qual o exemplo mais direto eram os programas radiofônicos em cadeia nacional, bancados pelo IBAD, com dinheiro da CIA. Mas também à custa de muita exploração da religiosidade.

Papel importante nessa lavagem cerebral teve o padre Patrick Peyton, criador da “Cruzada do Rosário em Família”. Esse homem era conhecido como “o padre de Hollywood”, não apenas porque sua paróquia ficava no famoso distrito de Los Angeles mas também por utilizar celebridades do cinema em suas campanhas. Ele esteve por vários países da América do Sul divulgando sua cruzada, mas a partir do final de 1962 concentrou atividades no Brasil, com apoio do clero conservador, liderado pelo então arcebispo do Rio de Janeiro, Jaime de Barros Câmara.

Lembro que minha mãe e meu pai aderiram. Quando não conseguia fugir, eu era obrigado a rezar o rosário com eles. Essa

campanha, sempre acompanhada de pregação “em defesa de nossos irmãos submetidos ao jugo do comunismo ateu”, conquistou milhões de adeptos, tirando sua grande força do apelo à unidade familiar:

Família que reza unida, permanece unida.

Esse slogan era parodiado pela esquerda:

Família que passa fome unida...Família que apanha unida...Família que rouba unida...

A Cruzada incluía mobilização de voluntários nas paróquias, que exibiam e comentavam filmes religiosos feitos na Espanha franquista. E, naturalmente, eventos de massa, com efeitos especiais, estrelados por Patrick Peyton e muitas vezes com a participação de artistas famosos. Na pregação de Peyton no Rio de Janeiro, em dezembro de 1962, a estátua do Cristo Redentor estava decorada por um rosário iluminado de 30 metros. Jornais da época registraram que o evento atraiu uma multidão de 1,5 milhão de pessoas, um evidente exagero, mas certamente a coisa reuniu muita gente.

Um dos efeitos da Cruzada do padre Peyton foi estimular a criação de organizações femininas marcadamente anticomunistas e de oposição feroz a João Goulart. No Rio surgiu a Campanha da Mulher pela Democracia, conhecida como Camde; em São Paulo, a União Cívica Feminina; em Belo Horizonte, a Liga da Mulher Democrática (Limde) e muitas outras proliferaram nos demais Estados. Essas organizações terão papel determinante nas manifestações de massa que ajudaram a legitimar o golpe, nas quais a participação feminina era majoritária. Foram as maiores mobilizações das mulheres brasileiras até então realizadas, todas

para apoiar aquilo que se tornaria a mais longa ditadura da nossa História.

Durante a maior parte de seu governo, João Goulart tentara se equilibrar, fazendo concessões ao movimento social, mas sem se comprometer. Reunia-se com lideranças do PCB, ao mesmo tempo em que adulava o ramo conservador da Igreja Católica. Falava em reforma agrária e abria o Banco do Brasil aos grandes proprietários rurais. Fazia discursos nacionalistas e viajava aos Estados Unidos.

Essa política errática, além de reforçar a imagem de presidente hesitante, ajudava a minar cada vez mais suas bases de apoio. Para a esquerda, Jango era alguém que não merecia confiança, enquanto para a direita continuava sendo um comunista perigoso ou, no mínimo, alguém que fazia o jogo do comunismo, além de ser corrupto.

O ziguezague terminou no final de 1963. Cada vez mais atacado, Jango resolveu optar por um dos lados e partir para uma posição de força, lançando-se ao “tudo ou nada”. Em janeiro de 1964, regulamentou a lei que limitava as remessas de lucros ao exterior. Depois, com o apoio dos sindicatos, convocou um grande comício para pressionar o Congresso a aprovar as chamadas “reformas de base”.

Reforma agrária, reforma universitária, reforma eleitoral, reforma urbana, reforma fiscal, estatização de empresas em setores chave da economia... As reformas de base formavam um cardápio extenso, muito difícil de passar pelo Congresso em um ambiente normal, que dirá em meio àquela polarização. Mas nelas estavam as grandes bandeiras da esquerda, começando pelas Ligas Camponesas, cujo slogan não deixava por menos:

Reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue.

O roteiro imaginado por João Goulart passava pelo envio ao Congresso de projetos de lei relativos às reformas de base, alguns dos quais necessitariam de reforma da Constituição. Paralelamente, o país seria mobilizado para pressionar os parlamentares, criando-se um clima nacional de repúdio à possível rejeição das reformas. Estaria assim preparado o ambiente para um possível fechamento do Congresso, conforme as coisas evoluíssem.

A primeira dessas mobilizações foi o comício marcado para a sexta-feira, 13 de março de 1964, em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Dele participou uma multidão que os jornais da época estimaram entre 200 e 250 mil pessoas. Temendo hostilidade da polícia do governador Carlos Lacerda, Goulart convocou o Exército para proteger o comício.

Discursos radicais, cartazes ameaçadores, palavras de ordem contra Lacerda... Mas dessa vez, a esquerda teve o que mostrar, além das ameaças. No próprio comício, o presidente assinou dois decretos para marcar o que seria o início das reformas: um deles entregava para a reforma agrária terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes; o outro desapropriava refinarias de petróleo particulares, que seriam assumidas pela Petrobrás.

Em sua fala, Jango atacou a intensa instrumentalização da religiosidade pela direita:

– Os rosários da fé não podem ser levantados contra o povo – disse ele, referindo-se às militantes da Liga da Mulher Democrática que, rosário em punho, haviam tumultuado um comício de Brizola em Belo Horizonte.

Tomada como insulto, a frase do presidente levou organizações como a União Cívica Feminina e a Cruzada do Rosário, do padre Peyton, a propor uma manifestação de “desagravo ao santo rosário”, em São Paulo. Foi a semente da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que, contando com apoio do governador Ademar de Barros e da máquina de governo estadual, parou a cidade dia 19 de março.

– Um, dois, três, Brizola no xadrez! E se tiver lugar põe também o João Goulart – gritavam os manifestantes.

Segundo os jornais, 500 mil pessoas desfilaram da Praça da República até a Praça da Sé. O governador de São Paulo mandou sua mulher, Leonor, escoltada por soldados. Dias depois, o próprio Ademar de Barros apareceu na TV, com um rosário na mão, em pronunciamento contra Goulart. Era o homem do “rouba, mas faz”, antigo aliado de Getúlio Vargas e, depois, do PCB, fazendo profissão de fé anticomunista.

Dia 25, mais um acontecimento marcante. No Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, reúne-se em assembleia a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, contrariando proibição do ministro da Marinha. A associação, considerada ilegal pela hierarquia naval, era liderada por José Anselmo dos Santos, marinheiro de primeira classe que a imprensa “promoveu” a cabo.

Essa assembleia, programada para ser um simples ato comemorativo do segundo aniversário da associação, acabou servindo para a esquerda, mais uma vez, rosnar e arregar os dentes.

Lá estavam Brizola, lideranças sindicais, deputados, imprensa. O presidente da República mandou representante.

Conforme Anselmo contou ao jornalista Percival de Souza, décadas depois, seu discurso foi preparado junto com Carlos Marighella, na época um dos mais destacados dirigentes do PCB. Trechos reivindicatórios, como o direito de casar (o que era proibido aos marinheiros), ficaram em segundo plano, acentuando-se as bandeiras políticas: apoio às reformas de base, às desapropriações de terra...

A esquerda procurava mostrar força no aparato militar, transformando aquela assembleia numa espécie de reedição da revolta do encouraçado Potemkin², ocorrida na Rússia de 1905. E para reforçar mais ainda esta ideia, lá estava, na primeira fila do auditório, uma figura emblemática, o ex-marinheiro João Cândido Felisberto, então com 83 anos, cabelos brancos contrastando com a pele negra.

Foi numa das palestras organizadas pela professora Vênus, no Ginásio Inácio Montanha, que pela primeira vez ouvi o nome de João Cândido. O palestrante falou dele e mostrou o livro “A Revolta da Chibata”, do jornalista Edmar Morel, que conta a história do “Almirante Negro”. Assuntos assim faziam muito sucesso naquela época, marcada por um grande esforço intelectual em repensar o Brasil, o que incluía resgatar episódios ignorados pela história oficial. Dias depois da palestra, um colega apareceu

²Os marinheiros desse navio de guerra rebelaram-se contra a tirania dos oficiais e a péssima alimentação servida a bordo, tendo recebido apoio da população da cidade de Odessa. Retratado no clássico “O Encouraçado Potemkin”, do cineasta soviético Sergei Eisenstein, este episódio virou ícone do movimento comunista.

na escola com o livro de Morel, que eu acabei surrubiando. Ele não ia ler mesmo, eu sim.

João Cândido ficou conhecido como Almirante Negro por ter liderado a revolta de 1910 contra os castigos físicos na Marinha de guerra brasileira, que tinham na chibata seu símbolo maior e mais odiado. Naquele tempo, punição na Marinha era sinônimo de chibatada. Marujo que tivesse cometido falta disciplinar era amarrado ao convés e açoitado com a tropa formada à sua volta, numa cerimônia claramente organizada para humilhar e aterrorizar. Conforme a falta, o flagelo podia continuar até mesmo com a vítima já desmaiada de dor.

Em novembro de 1910, tendo João Cândido à frente, os marinheiros levantaram-se contra essa prática, tomaram os navios fundeados na baía da Guanabara e se declararam prontos a bombardear o Rio de Janeiro. A revolta foi vitoriosa. Ante a ameaça de ver a cidade destruída pelos canhões de uma das frotas de maior poder de fogo da época, o presidente da República proibiu a chibata e o Congresso Nacional aprovou em tempo recorde uma lei de anistia aos rebeldes.

Essa anistia, porém, não durou muito tempo. Na prática, acabou anulada, alegando-se pretensão envolvimento desses mesmos marujos em outra revolta, protagonizada pelos fuzileiros navais.

O líder da Revolta da Chibata foi expulso da Marinha, sem direito a qualquer remuneração e, mesmo na vida civil, continuou sendo perseguido pela instituição à qual servira por 17 anos. Sua saga foi banida da história oficial e o homem que colocara o Congresso Nacional de joelhos foi pouco a pouco sendo esquecido. Mas, no final dos anos 50, quando saiu o livro de Morel, João Cândido tornou-se novamente uma celebridade. Dava entrevistas na televisão, recebia homenagens, jornais comemoravam a revolta da chibata.

Logo que foi criada a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, os dirigentes da entidade o procuraram. Ele era um símbolo para os marinheiros daqueles anos agitados. Como tal, fora convidado para a assembleia de aniversário da Associação e ali estava, com seus cabelos brancos e sua “dignidade de mestre sala”, como diria Aldir Blanc, 10 anos de depois, no samba que compôs com João Bosco, em homenagem ao Almirante Negro.

A assembleia dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio foi considerada um desafio à hierarquia e uma quebra da disciplina, que não poderiam ficar sem resposta. O ministro da Marinha mandou prender os marinheiros e, por volta de 10 horas da noite, chegaram os fuzileiros navais para cumprir as ordens do ministro. Mas, ao contrário do que os militares fariam depois do golpe, a tropa simplesmente cercou o sindicato, sem se atrever a invadi-lo, com tanta gente importante lá dentro. Certamente, a ideia era prender os marinheiros à medida que fossem saindo. Mas eles resolveram ficar dentro do sindicato, dormindo pelas cadeiras. Enquanto isso, políticos e sindicalistas que participavam da assembleia acionavam seus contatos no governo para que ninguém fosse preso

Na manhã do dia 26, com a situação ainda em impasse, o cabo Anselmo subiu nas grades do prédio e apelou à solidariedade da tropa que estava ali para prendê-lo. De repente, em meio ao discurso, alguns fuzileiros largaram as armas e o cinturão de munição. Outros mais fizeram o mesmo e, em pouco tempo, 23 fuzileiros haviam se juntado aos marinheiros, dentro do sindicato, enquanto o oficial que os comandava corria de um lado para o outro sem saber o que fazer.

Os rebelados ainda ficaram mais três dias na sede do sindicato, recebendo apoio até mesmo do comandante do Corpo de Fuzileiros, Cândido Aragão, caso raro de almirante de esquerda. Só saíram após um arranjo pelo qual foram levados a um quartel do Exército e depois soltos, enquanto o ministro da Marinha se demitia.

O episódio no Sindicato dos Metalúrgicos costumava ser apontado como a gota d'água que precipitou o golpe de Estado. Na verdade, a quartelada já estava marcada para o início de abril, em data ainda a ser definida, como hoje se sabe até por depoimentos de seus participantes. E isso suscita outra especulação: a assembleia dos marinheiros teria sido um ato deliberado de provocação, orquestrado pelos conspiradores, que àquela altura já se preparavam para atacar o governo?

Seja como for, a humilhação que a Marinha sofreu pela forma como fora resolvida a questão dos marinheiros amotinados revoltou oficiais das três armas, incluindo grande parte dos que nutriam alguma simpatia pelo governo. Era a alegoria que faltava para pôr o golpe na rua.

IV

1964 – O golpe triunfante

O golpe de 1964, pela forma como foi desfechado, parecia ter tudo para dar errado. As tropas que saíram de Minas Gerais em 31 de março, comandadas por um general fanfarrão, eram qualquer coisa menos uma força capaz de derrubar algum governo, de forma que só no dia seguinte, 1º de abril (no Brasil o tradicional Dia da Mentira), ficou claro tratar-se de algo sério. Por isso, pelos anos seguintes, os que se colocavam contra a quartelada continuaram dando a ela o nome de “golpe do 1º de abril”, enquanto quem era a favor falava na “revolução democrática de 31 de março”.

O fato é que esse exército de Brancalione foi avançando sem encontrar resistência. Enquanto isso, os comandos militares janguistas iam rapidamente entregando os pontos, coagidos pelos conspiradores, que haviam conseguido contaminar toda a estrutura militar.

Já se gastou muita tinta para explicar porque o governo João Goulart caiu como uma fruta podre, sem voz de comando, sem disparar um único tiro. Também não é novidade que os conspiradores não esperavam que tudo fosse tão fácil. Eles estavam preparados para conflagrar o país, contando com total apoio norte-americano, que chegaria à intervenção direta se fosse preciso.

De fato, documentação liberada pelo governo dos Estados Unidos e estudada nos últimos anos não deixa dúvida de que a chamada “Operação Brother Sam”, desfechada exatamente no

31 de março, tinha a intenção e os meios necessários para iniciar a invasão do Brasil, caso os golpistas necessitassem. Essa operação consistiu no deslocamento em direção ao litoral brasileiro de uma frota de guerra norte-americana com 14 navios, entre os quais um porta-aviões que poderia transportar armas nucleares e um navio de transporte de tropas com fuzileiros navais, os *mariners*, preparados para o desembarque. Levava gás lacrimogêneo para controle de multidões, 110 toneladas de armas e munições, esquadrilha de caça, helicópteros, aviões de transporte.

Enfim, mesmo começando com uma marcha caricatural, protagonizada pelo general Mourão Filho, o golpe nada tinha de blefe. Do ponto de vista do governo, o poderio do inimigo definia o cenário de uma guerra perdida, o que torna mais fácil compreender a paralisação de Jango e, por fim, sua decisão de se exilar.

Certa vez, passei com um amigo advogado pelo Minhocão, a via elevada de São Paulo que na época levava o nome do general Costa e Silva, e ouvi dele que no Brasil os traidores dão nome a ruas, viadutos, rodovias, praças. Ele exemplificou:

– Veja esse cara, o Costa e Silva, ele e os outros golpistas de 64 estavam perfeitamente articulados com a força inimiga enviada contra o Brasil, a Operação Brother Sam.

Meu amigo não se contentou com a observação genérica. Chegando em casa, abriu um exemplar do Código Penal Militar e me telefonou para acrescentar:

– Tudo o que os golpistas fizeram está aqui, no capítulo que tipifica os crimes de traição: atentar contra a soberania do Brasil, prestar informação ao inimigo, coagir comandantes, aliciar militares em favor do inimigo *y otras cosas más*.

Porto Alegre assistiu à parte final do drama tendo como fundo musical um hino bem conhecido:

*Avante brasileiros, de pé,
Unidos pela liberdade,
Marchemos todos juntos com a bandeira
Que prega a lealdade*

Novamente estava no ar a “Cadeia da Legalidade”.

A tentativa de resistência ao golpe no Rio Grande do Sul tinha como peças fundamentais o general legalista Ladário Pereira Teles, comandante do III Exército, e o deputado Leonel Brizola, de quem se esperava que mobilizasse a população em defesa de Jango. Mas a coisa estava sendo decidida no campo militar, no qual o comando de Ladário era abertamente contestado por grandes unidades posicionadas no interior do Estado e, mais ainda, no Paraná e em Santa Catarina, Estados da área do III Exército.

Jango chegou a Porto Alegre na madrugada de 2 de abril. Quase no mesmo momento, o presidente do Senado, Auro Moura Andrade, declarava vaga a Presidência da República e nela empossava Ranieri Mazzilli, o presidente da Câmara dos Deputados. A alegação era que Goulart se ausentara do país, sem licença do Congresso, embora o Rio Grande do Sul continuasse fazendo parte do território nacional.

Pouco importava a falsidade do argumento, pois o que interessava era atender à determinação norte-americana de que Jango fosse deposto com alguma fachada de legitimidade. O passo seguinte, em caso de conflito armado, seria o novo “governo” pedir ajuda aos Estados Unidos, com o que estaria justificado o desembarque dos *mariners*. Não foi por outra razão que, na noite do

próprio dia 2, Mazzilli recebeu um caloroso telegrama do presidente Lyndon Johnson, com votos de sucesso na “Presidência” do Brasil. Poucas vezes na história das relações diplomáticas houve reconhecimento tão rápido de um governo constituído de maneira tão esdrúxula.

Enquanto isso, em Porto Alegre, os próprios generais legalistas aconselhavam João Goulart a deixar o país. Em vez de fazê-lo imediatamente, ele voou para o interior do Estado e passou os dois dias seguintes deslocando-se entre suas propriedades. Já não agia mais como chefe de Estado, mas como fazendeiro pondo ordem nos negócios antes de partir.

Daquele momento em diante já não se sabia mais por onde andava Jango. Nas transmissões da Cadeia da Legalidade eu ouvia que “o presidente continuava no Brasil, organizando a resistência ao golpe”. Na Rádio Nacional, que meu pai sintonizava em ondas curtas, diziam que ele fugira para o exterior e que o país tinha um novo governo, encabeçado por um deputado de nome italiano, o mesmo Paschoal Ranieri Mazzilli de quem eu já tomara conhecimento em 1961, quando ele também assumira a Presidência da República, após a renúncia de Jânio.

Meu pai, naturalmente, era francamente favorável ao golpe e desta vez, ao contrário de 1961, não mudou de ideia, apesar da ênfase da Cadeia da Legalidade. Aliás, ela foi uma pálida reedição da rede que se levantara contra o golpe três anos antes.

Montada às pressas, na manhã do dia 1º mesmo, tinha a Rádio Difusora como emissora líder, transmitindo do porão da Prefeitura de Porto Alegre. Começavam aí as diferenças em relação a 1961, quando o quartel general da resistência e estúdio da cadeia de rádios estava no Palácio Piratini, sede do governo esta-

dual. Desta vez, com o governador Ildo Meneghetti aliado aos golpistas, restara a Prefeitura, dirigida por Sereno Chaise, do PTB brizolista.

Outra diferença fundamental foi que, ao contrário do que acontecera três anos antes, desta vez, mesmo em Porto Alegre, nem todas as emissoras aderiram, apesar de requisitadas pelo III Exército. Algumas preferiram sair do ar enquanto a situação não se definia na cidade. Pior do que isso: não havia nem sombra da grande mobilização popular que acontecera em 61, por mais marchas militares transmitidas, por mais inflamados que fossem os pronunciamentos de Brizola.

Naquele abril de 1964, o Largo da Prefeitura assumiu o papel que a Praça da Matriz tivera quando da renúncia de Jânio: era onde as pessoas se aglomeravam e aconteciam as principais manifestações. Passei por lá no dia 1º, para ver a movimentação, ouvir as conversas, sentir o ambiente. Repeti a visita no dia seguinte e deu para perceber como os ânimos rapidamente mudavam.

No primeiro dia havia uma pequena multidão exaltada, incluindo um grupo que propunha marchar até o Palácio Piratini para prender Meneghetti, àquela altura já refugiado em Passo Fundo. À noite, Brizola discursou no “Comício da Legalidade”, o entusiasmo tomou conta das pessoas e com ele a certeza de que o golpe seria derrotado. No segundo dia, o clima já era diferente: muito menos gente, sentimento de derrota começando a se espalhar.

A Cadeia da Legalidade também foi minguando e, no dia 3, um discurso de Sereno Chaise pôs fim às transmissões. Ainda havia quem quisesse resistir, vaiaram o prefeito, mas nada mais podia ser feito. No fim da tarde, Ildo Meneghetti, que havia fugido da cidade, voltou triunfal. Dia 4 de abril, Jango desembarcou no exílio, em Montevidéu, seguido dias depois por Brizola.

Ninguém poderia imaginar que os militares ficariam 21 anos no poder. O sentimento era de que seria algo passageiro, que logo se levantaria uma poderosa resistência capaz de derrotar o golpe. Ou então, na pior das hipóteses, tudo voltaria ao normal após as eleições presidenciais de 1965.

A Presidência de Ranieri Mazzilli durou pouco tempo. Dia 9 de abril, saiu o Ato Institucional nº 1, que entre outras medidas impunha uma eleição indireta para o sucessor que completaria o mandato de Jango e cassava mandatos de parlamentares. Estava aberto o caminho para entronizar um general na Presidência, mantendo-se uma fachada de legitimidade: ele seria “eleito” pelo Congresso, naturalmente expurgado dos opositores.

Foi só quando se tratou desse simulacro de eleição que o nome de Humberto de Alencar Castello Branco ganhou corpo como principal chefe da quartelada. Até então, quem despontava era outro conspirador, o general Arthur da Costa e Silva, que num golpe de esperteza apossara-se do cargo de ministro da Guerra já no próprio 1º de abril. O primeiro Ato Institucional foi assinado por ele, não por Castello, e o desenrolar esperado dos acontecimentos era que a Presidência caísse direto no colo de Costa e Silva, o que não aconteceu.

A escolha de Castello Branco contou com gestões dos governadores que sustentavam politicamente o golpe e de outras raposas da política brasileira. Mas seu principal articulador foi mesmo o coronel Vernon Walters, adido militar da Embaixada norte-americana no Brasil e amigo do general brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial, quando ambos atuaram na campanha da Itália. Naturalmente, os Estados Unidos, principal sustentáculo do golpe, queriam um general de sua inteira confiança na Presidência do Brasil. E conseguiram.

“Eleito” dia 11 de abril de 1964, Castello prometeu em seu discurso de posse entregar o mandato ao sucessor que seria escolhido em 1965, por eleição direta. Acabou ficando até março de 1967, por força de novos atos institucionais, que também acabaram com as eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos das capitais e extinguíram os antigos partidos políticos. A ditadura impunha a existência de apenas dois partidos: MDB (de oposição) e Arena (do governo). Ou, como se dizia na época, o partido do “sim” e o partido do “sim, senhor”.

Castello Branco correspondeu plenamente ao que dele esperava o governo dos Estados Unidos. Ainda em 1964, eliminou a limitação às remessas de lucros das multinacionais. Depois, em 1965, enviou tropas para apoiar a invasão dos Estados Unidos à República Dominicana, onde rebeldes de esquerda haviam tomado o poder. E, naturalmente, destravou pendências com empresas norte-americanas: pagou o preço exigido pelos acervos da Amforp (energia elétrica) e ITT (telefonia), devolveu à mineradora Hanna Corporation as concessões de jazida de ferro canceladas por Goulart.

Quanto a mim, depois de me envolver nas manifestações contra o golpe no dia em que o governador Ildo Meneghetti voltara a Porto Alegre, e de ser atingido por estilhaços de bomba, tratei de enrolar a bandeira. Trabalhava de dia e estudava à noite no Júlio de Castilhos, o “Julinho”, colégio mais politizado de Porto Alegre, mas onde a atividade política estava em recesso naqueles primeiros meses da ditadura.

Lá pela metade do ano, meu patrão na oficina mecânica me demitiu e fiquei dois meses desempregado, o que me permitia encontrar mais vezes os amigos. Eu me mantinha ligado ao pes-

soal do Ginásio Inácio Montanha, que acabara de deixar. Tínhamos uma turma muito unida, que continuava se encontrando com a justificativa de criar uma associação de ex-alunos, proposta que não deu em nada. Alberto, Evaristo, Vera, Teresa e várias outras meninas estavam no grupo.

Íamos juntos ao cinema, de vez em quando a um baillinho. Havia uma intimidade boa entre nós e, no entanto, não aconteceu nenhum namoro entre as moças e os rapazes dessa turma. Acho que a gente era tão amiga uns dos outros que acabamos erguendo uma barreira contra qualquer outro tipo de relacionamento que não fosse amizade. Namorar uma menina do grupo tinha alguma coisa de incestuoso. Uma pena, porque tanto elas quanto nós acabávamos namorando gente com quem não tínhamos afinidade. Foi assim comigo.

Eu já não era tão tímido, tinha os meus flertes e alguns namoricos nos quais arriscava uns beijos mais longos, dedos se intrometendo pelos decotes, ou mão escalando pernas por debaixo da saia. Não se ia além disso e mesmo estas “ousadias” eram fugazes, sempre interrompidas por decisão da menina. Naturalmente, ela deixava a coisa rolar por um tempo, antes de proferir as frases proibitivas:

– Ai, para! Não faz isso!

Aos poucos fui aprendendo a distinguir quando o “não faz” queria dizer “faz mais”.

A primeira vez que tomei essas intimidades foi no cinema. Ao acariciar os cabelos da namorada, encontrei uma verdadeira armadura capilar, a cabeleira estava dura como pedra e eu acabei procurando outro lugar para pôr as mãos. Nessa época, estava na moda o uso do laquê como fixador na construção de penteados com as pontas viradas para cima, mas algumas mulheres exagera-

vam, deixando o arranjo dos cabelos tão firme, mas tão firme, que nem um furacão conseguiria mexer com aquilo.

Enquanto eu aprendia a acariciar coxas das namoradas, a repressão da ditadura corria solta. Muita coisa só veio a público com o tempo, mas os casos mais notórios de violência eram noticiados, como o martírio sofrido pelo líder comunista Gregório Bezerra. Este homem, que estava com 64 anos de idade, foi amarrado seminu a um jipe militar, puxado pelas ruas do Recife e depois espancado com uma barra de ferro, por um oficial do Exército.

Os jornais também traziam listas de pessoas cujos mandatos e os direitos políticos haviam sido cassados, mas seria difícil divulgar todos os nomes dos punidos sem virar algo semelhante ao catálogo telefônico. Foram milhares de dirigentes sindicais afastados de seus postos e de funcionários públicos demitidos sumariamente, sem falar nas levadas e levadas de brasileiros obrigados a se exilar. O termo “cassar mandato” entrou para o vocabulário popular. Virou piada. Para dizer que rompeu com o namorado, criou-se uma nova expressão: “Cassei o mandato dele”.

Só em abril de 1964, ocorreram cerca de 5 mil prisões. A tortura por motivos políticos, arquivada desde o fim do Estado Novo, voltava à cena 20 anos depois, desta vez de forma mais “científica”, como dizia o agente da CIA Daniel Mitrione, que ficaria conhecido como “professor da tortura”. Dan Mitrione foi mandado ao Brasil pelo governo dos Estados Unidos para ensinar “técnicas científicas de interrogatório” a militares e policiais. No final dos anos 60, destacado para o Uruguai com a mesma missão, acabou capturado e morto pelos guerrilheiros Tupamaros.

Um grupo particularmente perseguido pela ditadura brasileira foi o dos militares de baixa patente, sobretudo sargentos, que haviam apoiado o governo Goulart. É sintomático o número de mortes de militares em circunstâncias suspeitas nos primeiros meses da ditadura: pelo menos cinco, dos quais quatro atribuídas a “suicídio” e uma a “confronto armado”.

Houve exceções nessa caça aos militares janguistas, sendo a mais notória a do cabo Anselmo. O líder dos marinheiros fugiu de uma Delegacia de Polícia no Rio de Janeiro, onde dispunha de regalias como cela aberta que lhe permitia circular à vontade. Anselmo embarcou para o Uruguai, unindo-se ao grupo de Brizola, que de lá planejava ações armadas contra o regime militar brasileiro.

No final daquele ano de 1964 eu completei 18 anos e resolvi sair da casa dos meus pais, no que segui uma tradição familiar: todos os meus irmãos também fizeram isso, alguns fugindo de madrugada. Meu pai, um homem autoritário, praticamente expulsava os filhos de casa com suas intolerâncias. Eu, filho caçula, já o encontrei mais manso que meus irmãos e, ao contrário deles, poucas vezes fui surrado. Ainda assim, não via a hora de me ver livre de sua religiosidade punitiva e das opiniões que não admitiam contestação.

Saí da favela e arrumei lugar em uma república de estudantes, próxima ao Parque da Redenção, mas só durante as férias de verão. Foi lá que pela primeira vez passei a ver televisão com alguma regularidade. As transmissões de TV ainda não eram em rede nacional, mas já estávamos na era do *video tape*, com o que novelas, shows e humorísticos podiam ser vistos em todo o país. Era só trazer a fita gravada, de avião, e retransmitir

A Excelsior, mais importante emissora brasileira da época, tinha grande parte de sua programação reprisada pela TV Gaúcha, enquanto a TV Piratini fazia o mesmo com a Tupi, da rede de Diários e Emissoras Associados. Graças ao *vídeo tape*, assisti algumas vezes ao “Time Square”, musical humorístico da Excelsior, que marcou época. Pela mesma via chegavam os enlatados norte-americanos, seriados que Hollywood passara a produzir a partir da década de 50, quando o público iniciou a substituição das salas de cinema pela poltrona em frente da TV.

Mais ou menos por essa época, a televisão começou a concorrer seriamente com o rádio, para aos poucos transformar-se no maior meio de comunicação de massa que viria a ser na década seguinte. O governo militar estava ciente disso e já a usava largamente para promover o mito da “revolução democrática”, como chamavam o golpe de 1964. Procuravam associá-lo não apenas a anticomunismo, mas também a modernidade. Numa propaganda institucional da época, uma linda mulher perguntava ao telespectador:

– Você é revolucionário, ou reacionário?

As palavras revolucionário e reacionário, que há poucos meses integravam a terminologia de esquerda, estavam sendo apropriadas pela ditadura.

Terminadas as férias de verão, a república ficou novamente lotada e precisei me mudar: fui morar numa vaga em um casarão da rua da Praia, no centro de Porto Alegre. Vaga consiste em uma cama, um pequeno guarda-roupa e o direito de usar um banheiro coletivo, alternativa para quando o dinheiro é escasso e

não se consegue alugar um quarto inteiro. Dependendo do tamanho, um quarto pode ter três, cinco, dez vagas, ocupadas por número igual de pessoas.

Nesse lugar conheci uma coisa que depois não encontrei em mais lugar nenhum: chuveiro aquecido a álcool. A água percorria uma serpentina em forma de cone, no centro do qual se colocava álcool e ateava fogo, saindo aquecida no chuveiro. Pouca água, aliás, um horror no inverno gaúcho.

Devo dizer que nunca vi praia na rua da Praia, cujo traçado há mais de um século foi se afastando da margem do rio Guaíba por sucessivos aterros. Oficialmente chama-se rua dos Andradas e se estende até a Praça Dom Feliciano, onde fica a Santa Casa. Meu novo emprego era justamente no escritório da Santa Casa. O salário era o mesmo da oficina mecânica, mas agora eu podia ir trabalhar a pé e só gastava com bonde no trajeto para a escola. No fim do mês, sobravam alguns trocados.

Eu havia recém me mudado para o casarão da rua da Praia, quando estourou a notícia de que guerrilheiros haviam tomado cidades gaúchas. Era o pessoal do coronel Jefferson Cardim Osório, que de seu exílio no Uruguai organizara um grupo com militares cassados. A proposta era atacar o Norte do Rio Grande do Sul e dali lançar uma proclamação pelo rádio, como senha para levantes que eclodiriam em Porto Alegre, Bagé e Santa Maria.

Na verdade, só o que os guerrilheiros conseguiram foram armas, tomadas de destacamentos da Brigada Militar. Como os outros levantes não ocorreram, eles seguiram de caminhão para Santa Catarina, atravessaram todo o Oeste catarinense e entraram no Paraná com a intenção de atacar Foz do Iguaçu no momento em que Castello Branco estaria lá, na inauguração da Ponte da Amizade. Acabaram capturados, após confronto com o Exército na altura do Parque Nacional do Iguaçu.

O coronel Cardim Osório, com sua aventura do início de 1965, foi o precursor da luta armada contra a ditadura, mais uma das loucuras desses 20 anos. Ele e tantos outros militares que os golpistas expulsaram do Exército poderiam ter se levantado em armas um ano antes, quando ainda era possível deter o golpe. Foram fazê-lo tarde demais, quando já haviam perdido o bonde da História.

V

Abaixo a ditadura!

Eu estava num canto, esperando minha vez de votar. Era a eleição do presidente da Assembleia dos Representantes de Classe, quase um Parlamento na estrutura do Grêmio do Colégio Júlio de Castilhos, e eu, representante da minha turma, sentia-me como uma espécie de deputado naquela sala lotada. Não gostei quando o Janito me chamou a um canto e muito menos do que ele falou:

– Eu sei que tu tens uma carteirinha da Universidade e acho que queres continuar com ela, não é mesmo?

– Que tal me deixar em paz e ir atrás de uns votinhos para esse teu candidato de merda? – disfarcei.

– É o que eu estou fazendo. Tu vais votar nele se não quiseres perder essa carteirinha fajuta!

– Só depois que tu desfilarés pelado na Praça da Alfândega – retruquei.

– Eu vou ficar bem do lado da urna. Tu chegas disfarçando e mostra o voto para mim. Não banca o manhoso se não quiseres te dar mal!

De fato, eu havia conseguido uma carteirinha falsa de aluno da URGS, a universidade federal, que me servia para fazer as refeições no Restaurante Universitário, conhecido como RU. Comida boa e barata, o restaurante era fundamental para eu fechar o orçamento mensal com o salário que me pagavam na Santa Casa.

O problema é que o RU era administrado pelo DCE, o Diretório Central dos Estudantes, dirigido pelo Grupo Decisão, que reunia organizações de direita e lideranças estudantis favoráveis ao regime militar. Dizia-se que grande parte desse Grupo Decisão era integrada por policiais e militares, mas o fato é que ele tinha peso no movimento estudantil gaúcho e, além do DCE, também havia tomado o Grêmio do Julinho, como era conhecido nosso Colégio.

Outro problema é que o Janito era do Grupo Decisão e por isso tinha conseguido um lugar de “colaborador” no Restaurante Universitário. Estudante pobre como eu, ele comia de graça no RU em troca de pequenos serviços, trabalhando uma hora por dia como colaborador. Entre esses serviços estava organizar a fila do bandejão, que eu frequentava diariamente.

Mandei-o à merda e votei no candidato da esquerda para presidente da Assembleia de Representantes. Dois dias depois, cassaram minha carteirinha.

Poucos meses mais tarde, no entanto, houve eleições para o DCE e ganhou a chapa da esquerda, liderada pelo Carlos Alberto Vieira. Eu esperei a posse da nova diretoria, fui procurar o diretor encarregado do restaurante e pedi para ser colaborador. A resposta dele me lavou a alma:

– Maravilha, guri! Preciso de alguém para o lugar do Janito.

Outro caso de carteirinha falsa envolveu as que eram emitidas pelo Grêmio do meu Colégio. Este episódio, muito mais abrangente, abalou o Grupo Decisão e certamente ajudou a desa-

lojá-lo da entidade, nas eleições que se deram pouco tempo depois.

Aqui é preciso fazer um parêntesis para falar do sistema vigente no nosso Grêmio. Acreditem ou não, funcionávamos em regime parlamentarista, com tudo o que se exige: Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. O presidente, escolhido em eleições diretas, era o Poder Moderador. Ele nomeava um secretário-geral, que com os demais secretários formava o Executivo e precisava ter aprovação do Legislativo, ou seja, a Assembleia dos Representantes de Classe. E finalmente havia o Judiciário, com juízes eleitos pelos alunos do 2º ano Secundário.

Como se terá chegado a uma estrutura assim, tão inusitada para um grêmio estudantil? Isso certamente deve-se à grande influência que as ideias parlamentaristas tiveram no Rio Grande do Sul. Raul Pilla, que, aliás, estudou no Julinho no início do século XX, foi até os anos 60 o maior defensor do parlamentarismo no Brasil.

É importante dizer que, na época em que estudei lá, nosso parlamentarismo funcionava de verdade, por conta da ebulição no Colégio e do grande número de estudantes que procuravam se engajar. O parlamentarismo do Grêmio abria espaço para a luta política entre as várias correntes que disputavam a hegemonia sobre essa massa estudantil.

O caso das carteirinhas falsas estourou na Assembleia dos Representantes, o nosso Poder Legislativo. Uma menina que fazia parte da Diretoria do Grêmio foi à Assembleia e mostrou um monte de fichas de carteirinhas, cujos titulares não eram alunos da escola. Foi uma confusão. Um pessoal se levantou de dedo em riste exigindo a renúncia do presidente. Outros tentaram uma manobra para suspender a Assembleia. Gente gritava.

Depois de muito bate-boca, decidiu-se encaminhar o caso ao Judiciário, no qual as coisas foram acochambradas e não hou-

ve punição. De qualquer forma, a esquerda conseguiu o que queria: abalar o prestígio do grupo direitista no poder. Para tanto, a manobra começou meses antes, quando o Partido Comunista infiltrou uma simpatizante na Diretoria do Grêmio. A menina ficou lá um bom tempo, colhendo provas, até o momento de fazer a denúncia.

Era assim a política estudantil: cheia de jogadas e rasteiras nos adversários. Não muito diferente do que se faz em qualquer Parlamento do mundo.

Nada melhor que um forte inimigo comum para unir desafetos, como aconteceu com as organizações de esquerda em Porto Alegre, naquele ano de 1966. O movimento estudantil começava a sair da toca, mas nosso lugar já estava ocupado pelo direitista Decisão, que se beneficiara da caça às bruxas na Universidade, das prisões, da extinção da UNE. Aliás, o Rio Grande do Sul foi um dos poucos Estados onde nos anos 60 a direita ganhava eleição em entidades universitárias e secundaristas importantes.

Para enfrentar essa turma, tratamos de deixar as querelas de lado. A vitória no DCE foi possível porque todos os grupos de esquerda se apresentaram unidos à eleição, apoiando a chapa de Carlos Alberto Vieira. Depois, ainda em 1966, o mesmo “frentão” conseguiu desalojar a direita do Grêmio do Julio de Castilhos.

O PCB, apesar da luta interna que corria solta, era a principal força do movimento estudantil de Porto Alegre. Outras organizações fortes eram a AP (Ação Popular), de origem católica, e os trotskistas do ramo posadista. Na verdade, esta era uma configuração local. Nacionalmente, os posadistas não tinham peso, enquanto a AP era, efetivamente, quem dava as cartas nas entidades

estudantis. Já o PCB tirava sua força sobretudo dos sindicatos, mas nos demais Estados também tinha uma base estudantil muito forte: continuava sendo o Partidão, o grande partido de esquerda.

Até meados de 1966 eu permanecia sem vínculo com qualquer organização de esquerda, embora não me faltasse vontade para isso. É que não basta ter vontade para se ingressar em um grupo clandestino: é preciso ser convidado. Para tanto, eu me mantinha próximo ao pessoal mais conhecido do Partidão: Fabinho, Herédia, Luiz Eurico.

Deixara de ter contato com a turma do Inácio Montanha e, entre meus novos amigos, todos do Júlio de Castilhos, estava o Vasco. Certa vez, Vasco me convidou para ir à sua casa, onde passamos um bom tempo bebendo, conversando e apreciando a noite.

Em vez de militante do PCB acabei virando trotskista do ramo posadista, por obra e graça do Roberto Bohm, outro de meus amigos de Colégio. Nossa organização chamava-se POR-T (Partido Operário Revolucionário-Trotskyista), que vinha a ser a Seção Brasileira da IV Internacional. É bom lembrar que nessa época havia umas três ou quatro organizações que se intitulavam IV Internacional. Eu estava na que tinha por líder o argentino J. Posadas, daí o termo posadismo.

De qualquer forma, continuava mantendo contato com os colegas comunistas, entre os quais notei certa decepção com minha militância recém iniciada, como se eles tivessem deixado passar a oportunidade de me levar para o PCB. De fato, Fabinho me contou mais tarde que o meu recrutamento esteve em discussão e o convite só havia demorado por causa da minha amizade com o Vasco.

– Tu não sabes que ele é homossexual? – perguntou-me Fabinho quando eu quis saber qual era o problema com o Vasco.

Eu não sabia, juro! Na minha santa ingenuidade nada me chamou atenção naquela noite sob as estrelas. Nem mesmo o braço dele me enlaçando pelos ombros.

Acho que devo agradecer ao preconceito dos meus colegas. E também ao próprio Vasco. Não fosse pela amizade com ele, eu teria ido para o Partidão, já àquela altura caminhando para se fragmentar todo, com a defecção das tendências que queriam pegar em armas contra a ditadura. Nessa loucura os posadistas não entraram, embora fossem até mais loucos em outras coisas, felizmente menos perigosas.

A maior parte daquela turma do PCB no Colégio acabou indo para a luta armada. O caso mais emblemático é o do Luiz Eurico Tejera Lisbôa, que hoje é nome de rua em várias cidades. Preso em 1972, ele esteve por sete anos na lista dos desaparecidos, até ter a ossada descoberta no cemitério de Perus, periferia de São Paulo, onde fora enterrado sob nome falso. Sua viúva, Suzana Lisbôa, tem sido uma militante incansável da luta pela localização e identificação dos desaparecidos. Suzana e Luiz Eurico eram namorados na minha época de Júlio de Castilhos.

Como militante trotskista, todo um novo círculo de relacionamento se abriu para mim. Na Universidade, éramos fortes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde estudava Vito Letizia. Na Engenharia conheci o Antônio Cláudio Gomes de Souza, irmão do ator Paulo José. Também tínhamos gente na Geologia, Direito e Medicina. Fiz novas amizades nesses lugares e também no Colégio de Aplicação, onde havia uma loirinha que me incendiava a imaginação e da qual só guardei o nome de guerra: Tatiana. Outro amigo, também do Aplicação, era Ricardo

Kreitchmann, garoto sardento que não teria mais do que 16 anos na época. Em Porto Alegre estava a maior base estudantil do POR-T, mas alguns anos depois esses militantes abandonaram o posadismo e criaram uma nova organização. Mais um dos habituais rachas da esquerda.

Um dos primeiros cuidados que se toma para militar em uma organização clandestina é adotar um nome de guerra, de forma que os demais militantes desconheçam seu nome real. O Roberto escolheu meu novo nome, Laerte, e com ele fui rebatizado. Minha célula, com meia dúzia de militantes, reunia uma parte dos secundaristas do POR-T, entre eles o Roberto e o Edson, que também se tornara meu amigo. Tínhamos reuniões semanais, não apenas para definir tarefas, mas também para discutir a conjuntura: o movimento estudantil, a política nacional, a situação internacional. De vez em quando havia alguma reunião ampliada, com militantes mais experientes, para nos aprofundarmos em temas como a teoria marxista e sua aplicação naquele momento.

Faltou dizer que também discutíamos o que se passava nos sindicatos. Afinal, éramos um “partido operário”, embora ninguém ali trabalhasse em fábrica. O caso é que, como organização marxista, o POR-T considerava que a classe capaz de levar adiante a revolução socialista era o proletariado. Portanto, ao atuar no movimento estudantil estávamos apenas cumprindo uma etapa, importante só enquanto os operários não se levantassem para derrubar o capitalismo. Quando isso acontecesse, àquele bando de moleques que éramos estaríamos preparados para assumir nosso papel na revolução.

Uma peculiaridade dos trotskistas, de todos os ramos, é a preocupação em analisar a situação no mundo. A ideia é que os movimentos sociais, as manifestações culturais, as correntes de opinião tendem a se espalhar de um país para outro e, por isso, a revolução socialista seria um movimento mundial. Ou isso, ou se-

ria derrotada. Na nossa empáfia juvenil, éramos os quadros que promoveriam a revolução socialista mundial.

No geral funcionávamos de maneira muito parecida aos PCs e demais organizações que seguem o modelo definido por Lênin: um partido coeso ideologicamente, com militantes prontos para entrar em ação. A base desta concepção estava no chamado centralismo democrático, pelo qual a minoria se submete à maioria. Ou seja, após tomadas as decisões, deveriam cessar as divergências passando todos a agir como um só corpo, sem vacilação.

Leão Trotsky adotara concepção de partido idêntica à de Lênin, seu companheiro na liderança da Revolução Russa de 1917. Ou seja, o trotskismo e sua organização, a IV Internacional, provêm da mesma raiz que os partidos comunistas e compartilham com estes o mesmo modelo de organização. Como também seus vícios e deformações. É o caso do centralismo democrático, sempre com centralismo demais e democracia de menos.

No Restaurante Universitário, onde era colaborador, eu estava no principal centro de agitação estudantil de Porto Alegre. Na primeira grande passeata que preparamos, apareceu por lá um delegado de polícia para examinar o material. Houve correria, tentativa de esconder coisas, pura perda de tempo: o primeiro andar do prédio era um mar de cartazes. No fim, o delegado proibiu dois ou três cartazes mais estridentes e liberou o restante.

Para manter o mito da “revolução democrática”, o regime militar precisava mostrar algum respeito pela liberdade de expressão, o que variava muito de um lugar para outro. Em Brasília e no Rio, por exemplo, protestos estudantis já haviam sido duramente reprimidos. E, naturalmente, as torturas e assassinatos continuavam.

No final de agosto, apareceu boiando no rio Jacuí o corpo do sargento cassado Manuel Raimundo Soares. Ele estava de mãos e pés amarrados às costas e com claros sinais de tortura. Seu enterro em Porto Alegre virou uma grande e emocionante manifestação contra a ditadura.

As passeatas que saíam do RU, na Cidade Baixa, em geral marchavam até a região do mercado público, no centro, passando sempre pela rua da Praia. Tínhamos muito apoio popular, com papel picado caindo dos edifícios e gente se incorporando pelo caminho. Mas também havia quem fosse contra e nos insultasse aos gritos:

– Vão trabalhar seus vagabundos! Bando de comunistas!

A imprensa noticiava as manifestações, mas também começaram a aparecer “denúncias” de consumo de drogas em entidades estudantis. Até onde sei, nessa época não havia drogas pesadas circulando entre os estudantes. No DCE, o máximo que vi foi algum cigarro de maconha, no qual eu também dava minhas tragadas.

Naturalmente, as passeatas tinham um conteúdo de crítica política e de repúdio à ditadura, mas o foco era realmente as reivindicações estudantis. Entre outras coisas, pedia-se o cancelamento dos acordos do Ministério da Educação (MEC) com a USAID³ e suas propostas de reforma do ensino, que incluíam o fim da gratuidade nas universidades públicas. “*Fora MEC-USAID*” era um dos slogans de destaque.

Havia ainda a questão dos excedentes, o pessoal que conseguira passar no exame vestibular, mas para os quais não havia vagas suficientes na Universidade. Outro tema importantíssimo

³ A USAID (United States Agency for International Development) é uma agência de cooperação internacional do governo dos Estados Unidos. Costuma ser associada a ingerência política nos países onde atua.

era o repúdio ao fechamento de diversas entidades estudantis, particularmente a UNE, determinado pela ditadura.

– A UNE somos nós, nossa força, nossa voz! – repetíamos à exaustão nas passeatas.

Proibida desde o golpe, a União Nacional dos Estudantes resistia. Naquele ano de 1966 havia realizado seu 28º Congresso, reunindo delegados de todo país, de forma clandestina, no porão de uma igreja de Belo Horizonte. No momento, a ditadura ainda respeitava igrejas e conventos.

Até então, as atividades ditas contestatórias do movimento estudantil não iam muito além de passeatas pacíficas, distribuição de panfletos e pichações de palavras-de-ordem. A mais comum era a onipresente “Abaixo a ditadura!”, que passou a enfeitar muros e paredes de norte a sul do país. Naquele ano, a mesma palavra-de-ordem foi agitada nas eleições para o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. Era a campanha do voto nulo, encabeçada pela UNE, que pregava anular a cédula eleitoral escrevendo nela “Abaixo a ditadura!”

A mobilização estudantil não era algo isolado. Pelo contrário, ela expressava um sentimento de repúdio à ditadura que se notava de Norte a Sul do país e que também se refletia nos sucessos da música, do teatro, do cinema.

Em 1966, chega a Porto Alegre o filme “Os Companheiros”, de Mario Monicelli, que conta a história de uma greve operária no século XIX. Logo depois virá “Terra em Transe”, de Glauber Rocha, metáfora do golpe de 1964 e as forças econômi-

cas por trás dele. No teatro, “Liberdade, Liberdade”, de Flávio Rangel e Millôr Fernandes, satiriza a repressão.

O público lota teatros, cinemas e identifica a situação brasileira no que vê. Seja no filme italiano que fala de uma greve reprimida, seja no enredo cabeça de “Terra em Transe”. No dia em que fui ver “Os Companheiros” a plateia aplaudiu o filme de pé. Mais um pouco e todos sairíamos em passeata pela rua da Praia.

Mas era na música que o gosto popular mais refletia o sentimento de revolta. Tanto no sucesso de Nara Leão interpretando a canção tema do Show Opinião...

*“Pode me bater, pode me prender
que eu não mudo de opinião...”*

... quanto no “Carcará”, cantado por Maria Bethania na flor de seus 19 anos. Aliás, esse tipo de música era tocado até nos bailes dos centros acadêmicos, combinando protesto com uma boa dose de erotismo. Cada vez que Bethania gritava “Carcará”, casais aproximavam os quadris, num crescendo de excitação que chegava ao auge no verso final da canção:

“Pega, mata e come!”

De São Paulo, chegavam os ecos dos festivais de música da TV Record, com torcidas que se digladiavam. Neles imperava a chamada MPB (Música Popular Brasileira), gênero um tanto indefinido, no qual se mesclavam canções românticas e de protesto, em geral com letras muito bem elaboradas, embaladas por ritmos variados e cheias de influências regionais. No primeiro desses festivais, em 1965, ganhara a gaúcha Elis Regina interpretando “Arastão”, uma bela e singela composição de Edu Lobo e Vinicius de Moraes. Mas em 66, quando o festival caminhava para consa-

grar outra música singela, quase houve um motim no auditório. O público queria sangue.

O júri havia escolhido “A Banda”, de Chico Buarque de Holanda, uma canção romântica elogiada até pelo poeta Carlos Drummond de Andrade. No entanto, a que empolgava o público era “Disparada”, de Geraldo Vandré e Théo de Barros, música forte, cheia de metáforas de cunho político, conforme o gosto da época e cuja interpretação contava com uma inusitada queixada de burro marcando o ritmo. O resultado demorou a sair, houve pressões de bastidores, até que se chegou a uma solução de compromisso: “A Banda” e “Disparada” ficavam empatadas, dividindo o 1º lugar.

Naturalmente, o gosto musical naqueles tempos não se resumia à MPB, muito menos à sua variante calcada no protesto político. Havia Beatles, havia Rolling Stones pavimentando o caminho para outras bandas, que, como eles, também faziam sucesso por aqui. Já não era mais o rock família de cinco anos antes, mas algo mais sintonizado com o espírito rebelde da juventude.

O rock brasileiro, caudatário da influência mais direta das bandas estrangeiras, não foi dos mais inspirados. Aqui imperava a chamada Jovem Guarda (Roberto Carlos & companhia), que fazia uma música menos inventiva, ficando a rebeldia apenas no comportamento e no jeito de se vestir. Isso deve ter ajudado a maior parte da juventude que ia às passeatas a repudiar esse movimento, o que era reforçado pela visão que a esquerda tinha do rock: música imperialista. Classificávamos os fãs da Jovem Guarda (que não eram poucos), como juventude alienada, colonizada, contraposta ao sentimento nacionalista de quem ouvia MPB.

Mas então surgiu algo que se chamava Tropicalismo, movimento efêmero, mas que fez muito barulho. Nós, militantes ou simpatizantes da esquerda, aferrados às canções de protesto e às raízes da MPB, não gostamos daquela música que nos pareceu ca-

ótica, cheia de galhofa, sons dissonantes, letras incompreensíveis. Uma pena. Anos mais tarde, revisitando aqueles sons, percebi quanta coisa boa deixei de apreciar. E não apenas dentro da produção de Caetano Veloso e Gilberto Gil, os dois nomes mais conhecidos do Tropicalismo. Para mim, os garotos do conjunto “Os Mutantes”, com aquelas coisas que remetem ao movimento hippie, fizeram música equiparável ao melhor do rock mundial na época.

Pode-se dizer que antes mesmo de 1966 a ditadura já havia perdido muito de sua base social de sustentação. As razões para isso têm a ver com a truculência demonstrada pelos novos donos do poder e que não se limitava às prisões, torturas e assassinatos dos inimigos do regime. Havia também a truculência econômica, representada pela aplicação da receita estabilizadora do FMI. Sem vaselina. Um brutal arrocho salarial, acompanhado de contração do crédito, provocava queda do poder de compra das pessoas, falências e desemprego.

A classe média lotava espetáculos contestadores. Nas ruas, o que se via eram passeatas de estudantes, em vez de senhoras clamando contra o comunismo. A imprensa mostrava descontentamento com os militares e alguns jornais que haviam apoiado o golpe, como o “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, denunciavam novos casos de tortura toda semana. Mas isso não abrandava o regime, pelo contrário, tornava-o mais duro.

No ano anterior, percebendo que seus possíveis candidatos a presidente da República não teriam chance de vitória em eleições diretas, Castelo Branco baixou o Ato Institucional nº 2, que instituiu as eleições indiretas. Isso abriu caminho para Costa e Silva, que levara uma rasteira em 64. Com a nova rasteira, dessa

vez dada na oposição, levava-se a escolha para dentro dos quartéis e ali o ministro da Guerra, já consolidado no cargo, tornara-se imbatível. Dos males o menor, deve ter pensado Castelo.

Declarado candidato da Arena, Costa e Silva deixou o Ministério da Guerra e foi para a reserva no posto de marechal. Como se a eleição no Congresso não fosse mera formalidade, passou a percorrer o país em um arremedo de campanha eleitoral. Numa dessas viagens, seu avião sofreu uma pane em João Pessoa, que o impediu de levantar voo rumo ao Recife. Não fosse esse contratempo, ele circularia pelo aeroporto da capital pernambucana no momento em que uma bomba explodiu no local.

Era 25 de julho de 1966. A explosão matou duas pessoas e feriu outras 15, o maior número de vítimas de todas as ações que a esquerda praticou no Brasil. Soube-se, anos depois, que a explosão fora de responsabilidade da ala militar da AP (Ação Popular), que tinha entre seus integrantes Alípio de Freitas, um ex-padre com longa militância de esquerda. Alípio, que eu conheceria em 1973, nunca confirmou nem desmentiu sua participação no atentado.

VI

A revolta da minissaia

A minissaia chegou com força a Porto Alegre. As meninas mais atrevidas adotavam o modelo original da estilista inglesa Mary Quant, com 30 centímetros de comprimento, tendo por complemento botas de cano alto e camiseta justa. Outras, discretas, preferiam descer a barra dois ou três dedos, mas sempre deixando um bom naco de coxa à mostra.

Na volta às aulas de 1967, aquela exibição de pernas incomodou o diretor do Colégio Júlio de Castilhos. Veio a proibição das saias curtas. Algumas meninas, ao passar pelas áreas mais controladas da escola, abriam o zíper para descer a saia até a altura do joelho e usavam a camiseta para disfarçar a falta de pano na cintura. Assim mesmo houve punições. O Grêmio assume a defesa das alunas punidas e questiona o autoritarismo do diretor. O Colégio se agita com protestos e o caso chega aos jornais sob títulos que falam da “revolta da minissaia”.

Na verdade, a minissaia não era o único motivo dos protestos. Havia também a queda de braço política com a direção do Colégio, que acusava o Grêmio de “atividades subversivas”. No centro da questão estava o jornal do Grêmio, “O Julinho”, com seus ataques ao acordo MEC-Usaid e denúncias das arbitrariedades da ditadura. Mas as tentativas de cerceamento chegavam até mesmo a atividades culturais, como foi o caso de um debate com a participação de Vinícius de Moraes.

No final de abril, o Grêmio sofre intervenção e sua Diretoria resolve resistir. Uma barraca foi montada na praça em frente

à escola e ali instalado o “Grêmio Livre do Colégio Júlio de Castilhos”, que desse posto mantém a agitação. Eu, que já não estudava mais no Julinho, pois havia terminado o curso Científico, também aparecia por lá para conversar com os amigos e acompanhar as assembleias quase diárias organizadas no saguão do Colégio.

A Diretoria cassada recebia apoio dos Grêmios de outros colégios, a agitação ia se espalhando até que se resolveu fazer uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa. O mote era entregar aos deputados um documento em defesa da gratuidade do ensino, pela liberdade de organização estudantil e contra o autoritarismo das direções escolares.

Na Praça da Matriz, tendo no entorno a Assembleia Legislativa, o Palácio Piratini e a Catedral católica, concentraram-se uns 800 secundaristas. Faixas, cartazes, discursos, entrega do documento aos deputados... A coisa parecia tranquila. Mas aí, saímos em passeata.

Naquele dia a cidade parou. Passeata pela rua da Praia, mais discursos no Largo da Prefeitura, queima da bandeira dos Estados Unidos em frente ao Consulado. Por fim, engrossada pelos universitários e por populares, a passeata fez o caminho de volta até a Praça da Matriz. Foi quando a polícia de choque entrou em ação para dispersar os manifestantes: cassetetes, bombas de gás, correria. Quem se refugiou na Catedral foi caçado lá dentro e igualmente levou sua cota de bordoadas.

Costa e Silva havia assumido o Governo em março de 1967. Na mesma data, entrou em vigor a Constituição que Castello Branco fizera o Congresso aprovar, após mais algumas cassações de mandatos parlamentares. As principais medidas dos quatro Atos Institucionais baixados até então estavam incorporadas

nessa nova Constituição: eleições indiretas, julgamento de civis pela Justiça Militar, eliminação quase completa do direito de greve... A ditadura se institucionalizava.

Jogador compulsivo, Costa e Silva não dispensava corridas de cavalo e era viciado em carteadado. Pelo menos era o que se dizia dele. Contava-se que nos seus tempos de caserna vivia penitenciado em dívidas de jogo. Mas, a partir de 1964, sua sorte mudara. Mesmo quando perdia, quem participava de suas rodadas de pôquer acabava “esquecendo-se” de descontar o cheque recebido dele. Em troca, muito empresário admitido em seu círculo íntimo fez excelentes negócios com o governo.

Era tido como um homem obtuso, o que ele próprio ajudava a comprovar dizendo que só lia palavras cruzadas. A partir do momento em que começou a ser apontado como sucessor de Castello, as piadas sobre ele não pararam mais. Uma delas: Costa e Silva teria confundido a placa “Em Obras”, mostrando-a a um visitante estrangeiro como a mais nova estatal brasileira, a “Emobras”. Outra dizia que “locomotiva vai para frente e apita, mas o Brasil vai de costa e silva”.

Embora tenha sido o mais ridicularizado, Costa e Silva não foi o único dos nossos ditadores objeto de piadas. Castello Branco, conhecido como “o presidente sem pescoço” por seu físico atarracado e cabeça que parecia sair direto dos ombros, protagonizava anedotas nas quais estava sempre atrapalhado com a gravata. Circulou em Porto Alegre que, na posse de Costa e Silva, alguém do círculo palaciano (talvez o próprio Castello) disse após a transmissão do cargo:

– Sai um presidente sem pescoço, entra um sem cabeça.

Castello Branco morreu num acidente aéreo quatro meses após deixar o cargo. Em Porto Alegre, fui para um bar comemo-

rar com amigos, bebendo cachaça. Na Zona Sul do Rio, houve festa com champanhe. Costa e Silva não demorou muito a acompanhá-lo. Morreu em 1969, sem completar o mandato, mas dessa vez não houve festa: o país estava mergulhado no Ato Institucional nº 5. Havíamos perdido até o senso de humor.

A escolha de Costa e Silva para a Presidência não desagradou apenas aos grupos oposicionistas de todos os matizes. Contra ele colocaram-se também alguns políticos que até então apoiavam o governo, o mais destacado dos quais tinha sido o próprio arauto do golpe: Carlos Lacerda. O ex-governador, que sonhara chegar à Presidência em eleições diretas, rompeu com a cúpula militar quando esta mudou as regras do jogo e começou a se aproximar de seus antigos desafetos.

Lacerda procurou primeiro o ex-presidente Juscelino *Kubitschek*, que tivera os direitos políticos cassados e se asilara em Lisboa. Depois foi ter com Jango, em Montevideu, e o que parecia impossível aconteceu: os dois se entenderam. Nesse saco de gatos, que veio a se chamar “Frente Ampla”, coube ainda um naco do MDB e outro do PCB. Numa reunião de célula alguém comentou:

– Frente mais ampla que essa só incorporando São Jorge e o dragão, de braços dados.

Mas, apesar do barulho que fez, esse movimento durou pouco. Foi proibido em 1968. O episódio acabou levando os militares a cassar o próprio Lacerda, político que desde os anos 50 se articulava com os quartéis.

Ao participar da Frente Ampla, o PCB seguia sua velha estratégia de utilizar qualquer brecha que se abrisse na couraça do regime. Os comunistas já estavam no MDB e haviam atuado nas eleições de 1966, infiltrando alguns candidatos no partido de oposição consentida. Apesar do golpe e da repressão, a máquina política e sindical do velho Partidão continuava atuante. Ela ajudou a dar um pouco de representatividade popular ao MDB e trouxe algum cheiro de povo à Frente Ampla.

Enquanto a cúpula do PCB prosseguia com a política de alianças, grande parte de sua base estudantil já estava com um pé na luta armada, embora formalmente ainda não tivesse se desligado do partido. Outros grupos também trilhavam o mesmo caminho, criando o que ficaria conhecido como “organizações militaristas”.

No Uruguai, seguindo a mesma linha militarista, Brizola criara o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), que reunia, sobretudo, militares cassados pelo golpe e contava com apoio cubano. Desde os primeiros meses de exílio, ele planejava insurreições que deveriam contar com a tomada de quartéis e rebeliões civis pipocando em centros urbanos importantes. Em tese, não lhe faltaria apoio para isso, pelo menos no campo militar.

De fato, os expurgos da ditadura haviam atingido centenas de oficiais e alguns milhares de outros militares entre suboficiais, sargentos, cabos, marujos, fuzileiros. Esses homens, a maior parte deles jovens e sem qualquer perspectiva profissional fora dos quartéis, certamente não hesitariam em participar de insurreições que tivessem alguma chance de sucesso. O problema é que nenhum levante havia acontecido, à exceção do que fora protago-

nizado pelo coronel Jefferson Cardim Osório, em 1965, sem sequer arranhar o regime.

Na falta de insurreição, restava a estratégia defendida por Cuba: o foco guerrilheiro. A ideia era montar bases em áreas rurais de difícil acesso e dali sair para pequenas ações armadas, trabalho de propaganda e de mobilização popular. O resultado esperado, após alguns anos de uma vida dura e arriscada, seria a formação de um movimento revolucionário amplo o bastante para tomar o poder. Dezenas de militantes do MNR haviam passado por treinamento político-militar em Cuba e lá aprendiam táticas de guerrilha. Um dos que seguiu para a ilha foi o cabo Anselmo, o líder dos marinheiros que misteriosamente havia fugido da prisão no Rio e se juntara a Brizola no Uruguai.

O foco guerrilheiro, que se converteria em mantra da esquerda armada brasileira nos anos 60, sustentava-se no exemplo de Cuba, onde algo parecido tivera sucesso. As guerrilhas comandadas por Fidel Castro a partir da *Sierra Maestra* haviam chegado ao poder, após dois anos de luta. Nas discussões internas do nosso partido dizíamos que era uma loucura imaginar que o modelo cubano pudesse ser vitorioso num país de proporções continentais como o Brasil.

Não parecia loucura em 1967. O francês Régis Debray teorizava sobre o foco guerrilheiro em seu livro “Revolução na Revolução” e dezenas de guerrilhas surgiram na América Latina, África e Ásia. O próprio Debray havia se embrenhado nas selvas da Bolívia, juntando-se à guerrilha que o levaria à prisão e Ernesto “Che” Guevara à morte.

No Brasil já se tentara implantar guerrilha bem antes disso. Em pleno governo João Goulart, uma base guerrilheira foi desmantelada por tropas do Exército em Goiás, antes mesmo que começasse a operar. Havia outra no Maranhão, que se desmanchou sozinha, e planos de se implantar mais seis, tudo com recur-

so cubanos conseguidos pelo deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas. A organização por trás dessas ações era o clandestino MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), que se intitulava “braço armado” das Ligas Camponesas e se autodissolveu antes de 1964.

Mesmo sem ser adepto do foco guerrilheiro, Brizola acabou cedendo. Com apoio cubano, no final de 1966 foi estabelecido um núcleo inicial de guerrilha na Serra de Caparaó, região de mata fechada na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. Durou três meses. Delatado por camponeses da região, o grupo foi preso por um destacamento da PM mineira.

O fracasso da guerrilha de Caparaó, sem ter sequer iniciado operações, foi fulminante para o MNR e para a liderança brizolista.

O fechamento do Grêmio do Júlio de Castilhos não fora o único revés sofrido pelo movimento estudantil gaúcho. Na Universidade Federal, o Diretório Central dos Estudantes também havia sofrido intervenção.

A resposta da Diretoria cassada foi ocupar o prédio do Restaurante Universitário e eu, como colaborador do RU, fui para lá. Não lembro mais quantos dias durou a ocupação. Sei que numa madrugada chegou a tropa da Brigada Militar e fomos desalojados, após um bate-boca com o comandante da operação.

Aumentava a repressão aos estudantes, o que terá desdobramentos importantes. Os grupos que defendiam a luta armada imediata encontram cada vez mais eco. Ao mesmo tempo, nossas passeatas vão se tornar mais violentas e mesmo as galhofas ficarão mais ácidas. Era o caso de uma paródia do *Jingle Bells*, que vi-

rou sucesso entre os estudantes de Porto Alegre e foi cantada até em festa de formatura:

*“Sabãozinho, sabãozinho, de burguês gordinho.
Toda vil reação vai virar sabão...”*

Já não dava mais para sair em passeata da Universidade: seríamos dispersados antes de percorrer a primeira quadra. O jeito então era ir para o centro da cidade, em pequenos grupos, e lá aproveitar a movimentação dos terminais de ônibus para engrossar a manifestação.

Em geral, os grupos se encontravam nas imediações da Praça XV de Novembro, por onde muita gente circulava no final do dia e início da noite. Fogos de artifício anunciavam o início da manifestação. Faixas e cartazes eram desenrolados. Um ou dois discursos davam o tom do protesto e depois era a passeata, as palavras-de-ordem gritadas em coro, o chamado às pessoas para se juntarem a nós.

Para enfrentar as investidas da Brigada Militar, algumas técnicas foram desenvolvidas. Lenços umedecidos em uma solução de água e amoníaco ajudavam a combater os efeitos do gás lacrimogêneo. Bolinhas de gude e fogos de artifício eram eficazes contra a cavalaria: os cavalos se assustavam, escorregavam nas bolinhas e os cavaleiros acabavam caindo. Os paus das faixas e cartazes também serviam para revidar os cassetetes da polícia.

Depois vieram os primeiros coquetéis molotov. Para quem não sabe, coquetel molotov é uma garrafa de vidro cheia de gasolina, com uma mecha de estopa embebida em gasolina fechando a boca. Acessa a mecha, joga-se a garrafa, que se quebra, provocando uma pequena explosão e incêndio.

Por fim, chegou o pessoal da pesada. Grupos que já estavam se armando apareceram para fazer a segurança das passeatas,

segundo diziam. Até onde eu sei foram rechaçados pelas lideranças. Não me consta que alguém tenha saído ferido por arma de fogo nas manifestações estudantis em Porto Alegre, pelo menos até o final de 1967. Mas o certo é que a coisa começava a ficar perigosa.

Depois da intervenção no DCE, o Restaurante Universitário ficou fechado por um tempo e quando reabriu não continuei como colaborador. Consequentemente, não pude mais comer de graça. Nessa época eu morava numa “comuna trotskista”. Pelo menos era assim que chamávamos o apartamento que eu dividia com o “Fala Pouco” e o Wirson. O espaço era pequeno, mas dava para cozinhar.

Esse apartamento ficou na memória de meus companheiros daquela época, a maioria dos quais tem para contar alguma história passada ali. Metade do partido circulava por ele e boa parte desse pessoal tinha chave para entrar. Algumas vezes acordei pela manhã com alguém que eu não conhecia (e nem tinha visto chegar) dormindo na cama do lado. Era um entra e sai que contrariava as mais simples regras de segurança de um partido clandestino. Seria um desastre se a polícia já estivesse de olho na gente naquela época.

Dos vizinhos, quem estava de olho era um grupo de homossexuais que morava no apartamento do lado, mas com eles nosso risco não ia além dos apelidos que recebíamos. O Wirson, que usava um gorro preto enterrado na cabeça até cobrir as orelhas, passou a ser chamado de judeu fugido de Treblinka. Eu ganhei um apelido mais charmoso: partisan francês.

Eu me engajara inteiramente na militância trotskista do POR-T (Partido Operário Revolucionário – Trotskista). Pobre

como um monge mendicante, não tinha nada a perder e “tinha o mundo a ganhar”, como Marx havia escrito em seu Manifesto Comunista. Cabe anotar que pobreza e dedicação ao partido nem sempre andavam juntas. Conheci vários militantes provenientes de famílias abastadas tão ou mais dedicados do que eu.

Naquele ano, tentamos pescar na crise que sacudia a base estudantil do Partidão e o Luiz Eurico, que havia sido meu colega no Júlio de Castilhos, esteve na minha mira. Ele se mudara para Santa Maria, onde começou a cursar Economia, e eu viajei até lá. Fui apresentado a um grupo de 10 ou 12 estudantes, todos interessados em conhecer o que o trotskismo tinha a oferecer, que caminhos propunha para aquele momento em que as formas tradicionais de luta se fechavam.

Dessa pescaria não saiu nada. Voltei de Santa Maria convencido de que não soubera explicar convenientemente nossa estratégia, ou que havia sido pouco convincente. Só muito depois vim compreender o quanto as concepções que eu defendia estavam distantes daquilo que eles queriam ouvir. Ali, nada que não significasse ação imediata encontraria eco. E ação imediata para aquele grupo e para tantos outros jovens da época queria dizer pegar em armas.

Nessa altura, eu já havia desistido de entrar na Universidade para me dedicar totalmente à revolução socialista. E não apenas no Brasil. Nosso objetivo era a revolução socialista mundial, não deixávamos por menos. No entanto, o que se podia fazer de prático era a doutrinação clandestina, procurando ganhar militantes, simpatizantes, conquistar uma ou outra entidade de classe, um ou outro centro acadêmico, obter pontos de apoio. Era um trabalho de formiguinha, mas certamente teríamos dias

melhores no futuro e, então, a estrutura preservada a muito custo estaria pronta para entrar em ação. Era assim que pensávamos.

Nesse trabalho de formiguinha, fui escalado para atuar nas minas de carvão da região de São Jerônimo, a 50 km de Porto Alegre. Viajava para lá a cada 15 ou 20 dias, retomando antigos contatos entre os mineiros e procurando fazer novos. Levava sempre o “Frente Operária”, nosso jornal de análises e doutrinação. Passava dois ou três dias de cada vez.

Caminhar por essa região era como se deslocar dentro do “Germinal”, de Émile Zola. Começando pela paisagem das áreas próximas às minas, com suas colinas de rejeitos de carvão fume-gante, cheiro forte de enxofre e as casas de madeira dos mineiros. Lembravam a casa onde fui criado, na favela do Cantão. Nessas viagens, eu me hospedava com os mineiros e compartilhava das refeições deles.

Sentia-me orgulhoso de estar com o proletariado, a classe social que abriria o mundo para novos tempos de harmonia, fartura e solidariedade. Tinha certeza disso. Não importava que aqueles homens alquebrados por anos de trabalho duro e insalubre nada tivessem capaz de se encaixar no perfil de líder intrépido. Nem precisavam ter. No momento certo eles agiriam não como indivíduos, mas como corpo social, tocados pelo espírito de abnegação e coragem que só o combate coletivo desperta. Sobe a música, desce o pano, o público aplaude de pé!

Tenho para mim que as organizações de esquerda, todas elas, sempre padeceram de megalomania, em graus variados. Para muitas, essa doença levou a uma sensação de onipotência que as fez julgar-se capaz de enfrentar a ditadura no campo de onde provinha toda a força dela: o das armas e da truculência.

Nós, os posadistas, também éramos megalômanos, mas de um tipo diferente. Tratava-se da megalomania de se julgar portador de uma mensagem especial, um entendimento da realidade que ninguém mais havia alcançado e que fariam toda a diferença no momento oportuno. Certamente quem melhor encarnou esse espírito foi o próprio Homero Rómulo Cristalli, o argentino que como dirigente trotskista adotara o nome J. Posadas.

Ele tivera o mérito de compreender a natureza do peronismo, que definiu como movimento nacionalista de base operária, numa época em que a esquerda inteira classificava o peronismo como variante do fascismo. Também se mostrara capaz de arrastar com ele a maior fatia do trotskismo latino-americano, quando rompeu com a direção europeia da IV Internacional, em 1962. Depois pirou, embora não tanto quanto vários outros dirigentes de organizações de esquerda cuja trajetória eu acompanhei.

Uma de suas análises mais delirantes partia do princípio de que a Terceira Guerra Mundial era inevitável. Não seria o fim da humanidade, apenas o fim do capitalismo. Daí, concluía que a União Soviética deveria se lançar a um ataque nuclear preventivo, destruir o imperialismo e depois construir o socialismo com o que restasse da raça humana.

O incrível era que eu (e muitas pessoas mais bem preparadas intelectualmente do que eu) concordava inteiramente com essa monstruosidade. E já que a guerra nuclear era inevitável, passamos a ansiar por ela, torcer para que viesse logo. Afinal, a hecatombe mundial traria a revolução socialista, que passara a ser nossa razão de viver.

Com relação à União Soviética, nossas análises eram algo absolutamente esquizofrênico. Por um lado, a crítica trotskista sobre a degeneração do regime desde que Stálin assumira o poder. Por outro, a idealização sem limites e a certeza de que dali, da União Soviética, com ou sem burocracia degenerada, é que sairia

o futuro socialista da humanidade. Posadas chegou a teorizar sobre uma pretensa “regeneração” da burocracia soviética que estaria ocorrendo. E falava essas coisas em pleno regime retrógrado de Leonid Brejnev.

A IV Internacional versão posadista tinha seções em meia dúzia de países latino-americanos, mais quatro ou cinco na Europa e uma seção na África (Argélia). A seção brasileira, o POR-T, tinha bases em Porto Alegre, São Paulo, Brasília, alguma coisa no Nordeste, uns poucos militantes no Rio e creio que só. Quantos éramos? Algo como uns 60 militantes, um pouco mais ou um pouco menos que isso.

Até hoje não houve guerra nuclear e não parece mais que alguém pense em desencadeá-la. Mas não era essa a situação nos anos 60. A corrida armamentista estava em pleno vigor. Estados Unidos e União Soviética acumulavam ogivas nucleares, mísseis intercontinentais, submarinos atômicos, numa competição insana para ver quantas vezes cada lado teria capacidade de destruir o outro.

No Vietnã, tropas norte-americanas se afundavam cada vez mais no atoleiro político-militar de uma guerra impossível de ser vencida com armas convencionais. Enquanto isso, nos Estados Unidos, a juventude se rebelava contra os patrioteiros que lhe cobravam o dever de ir morrer num país distante, lutando numa guerra que não era sua.

Num quadro como esse, naturalmente, Posadas não era o único a defender o ataque nuclear preventivo. Círculos políticos e militares dos Estados Unidos também o colocaram em suas agendas. Não sei se o mesmo aconteceu na União Soviética, mas é bem possível que sim.

Era tempo de guerra. Naquele ano de 1967, Israel atacara de surpresa, infligindo uma humilhante derrota aos países árabes, com a ocupação do Sinai, das colinas de Golã e das áreas que deveriam constituir um futuro Estado Palestino: Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza. Em Porto Alegre, declaramos apoio aos palestinos, o que causou embaraços ao David, militante posadista na Faculdade de Medicina. Passou a ser conhecido como “o judeuzinho pró-árabe” e ameaçado de não ter mais direito a sepultura em cemitério judeu.

Em Havana, também em 1967, realizou-se a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), marco na proliferação de movimentos guerrilheiros pelo continente. Entre os participantes estava Carlos Marighella, que teria papel decisivo nos rumos da esquerda brasileira. Ele passou a ser o principal beneficiário do apoio que os cubanos destinavam antes a Brizola.

Mas também foi tempo do “faça amor não faça a guerra”, bandeira do movimento hippie. Em Washington, numa grande manifestação contra a Guerra do Vietnã que cercou o Departamento de Defesa, uma multidão de hippies concentrou suas mentes no prédio do Pentágono, para fazê-lo levitar. Como era de se esperar, o Pentágono não se mexeu.

No Brasil, as loucuras estavam mais para a guerra do que para o amor e a paz. Com o fracasso da guerrilha de Caparaó e o esgotamento do MNR, dezenas de militares cassados que se agrupavam em torno de Brizola precisavam agora encontrar novas formas de atuação. A maior parte deles vai aderir a organizações de ideologia marxista. Foi juntar a fome com a vontade de comer. Grupos que intelectualmente já haviam optado pela luta armada,

ganhavam o que lhes faltava para passar da teoria à prática: gente que entendia do ofício.

Das organizações marxistas existentes no Brasil dos anos 60, só duas não aderiram ao militarismo. Uma foi o PCB, a outra foi o POR-T, onde eu militava. Nosso partido rejeitava o foquismo, embora não rejeitasse o recurso às armas em si. Antes do golpe, chegara a travar tiroteios com capangas de proprietários de terra, no Nordeste.

O PCB, em teoria, também admitia o levante armado, mas a contradição entre teoria e prática o levou a uma crise sem precedentes. Sofreu a maior sangria de militantes de toda a sua história, especialmente após o VI Congresso, no final de 1967, quando Carlos Marighella e outros dirigentes que defendiam a luta armada são expulsos do partido.

Ainda em 1967, o grupo de Marighella faz sua primeira “expropriação”, termo usado para designar as ações com objetivo de levantar fundos para a guerrilha. Em dezembro, assalta um carro forte na Avenida Santo Amaro, em São Paulo, sob o olhar impassível da enorme estátua do bandeirante Borba Gato.

Naquele mesmo final do ano de 1967, enquanto a maioria das organizações de esquerda começava a mergulhar de cabeça na luta armada, eu mergulhei mais ainda na militância trotskista. A direção do POR-T propôs minha transferência para São Paulo, onde eu ajudaria na edição do jornal “Frente Operária”. Isso significava que passaria a ser um quadro profissional, mantido financeiramente pelo partido. Significava também que passaria a ter uma vida semi-clandestina, para não pôr em risco o esquema de impressão do jornal.

Aceitei. Tomei um ônibus na rodoviária e 20 e poucas horas depois desembarquei em São Paulo. No caminho, a serra gaúcha com seus vinhedos, seus vales profundos com uma estrada serpenteando pela montanha e, lá embaixo, uma igrejinha com casas em volta.

Ao deixar Porto Alegre, a cidade iniciava um importante processo de transformação urbana. O prédio de apartamentos onde tínhamos nossa “comuna trotskista”, na Cidade Baixa, seria demolido logo depois para dar lugar à Avenida Perimetral I. Mais adiante, na Azenha, quase nada mais restava da Ilhota, favela onde o compositor Lupicínio Rodrigues nasceu: os moradores foram transferidos para a Restinga, no extremo sul do município.

O Cantão, favela onde me criei, também fora removido. Meu pai, que tinha algumas economias, comprou uma casa em Gravataí, na região metropolitana, e para lá se mudou com minha mãe. Ela morreu alguns meses antes de eu deixar Porto Alegre. Ele viveu nessa casa até o fim da vida, em 1971.

Quando viajei, o viaduto da Borges de Medeiros ainda era chamado simplesmente de “o viaduto”, porque era o único da cidade. Não por muito tempo. Eu nunca mais veria a cidade tal como a conhecia desde minha infância, no início dos anos 50.

Parte II

SÃO PAULO

VII

Um estudante foi assassinado, podia ser seu filho!

A história de Edson Luís de Lima Souto tem alguns pontos de contato com a minha. Ele no Rio, eu em Porto Alegre. Acompanhei-a pelos jornais após a tragédia que o atingiu.

Edson Luis viera do Pará para fazer faculdade no Rio de Janeiro, mas primeiro precisava arrumar um jeito de sobreviver, além de concluir o curso Científico. A solução para os dois problemas estava no Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço, que ficava no centro da cidade, perto do aeroporto Santos Dumont.

Ali ele encontrou comida barata e o curso supletivo do Instituto Cooperativo de Ensino, mantido pela UME (União Metropolitana de Estudantes), além de uma maneira de ganhar algum dinheiro fazendo pequenos serviços. Encontrou também a militância estudantil, as passeatas, os enfrentamentos com a polícia. Por fim, aos 18 anos, encontrou a morte.

No Calabouço, criado por Getúlio Vargas nos anos 50, milhares de estudantes faziam suas refeições diariamente. Nos anos 60, seu amplo refeitório virou centro da agitação estudantil e local de onde partiam as passeatas, o que lembra o Restaurante Universitário de Porto Alegre.

Em 1967, o governador Negrão de Lima (único eleito pelo MDB em todo o país) mandou demolir o Calabouço para passar uma avenida pelo local, mas foi preciso primeiro vencer a resistência dos estudantes, que se entrincheiravam dentro do pré-

dio. Negrão de Lima prometeu erguer outro restaurante estudantil em local próximo e acalmou os ânimos. No entanto, antes que o novo Calabouço fosse concluído, deu-se a demolição do antigo.

Sem ter onde comer, os estudantes passaram a aplicar o “pendura” em restaurantes das proximidades. Chegavam em grupos e, depois da refeição, mandam “pendurar” a despesa na conta do governador. Isso durou três meses e só parou quando o novo restaurante foi entregue, ainda cheio de poeira e com instalações precárias. Começava uma nova luta, desta vez pela melhoria da comida e da estrutura do restaurante.

No fim da tarde de 28 de março de 1968, mais uma passeata saía do Calabouço para pedir a melhoria das instalações. E, naturalmente, para protestar contra a ditadura. No Rio, a repressão ao movimento estudantil também havia aumentado, como acontecia em todo o país.

A Polícia Militar recebeu os manifestantes com cassetetes. Os estudantes recuaram. Revidaram com paus e pedras. A polícia respondeu com tiros. Sete pessoas foram atingidas, entre populares e estudantes. O secundarista Edson Luís, um dos atingidos, agonizava. Foi levado para a Santa Casa. Chegou morto.

Ali mesmo começou outro enfrentamento com a polícia, que queria encaminhar o corpo para o Instituto Médico Legal. Não conseguiu. Carregado pelos estudantes, o cadáver foi para a Assembleia Legislativa. Lá, seu velório atraía mais e mais gente, à medida que a notícia se espalhava. Os teatros suspenderam os espetáculos. Personalidades da música, da literatura, da política acorriam à Assembleia Legislativa.

No dia seguinte, a morte do estudante estava em todas as manchetes. A primeira página do “Correio da Manhã” escancarava: ASSASSINATO! O enterro, acompanhado por 50 mil pessoas, comoveu o Rio de Janeiro. Entre as faixas, uma frase que se tornaria símbolo de 1968:

“Um estudante foi assassinado. Ele podia ser seu filho!”

O ano de 1968 faz jus à fama que tem. No Vietnã, o Tet (1º dia do ano no calendário vietnamita) marcou o início de uma grande ofensiva dos guerrilheiros vietcongs, apoiados por tropas do Vietnã do Norte. Saigon, a capital do Vietnã do Sul, virou campo de batalha. Guerrilheiros chegaram a travar combate dentro do quartel-general das tropas dos Estados Unidos e da embaixada norte-americana. O ano do macaco começava com a morte de algo entre 30 e 40 mil combatentes, 80% disso só entre os comunistas. Mas o maior peso político veio da morte de pouco mais de mil soldados norte-americanos.

A Ofensiva do Tet causou verdadeira comoção nos Estados Unidos, amplificada pelas imagens dos caixões dos soldados mortos que a TV transmitia. As manifestações contra a guerra se ampliavam, culminando no ano seguinte com a Marcha sobre Washington, que reuniu 500 mil pessoas na capital. Ao mesmo tempo, o movimento pelos direitos civis dos negros crescia, tanto em sua versão armada, do grupo Panteras Negras, quanto na versão pacifista do pastor batista Martin Luther King Jr, assassinado em abril de 1968.

Protestos contra a guerra do Vietnã ocorriam no mundo inteiro, paralelamente à luta por democracia e liberdade em todos os seus aspectos. Liberação sexual, sim, mas também liberdade para as manifestações culturais, para se vestir e usar os cabelos como cada um bem quisesse, liberdade para fumar maconha. E, naturalmente, liberdade política.

Na Tchecosláquia⁴, Alexander Dubcek chegava ao poder iniciando a chamada “Primavera de Praga”, a liberalização do regime comunista, que seria esmagada pelos tanques soviéticos em agosto. Do Japão à Polônia, da Itália ao México, jovens estudantes (mas também operários e funcionários) tomavam os espaços públicos, colocando o poder em xeque.

Esse processo terá seu ponto culminante em maio, na França, quando estudantes e operários convulsionam Paris. Reivindicações estudantis rapidamente evoluem para uma greve geral, que paralisa 70% dos trabalhadores. Fábricas foram tomadas em várias cidades, enquanto multidões invadiam as ruas. O presidente De Gaulle, sentindo-se ameaçado, refugiou-se numa base militar.

Mas aquilo que parecia prenunciar a queda do regime termina de forma tão surpreendente quanto havia começado. A CGT, central sindical dirigida pelo Partido Comunista Francês, decide pela volta ao trabalho, após o governo conceder um abono salarial de 35%. Os trabalhadores acatam a determinação. Que mais poderiam fazer senão obedecer à sua liderança nacional?

Cheguei a São Paulo no final de 1967, com tudo o que tinha: uma mala velha, algumas roupas, uns poucos livros. Estava prestes a completar 21 anos. Adotei um novo nome de guerra, “Ernesto”, homenagem a Ernesto “Che” Guevara, que havia sido assassinado pouco tempo antes na Bolívia. Fui morar em um “aparelho”, que era como chamávamos as casas clandestinas das organizações de esquerda. Ficava em Campo Limpo, naquela

⁴ Na época a atual República Tcheca e a Eslováquia formavam um só país, com capital em Praga

época um lugar nos confins da cidade, meio bairro de periferia, meio zona rural.

Era um dos aparelhos mais secretos do nosso partido, o POR-T, só conhecido pelo Tullo Vigevani, meu companheiro de moradia, e mais dois ou três militantes. Ali, em um mimeógrafo, imprimia-se o órgão oficial do partido, o Frente Operária. Pelos dois anos e meio seguintes, meu ofício seria editar e imprimir esse jornal, o que incluía desde traduzir textos, preparar cada matriz, até manejar o mimeógrafo.

O Frente Operária saía a cada 15 dias, impresso em tamanho ofício. Era um jornal de artigos, no qual um único nome brilhava: J. Posadas. Portanto, bem mais da metade dele estava centrada na situação internacional. Eram textos nos quais Posadas se estendia por páginas e páginas, com análises verborrágicas a respeito do Vietnã, do Oriente Médio, da China, da União Soviética e do que mais lhe desse na telha. Sem esquecer os discos voadores.

Ah, os discos voadores! Quantas explicações tive que dar por causa deles! O fato é que Posadas, como é comum entre os líderes megalomaniacos, gostava de incursionar por temas dos quais ele nada entendia. Acabou discorrendo sobre a possibilidade de vida em outros planetas e como seriam essas hipotéticas sociedades extraterrenas: socialistas, naturalmente. Foi o que bastou para a maior parte da esquerda cair em cima do POR-T, começando com piadinhas maldosas e terminando por classificar todos os posadistas como um bando de loucos. Corria de boca em boca que estávamos tentando desenvolver formas de contato com os ETs, esperando arregimentar uma frota de discos voadores para vir implantar o socialismo na terra. O diabo é que essas maledicências ganharam vida própria e acabaram grudando na gente.

Mas, maledicências à parte, Frente Operária tinha lá o seu valor do ponto de vista analítico. Sobre o Brasil, nossa interpreta-

ção apresentava diversos pontos de contato com o Partidão. Condenávamos o foquismo e outras formas de luta armada naquele momento. Considerávamos o nacionalismo uma força importante e por um ou dois anos após o golpe de 1964 mantivemos contatos regulares com Brizola em seu exílio. Defendíamos a atuação dentro dos sindicatos oficiais, ao contrário de outras correntes que queriam criar sindicatos paralelos.

Pelo menos num ponto estratégico nos diferenciávamos profundamente do PCB: a proposta de organizar um partido operário baseado nos sindicatos. Nada que pudesse ser criado em curto prazo, apenas uma ideia que começamos a trabalhar nas bases sindicais, amadurecendo-a como proposta, até que tempos mais favoráveis permitissem a construção de um verdadeiro partido de massas, tendo o movimento sindical como pedra angular. Quem viu aí um nexos com o Partido dos Trabalhadores, o PT dos anos 80, pode gritar eureka!

O POR-T fora criado em 1952, surgindo como herdeiro de grupos trotskistas que começaram a aparecer no Brasil no início dos anos 30. Chegou a ter importância em São Paulo, certo peso no movimento dos sargentos e mais ainda entre os camponeses do Nordeste. Em 1963, seu militante Paulo Roberto Pinto (nome de guerra, Jeremias) foi assassinado a tiros, em Itambé (PE), após organizar uma greve de trabalhadores rurais pelo pagamento do 13º salário.

Com o golpe, o partido entrou em declínio, consequência de uma série de prisões e das naturais dificuldades criadas pela clandestinidade. Manteve-se como força importante no movimento estudantil do Rio Grande do Sul, mas só até 1968.

Perdeu, sobretudo, influência no campo das ideias, no qual os trotskistas sempre se destacaram. Naturalmente, parte da explicação para isso vinha do fato de que remávamos contra a maré da luta armada, responsável por uma reação contra “o blá-blá-blá das reuniões de partido”, como se dizia na época. Mas não era só isso, havia também o fator Posadas, que começara a predominar a partir de 1962, quando se dera o rompimento da fatia latino-americana da IV Internacional com a direção europeia do trotskismo.

Caudilho de esquerda, Posadas era um trotskista que, paradoxalmente, tinha o perfil de um perfeito stalinista. Impunha ao POR-T e demais seções de sua IV Internacional uma opinião única, a dele, o que chamava de “monolitismo”, cerceando assim o debate. Como consequência, a influência intelectual do trotskismo no Brasil foi desaguar em outras organizações, entre as quais tendências que se desprenderam do próprio POR-T.

Uma delas foi a Organização Comunista 1º de Maio, uma dissidência nascida em São Paulo, em 1966, justamente quando o caudilhismo de Posadas começava a passar dos limites. A outra foi a Fração Bolchevique, que surgiu no Rio Grande do Sul em 1968, em aberta reação ao “monolitismo” posadista, já consolidado. Na dissidência gaúcha estavam muitos de meus amigos, gente como Vito Letizia, estudante da Universidade cujo brilho intelectual me impressionava.

Eu estava distante do debate aberto pelos trotskistas gaúchos. A realidade em São Paulo era de um partido isolado, com uma pequena atuação estudantil e outra, também pequena, no movimento sindical. Ao contrário de Porto Alegre, eu vivia num clima de clandestinidade pesada, por conta de meu trabalho com o esquema do jornal Frente Operária, agravado pelo fato de o Bureau Político (BP), a direção do POR-T, ser constituída quase que exclusivamente por militantes que já haviam sido presos,

alguns deles ainda incluídos em listas de procurados, e que precisavam se resguardar ao máximo.

Mobilizações já sacudiam o Brasil antes mesmo do maio francês. E não eram apenas mobilizações estudantis.

A situação econômica havia melhorado substancialmente e entrávamos numa fase de expansão do emprego. A crise vivida no governo Goulart recebera tratamento de choque nos anos Castello Branco, um duro ajuste que preparara a implantação do modelo econômico da ditadura. Em vez de reformas que ampliassem o mercado interno, o caminho foi aumentar as exportações, via incentivos fiscais.

Manter os salários baixos era pedra angular desse modelo, razão pela qual permanecia o arrocho. Emprego em alta e salário arrochado é o típico quadro favorável às lutas sindicais e era exatamente isso que estava acontecendo no Brasil. Em janeiro de 1968, uma greve de cortadores de cana em Pernambuco foi o primeiro desafio importante à legislação trabalhista da ditadura. Em abril, greve de metalúrgicos em Minas Gerais obriga o governo a conceder um abono salarial de 10% para todo o país.

Em julho, os metalúrgicos de Osasco partiram para uma ação mais ousada ainda: greve com ocupação de fábrica, como se vira na França. O POR-T mantinha contato com lideranças operárias locais, mas não chegou a ter papel importante na greve. A tendência que, de fato, estava por trás do movimento era a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)⁵, organização que já optara pela luta armada, mas ainda mantinha importante presença entre os metalúrgicos.

⁵ Sobre as organizações atuantes na época ler “O emaranhado de tendências”, no Apêndice ao final deste livro

Foi uma greve excepcionalmente aguerrida, para os padrões do Brasil. Na Cobrasma, principal indústria do município, os trabalhadores prenderam diretores e engenheiros da empresa. A reação não se fez esperar e Osasco praticamente ficou sob ocupação militar, com soldados armados de fuzil a cada esquina. A Força Pública (atual Polícia Militar) invadiu a Cobrasma e dispersou os grevistas. A greve durou cinco dias. Sua derrota e a repressão que se seguiu determinaram um novo refluxo do movimento operário, que duraria 10 anos.

Já o movimento estudantil, após a comoção provocada pelo assassinato de Edson Luís, viveu o período de maior mobilização de sua História. Manifestações se sucedem em todo o país. Em São Paulo, milhares de estudantes saem às ruas. Em Porto Alegre, dois veículos da polícia são incendiados. Em Curitiba, tumultos resultam na prisão de 59 estudantes e ferimentos em seis policiais. Em Goiânia, a repressão policial mata um estudante e deixa dois outros feridos a bala.

No Rio, a ordem era baixar o cassete até mesmo quando não havia passeata. Foi assim após a missa de 7º dia de Edson Luís, quando a cavalaria da PM investiu contra a multidão que deixava a igreja da Candelária, ferindo dezenas de pessoas. A partir daí, as manifestações cariocas tornaram-se cada vez mais violentas.

Coquetéis molotov incendeiam carros oficiais. Barricadas são erguidas nas ruas. Grupos enfrentam a polícia com paus e pedras e muitas vezes levam a melhor. Naqueles meses de 1968, por várias vezes o centro do Rio virou praça de guerra, com o registro de novas mortes. Nem por isso diminuiu o apoio popular ao movimento estudantil.

O auge da mobilização foi em junho, quando uma passeata reuniu 100 mil pessoas no Rio. Já não eram apenas estudantes. Ali estavam intelectuais, padres, freiras, artistas, mães revoltadas pela repressão aos jovens. Na liderança, o presidente da UME (União Metropolitana de Estudantes), Vladimir Palmeira, curiosamente filho de um senador da Arena.

Em depoimento 35 anos depois, Vladimir Palmeira comparou a passeata de 1968 com o comício das “Diretas Já”, também realizado no Rio, em 1984:

– Se eram mesmo 100 mil pessoas, então o comício das diretas que todos dizem que reuniu 1 milhão, não passou de 120 mil⁶.

Em São Paulo, a repressão às passeatas não foi menos pesada. E, tal como no Rio, os estudantes partiram para o enfrentamento. Tijolos das construções que as passeatas encontravam pelo caminho eram as principais armas dos manifestantes, além dos coquetéis molotov e da madeira que segurava os cartazes. Mas não era só isso. Numa grande manifestação no centro da cidade, estudantes trocaram tiros com vigilantes da antiga sede do jornal O Estado de S. Paulo.

As organizações armadas, que cresciam, sobretudo em São Paulo, haviam assumido a vanguarda do movimento e conquistavam a simpatia da massa estudantil. Fosse por causa da repressão policial, fosse como resposta a ataques de grupos paramilitares de direita, ou ainda porque a imagem romântica do guerrilheiro conquistava os corações, o certo era que uma nova palavra-de-ordem vinha sendo cada vez mais repetida:

⁶ “Abaixo a Ditadura”, José Dirceu e Vladimir Palmeira

– O povo armado derruba a ditadura!

Nos grupos de esquerda, as discussões contrapunham “militaristas” (defensores da luta armada exclusiva e imediata) e “massistas” (que pretendiam aprofundar o trabalho de massa). Vale dizer que também eram classificadas como “massistas” organizações que defendiam uma combinação entre luta armada e trabalho de massas.

Naturalmente, a maioria dos estudantes que participava das manifestações estava alheia a esse tipo de discussão. O tema realmente mobilizador era a reforma universitária, sobretudo para quem estudava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, naquela época instalada na rua Maria Antônia, no centro da cidade. Ali reinava Catarina Meloni, militante da AP (Ação Popular), estudante do curso de Letras e rival de José Dirceu de Oliveira na liderança do movimento estudantil paulista. Dirceu, estudante da PUC vinculado a uma das dissidências do PCB, era o presidente da UEE (União Estadual dos Estudantes).

No mesmo curso de Letras frequentado por Catarina Meloni, estudava uma menina de 20 anos, que depois viria a ter um papel importante na minha vida: Isolda Gouvêa. Creio que a história da opção política dela foi muito parecida com a minha, nos tempos de Júlio de Castilhos. Havia a vontade de se engajar em algum dos grupos da vanguarda estudantil, ao que se somava um conhecimento precário de cada um deles. Como aconteceu comigo, o acaso é que definiria sua escolha. Mas isso é outra história.

Naquele momento, Isolda era apenas mais uma entre milhares de estudantes que iam às passeatas, provavelmente vestindo minissaia de algodão caqui, um dos itens da moda entre as estudantes ativistas. Outro item, este mais comum entre os rapazes, era a calça Far-West (“que resiste a tudo”, como dizia a propaganda). Rapazes e moças também usavam calça Lee (importada),

mas isso era para quem conhecesse algum tripulante da Varig, ou um contrabandista que se abastecesse no Paraguai. O tênis Conga, ótimo para correr da polícia, completava o figurino.

Em São Paulo, ganhou peso a ocupação de faculdades. A mais prolongada foi a da Filosofia da USP, que durou de junho a outubro e contou com o apoio de parte importante dos professores. Os estudantes acamparam no prédio da Maria Antonia, transformado em república livre. Ali faziam as refeições, dormiam e organizavam atividades culturais, cursos abertos sobre marxismo, filosofia, história da arte, conferências de todo tipo. E debatiam a reforma universitária em comissões paritárias de estudantes e professores.

A Maria Antonia foi a mais completa expressão brasileira do espírito de 1968. Virou Meca de peregrinação para atores do Oficina e do Teatro de Arena, intelectuais, artistas e músicos. Improvisavam-se shows, espetáculos teatrais, performances. Era uma festa, na qual não faltavam festivais, exposições, cineclube. Centenas de estudantes de outras faculdades (e até de outros Estados) vinham participar daquela experiência. Nas paredes do prédio, uma frase pichada integrava-se ao clima geral de liberdade e contestação:

“Virgindade dá câncer”

José Dirceu praticamente se instalou na Maria Antônia, onde se mostrou muito ativo na “prevenção do câncer”. Entre os seus “casos” durante a ocupação o que mais deu o que falar envolveu uma moça chamada Heloísa, que na verdade era agente do DOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), a

polícia política. Descoberta, ela foi obrigada a entregar a chave de seu apartamento e lá os estudantes encontraram cópias de relatórios e nomes de outros infiltrados. Depois, numa operação de propaganda, entregaram a moça ao seu pai, que veio do interior. No movimento estudantil, Heloísa ficou sendo conhecida como “Maçã Dourada”, seu suposto nome em código na operação que envolvia sexo e espionagem.

A ocupação da Filosofia foi até o início de outubro de 1968, três meses após ter se iniciado. Tudo acabou em um grande conflito no qual os estudantes da USP tiveram que enfrentar o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e pessoal da vizinha Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi a chamada “Guerra da Maria Antônia”, que durou dois dias. Começou com insultos aos “subversivos” da USP, rapidamente evoluiu para pedradas e tijoladas de parte a parte e, depois, coquetéis molotov e tiros.

A polícia foi chamada pela reitora do Mackenzie, Esther de Figueiredo Ferraz, mas, em vez de apartar a briga, postou-se junto à Universidade Presbiteriana, formando uma barreira de proteção, enquanto a luta continuava do outro lado da rua. Dentro do Mackenzie, os laboratórios de química ficaram abertos ao CCC, que ali se abastecia de ácido para usar na batalha. Os alunos da Filosofia recuaram: não dava para continuar a luta com o CCC protegido pela polícia e o conflito arrefeceu.

No dia seguinte a guerra recomeçou, com violência ainda maior. O CCC passou a atacar a tiros os alunos da Filosofia e uma bala atingiu o estudante José Guimarães, que morreu. Os ocupantes abandonaram a Maria Antônia e em seguida saíram em passeata, com Dirceu à frente, a camisa ensanguentada do estudante assassinado nas mãos.

Sob o olhar impassível dos policiais, o prédio da Filosofia foi parcialmente incendiado por coquetéis molotov. A faculdade, expulsa daquela rua, nunca mais voltou. Seus alunos passaram

anos acomodados em barracões improvisados na Cidade Universitária.

Quanto à reitora Esther de Figueiredo Ferraz, o prêmio por ter ajudado a liquidar com aquele “antro de subversão” seria entregue três anos depois. Virou secretária de Educação do governo paulista e mais tarde ministra da Educação.

Surgido em 1963, em meio à histeria anticomunista anterior ao golpe, o Comando de Caça aos Comunistas reunia uma estranha fauna, na qual se misturavam homens da repressão e jovens de famílias paulistanas abastadas. Conforme revelou reportagem da revista “O Cruzeiro” de novembro de 1968, nele conviviam militares e o futuro apresentador de televisão Boris Casoy, o agente do DOPS Raul Nogueira Lima (Raul Careca) e o futuro advogado de sucesso Roberto Ulhoa Cintra.

Por ter sido o mais conhecido grupo terrorista da direita brasileira, o CCC acabou levando a fama por muita coisa que não fez. O certo é que naqueles tempos havia vários outros grupos de direita atuantes, a maioria reunindo militares e policiais dos órgãos de repressão, que nas horas vagas continuavam praticando terrorismo.

Já está comprovado, por depoimento de seus protagonistas, que no Rio de Janeiro atuava um grupo terrorista formado por militares, a maioria vinculada ao Centro de Informações do Exército. Esse grupo organizou um verdadeiro festival de explosões no segundo semestre de 1968, com atentados a bomba contra o Correio da Manhã, os teatros Opinião e Gláucio Gil, as Editoras Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira, entre outros alvos.

E teve ainda o caso Para-Sar, no Rio de Janeiro, que envolveu a alta hierarquia do governo. Começou quando o brigadei-

ro João Paulo Burnier criou um grupo secreto, formado por homens do Serviço de Salvamento e Resgate da Aeronáutica, o Para-Sar. A missão desse grupo: explodir a loja Sears, o Citibank, a embaixada dos Estados Unidos e o gasômetro da avenida Brasil. Na sequência, escudando-se na comoção causada, o mesmo grupo deveria assassinar lideranças estudantis, figuras de esquerda e políticos como Carlos Lacerda e Jânio Quadros, que seriam sequestrados e arremessados de aviões em alto mar.

Essa loucura só foi evitada porque um dos oficiais do Para-Sar, o capitão Sérgio Miranda de Carvalho, não concordou em atuar como terrorista e levou o plano ao conhecimento de seu superior, o major-brigadeiro Itamar Rocha. O caso resultou em duas sindicâncias secretas, que se arrastaram por meses. Mas acabou vazando para a oposição, foi denunciado na tribuna da Câmara dos Deputados e virou primeira página dos jornais. Não teve mais como ser abafado.

O episódio terminou de forma absolutamente vergonhosa para a instituição que o conduziu. Burnier foi inocentado, enquanto o capitão Sérgio Miranda acabou preso e expulso da Aeronáutica, mesmo tendo sua denúncia confirmada pela maioria dos 36 oficiais e sargentos do Para-Sar. O major-brigadeiro Itamar Rocha, que deu crédito à denúncia, foi preso e perdeu o cargo de diretor de Rotas Aéreas.

Em 1968, só no eixo Rio-São Paulo, houve mais de 30 atentados atribuídos a grupos de direita clandestinos, mas graças ao capitão Sérgio Miranda não houve naquele ano atentados de direita que deixassem vítimas fatais. As mortes, pouco mais de 10, ficaram por conta da repressão às passeatas.

A esquerda também praticou atentados, assaltos a banco e ações para captura de armas. Resultaram em sete mortos, entre os quais um militar norte-americano e um alemão, executados por

comandos respectivamente da VPR e do Colina (Comando de Libertação Nacional).

Na madrugada do dia 22 de junho de 1968, uma caminhonete estacionou em frente ao Hospital Militar do Cambuci, em São Paulo. Dela desceram quatro homens, vestindo fardas do Exército, que dominaram a guarda do hospital e fizeram uma limpa no armamento ali guardado. Levaram 11 FAL (Fuzil Automático Leve), de fabricação belga.

Na manhã seguinte, o comandante do II Exército, Manoel Carvalho Lisboa, esbravejou pela imprensa contra os comunistas “que se escondem na sombra e atacam hospitais”. E desafiou:

– Que venham atacar o meu quartel!

A VPR, que havia tomado as armas do Hospital Militar, resolveu topar o desafio. Poucos dias depois, a caminhonete veterana do Cambuci trafegava em direção ao quartel general do II Exército, no parque do Ibirapuera. Já se aproximava do quartel quando o motorista saltou, com o veículo em movimento, e este prosseguiu sem comando. Mas desviou-se da direção planejada, chocou-se contra um poste e explodiu próximo à guarita do sentinela. Sua carga de 50 quilos de dinamite estraçalhou o soldado Mário Kozel Filho e feriu seis outros militares. Tivesse seguido a rota prevista, teria atingido em cheio o alojamento dos oficiais.

Em 1968, pelo menos seis organizações de esquerda já haviam começado a praticar ações armadas, entre as quais a VPR e o grupo de Marighella, que adotara o nome de ALN (Ação Libertadora Nacional). Ambas concentravam suas maiores forças em São Paulo.

Surpreendentemente, a ALN e outras organizações milita-
ristas não tinham em seus programas a luta pelo socialismo ime-
diato, mas sim pela derrubada da ditadura e a implantação de um
regime capaz de enfrentar o imperialismo e o atraso do latifúndio.
O socialismo ficava para mais tarde. Era a velha concepção da re-
volução em duas etapas, herdada do PCB, que nem o golpe de
1964 conseguira sepultar.

VPR e ALN ainda detinham influência importante nos
movimentos populares de São Paulo. A primeira atuava junto aos
operários de Osasco, enquanto a ALN era forte entre os estudan-
tes. Mas a opção pela luta armada já estava definida, fazendo com
que lideranças estudantis ou operárias fossem se afastando de
suas bases para entrar no redemoinho das ações clandestinas. Só
em 1968, em São Paulo, foram mais de 15 assaltos a bancos e car-
ros fortes, entre os quais um trem pagador da Estrada de Ferro
Santos-Judaiá.

Parte do dinheiro dos assaltos, a princípio, ia para a com-
pra de fazendas em locais remotos, onde serviriam de ponto de
apoio para guerrilhas rurais. No entanto, foram poucos os focos
guerrilheiros que efetivamente chegaram a ser implantados. Em
contrapartida, a vida clandestina nas cidades cada vez exigia mais
recursos, para o que mais dinheiro precisava ser conseguido em
novos assaltos. Era a armadilha para a qual Che Guevara já havia
alertado:

– Se para fazer a revolução começa assaltando bancos
vais acabar virando assaltante de banco.

Mas vivíamos a loucura da ação pela ação, do vanguardis-
mo que se julgava capaz de mudar o mundo por um ato de vontade e que não tinha tempo para esperar. Não foi por acaso que a
canção de Geraldo Vandré, “Prá não dizer que não falei de flo-

res”, virou o hino daquele ano, com seu refrão que se encaixava como uma luva nessa concepção:

*“Quem sabe faz a hora
não espera acontecer”*

O 30º Congresso da UNE estava marcado para outubro de 1968, em São Paulo. Seria o maior dos realizados após o golpe e nele se enfrentariam as duas correntes que dominavam o movimento estudantil. De um lado a AP, que fizera todos os presidentes da UNE desde 1962, incluindo o que estava em final de mandato, Luís Travassos. Do outro, as diversas dissidências estudantis do PCB, que embora rompidas com o partido-mãe mantinham-se unidas para enfrentar a AP e esperavam eleger José Dirceu.

Um sítio na zona rural de Ibiúna, a 80 quilômetros de São Paulo, literalmente no meio do mato, foi o local escolhido para o Congresso. Não era fácil chegar lá. Os delegados ao Congresso precisavam passar por um sistema de controle que incluía encontros com senhas e escala em locais secretos, para só então serem encaminhados aos pontos onde começava a jornada para Ibiúna. Até aí eles não tinham a menor noção de para onde estavam seguindo. Na rodovia Raposo Tavares ainda se dava uma nova troca de veículo e, por fim, os últimos quilômetros eram percorridos a pé.

Por esse processo de despistagem passaram centenas de estudantes e mais alguns jornalistas credenciados para cobrir o Congresso, mais de 900 pessoas. Imagine-se esse esquema sendo aplicado com tamanha multidão, pessoas vindas do país inteiro, com muita gente desconhecida no meio. É evidente que a polícia

descobriria o local bem antes que último estudante chegasse a Ibiúna, como de fato aconteceu.

Sábado, 12 de outubro, 7 da manhã. No sítio de Ibiúna estava toda a liderança do movimento estudantil, com uma única exceção: Catarina Meloni. Ela havia sido presa em setembro e fora libertada poucos dias antes do Congresso, quando as delegações já haviam sido escolhidas. Após uma noite pessimamente dormida, uma enorme fila de estudantes tentava se servir do café da manhã. Foi quando veio a notícia: a polícia estava chegando. Nem todos acreditaram. Uma parte da liderança achou que era manobra da “turma do Zé Dirceu” para melar a votação que ocorreria dali a algumas horas. Nessa discussão perderam-se alguns minutos preciosos, que poderiam ter sido usados para dar fuga aos líderes mais visados.

Foi preso praticamente o Congresso inteiro. Isso significava capturar a vanguarda do movimento estudantil em todo o país. Suas lideranças nacionais, mas também as lideranças regionais e os principais ativistas, o pessoal que estava na linha de frente das passeatas, que mobilizava os demais, que mantinha acesa a chama do movimento. Dos líderes presentes ao Congresso, o único que conseguiu escapar foi Jean Marc Van der Weid, da AP, que seria eleito presidente da UNE em um Congresso improvisado no ano seguinte.

Para transportar os presos foram necessários nove ônibus, um microônibus, cinco caminhões e três caminhonetes. Esse cortejo desfilou pelo centro das cidades próximas (Ibiúna, Vargem Grande, Cotia) antes de seguir para seu destino: o Presídio Tiradentes, em São Paulo. Era um troféu importante demais para deixar de ser exibido.

Após pouco mais de uma semana a maioria saiu da cadeia, restando ainda algumas dezenas que também foram gradativamente ganhando a liberdade, com exceção dos principais líderes

estudantis. Estes, entre os quais estavam José Dirceu, Vladimir Palmeira e Luís Travassos, amargariam um bom tempo de prisão.

Com essa prisão em massa, os órgãos da repressão ganharam um banco de dados fabuloso: 920 nomes de ativistas, seus endereços, fotos, impressões digitais, tudo. Se considerarmos que a maioria dos que foram ao Congresso estava ligada a alguma organização clandestina, pode-se aquilatar a importância desse arquivo para o ataque geral contra a esquerda, o que viria logo em seguida

Sempre me perguntei por que fazer aquele Congresso no meio do mato. Por que não realizá-lo sob proteção da Igreja, como fora com os anteriores? Ou então, fazê-lo publicamente, como havia sido o da UEE, que também estava na ilegalidade e mesmo assim se reunira na USP, de maneira aberta, sem sofrer repressão? O local escolhido foi o melhor presente que polícia recebeu naquele ano: pode agir sem enfrentar o movimento estudantil aguerrido, ou sem o constrangimento de invadir um convento.

Nesses anos todos, ouvi duas ou três explicações para esse desatino. Uma delas é a de que o Congresso foi feito para “cair” mesmo, para que seus participantes fossem presos. Assim, depois de soltos e na mira da polícia, estariam prontos para a clandestinidade, o que de fato aconteceu com muitos dos que estiveram em Ibiúna. Era o que queriam as organizações da luta armada: militantes desligados dos laços profissionais, familiares, sociais, preparados para mergulhar de cabeça na guerrilha.

É a explicação que me parece mais aceitável. Mesmo porque a ALN, a mais forte das organizações militaristas no seio do movimento estudantil paulista, tinha gente na direção da UEE de São Paulo, justamente a entidade encarregada de viabilizar o Congresso. O próprio José Dirceu, para todos os efeitos identificados como “dissidência do Partido”, ou era militante da ALN ou en-

tão já estava muito próximo de ser. Naturalmente, a loucura daqueles anos, a megalomania das lideranças, completa a explicação.

No início do segundo semestre de 1968, o movimento estudantil já havia perdido o fôlego. No Rio, que registrara as maiores manifestações do país, as passeatas minguavam e eram facilmente controladas pela polícia. Em São Paulo, restava o foco de resistência da Maria Antônia, que seria desmantelado em outubro. Depois veio a prisão em massa de Ibiúna e aí o movimento degringolou de vez.

As organizações militaristas já estavam em franca atividade, mas a polícia ainda não se dera conta da extensão da coisa. Os assaltos a banco e alguns dos roubos de armas e explosivos eram executados de forma a parecer atividade de gangues. As investigações policiais, até o final de 1968, seguiam essa linha. A exceção estava nos poucos atentados que claramente levavam a assinatura da esquerda.

Enfim, havia uma calma na superfície, que não enganava aos observadores mais atentos. Os militares não estavam contentes nem mesmo com a Constituição autoritária de 1967. Queriam acabar com o *habeas corpus* que ainda beneficiava os acusados de “delitos” políticos, queriam cassar parlamentares e líderes políticos um pouco menos submissos, Lacerda inclusive.

Sobretudo viam perigo nas eleições indiretas marcadas para 1970, que poderiam eleger um civil para a Presidência. Com certeza seria um civil afinado com a cúpula militar, mas, mesmo assim, a camarilha que tomara de assalto o aparato do Estado temia perder postos e poder. E fora essa mesma camarilha, que os jornais da época chamavam de “linha dura”, quem impusera a eleição de Costa e Silva à Presidência.

Portanto, havia forças poderosas, aninhadas no coração do governo, querendo fechar de vez o regime, instaurar uma ditadura dentro da ditadura. O que faltava era o motivo, depois que o plano do brigadeiro Burnier dera com os burros n'água e que as ruas, sem passeatas, ficaram calmas.

O “motivo” foi criado a partir de um discurso do deputado Márcio Moreira Alves, na tribuna da Câmara. Contumaz denunciante de torturas, Moreira Alves dessa vez se excedeu, propondo algo inusitado como instrumento de luta política: uma “greve de sexo”. Ou, mais precisamente, propôs que fosse feito um “boicote” aos militares, dirigindo-se “às moças, às namoradas, àquelas que dançam com os cadetes e frequentam os jovens oficiais”.

O governo pediu licença à Câmara para processar o deputado atrevido. Esta, como era de se esperar, negou o pedido em votação dia 12 de dezembro. No dia seguinte veio o troco, sob o nome de Ato Institucional nº 5. O Congresso foi fechado, eliminou-se o *habeas corpus* para os processados pela Lei de Segurança Nacional, reabriu-se a temporada de cassações. Nossos bravos soldados estavam sob o grave risco de ficar sem sexo e contra tal atentado tornavam-se necessárias as mais drásticas medidas. Começavam aí os 10 anos de AI-5.

O fechamento total do regime foi saudado por uma parte da esquerda. As organizações militaristas viam no AI-5 o desmascaramento do “Estado burguês”, incapaz de se manter de pé sem truculência, incapaz de conviver até mesmo com um arremedo de democracia. Acabam-se as ilusões restando agora apenas o recurso às armas. Era a teoria do “quanto pior, melhor”. Foi necessário correr muito sangue até que minha geração se convencesse de que isso era uma insanidade, de que quanto pior, pior mesmo!

VIII

A revolução sexual passou longe

A notícia já estava circulando a boca pequena desde a noite: fora sequestrado um embaixador no Rio de Janeiro. Na manhã seguinte veio o mais espantoso: jornais estampavam o manifesto de um grupo revolucionário que havia capturado o embaixador Charles Burke Elbrick, representante dos Estados Unidos no Brasil, e exigiam a libertação de 15 presos políticos em troca de sua vida. Aquela altura, rádios e televisões já haviam lido o manifesto.

Confesso que o sequestro abalou minhas convicções contrárias à guerrilha, fosse ela urbana ou rural. Pela primeira vez desde o AI-5 acertava-se um golpe importante contra o poder militar, o que parecia demonstrar que pequenos grupos bem organizados e preparados podiam solapar a solidez da ditadura.

Na verdade, nem a ditadura estava tão sólida assim, nem os sequestradores eram um primor de organização. Por trás do sequestro estavam estudantes que compunham a chamada Dissidência da Guanabara, uma das muitas que haviam se desprendido do PCB. Inexperiente, o grupo teve o bom senso de propor parceria na empreitada à ALN (Ação Libertadora Nacional), que já estava no ramo das ações armadas há dois anos.

Um dos militantes da Dissidência, o estudante Franklin Martins, encarregado de redigir o manifesto à nação, percebeu que sua organização precisava de um nome melhor. Decidiu-se por MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), referência à data em que Che Guevara fora assassinado. Assim, a assinatura do manifesto publicado pelos jornais naquela sexta-feira, 5 de se-

tembro de 1969, dia seguinte ao sequestro, marcava a estreia da sigla MR-8, ao lado da veterana ALN.

Capturado o embaixador, demorou menos de 36 horas para o Exército e a Marinha descobrirem seu paradeiro. Na noite da sexta-feira, dois militares a paisana bateram na casa onde Elbrick era mantido preso, no bairro do Rio Comprido. Quem veio atender foi o então jornalista Fernando Gabeira. Disseram que iam a um jantar naquela rua e, após uma conversa rápida, foram embora afirmando haver se enganado de endereço. Saíram convencidos de que a denúncia de uma vizinha estava correta: era ali o cativo do embaixador.

O que fazer? Invadir o aparelho, prender os sequestradores e resgatar o cadáver de Elbrick? Nem pensar. O governo já havia recebido um puxão de orelhas de Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, e resolvera ceder. Tanto que atendera à primeira exigência dos sequestradores: a divulgação de seu manifesto pela imprensa, então submetida a rígida censura.

No sábado, dia 6, providenciou-se a libertação dos 15 prisioneiros políticos. A lista incluía os principais líderes estudantis, encarcerados desde o Congresso de Ibiúna (Vladimir Palmeira, Dirceu, Travassos), o sindicalista José Ibrahin (líder da greve de Osasco), ativistas de várias organizações militaristas e pessoal do PCB, como o veterano Gregório Bezerra.

Todos seguiram para o México, de avião, não sem antes o governo enfrentar um início de rebelião militar. A Brigada de Para-Quedistas do Exército ameaçou invadir a base aérea do Galeão e fuzilar os presos. Limitou-se a tomar os transmissores da Rádio Nacional e colocar no ar um comunicado que classificava a libertação dos prisioneiros como “medida impatriótica”.

O lance mais arriscado acabou sendo a libertação do embaixador, no domingo. Do cativo, saiu um comboio de três carros. Em um Fusca estava Elbrick, de olhos vendados. Camio-

netes com agentes da Marinha seguiram atrás. Uma delas, numa manobra rápida, isolou o carro que ia logo atrás do Fusca conduzindo o embaixador. Por alguns momentos os dois grupos, armas na mão, se encararam. Os sequestradores, prontos para abrir caminho a bala, manobraram o carro e... Surpreendentemente passaram sem qualquer reação dos agentes da Marinha, paralisados pelo medo, ante a perspectiva de um tiroteio que seria devastador para ambos os lados.

Enquanto isso, o carro do embaixador ia em frente, sem ser seguido. Os outros dois acabaram se beneficiando do quase confronto e também se perderam em meio ao trânsito. A final do jogo Fluminense X América, com um trânsito pesado e muita gente a pé pelas ruas, facilitou o despistamento e a libertação do embaixador.

Foi o primeiro caso no mundo de libertação de presos políticos a partir do sequestro de um embaixador. O próprio termo, sequestro, não era de uso muito comum, tanto que no manifesto à nação, redigido por Franklin Martins, a expressão usada era “rpto do embaixador” e assim o assunto foi tratado no noticiário. Até que um jornal esclareceu em artigo: rpto é o crime que consiste em tirar de casa “a mulher honesta, tendo em vista fins libidinosos”. Como não parecia haver intenções libidinosas para com o embaixador, sua captura só podia ser um sequestro.

Eu ia me adaptando a São Paulo, impressionado com a quantidade de rostos orientais pelas ruas, algo pouco comum em Porto Alegre. Logo identifiquei nas pastelarias chinesas, que na época estavam por toda parte, um símbolo dessa diversidade. Embora dirigidas por chineses, vendiam pastel e caldo de cana (tipicamente brasileiros), esfirra e quibe (árabes) e pizza (italiana).

Para aumentar mais ainda essa diversidade, estava em curso uma nova corrente migratória oriental, dessa vez proveniente da Coreia. Chegavam levas de coreanos, muitos deles para trabalhar em oficinas de costura, no Bom Retiro, praticamente como escravos. Décadas depois, os coreanos dominariam a indústria de confecções na cidade e os escravos seriam outros: bolivianos, paraguaios, peruanos.

Havia poucas favelas, mas a São Paulo do final dos anos 60 estava cheia de cortiços. Neles vivia boa parte da população pobre, uma pobreza invisível a quem passava pela rua, que percebia apenas casarões antigos, arruinados pelo tempo. No entanto, bastava abrir um portão lateral para surgir o corredor de miséria: famílias amontoadas em cubículos, dividindo banheiros coletivos, mulheres brigando por um espaço para estender a roupa lavada...

Eu costumava subir a pé a rua Augusta, na época a mais elegante da cidade, embora seu trecho próximo ao centro já não fosse propriamente lugar para moça de família. Dali, na altura da Praça Roosevelt até o largo do Arouche, ficava a região conhecida como Boca do Luxo, onde se concentravam o alto meretrício e as boates sofisticadas. A mais famosa delas, tida como ponto das prostitutas mais caras de São Paulo, era La Licorne, da rua Major Sertório.

Um pouco mais adiante, passado o Largo do Arouche, começava a zona do baixo meretrício, conhecida como Boca do Lixo e que décadas depois virou Cracolândia. Ia até a Estação da Luz e nela estavam encravadas tanto o ponto de chegada a São Paulo, quanto o local por onde muita gente desapareceu: a Estação Rodoviária e o prédio do DOPS, a polícia política.

O ano de 1969 começara sob os signos da luta armada e da repressão. Em janeiro, o capitão Carlos Lamarca desertou de um quartel em São Paulo, levando 63 fuzis e duas metralhadoras. Ligado à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), ele entrava na clandestinidade de maneira improvisada no momento em que começavam as prisões em sua organização. Ou caía fora, ou fatalmente seria preso.

Até março, uma série de prisões resultou na desarticulação do núcleo dirigente da VPR, em São Paulo. Enquanto isso, em Minas e no Rio, o Colina (Comando de Libertação Nacional) também era desarticulado pela repressão. O que restou das duas organizações acabou se unindo para formar a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), que tinha, entre seus militantes, uma ex-estudante de economia em Minas Gerais chamada Dilma Rousseff.

No POR-T, o Partido Operário Revolucionário – Trotskista, continuávamos rejeitando a luta armada. Em troca, apostávamos no desmoronamento do regime por força de suas próprias contradições e para isso contávamos com a influência sobre o Brasil de um fenômeno então em voga na América Latina: o nacionalismo militar. Em 1968, um golpe no Peru instalou na Presidência o general Juan Velasco Alvarado, que para começar seu governo expropriou as companhias petrolíferas dos Estados Unidos. Um ano depois, foi a vez de a Bolívia inaugurar um governo de perfil semelhante.

O interesse maior do partido estava no Peru. Alvarado havia colocado em prática uma reforma agrária radical, aproximara-se da União Soviética e dos movimentos populares. A seção peruana da nossa IV Internacional passou a colaborar com seu governo. Fui mandado ao Rio, onde tive um encontro com o em-

baixador peruano para entregar-lhe uma carta de apoio ao novo regime.

No Brasil da ditadura, o nacionalismo militar também estava em voga. A seu modo. Era representado pelo general Afonso Albuquerque Lima, que fazia pronunciamentos em defesa das empresas nacionais, junto com declarações a favor do AI-5 e da repressão. Tinha influência na parte politicamente mais ativa dos oficiais do Exército, incluindo aí a Brigada de Para-Quedistas, a mesma que ameaçaria de fuzilamento os prisioneiros exigidos em troca do embaixador Charles Elbrick. Era a partir dessa influência que o general pretendia voar alto, rumo à Presidência da República.

Quando houve o sequestro do embaixador norte-americano, havia seis dias que Costa e Silva perdera a fala e se encontrava numa cama, com os movimentos parcialmente paralisados, depois de sofrer um acidente vascular cerebral. Deveria ser substituído pelo civil Pedro Aleixo, que fazia as vezes de vice-presidente da ditadura, mas ele acabou vetado pela cúpula no poder. Em seu lugar, o governo foi formalmente assumido por uma Junta Militar.

Esse foi, provavelmente, o governo mais caricato que o Brasil já teve. Mesmo com jornais censurados, sabia-se que quem mandava de fato era o general Jayme Portella, chefe do Gabinete Militar de Costa e Silva. Também não era segredo que Portella e a Junta Militar inventada por ele eram abertamente contestados dentro dos quartéis.

Tido como líder da Junta, o general Aurélio de Lyra Tavares, ministro do Exército, era um militar com pendores literários. Cometia poesias usando o pseudônimo “Adelita”. Por conta delas e de livros versando sobre assuntos militares, foi eleito para

a Academia Brasileira de Letras, instituição sempre disposta a bajular os poderosos, até mesmo poderosos de ocasião, como era o caso do general Adelita.

O governo encabeçado por Adelita, mesmo politicamente frágil (ou talvez por isso mesmo), endureceu ainda mais o regime. Em outubro de 1969, promulgou uma emenda constitucional que na prática era uma nova Constituição, tão grande foram as mudanças outorgadas enquanto o Congresso continuava fechado. Estabelecia pena de morte nos casos de “guerra revolucionária ou subversiva”, institucionalizava a censura e reduzia drasticamente a imunidade parlamentar, entre outras disposições.

A Junta só se sustentava como “provisória”. Ou seja, estava ali enquanto o marechal Costa e Silva não se restabelecesse, “consultando-o” nos assuntos mais importantes. Boletins médicos divulgados com destaque pelos meios de comunicação periodicamente davam conta de sua “promissora” recuperação.

Como se soube depois, era tudo mentira. A Junta Militar não chegava nem perto do leito de Costa e Silva. Além da família e dos médicos, severamente controlados, a única pessoa com acesso ao quarto do doente era Jayme Portella. O estado de saúde do marechal era irreversível. Mudo, paralisado, não tinha condições sequer de solicitar qualquer coisa de que necessitasse, quanto mais de dar opinião em assunto de governo.

A doença de Costa e Silva antecipou o processo sucessório, que naturalmente seria decidido nos quartéis. Ali, o general nacionalista Albuquerque Lima era o candidato mais forte, o único que empolgava. No POR-T também estávamos empolgados com ele, vendo-o como alguém que poderia repetir o que acontecia no Peru, onde um general nacionalista implantara um governo

esquerdizante. Não fomos os únicos. O PCB igualmente fez elogios ao general, chamando-o de “patriota” em seu jornal “Resistência”.

Felizmente nós ficamos só nas análises publicadas por Frente Operária e imagino que o PCB haja tomado cuidado semelhante. Tenho certeza de que Albuquerque Lima nos colocaria a todos na cadeia se tentássemos qualquer movimento de aproximação, seguindo os passos dos posadistas peruanos, que estavam em lua-de-mel com o governo de seu país.

Em meados de setembro, o Alto-Comando do Exército decidiu acabar com a farsa de Jayme Portella e tomou para si a escolha de um sucessor para Costa e Silva. Tudo seria decidido através de consulta aos generais, brigadeiros e almirantes, numa confusa votação na qual não faltaram malandragens e pressões. Tratava-se de passar uma rasteira na candidatura de Albuquerque Lima, que crescia na tropa.

A manobra deu certo, mas para que a coisa funcionasse foi preciso achar um nome de consenso. Alguém que não fosse nem do grupo de Castello Branco, nem muito ligado a Costa e Silva. Que não tivesse se indisposto com nenhum de seus pares. Enfim, que fosse suficientemente inexpressivo para não incomodar ninguém e, naturalmente, que fosse general de quatro estrelas. Era o perfil de Emílio Garrastazu Médici.

Resolvida a sucessão no meio militar, o Congresso foi reaberto para dizer amém. Formalmente eleito, Médici assumiu dia 30 de outubro. Costa e Silva, que já estava meio morto, ainda vegetou até 17 de dezembro de 1969.

Em São Paulo, eu levava uma vida de pobreza franciscana, no que não me diferenciava muito dos outros militantes que

dependiam das finanças do POR-T. Enquanto o PCB recebia recursos da União Soviética, o PC do B se abastecia na China (depois na Albânia) e as organizações militaristas tinham o dinheiro dos assaltos, nós precisávamos nos virar com a magra contribuição dos militantes e de simpatizantes.

O Bureau Político (BP), que vinha a ser a direção do POR-T, corria a cidade de ônibus para fazer o partido funcionar, através de encontros regulares com os militantes que coordenavam cada célula. Eram os “pontos”, sempre marcados em locais públicos, que serviam para passar e recolher informações.

Muitas reuniões eram feitas em parques públicos, sob a forma de piqueniques, por falta de local mais apropriado. Sofremos alguns sustos nessas reuniões. O maior de todos foi no Horto Florestal, Zona Norte de São Paulo, quando o governador Abreu Sodré passou ao lado do nosso piquenique acompanhado por bajuladores e guarda-costas. É que nesse parque fica a casa de veraneio do governo estadual, algo a que não nos tínhamos dado conta. Nunca mais voltamos lá.

Onde eu morava funcionava o aparelho técnico, assim chamado por ser o local de impressão do Frente Operária, tarefa que cabia a mim. Dada a natureza do meu trabalho e a convivência com a direção do POR-T, eu precisava me submeter a uma vida de estrita clandestinidade, o que implicava mil cuidados, contatos limitados, dificuldade para aprofundar relacionamentos. Só há uma palavra para designar o sentimento dominante em mim naqueles primeiros tempos de São Paulo: solidão.

Felizmente havia as reuniões de célula. Foi numa delas, após um ano e meio em São Paulo, que eu me encantei por uma moça de 21 anos, pele rosada de quem carrega herança genética de italianos do Vêneto, bonitas pernas que a minissaia deixava à mostra, um sorriso encantador. Era Isolda, estudante da USP recém recrutada pelo POR-T.

Ela vivera as lutas da Faculdade de Filosofia e, como os demais colegas do curso de Letras, fora transferida do aconchegante prédio da rua Maria Antônia para o campus da Cidade Universitária, que parecia concebido para dispersar os vários cursos por espaços enormes, dificultando o convívio. Ali, nosso partido iniciara um tímido crescimento, facilitado pelo vazio que se seguiria ao Congresso de Ibiúna e ao mergulho na clandestinidade de muitas lideranças estudantis.

Não foi fácil me chegar à Isolda. Eu, embora já com 22 anos, ainda não aprendera a transformar a camaradagem com uma mulher em relacionamento pessoal. Ainda tinha medo de dar um passo em falso, o que via como particularmente catastrófico por sermos ambos militantes. Ela era ainda mais tímida do que eu. Creio que a troca de olhares e indecisão mútua durou um mês, período em que cheguei a ter uma crise de fígado, demonstrando que o verdadeiro órgão do amor não é o coração.

Nunca havia sentido uma atração tão forte por uma mulher, o que acabou me decidindo a arriscar um tudo ou nada. Ela, em vez de me aceitar de pronto, primeiro me fez ouvir uma frase de indecisão que, no entanto, o brilho no olhar desmentia totalmente. Naquela noite, caminhamos uns seis quilômetros de mãos dadas, tanto era o que tínhamos a dizer um ao outro, tantos eram os carinhos reprimidos que precisavam se manifestar.

Voltei para casa exultante. Eu tinha não apenas uma namorada, mas uma companheira de lutas, alguém para compartilhar amor e desafios políticos, para dividir inquietações e sonhos revolucionários.

Naquele ano, ocorreu a maior expropriação de toda a história da luta armada no Brasil: o roubo do cofre de Adhemar de

Barros. Foi a mais espetacular ação da recém criada VAR-Palmares, o grupo de Dilma Roussef, formado pela junção da VPR e do Colina.

Político que primeiro encarnou o slogan “rouba mas faz”, Adhemar havia morrido em março daquele ano, deixando uma fortuna em dinheiro vivo de origem duvidosa. Parte desse dinheiro estava em um cofre, guardado numa casa do bairro Santa Teresa, no Rio, onde moravam parentes de sua ex-secretária Ana Capriglioni, que havia sido sua amante, segundo o que se comentava. Um sobrinho de Ana, ligado à VAR-Palmares, revelou a existência do cofre.

No dia 18 de julho de 1969, um comando da VAR tomou a casa de Santa Teresa. Eram 11 homens e duas mulheres, que se apresentaram como agentes da Polícia Federal em busca de material subversivo, tendo metralhadoras como credencial mais importante. O cofre, pesando uns 200 quilos, estava no andar superior. Colocá-lo em um carrinho até que não foi difícil. O problema era a escadaria. Acabou se desequilibrando e rolou até o térreo, arrebentando os degraus de mármore na descida.

Seguiu numa camionete para Jacarepaguá, providenciando-se um maçarico para abri-lo. Feito o primeiro furo, o interior do cofre foi inundado com água. Não se podia correr o risco de queimar o dinheiro. O trabalho prosseguiu com a expectativa de todos. Quanto haveria no cofre? Quem sabe uns 100 mil dólares, o que já seria um feito e tanto? Havia muito mais. Quando finalmente o aço foi rasgado, apareceram boiando maços e maços de dólares. E, à medida que se punha aquela fortuna para secar e se contavam as notas, a surpresa era ainda maior. A operação rendeu 2,6 milhões de dólares, que se convertidos para valores de 2013 somariam mais de R\$ 30 milhões. À polícia, os donos da casa declararam que o cofre continha apenas documentos.

Esse tesouro poderia permitir à VAR-Palmares manter sua estrutura e ainda organizar a pretendida guerrilha rural, sem precisar mais se arriscar em assaltos. Mas foi justamente a perspectiva de partir para ações armadas no campo em curto prazo que detonou um racha na organização. Parte dos militantes, incluindo o capitão Lamarca, saíram para recriar a VPR e preparar a guerrilha, enquanto a VAR mantinha a proposta de reforçar sua estrutura nas cidades e de ganhar militantes operários. Cada uma das alas ficou com metade do dinheiro.

Enquanto as organizações de esquerda se dividiam e subdividiam, o aparato repressivo procurava centralizar suas ações, antes espalhadas por diferentes organismos das forças armadas, Polícia Federal e mais os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de cada Estado. Gradativamente, o Exército tomava para si a tarefa de coordenar a repressão.

O primeiro ensaio de centralização foi feito em São Paulo com a Oban (Operação Bandeirantes), inaugurada em julho de 1969 com discurso de Abreu Sodré. Comandada por um oficial do Exército, a Oban misturava efetivos militares com quadros da polícia civil e da PM. Assumiu o status de órgão de cúpula do aparato repressivo, a quem deveriam ser encaminhados todos os suspeitos de “terrorismo”.

Esse centro de tortura e assassinato contou com apoio maciço do empresariado paulista. Delfim Netto, então ministro da Fazenda, reuniu-se com empresários para pedir colaboração. O consulado norte-americano aconselhava executivos de multinacionais a aderir à caixinha. Assim, a Oban nadava em fartura, seja sob a forma de equipamentos (a indústria automobilística, por

exemplo, fornecia veículos de graça), seja em dinheiro até mesmo para premiar agentes por “terrorista” capturado ou morto.

Entre os empresários colaboradores da Oban, teve gente que foi muito além de simplesmente abrir a carteira. É o caso de um diretor do Grupo Ultra, Henning Boilesen, que privava da amizade de torturadores e costumava ser visto no prédio da rua Tutoia. Foi reconhecido por presos políticos, que conseguiram passar a informação a suas organizações. Em 1971, Boilesen foi metralhado e morto em uma rua de São Paulo, por um comando conjunto da ALN, VPR e MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes).

Um ano depois de inaugurada a Operação Bandeirantes, a centralização do aparato repressivo nas mãos do Exército estendeu-se a todo o país. Foram implantados os DOI-CODI, em nove capitais, todos seguindo o modelo da Oban, que também passou a atender pelo novo nome. CODI queria dizer Centro de Operações de Defesa Interna, enquanto DOI significava Destacamento de Operações de Informação, nome especialmente escolhido para produzir uma sigla capaz de representar o método de interrogatório a que se propunha: provocar dor.

A centralização repressiva nos DOI só não foi completa porque a Marinha não se conformou em desempenhar um papel secundário. Sua cúpula queria que o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) estivesse entre os protagonistas da caça às organizações de esquerda, pois isso era fonte de prestígio e poder, colocando-a em posição de destaque no jogo político interno da ditadura.

No Rio, o Cenimar torturava na Ilha das Flores, onde montara um presídio, e no próprio prédio do Ministério da Mari-

nha. Mas faltava-lhe uma base adequada de operações em São Paulo, o que seria resolvido a partir de uma aliança com o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS. Assim, ao contrário das outras capitais, onde o surgimento dos DOI-CODI transformara os DOPS em órgãos quase que exclusivamente burocráticos, o da capital paulista continuou na linha de frente da ação repressiva.

O governo Sodr e havia transferido Fleury para o DOPS em 1968. Vinha do DEIC (Departamento de Investiga es Criminais), onde acumulava a fun o de delegado com a de chefe do Esquadrão da Morte, um bando de tiras corruptos que atuavam como assassinos profissionais, a serviço de uma das quadrilhas que disputava o mercado paulista do tr fico de drogas. Com ele vinha toda uma equipe de investigadores, seus subordinados no DEIC e parceiros no crime. Era o Esquadrão da Morte completo ingressando na poderosa polícia política e com prote o da Marinha para driblar o DOI.

Naturalmente, isso não significou abandonar a lucrativa associa o com o tr fico, apenas acrescentou mais impunidade, como o promotor Hélio Bicudo compreenderia. Ele investigou e provou alguns dos crimes do Esquadrão da Morte e de Fleury, que, em vez de cadeia, recebeu honrarias oficiais: a Medalha do Pacificador e o título de Amigo da Marinha.

Essa mistura entre repressão política e bandidagem pura e simples, da qual o delegado Fleury   um dos símbolos, foi bastante comum. Os saques nas casas dos presos políticos invadidas pelos agentes do DOI era prática rotineira. Antes, a própria primeira-dama Maria Thereza Goulart fora vítima de ladroagem, nos dias que se sucederam ao golpe de 1964. Ela tivera que sair da residência oficial da Presidência às pressas, deixando muita coisa para tr s. Suas joias e outros pertencentes valiosos sumiram e nunca foram devolvidos, conforme depoimentos dela.

No Rio, com até mais desenvoltura que Fleury, agia o capitão Ailton Guimarães Jorge. Esse torturador do DOI carioca começou sua nova carreira roubando um estoque de uísque, perfumes e calças Lee de uma quadrilha de contrabandistas. Depois, ele e seu grupo passaram a dar proteção à mesma quadrilha, algumas vezes mobilizando tropa da Polícia do Exército. Mas não deixaram de assaltar, só que apenas quadrilhas rivais. Passaram nisso três anos.

Um belo dia, a Polícia Federal começou a investigar o bando de Guimarães e surgiu daí um inquérito policial-militar a cargo de um coronel descontente com esse desvio de funções: eles deveriam estar torturando e matando, não roubando. Resultado, 30 militares acabaram presos e processados, a maioria deles lotada no DOI. Depois de idas e vindas e protelações, foram todos absolvidos, mas àquela altura o capitão já não estava mais interessado na carreira militar. Foi para o jogo do bicho, onde assegurou um futuro promissor, transformando-se em um dos maiores banqueiros do jogo proibido no Rio e patrono do Carnaval carioca. Seu nome na contravenção e no samba continuou sendo Capitão Guimarães.

Isolda e eu estávamos à procura de um lugar tranquilo onde pudéssemos ter um do outro mais do que carícias e beijos apaixonados. Na São Paulo da era pré-motel isso não era fácil. Os hotéis não aceitavam casais para hospedagem rápida, a chamada alta rotatividade, pois poderiam ser enquadrados no crime de “exploração do lenocínio”. Isso fazia com que ainda sobrevivessem as antigas *garçonnières*, pequenos apartamentos mantidos por rapazes, em geral em conjunto com um ou dois amigos, e que serviam

para encontros amorosos. Opções mais acessíveis eram precárias e desconfortáveis.

Restavam os hotéis da Boca do Lixo, que de fato viviam da alta rotatividade e pagavam propina à polícia para não serem incomodados. Assim, foi num desses hotéis, quase em frente à antiga rodoviária e muito perto do DOPS, onde tivemos nossa primeira tarde de amor e sexo. Concentrados um no outro, conseguimos transformar um hotel de quinta categoria no local mais romântico do mundo. Foi naquela tarde que ficamos sabendo o nome real um do outro, pois até então só nos conhecíamos pelos respectivos nomes de guerra: Paula e Ernesto.

Nosso namoro era conhecido do POR-T desde o início, mas o grau de intimidade a que havíamos chegado foi mantido em segredo. Não era coisa para se sair contando, por mais que o marxismo (e a tradição socialista em geral) defendesse o amor livre como um ideal de organização da sociedade. Mas isso ficava para o futuro. Por enquanto, sexo só com um compromisso maior estabelecido entre os dois, por exemplo a decisão de morar juntos, mesmo que sem casamento formal. Esta era a posição oficial.

Para compreender essa concepção em um partido marxista é preciso considerar que os anos 60 foram um momento de transição da moral sexual. Os anticoncepcionais, a contestação da autoridade, o movimento hippie, o feminismo, tudo isso estava acontecendo ao mesmo tempo, transformando as relações entre homem e mulher e sepultando preconceitos como o da virgindade. Ainda assim, a antiga moral continuava suficientemente forte para impor restrições e preservar tabus, que atingiam, sobretudo, a mulher.

Portanto, moças que quisessem assumir um comportamento dito liberal, sem serem estigmatizadas, precisavam estar no lugar certo: entre os hippies, nos movimentos contestatórios, ou

em organizações que condenavam a “hipocrisia da moral burguesa”, como era o nosso caso. Era aí que estava o perigo, como ouvi certa vez em uma reunião do partido:

– Camarada, nosso propósito é fazer a revolução. Se a gente não tomar cuidado, isso aqui vira putaria e, em vez de fazer a revolução, vamos todos para a esbórnia!

Naturalmente, isso não era nem um pouco respeitado pelos casais que se formavam dentro do partido, mas servia para limitar os relacionamentos ocasionais. O certo é que, apesar da posição oficial, tolerava-se quando a moça resolvia ir para a cama com o namorado, desde que fosse só com o namorado e também que não ficasse trocando de namorado com frequência. No fundo também estávamos submetidos à mesma hipocrisia da “moral burguesa”.

Não éramos os únicos. Outras organizações de esquerda adotavam uma moral sexual semelhante à nossa, porque todos tínhamos muito de conservadorismo e não apenas em relação a sexo: também no gosto musical, maneira de se vestir e comportamento em geral. Naturalmente havia muitas exceções, a maior parte das quais ficava por conta do pessoal tido como *maluquete*, conforme a expressão da época. Era uma gente sempre aberta a novas experiências e avessa à disciplina partidária, mas que dava muito apoio aos grupos de esquerda, sobretudo apoio financeiro.

Fleury era um policial meticoloso e astuto. A partir do que arrancava dos presos sob tortura, era capaz de levantar pistas, preparar armadilhas e esperar que a vítima caísse no laço. Quando soube que frades dominicanos de São Paulo davam cobertura à

ALN, mandou vigiar o convento do bairro de Perdizes, em São Paulo, em vez de invadi-lo. Nas sessões de torturas aplicadas a quem quer que caísse em suas mãos, concentrava perguntas sobre as relações dos frades com a luta armada e acabou descobrindo que o próprio Carlos Marighella mantinha contato com o convento.

Dia 2 de novembro de 1969, dois frades de Perdizes estavam no Rio de Janeiro, para onde haviam viajado, quando foram presos e torturados no prédio do Ministério da Marinha. Fleury em pessoa comandou o interrogatório. Descobriu que o contato com Marighella era através da Livraria Duas Cidades, na capital paulista, onde um dos frades trabalhava. Alguém telefonava para a livraria e, ao fim da conversa, dizia: “Esteja hoje na gráfica”. Esta senha indicava ao interlocutor que ele deveria encontrar o líder da ALN às 20 horas daquele dia, em um ponto previamente estabelecido.

No início da noite de 4 de novembro, o laço estava armado na Alameda Casa Branca, em São Paulo. Cerca de 30 policiais distribuíam-se, disfarçados, na quadra que vai da Lorena à rua Ta-tuí. Às 20 horas, Marighella apareceu na Alameda Casa Branca, vindo da esquina com a Lorena. Viu o Fusca azul que o estava esperando, abriu a porta e entrou.

Fleury surgiu atirando, o que deu início a uma fuzilaria descontrolada. Em pânico, pela fama de coragem do homem encurralado e por uma suposta reação de sua “guarda pessoal”, os tiras atiravam a esmo, acabando por matar a investigadora Stela Morato e ferir o delegado Rubens Tucunduva, que participavam da operação. Um protético alemão que passava de carro também foi assassinado. Com Marighella foram encontrados um revólver e duas cápsulas de cianureto de potássio, com as quais pretendia se suicidar para não cair vivo nas mãos da polícia.

O fuzilamento de Marighella representou um baque para toda a esquerda. Não era um homem qualquer. Estava morto o comunista histórico, que fora deputado à Constituinte de 1946, rompera com o PCB e liderava a luta armada no Brasil desde 1967. A ditadura saía fortalecida. Mas, para a esquerda armada, ainda restava um ícone: o capitão Lamarca continuava em atividade. Tinha dinheiro e coragem para ações espetaculares.

IX

Milagre, assassinatos e futebol

Naquele feriado, Isolda estava escalada para uma atividade do partido e depois iríamos ao cinema. Fui encontrá-la no final do dia, mas, assim que cheguei a casa dela percebi que acontecera alguma coisa grave. Havia uma fogueira no meio do quintal e lá estava um dos nossos companheiros de partido queimando materiais comprometedores. Minha namorada havia sido presa no Estádio Maria Zélia, onde se realizava uma festa de 1º de Maio, organizada por sindicatos de trabalhadores.

Dois ou três dias depois, ela foi solta e contou os detalhes. Estava distribuindo panfletos contra o governo, junto com outros militantes do nosso POR-T, quando ela e os demais foram presos. Passaram pela Oban, depois foram levados ao DOPS e fichados, antes de serem soltos, já que naquele momento a repressão não estava dando bola para um bando de estudantes sem envolvimento com a luta armada. Contudo, nosso companheiro Alfredo, velho conhecido da polícia política, não teve a mesma sorte.

Alfredo era o nome de guerra de Olavo Hansen, operário em uma indústria química e militante desde os tempos do governo João Goulart. Veterano de três prisões, fora libertado da anterior, em 1965, por um habeas corpus, instrumento de defesa que depois do AI-5 ficaria vetado a presos políticos. Ex-aluno da Escola Politécnica da USP, Olavo havia sido um militante “proletarizado”, como eram chamados os que deixavam de estudar para ir se empregar em fábricas. Tullo Vigevani, também aluno da Poli, esteve um tempo trabalhando na Pirelli, enquanto no Rio Grande

do Sul Roberto Bohm, que eu conhecia desde a época do Colégio Júlio de Castilhos, empregava-se na Cutelaria Zivi-Hércules. Esses são apenas alguns exemplos dos muitos estudantes que o POR-T “proletarizou”.

Não éramos os únicos a fazer isso, nem os que levaram essa prática mais longe. Várias organizações de base estudantil tratavam de deslocar militantes para as fábricas, como estratégia de atuação no movimento operário e penetração nos sindicatos. A AP (Ação Popular) tornou obrigatório para todos os seus quadros estudantis um período de trabalho como operário, ou como camponês. O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho da campanha contra a fome, foi um desses militantes proletarizados: trabalhou numa fábrica de louças, em seus tempos de AP. Catarina Meloni, também da AP, viveu um tempo com camponeses, no Paraná, quando fugiu de São Paulo, após o Congresso da UNE de 1968.

Olavo Hansen, o peixe mais graúdo entre os 18 detidos no Estádio Maria Zélia naquele 1º de maio de 1970, não foi solto como os demais. Ficou no DOPS, onde foi torturado até ter os rins destruídos, morrendo oito dias após a prisão. Oficialmente, ele havia se suicidado com “ingestão do inseticida Paration”, embora o laudo da autópsia constate ferimentos pelo corpo todo, típicos das sessões de tortura.

Fiquei com um nó na garganta quando soube da morte de Olavo e repetia chorando que aquilo não podia ficar assim. Gente, em melhor posição do que eu, pensou da mesma forma. Duas federações e 21 sindicatos de trabalhadores telegrafaram ao general Médici protestando. Franco Montoro e Oscar Pedrosa Horta denunciaram o assassinato na Tribuna da Câmara Federal. Por fim, os dois deputados levaram o caso ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, um órgão de fachada criado pela

ditadura. Tudo em vão: o Conselho recusou-se a examinar a questão, apesar de todas as evidências.

Olavo foi um dos muitos presos políticos assassinados dentro da prisão. Antes e depois dele ocorreram situações até mais terríveis, como a que se deu com Eduardo Leite, o Bacuri. Preso no DOPS, certa ocasião um tira mostrou-lhe pelas grades uma nota oficial da polícia dizendo que ele havia fugido. Era o sinal claro de que sua morte já estava decidida, o que efetivamente se concretizou, mas apenas 44 dias depois.

Esse e outros assassinatos não motivaram qualquer protesto no Brasil, embora fartamente denunciadas no exterior. Olavo foi a exceção, porque ninguém que denunciasse seu suplício poderia ser acusado de “compactuar com o terrorismo”. Não adiantou. Depois dele, militantes sem envolvimento com organizações militaristas voltariam a ser trucidados, mas não houve protestos da mesma repercussão. Assim foi até o fim do governo Médici.

*“E existe um povo cuja bandeira empresta
pra cobrir tanta infâmia e covardia!...”
“Andrada! Arranca este pendão dos ares!
Colombo! Fecha a porta dos teus mares!”*

Os versos finais do “Navio Negreiro”, de Castro Alves, fechavam o último ato da peça que eu estava assistindo no auditório do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Era assim, através de metáforas, no teatro e na música, que ecoavam protestos contra a tortura e os assassinatos naqueles que foram os mais ferozes anos da ditadura. Raros e tímidos protestos, em meio à euforia geral, alimentada pelo crescimento econômico do país e reforçada

pela propaganda oficial. Os automóveis que cada vez mais enchem as ruas, agora ostentam adesivos favoráveis ao regime:

“Brasil, ame-o ou deixe-o!”

“Ninguém segura este país!”

Em meados de 1970, eu deixei o trabalho de impressão do “Frente Operária” e consegui um emprego de bancário, tendo como missão atuar no sindicato da categoria. Essa decisão foi motivada por meu envolvimento com Isolda, que tornava vulnerável nosso aparelho, o local onde imprimíamos o jornal do partido. De fato, como ativista estudantil ela poderia atrair atenção da polícia (ainda mais após a prisão no 1º de maio) e me colocar em risco. Ao mesmo tempo, Tullo Vigevani, meu companheiro de moradia e de trabalho com o jornal, havia casado com a Maria, militante que viera para São Paulo fugindo da repressão no Nordeste. Ela assumiu minhas tarefas, eu me mudei e me empreguei no Unibanco.

Fui trabalhar no Departamento de Pessoal, que naquela época contava com uns 50 funcionários. Julgando-se pelos padrões de hoje, era uma enormidade de gente para o trabalho essencialmente burocrático que ali se fazia. É que estávamos na primeira infância dos sistemas de computadores dos bancos e tudo precisava ser feito à unha mesmo, com máquinas de escrever Olivetti e de calcular Facit. Fiquei na Seção de Demissões, que empregava oito funcionários só para preparar os cálculos e a papela-da de quem ia ser demitido do banco.

Foi ali que certa vez recebi a incumbência de preparar a demissão do Aparecido, que eu conhecia do Sindicato e militava na AP. Avisei-o. Ele estaria fora do banco dali a 15 dias, tempo que dava para tentar alguma coisa capaz de preservar seu status de bancário e, portanto, a possibilidade de manter a militância

sindical. A solução dele foi ir a uma agência do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) e simular uma paranoia, com o que recebeu licença médica e não pode ser demitido. Ficou nisso bem uns seis meses.

Esse meu período como bancário, que acabou se resumindo a pouco mais de um ano, não rendeu grande coisa do ponto de vista da atividade sindical, nem se esperava que rendesse. Mas foi um tempo feliz, com uma atividade pública, colegas de trabalho, discussões políticas com a vanguarda sindical bancária. Eu não aparecia como trotskista, mas levava as posições do nosso partido e devo ter exercido alguma influência sobre dois ou três militantes sindicais mais chegados.

Nessa época, o Partidão dirigia o Sindicato dos Bancários de São Paulo, conduzindo-o dentro dos estreitos limites permitidos pela ditadura. Era a bem comportada campanha salarial de todos os anos. Alguma moção de protesto como a que saiu após o assassinato de Olavo Hansen. Vez por outra alguma peça de teatro metaforicamente contestadora. No ambiente de repressão do governo Médici não dava para fazer muito mais do que isso.

Aquele ano de 1970 marca o período conhecido como “milagre brasileiro”, não apenas por conta do desempenho econômico, mas também porque foi o ano de uma sempre lembrada Copa do Mundo de futebol vencida pelo Brasil, no México. Crescimento econômico e vitória no futebol era a mistura perfeita para a consolidação da ditadura. O jogador Pelé divide as honras da conquista do tricampeonato de futebol com o general Médici, que aparece torcendo de radinho no ouvido e é fotografado cabeceando bola, ou agitando a bandeira nacional. Vira o “presidente pé quente”, ganha popularidade.

Desde 1968, o país crescia a taxas superiores a 9% ao ano, ultrapassando os 10% entre 1971 e 1973. Isso contrariava tudo o que a esquerda vinha esperando que acontecesse. Teorizávamos que o capitalismo brasileiro, incapaz de se libertar do latifúndio agrário e da dependência do imperialismo, estava fadado à estagnação e à crise. Essa análise econômica ajudava no embasamento teórico da opção pela luta armada: era preciso manter e fazer crescer a chama da resistência, pois em curto prazo uma crise sem solução colocaria as condições para a revolução. Quando a economia começou a crescer, continuamos aferrados à perspectiva de crise iminente. Para nós, o país vivia apenas um intervalo de bonança, antes da tempestade.

A realidade mostrou que estávamos errados. Salários controlados e incentivos fiscais impulsionavam as exportações. Ao mesmo tempo, juros baixos no exterior permitiam que o governo pegasse dinheiro barato para pisar fundo no acelerador da economia. Movidas a endividamento, obras públicas saem do papel, enquanto as empresas estatais turbinam seus investimentos. A construção civil, para a qual se destinam os recursos do recém-criado Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, cresce a taxas ao redor dos 20% ao ano.

No campo, em vez de reforma agrária para criar uma nova camada de proprietários rurais e ampliar o mercado interno, a estratégia foi preservar o latifúndio e concentrar mais ainda a propriedade da terra, mas modernizando a produção, através da mecanização, a golpes de crédito subsidiado. Empresas multinacionais, grandes bancos e grupos industriais poderosos recebem terras no Centro-Oeste e Norte do país, para implantar gigantescos projetos agropecuários com dinheiro que o governo dá, devolvendo parte dos impostos cobrados. A ordem é ocupar a Amazônia. A rodovia Transamazônica começa a ser construída.

Todo esse dinamismo vai se refletir na ampliação da classe média. Profissionais qualificados são cada vez mais necessários e mais bem remunerados. Não faltam oportunidades para investir em novos negócios. E para não perturbar esse mar de prosperidade, a grande massa de trabalhadores é mantida à margem, com sindicatos amordaçados e salários baixos, quando necessário com a falsificação dos índices de inflação, como aconteceria em 1973. Com novas e novas levas de camponeses que chegam às cidades, expulsos pela mecanização e concentração da terra, não é difícil manter baixa a média salarial no chão de fábrica.

A facilidade de crédito impulsiona a compra de automóveis. O Fusca continua imbatível em vendas, mas o símbolo dessa época são os carros luxuosos e grandes, como o Chevrolet Opala e o Dodge Dart. Começa a era dos shopping centers e dos grandes condomínios de luxo.

O ufanismo é geral. O governo lança o “Projeto Brasil grande potência”, do qual viriam a fazer parte a hidrelétrica de Itaipu e a ponte Rio-Niterói. Na televisão, “Amaral Neto, o repórter”, mostra as maravilhas desse Brasil potência, enquanto o rádio toca *“Eu te amo meu Brasil”*, canção patrioteira da dupla Dom & Ravel. O general Médici estende o mar territorial brasileiro para 200 milhas, medida saudada pelo POR-T: nosso partido continuava correndo atrás da miragem de um nacionalismo militar.

Torcer contra a seleção nacional de futebol foi um traço importante da minha geração. E não apenas no Brasil. Em 1978, fui convidado para ir à casa de um amigo assistir a uma das partidas da Copa do Mundo que se realizava na Argentina. Era exatamente a partida entre Brasil e Argentina e entre os convidados es-

tava um cidadão argentino fugido da ditadura deles. Nesse jogo, eu torcia pela Argentina e ele pelo Brasil. A certa altura o argentino tentou me doutrinar:

– ¡Hay que apoyar el equipo de Brasil! Nosotros estamos en una dictadura feroz...

– De jeito nenhum, aqui também tem ditadura – respondi.

– ¡Pero ustedes están en abertura política y la dictadura argentina sigue matando!

E continuou na mesma cantilena, até que eu não aguentei mais e cortei o papo:

– Vão se foder você e a sua ditadura! Eu torço pela Argentina.

Provocativo, a cada lance passei a gritar:

– Argentina! Argentina! Argentina!

Para contentar a ambos, o jogo acabou em zero a zero.

Comigo, essa opção político-futebolística começara oito anos antes, em junho de 1970. Era época de Copa do Mundo, a Copa do México. Como nas anteriores, o país transbordava de alegria e paixão, sentimentos potencializados por aquela ter sido a primeira Copa transmitida ao vivo pela televisão, em rede nacional. Começou ali a tradição de os vizinhos se reunirem para decorar as ruas, as pessoas saírem mais cedo do trabalho para assistir aos jogos e as escolas suspenderem aulas, coisas que se faz até hoje com entusiasmo idêntico.

Foi também a primeira vez que torci contra a seleção brasileira. Além do nojo que me dava ver a ditadura manipular abertamente o sentimento de brasilidade das pessoas, havia outro mo-

tivo. Por aqueles dias, quase toda a direção do POR-T e mais alguns militantes foram presos, incluindo Tullo e Maria, ela grávida. Eu só escapei porque não morava mais no aparelho técnico. Realmente, não dava para apoiar a seleção da ditadura, enquanto meus companheiros eram torturados.

Nessa época era relativamente comum nos círculos de esquerda encontrar gente torcendo pelo adversário que enfrentava o Brasil no futebol. Quem adotava essa posição não chegava a constituir a maioria do pessoal de esquerda, até porque era (e continua sendo) quase um sacrilégio ir contra o patriotismo avassalador que o futebol desperta em tempo de Copa. Mas houve um grupo expressivo que torcia contra a seleção nacional. No meu caso (e no de outros que conheci), a coisa virou um sentimento visceral de repulsa, que demorei a superar. Não era nada racional, era repulsa mesmo, tanto que até hoje torço com muito mais entusiasmo pelo Corinthians, ou pelo Internacional de Porto Alegre, do que pela seleção brasileira.

O ano em que o Brasil conquistou o tri-campeonato de futebol foi o mesmo em que a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) tentou de fato partir para a guerrilha rural. Com o dinheiro que lhe coube do roubo ao cofre de Adhemar de Barros, a organização comprou 80 alqueires de terra numa área próxima a Jacupiranga (SP), no Vale do Ribeira, região de plantadores de banana, com população escassa e matas fechadas. Ali, durante cinco meses, Carlos Lamarca comandou o treinamento dos guerrilheiros.

Essa atividade esteve algumas vezes sob ameaça de ser descoberta, a partir da prisão de militantes que a conheciam. Um desses momentos foi em março quando Shizuo Ozawa, conheci-

do como Mário Japa, caiu nas mãos do delegado Fleury. Apesar das torturas, ele não falou sobre o foco do Vale do Ribeira. A VPR organizou rapidamente um sequestro, justamente o do cônsul japonês em São Paulo, e o tirou da cadeia, juntamente com outros quatro presos políticos, uma lista pequena, feita de improviso: salvar Mario Japa era urgente.

Mas, no princípio de abril, uma sucessão de prisões no Rio de Janeiro levou o Exército a obter informações sobre o núcleo guerrilheiro, não muito precisas, é verdade, mas suficientes para iniciar a caçada. Lamarca soube das prisões no Rio e conseguiu desmobilizar a metade da escola de guerrilha. Nove dos alunos conseguiram sair disfarçados, ficando outros nove guerrilheiros no local, entre eles Lamarca. Quatro deles foram capturados, ao tentar mais tarde escapar do cerco militar. Os demais, com o Exército em seu encalço, começaram um jogo de gato e rato, no qual algumas vezes foi o rato que atacou e colocou o gato para correr.

O governo lançara uma força de 1500 homens, incluindo policiais militares, para atacar o foco guerrilheiro. O grosso dessa tropa era formado por soldados de 10 diferentes unidades do Exército, garotos de 18 anos que estavam cumprindo o serviço militar obrigatório. Um de seus comandantes era o coronel Erasmo Dias, que anos depois, como Secretário de Segurança do governo de São Paulo, esbanjaria valentia no cerco a estudantes desarmados que se reuniam em um congresso clandestino no prédio da PUC paulista. No cerco do Vale do Ribeira, o coronel esteve muito perto de prender Lamarca, cuja localização havia sido denunciada por um sitiante, mas preferiu não ir para o mato. Mandou uma patrulha comandada por um tenente, que fugiu apavorado ao primeiro tiro.

Em outro episódio, quando os fugitivos viajavam em um veículo, foram interceptados por uma patrulha da Polícia Militar.

Reagiram a bala. Do combate resultaram 14 soldados feridos e um oficial refém. Era o tenente Alberto Mendes Júnior. O veículo foi abandonado e o grupo entrou de novo no mato, com o tenente da PM seguindo à frente da coluna. E assim marcharam por dois dias, até que chegou a hora de decidir o que fazer com o tenente Mendes: não dava mais para continuar fugindo e vigiando o prisioneiro ao mesmo tempo. Mendes foi morto a coronhadas.

Depois disso, foram mais 20 dias pelo mato. Os guerrilheiros estavam debilitados pela fome, com as roupas em frangalhos, os pés feridos e as armas enferrujadas quando resolveram arriscar tudo num único lance. Voltaram para a estrada e lá interceptaram um caminhão militar, com quatro soldados e um sargento. Tomaram o veículo, vestiram as fardas e foram em frente, conseguindo enganar as barreiras do Exército. À noite, abandonaram o caminhão na Marginal Tietê, em São Paulo. Dentro dele ficaram os cinco militares, amarrados, vestindo apenas cuecas. Era 31 de maio de 1970: a fuga havia durado 41 dias.

A guerrilha do Vale do Ribeira não chegou a se implantar efetivamente: estava em fase de treinamento quando se dispersou. Nos relatos que fez após a fuga, e que foram divulgados no exterior, Lamarca pouco se deteve em analisar os erros, preferindo exaltar as potencialidades do foco guerrilheiro, a incapacidade das tropas para o combate e como cinco homens conseguiram enfrentar o poderio militar lançado contra eles.

A ditadura tampouco aprendeu de imediato as lições daquela campanha, a mais óbvia das quais é que tropas formadas por recrutas do serviço militar obrigatório não estavam aptas a enfrentar guerrilheiros. Esse erro foi cometido uma vez mais. E então, no enfrentamento a uma guerrilha muito mais bem preparada.

As novas prisões no POR-T, ocorridas em meados de 1970, haviam levado para a cadeia quase toda a nossa direção. Restara apenas o casal Sidney Fix Marques dos Santos e Suzana. É importante fazer um parêntesis para falar deles.

Suzana nascera na Argentina, filha de J. Posadas, o líder máximo da IV Internacional, da qual nosso partido era a seção brasileira. No Brasil casou-se com Sidney, que nós conhecíamos pelo nome de Eduardo, já então um importante dirigente posadista. Os dois, naturalmente, transformaram-se na principal liderança do POR-T e nesta condição foram surpreendidos pelas novas prisões. Era uma situação nova, que começara com o assassinato de Olavo Hansen e não parara por aí, sinal de que os posadistas brasileiros começavam a chamar atenção da polícia. Suzana e Eduardo, que tinham uma filha, trataram então de se estabelecer fora de São Paulo, mantendo contato com um único militante, que fazia as vezes de mensageiro entre eles e a nova direção do partido que se constituiu.

Eu nunca mais os vi, nem sei se ficaram no Brasil por muito tempo. Soube, sim, que anos depois Eduardo estava na Argentina naquelas semanas que antecederam o golpe de março de 1976. Isabelita Perón ainda era presidenta formal, mas o país já estava entregue aos assassinos da AAA (Aliança Anticomunista Argentina) e aos militares golpistas, que antes mesmo de tomar o poder haviam iniciado sua desenfreada caça às esquerdas de todos os matizes. Soldados tomavam as ruas de Buenos Aires abordando qualquer um, revistando tudo. Nessa ofensiva, uma tática para encontrar militantes de esquerda no meio da rua mostrou-se muito eficiente. Duas ou mais pessoas caminhando juntas eram paradas e pediam-se documentos de identidade. Depois, com os documentos na mão, o soldado indagava a cada uma o nome da ou-

tra: se não soubessem eram presas. Desconhecer o nome do companheiro era medida de segurança que a esquerda adota desde sempre. Na Argentina da ditadura tornara-se uma armadilha mortal.

Eduardo foi preso um mês antes do golpe, talvez numa dessas batidas, já que mantinha em segredo o nome registrado em seu documento de identidade. Tinha 36 anos e, desde então, está na lista de desaparecidos. Dez anos depois um torturador argentino contou à imprensa que ele teria morrido sob tortura, na ESMA, a Escuela de Mecánica de la Armada, temido centro de tortura e assassinato de Buenos Aires. Muitos outros foram assassinados ali, ou em um dos chamados voos da morte, que se tornaram marca registrada da ditadura argentina. Os prisioneiros eram embarcados em um avião e informados de que precisavam receber vacinas, pois estavam sendo transferidos para o interior. Na verdade, em vez de vacina, a injeção continha um forte sedativo, aplicado para facilitar a operação de jogá-los em alto mar, com pesos amarrados ao corpo.

Quanto a Suzana, fiquei sabendo que ela não chegou a ser presa. Foi morar na França com a filha.

Na São Paulo de 1970, as ruas não estavam menos inseguras. O governo mandara jogar milhares de panfletos de helicóptero pedindo à população para delatar qualquer atividade “subversiva”, ou movimentação suspeita de que tivesse conhecimento. Nas ruas da cidade, cartazes estampavam retratos dos principais nomes da esquerda armada, sob o título “Terroristas Procurados” e as advertências: “assassinos de pais de família”, “ajude a proteger sua vida”.

A qualquer momento, às vezes nos locais mais movimentados, surgiam barreiras, onde policiais e militares revistavam carro por carro, reviravam os ônibus, interpelavam as pessoas. Era um transtorno andar em São Paulo, quando não extremamente perigoso. Aconteceu algumas vezes de uma dessas ratoeiras apagar um carro conduzido por militante da esquerda armada. Sem poder avançar ou retroceder, só lhe restava abandonar o veículo e tentar fugir atirando: era isso ou prisão e tortura. Para quem estava simplesmente preso na barreira, o transtorno virava um inferno, com tiros por todo lado. O exemplo mais conhecido de situação deste tipo ocorreu com José Milton Barbosa, dirigente da ALN (Ação Libertadora Nacional) que foi morto em plena rua Cardoso de Almeida, quando tentava resistir a uma abordagem.

Eu, como se dizia, estava limpo. Nunca havia sido preso e já passara o perigo das recentes prisões no partido: ninguém falara o meu nome. Isolda também não chegou a ter problema nessas barreiras, apesar de sua prisão em maio e de se manter atuante no movimento estudantil da USP, onde nosso partido registrava um pequeno crescimento.

Lançamos uma chapa às eleições do Centro Acadêmico do Curso de Letras, com Isolda candidata à Presidência, tendo como adversária Rioko Kayano, da chapa do PC do B. Tínhamos tudo para ganhar, graças à popularidade de minha namorada, que há dois anos vinha ocupando espaços no vazio de lideranças ocorrido após o desmantelamento do Congresso da UNE em Ibiúna. Assim, foi uma surpresa geral quando, abertas as urnas, verificou-se que o PC do B nos havia aplicado uma surra.

Fraude! Esta foi a resposta que saiu de todas as bocas. Era possível, sim. Afinal, após o primeiro dia da eleição, uma das urnas, justamente a que decidira as coisas em favor do PC do B, ficara guardada uma noite inteira, sem qualquer vigilância, a espera do término da votação, no dia seguinte. Nada mais restava a fa-

zer, senão cumprimentar a adversária vitoriosa e assimilar a lição: urna cheia de votos não se larga nem sob a pressão de uma diarreia iminente.

A fraude não somente era possível, como fora exatamente o que acontecera. A própria Rioko, que anos depois se casaria com o futuro deputado federal José Genoíno, contou para Isolda como haviam aberto a urna e mudado os votos. Quando fez essa confidência já o fato não tinha mais importância: estavam ambas na prisão.

Resolvemos que chegara o momento de nós dois morarmos juntos. Eu tinha meu trabalho como bancário e ela, apesar de ainda não haver concluído o Curso de Letras, já trabalhava como professora. Melhor ainda, tínhamos uma casa alugada à nossa espera, onde eu vivia desde que saíra do aparelho técnico. O companheiro de partido que morava comigo resolveu deixar a militância e se mudou. Naquele momento foi muito conveniente e eu nem pensei no risco de continuar numa casa conhecida por um ex-militante. Realmente, nós não estávamos preparados para a repressão, que já nos arreganhava os dentes.

Isolda e eu casamos em janeiro de 1971. Além de ser uma satisfação para a família, o casamento civil também vinha a calhar por conta da ficha dela no DOPS: ela adotava meu sobrenome e isso dificultava um pouco as buscas, caso a polícia resolvesse procurá-la. Seus pais chamaram alguns parentes para comemorar conosco e um deles, desavisado, perguntou pelo casamento religioso. Disfarçamos dizendo que havia sido no dia anterior.

Depois fomos para nossa casa e, ao contrário do que eu temia, ela não manifestou incômodo pela precariedade. Era uma casa na periferia da Zona Leste, perto da estrada de Sapopemba,

mobiliada apenas com o que havia de mais básico. Mas isso não importava, a alegria de ter um lugar só nosso era enorme. Bom, não importava em termos. A casa era realmente muito ruim e Isolda deve ter estranhado bastante, mas não ficava bem para uma militante trotskista reclamar dessas coisas. Ali vivemos alguns meses e depois nos mudamos para outra casa, um pouco mais confortável e em um bairro menos distante.

Naqueles anos de repressão, os militantes de esquerda evitavam morar em apartamentos, sob os quais a polícia procurava manter algum controle. Os zeladores dos edifícios eram obrigados a entregar no DOPS fichas de todos os apartamentos com o nome e outros dados dos moradores, periodicamente atualizados. Não sei se essas fichas chegaram a ter alguma utilidade para a repressão, numa cidade com milhares de apartamentos e numa época em que a polícia ainda não utilizava computadores. De qualquer forma, era uma maneira de manter zeladores em contato com o DOPS e não seria de admirar que denúncias sobre movimentações suspeitas tenham surgido a partir dessa proximidade. Era melhor ficar longe deles.

Passei a integrar a direção nacional do POR-T, o chamado Bureau Político (BP, para os íntimos), nome habitualmente utilizado para designar o colegiado que dirige os partidos de estrutura leninista. Logo vieram as viagens e outros compromissos, além das preocupações com a segurança interna. Ficou difícil conciliar as atividades de dirigente do partido com o trabalho no banco, o que me fez deixar o emprego e virar novamente militante profissional. Foram oito meses durante os quais tratamos de viver só com o salário de Isolda.

O Bureau Político tinha cinco membros, entre os quais Orlando, um ex-seminarista, o mais veemente em suas opiniões, o mais seguro de si. Ele se impôs ao grupo, provavelmente estimulado pela direção internacional, talvez pelo próprio Posadas, como forma de testar sua aceitação antes de sagrá-lo como liderança do partido no Brasil. A maioria dos integrantes daquele colegiado, mais experientes que eu, rendiam-se às certezas de Orlando, em geral após pouco debate. Não era assim comigo. Com meus 24 anos, eu era o mais jovem de todos, vaidoso por ter assumido uma posição de liderança e cheio de opiniões sobre como conduzir o partido, sobre o momento político e coisas do gênero. Esqueci totalmente os motivos específicos de minhas divergências, certamente nada de grande importância em termos de análise ou de tática do partido. Mas lembro de como Orlando repetia, a cada frase, seu mantra preferido:

– Como disse o camarada Posadas!

Não que eu contestasse qualquer coisa que “o camarada Posadas” tivesse dito. Neste ponto éramos todos submissos. Mas me irritava aquele culto à personalidade desenfreado e aquela maneira dogmática de encerrar uma discussão invocando um testemunho que não podia ser contestado.

Desde a malograda guerrilha no Vale do Ribeira, acelerou-se o processo de desmantelamento das organizações que haviam optado pela luta armada. A maioria delas agora se limitava a ações defensivas. Os sequestros para tirar companheiros da cadeia banalizavam-se, deixando de ter impacto político. Os assaltos a banco eram cada vez menos para obter fundos necessários à re-

volução e mais para sustentar a vida clandestina. E havia os “justiçamentos”, execução de militantes acusados de supostas traições, enquanto as prisões cada vez mais se enchiam e cada vez mais gente era assassinada pela repressão.

Não faltaram coragem e ousadia a militantes que nem sempre podiam contar com estruturas de apoio adequadas. Foi assim no sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, realizado em junho de 1970 por um comando da VPR, quando esta organização encontrava-se semidesmantelada. Pela vida do embaixador foi exigida a libertação de 40 presos políticos e a ditadura cedeu rapidamente.

No sequestro seguinte, em dezembro, a VPR conseguira uma estrutura melhor. Mas a ditadura já não estava tão disposta a ceder. Dessa vez o sequestrado foi o embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, pelo qual se pediu um resgate de 70 presos. Ao contrário dos casos anteriores, o governo vetou a publicação do manifesto à nação redigido pela VPR e, pior, não aceitou libertar 31 militantes da lista apresentada. O desenlace do episódio demorava, o sequestro tornara-se de conhecimento público e a atitude que a VPR deveria assumir virou assunto de debate nacional. Pelo menos nos círculos de esquerda.

Nas conversas no Sindicato dos Bancários as opiniões estavam divididas. A maioria, eu inclusive, achava que os sequestradores precisavam prolongar as negociações e substituir os nomes vetados. Afinal, a ditadura não fechara as portas à libertação de presos. Mas também ouvi muita gente dizer que estava na hora de meter uma bala na cabeça do embaixador. Ou isso, ou seria a desmoralização, opinião que coincidia com o pensamento dominante na VPR.

A organização chegou a decidir pela execução de Giovanni Bucher, sentença que só não foi cumprida porque o capitão Lamarca se opôs. Como comandante do sequestro, ele tinha o di-

reito de vetar decisões. Novas negociações, modificações na lista, seguidas de mais negativas do governo. No fim, chegou-se a uma lista aceita pela ditadura e os 70 prisioneiros foram embarcados para o Chile. O sequestro terminava dia 13 de janeiro de 1971, 37 dias depois que começara. Foi o mais longo de todos e também o último.

Foi por essa época que começaram os justicamentos. O historiador Jacob Gorender analisou quatro deles entre 1971 e 1973, três de responsabilidade da ALN e um do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Em nenhum deles encontra elementos de prova da suposta traição suficientes para justificar uma condenação à morte⁷. Essas execuções eram mais um sintoma da situação de debacle em que se encontravam as organizações armadas, conforme analisávamos no POR-T. Na nossa visão, elas estavam encurraladas, sem meios de voltar à ofensiva e propensas a se deixar levar pela paranoia de traições, reais ou não.

Independentemente da paranoia, é fato que houve traições e algumas estão historicamente comprovadas. Mas, que eu saiba, nenhum desses militantes comprovadamente traidores foram executados. Os que foram, morreram por mera suspeita, como a potencializar aquela máxima de que “as revoluções devoram seus filhos”: até as revoluções fracassadas o fazem.

Um dos símbolos mais fortes dessa debacle foi a trajetória final de Carlos Lamarca. Poucos meses depois do sequestro de Giovanni Bucher, ele deixou a VPR, quando esta já se encontrava em fase de liquidação final, minada pelas prisões e dissidências internas. Abrigou-se no MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), organização que iniciara o ciclo dos sequestros com a captura do embaixador norte-americano. O capitão continuava aferrado à opção pela guerrilha rural e foi correndo atrás desse sonho que se internou no interior da Bahia.

⁷ “Combate nas Trevas” – Jacob Gorender

Em agosto de 1971, o capitão Lamarca encontrava-se na região de Brotas de Macaúbas, no médio São Francisco, quando prisões em série no MR-8 acabaram por levar ao conhecimento do DOI-CODI de Salvador o projeto de guerrilha no interior baiano. O cerco começou dia 28. Avisado, Lamarca teve tempo de fugir, mas em condições precárias. Com ele, seguia José Carlos Barreto, o Zequinha, um ex-operário em São Paulo e líder da greve de Osasco em 1968. Fugiam a pé, por uma região semi-árida, sem encontrar quem lhe desse abrigo ou comida.

Marcharam 20 dias pela caatinga, até chegar com fome e desidratados a um lugarejo chamado Pintada. Pararam para descansar sob uma árvore. Ali os surpreendeu a equipe do major Nilton Cerqueira, trazida por um morador do lugar. Zequinha foi o primeiro a cair, atingido por uma rajada de metralhadora. Outra saraivada de balas matou o capitão. Era 17 de setembro de 1971. Nesse dia já fazia quase um mês que Iara Iavelberg, a companheira e grande amor de Lamarca na vida clandestina, estava morta. Cercada pelo DOI-CODI num apartamento de Salvador, ela se suicidara com um tiro.

Naquele final de ano, meu isolamento dentro do Bureau Político do POR-T havia se acentuado. Já não participava mais de muitas decisões, sentia que era olhado com desconfiança. Ao mesmo tempo, o personalismo de Orlando me fazia enxergar um pouco além das nossas questiúnculas e perceber o dogmatismo religioso em que estava mergulhado o Partido Operário Revolucionário-Trotskyista. Quem era afinal esses Posadas para não admitir divergências? Quem éramos nós? Herdeiros da tradição inconfor-

mista de Trotsky, ou um bando de neo-stalinistas idolatrando um novo “guia genial dos povos”⁸?

Aos olhos de hoje parece inconcebível que eu tenha passado seis anos de militância antes de me colocar essas questões. Foram seis anos de certezas, adquiridas quando eu vivia aquela que é a idade das certezas e tolices. Elas me acompanharam por tempo excessivo, sem dúvida. Como é difícil abandonar o conforto das certezas!

Naquele final de 1971 eu sentia que se preparava meu afastamento do Bureau Político e sabia o que me esperava a seguir: ser um militante de segunda classe, olhado com desconfiança, alguém cujas opiniões estariam sempre sob suspeita. Só me restava, portanto, deixar o POR-T e buscar outro caminho para minha militância revolucionária. Aquela altura, quaisquer atrações que eu pudesse ter tido pelas organizações militaristas já haviam se desvanecido ante o peso dos fatos. Das demais organizações com quem eu poderia ter algum contato restavam as dissidências do posadismo (sobretudo a Fração Bolchevique, constituída por meus amigos de Porto Alegre) e o PCB, que como os posadistas havia se oposto à luta armada. Era para este que eu me inclinava, não sem razão.

O velho Partidão já abjurara do stalinismo desde os anos 50, mantinha-se forte nos sindicatos e aos poucos recuperava posições no movimento estudantil. Era também a organização à qual eu tinha maior facilidade de acesso. Voltei a frequentar com mais assiduidade o Sindicato dos Bancários. Seria importante manter o contato com meus amigos sindicalistas para, através deles, chegar ao PCB quando fosse a hora.

Conversava com Isolda sobre o que estava acontecendo e sentia a indecisão dela, que naquele momento era um quadro em

⁸ “Guia genial dos povos” era o título dado a Joseph Stalin, dirigente da União Soviética

ascensão dentro do partido. Eu não tinha dúvidas de que ela me acompanharia na hora de abandonar o POR-T, mas percebia que se mortificava ante a perspectiva de ser levada a também abandonar suas certezas.

E assim chegamos ao último dia de 1971. Ficamos em casa, sozinhos. Mais tarde, enquanto os fogos da meia-noite espocavam, nós nos abraçávamos e fazíamos amor, como a declarar um ao outro que não estávamos sozinhos, que ela poderia contar comigo e eu com ela. Sabíamos que o ano novo traria grandes mudanças em nossas vidas, como de fato trouxe. Mas não tínhamos a menor noção de como essas mudanças seriam diferentes do que imaginávamos.

X

Rua Tutoia, esquina com Tomás Carvalho

Dr. Tibiriça olhou sem interesse para o jornal mimeografado que recebera. Levantou os olhos para o policial militar que acabava de lhe levar um novo prisioneiro e perguntou:

– Vocês não têm nada melhor para me trazer?

Era mais um trotskista preso por causa de um jornalzinho. Ele sabia que Fleury tinha um peixe grande, que há quase um ano vinha fornecendo informações, e não gostava de perder tempo com trotskistas, enquanto o delegado do DOPS brilhava. Mas o certo é que os peixes grandes escasseavam em São Paulo, onde a guerrilha urbana estava praticamente liquidada.

Olhou mais uma vez o jornalzinho e, por fim, chamou:

– JC! Leva esse cara aí no pátio pro pau.

Eu estava com as mãos algemadas às costas, dentro de um camburão onde fazia um calor infernal. Fiquei momentaneamente cego quando a porta traseira foi aberta e a luz intensa da tarde ensolarada invadiu o veículo de presos. Fizeram-me sair para a claridade de um pátio interno. Um homem jovem, barba comprida, cabelos abaixo dos ombros, empurrou-me na direção de uma escada e me fez subir.

Era 12 de abril de 1972: eu acabava de entrar no DOI-CODI. Esse centro de tortura estava instalado na rua Tutoia, ironicamente localizada no bairro paulistano do Paraíso. Ficava a poucas quadras do Quartel General do 2º Exército.

Ali, tal como nas organizações clandestinas, todos tinham nomes de guerra. Era o caso do “Dr. Tibiriça” e de “JC”, este assim chamado por conta da barba e do cabelo compridos lembrando a figura de Jesus Cristo. JC, que não teria mais que 22 ou 23 anos de idade, vestia-se como um hippie, o que certamente servia de disfarce. Como ele, outros agentes da repressão também adotavam roupas, cabelos e barba de estilo que em nada lembravam militares ou policiais.

Quando fui preso, fazia pouco mais de um mês que eu voltara a trabalhar em um banco. Preparava-se o desenlace na crise de direção do POR-T, que fatalmente levaria ao meu afastamento do Bureau Político. Antes que isso acontecesse, propus que eu voltasse a atuar no Sindicato dos Bancários, deixando portanto de me dedicar inteiramente às tarefas de direção do partido. Assim, foi com a concordância de meus colegas de Bureau Político que novamente consegui um emprego como bancário, dessa vez numa agência do Banco Português do Brasil, no bairro do Pari.

Nesse emprego, minhas tarefas precisavam ser cumpridas principalmente antes de a agência abrir e no fim do expediente, depois que as portas fechavam, ficando pouca coisa a fazer entre esses dois extremos. Por conta disso, tinha três horas para o almoço, jornada que me foi imposta para não terem que me pagar horas extras. Eu aproveitava esse tempo para tarefas de militância, sobretudo cobrir pontos, os encontros com coordenadores

de células que eram a base do funcionamento cotidiano do partido. À noite, era comum que eu fosse ao Sindicato, mas sempre voltava para casa antes de Isolda chegar. Ela trabalhava numa escola estadual, ministrando aulas à noite, que se encerravam por volta de 23 horas. Voltava de ônibus, demorando cerca de meia hora para chegar em casa

Certo dia, em meu intervalo de almoço, fui até o Largo da Concórdia, no Brás, onde tinha ponto com uma militante do partido. Levei para ela um exemplar do “Frente Operária” mais recente, embrulhado em papel pardo. Conversamos por algum tempo e quando nos despedimos ela disse que não poderia levar o jornal, não me lembro mais por qual razão. Provavelmente ia a algum lugar onde não seria seguro estar com um jornal clandestino na bolsa.

Naquela época, em cidades como São Paulo, todo tipo de agente de segurança já havia passado por algum treinamento para identificação de “atividades subversivas”. Isso valia não apenas para militares e policiais, mesmo aqueles sem qualquer vínculo com a repressão política, mas até mesmo para seguranças privados. Aprendiam, entre outras coisas, a identificar materiais impressos contra o regime, a forma como eram disfarçados, passados de uma pessoa para outra ou descartados.

Não era conveniente andar pela rua, por muito tempo, com um jornal clandestino, mesmo disfarçado de embrulho inocente. Por isso, resolvi me desfazer do “Frente Operária” antes de voltar para o banco. Mas não contava com um policial militar, a paisana, passando de automóvel pela rua discreta onde eu jogava fora meu pacote comprometedor. Ele me viu, parou o carro e me chamou. Sentindo o perigo, corri. Ele seguiu atrás, de carro, mas o trânsito não deixou que me acompanhasse. Consegui chegar ao Largo da Concórdia, àquela hora cheio de gente circulando. Continuei sem correr, rumo à estação ferroviária, misturando-

me à multidão. Parecia haver conseguido me livrar do perseguidor. Mas ele continuava atrás de mim, agora a pé. Percebi que havia me identificado e corri de novo. Foi quando ele gritou:

– Pega ladrão!

Corri mais ainda. As pessoas desviavam de mim. Não fui muito longe. Um homem forte, talvez um trabalhador que tivesse saído do trem, me derrubou e me imobilizou no chão. Fui preso da maneira mais inglória possível.

Uma das primeiras providências que o interrogador de um centro de tortura toma é fazer sua vítima se despir. Uma pessoa nua se sente indefesa, frágil, como que retornando ao momento em que nasceu, quando todos nos encontramos absolutamente vulneráveis ante um mundo desconhecido e hostil. Em contraste, cresce o poder do torturador. Seguindo essa prática, a dupla de torturadores que ia me interrogar mandou que eu tirasse a roupa. Um desses torturadores era JC.

Em geral, o prisioneiro passa ainda por um exame médico superficial, para que não ocorra de o acaso propiciar-lhe a única chance de fuga possível nessa hora: a morte. No meu caso, um homem vestido de branco mediu-me a pressão arterial, auscultou meu coração e, para indicar que eu estava apto para a tortura, disse uma única palavra, que até hoje me causa calafrios:

– Joia!

Fui obrigado a sentar no chão, encolher os joelhos contra o peito e esticar os braços, que em seguida foram envolvidos num

pedaço de cobertor sobre o qual passaram uma corda e amarraram na altura dos pulsos. Meus braços, amarrados um contra o outro, seguravam as pernas e as mantinham dobradas, encostadas ao peito. Um cano de ferro foi enfiado na dobra das pernas, sob os joelhos. Fui então erguido e as pontas desse cano penduradas no alto de dois cavaletes.

Fiquei pendurado a um metro e meio do chão, amarrado como uma trouxa. Estava imobilizado, inteiramente à mercê dos torturadores. Enrolaram fios de metal nos dedos dos pés e os choques elétricos começaram. Vinham de uma pequena máquina, com uma manivela cujo movimento gerava corrente elétrica: quanto mais rápido a manivela era girada, maior era a intensidade do choque. Enquanto um dos fios continuava amarrado ao pé, o outro mudava de posição, procurando pontos sensíveis do meu corpo: o lóbulo da orelha, os lábios, o pênis, o ânus...

Aos gritos, perguntavam onde era meu aparelho. Eu havia dito que morava em Porto Alegre, dera um endereço qualquer, mas obviamente a mentira não colou. Os choques continuavam terríveis, atroz, meu corpo todo se contorcia a cada descarga, que parecia se espalhar por todos os nervos, penetrar nos ossos. Eu urrava, gritava, sacudia violentamente o pescoço, única parte do corpo que conseguia mexer. Com todas as forças do meu pensamento eu invocava a morte, tudo o que eu queria era morrer para acabar com aquele sofrimento. Imagino que é assim que se sentem os doentes terminais, querendo morrer sem que ninguém lhes conceda essa misericórdia.

Naquela semana, um companheiro de Brasília, chamado Iram, estava hospedado na casa do Parque São Lucas, periferia da Zona de Leste de São Paulo, onde eu morava com Isolda. Ele se

acomodara num quarto que ficava na parte traseira da casa, onde eu abrira um alçapão no assoalho para servir como rota de fuga. Através desse alçapão podia-se ir ao porão e dali ao quintal. Depois era só pular a cerca dos fundos e fugir pelo terreno da casa vizinha, saindo em outra rua.

No dia da minha prisão, Isolda chegou em casa pouco antes da meia noite e, ao contrário do que era habitual, não me encontrou. Bateu no quarto onde Iram dormia e expôs suas preocupações. Não era só o fato de já ser tarde da noite e eu ainda não haver chegado. Era também uma sensação de angústia que começara a sentir ainda quando estava dando aula, uma coisa por dentro que lhe dava uma estranha certeza de que algo grave havia acontecido comigo. Propôs-lhe que deixassem a casa. Ainda sonolento, ele procurou acalmá-la. O que ela tomava como intuição não parecia a ele motivo suficiente para largarem tudo e fugir. Isolda continuou acordada, pela casa, enquanto nosso hóspede voltava a dormir.

A técnica do pau de arara tem sido apresentada como invenção brasileira, o que não é verdade. O fato é que ela já era conhecida na Europa onde fora usado pela Santa Inquisição. Depois atravessou o Atlântico e veio construir uma longa carreira no Brasil, onde era usada contra escravos fujões. Mais tarde foi adotada pela polícia, que a ela acoplou os choques elétricos, provavelmente durante a ditadura do Estado Novo, nos anos 30 e 40. Militares e policiais brasileiros treinados pelos Estados Unidos incorporaram o pau-de-arara ao arsenal de técnicas de “interrogatório científico” que haviam aprendido. Como tal, ele foi exportado para outras ditaduras, sobretudo na América do Sul, passando assim a fazer parte do que se poderia chamar “ciência da tortura”.

Não sei quanto tempo fiquei no pau-de-arara. Nesses momentos o tempo tem a duração da dor e esta parece eterna. Sem poder mais aguentar, resolvi falar. Falar qualquer coisa para que parassem os choques e me tirassem dali. Apesar da dor eu estava lúcido e continuava decidido a não entregar minha casa. Dei outro endereço, em um bairro distante, e assim ganhei umas duas ou três horas sem tortura: o tempo de ir até lá com a equipe do DOI, esta constatar que não havia nada no local indicado e me trazer de volta.

Na chegada ao DOI-CODI, fui recebido pela fúria dos tiras, reunidos para me espancar. O próprio Dr. Tibiriça saiu de seu gabinete e também veio me chutar. Por incrível que pareça isso era bom para mim: enquanto descarregavam sua raiva, eu ficava livre dos choques e ganhava mais algum tempo. Não seria com espancamento que me fariam falar.

De volta ao pau-de-arara e aos choques, aguentei o quanto pude e dei um novo endereço falso. O roteiro se repetiu, incluindo a pancadaria no retorno. Mais pau-de-arara, mais choques e tentei o mesmo estratagema uma terceira vez. Novamente a equipe de tiras saiu comigo, mas com uma diferença: dessa vez veio junto JC e sua maquininha de choques. Agora eu não tinha mais saída. Para fazer cessar a tortura só os levando, de fato, à minha casa.

Isolda não pregara o olho. Já passava muito da meia noite quando, em meio ao silêncio da rua de periferia, ouviu o barulho de carros parando. Correu para a porta, espreitou pelo postigo e me viu entre os tiras. Mas também percebeu que o grupo não se dirigia ao portão de casa. Seguiu adiante. Ainda dava para fugir.

Correu ao quarto dos fundos, onde Iram dormia. Precisava afastar a cama para poder abrir o alçapão, mas para isso primeiro era necessário acordar o hóspede. Ele despertou assustado. Levou algum tempo para compreender o que estava acontecendo. Enfiou calça e camisa, pegou os sapatos. Levantaram o alçapão. Iram desceu ao porão segundos antes que uma rajada de metralhadora atingisse a casa, estilhaçando vidros.

Eu tentara uma última cartada. Em vez de levar os tiras à minha casa, indicara a do vizinho. Esperava que Isolda estivesse de sobreaviso por minha demora, de forma que ao ouvir a confusão armada na casa ao lado ainda tivesse condições de fugir pelos fundos. Em vez disso, cessados os tiros o que vi foi ela abrindo a porta e saindo de mãos levantadas. Iram conseguira pular a cerca dos fundos, mas seu vulto se esgueirando fora notado pelos tiras. Acabou preso também.

Parte dos tiras instalou-se em minha casa, que a partir daquele momento virou uma ratoeira. Nela, dois dias depois, morreu um companheiro que vinha participar de uma reunião. Rui Oswaldo Pfutzenreuter, ao chegar, percebeu que a casa estava ocupada pela repressão. Tentou fugir. Foi morto a tiros.

No DOI-Codi o horror continuava. Ao sofrimento que nos era infligido, somava-se uma síndrome pós-tortura que consiste em sede atroz e, ao mesmo tempo, dificuldade em beber água. Choques elétricos prolongados provocam sede, mas o estômago recusa o líquido, que é devolvido sob a forma de vômito. Eu só podia beber água com muito cuidado, pequenos goles de cada vez.

Isolda foi torturada nua na minha frente, Iram foi torturado, eu sofri novas torturas mais de uma vez. Resistia até o limite

de minhas forças, levava as equipes do DOI a falsos pontos, encontros fictícios com militantes que, naturalmente, não apareciam. Tentava evitar novos danos ao partido, mas acabei causando a prisão de dois outros companheiros.

Quando ocorria uma prisão em massa como aquela, era comum que nem todos fossem torturados. A violência e a intensidade da tortura também variavam de caso para caso. Tudo dependia do que os torturadores queriam que o preso falasse para completar as informações que já haviam obtido em interrogatórios anteriores, da consistência do que era revelado, de se ainda havia informações importantes a levantar ou se já davam o trabalho por concluído. Havia os presos que resistiam aos suplícios e nada falavam, como também os que não resistiam. Havia ainda aqueles que não tinham informações novas, apenas contavam, com ou sem tortura, o que o inquisidor já arrancara de outros prisioneiros e, na prática, nada revelavam também.

Com os militantes do POR-T presos naquele abril de 1972 não foi diferente. Houve quem resistiu à tortura e não falou, houve os que não resistiram e falaram e houve os que falaram, com ou sem tortura, sem revelar nada de novo. Ao final, éramos 16 posadistas na prisão, incluindo todo o Bureau Político. Ali estava algo como a metade do partido em São Paulo. Eu tive o azar de ser o primeiro da longa lista de prisões, aquele que abriu as portas às primeiras prisões e que, direta ou indiretamente, levou o partido ao debacle e um companheiro à morte. Este é um peso que me acompanhará até o fim da vida.

Permaneci no DOI-Codi mais tempo que os demais. Meus pulsos haviam sido envolvidos num pedaço de cobertor, para protegê-los da corda com que me amarraram para ser pen-

durado no pau-de-arara, mas essa precaução de nada adiantou: eles ficaram em carne viva assim mesmo. Os torturadores não queriam que eu saísse com marcas de tortura e as feridas demoravam a cicatrizar. Não lembro quanto durou minha permanência ali, certamente mais de um mês.

Nesse tempo conheci militantes que depois encontraria em outros presídios. Entre eles o Artur Scavone e alguns de seus companheiros do Molipo (Movimento de Libertação Popular), uma dissidência da ALN que igualmente sofrera prisão em massa naqueles dias. Também conheci Linda Tayah, companheira de José Milton Barbosa, que estava grávida. Seu filho, nascido na prisão, recebeu o nome do pai, José Milton, que fora baleado e morto numa barreira montada na rua Cardoso de Almeida, em São Paulo.

Certo dia, foram me buscar e me levaram até uma sala. Para minha surpresa lá estava o dono da casa onde eu morava, que viera cobrar o aluguel atrasado e reclamar do estrago que eu fizera no assoalho, com meu improvisado alçapão de fuga. Até hoje lembro da cena e não posso deixar de rir do *nonsense*. Eu estropiado, num centro de tortura onde nem os advogados de defesa entravam e o homem conseguira convencer algum torturador a permitir-lhe me encontrar. Ele era capaz de ir até o inferno para cobrar seu aluguel, o que efetivamente fez.

Tempos depois fui mandado para o DOPS, instalado num prédio com fachada de tijolos vermelhos, que ficava no Largo General Osório, em plena Boca do Lixo. Fora construído no início do século XX seguindo projeto do arquiteto Ramos de Azevedo. Hoje abriga o Memorial da Resistência, espaço que resgata um pouco da história da repressão política no Brasil.

Ali era onde iríamos prestar depoimentos, a partir dos quais seríamos processados e julgados na Justiça Militar. A ditadura continuava mantendo sua fachada judicial, o que tinha o seu

lado bom: a partir daquele momento passávamos a existir oficialmente como prisioneiros, o que tornava mais difícil darem sumiço na gente.

Ao entrar no DOPS eu deixara para trás o inferno das torturas e ingressara no purgatório. Naturalmente, muita gente era torturada no prédio do Largo General Osório, fosse nos casos em que as investigações começavam por ali, fosse quando os tiras supunham haver novas informações a arrancar. No nosso caso, o que havia para ser investigado já o fora pelo DOI-Codi. Restava a espera enervante e tediosa, a comida horrorosa, a dor de ver os prisioneiros de outras organizações saindo das celas para sessões de tortura. Quanto tempo fiquei lá? Não sei mais: talvez um mês, ou um mês e meio. O esquecimento, a capacidade de apagar da memória detalhes dos nossos sofrimentos é uma benção.

Em julho, três meses após minha prisão, finalmente fui mandado para o Presídio Tiradentes e quase posso dizer que me senti como se entrasse no céu. Verdade que era um céu um tanto sombrio, abrigado em uma construção centenária, com o reboco desprendendo-se das paredes, ratos passeando pelos pátios, corredores sujos. Um céu cercado por muralha com passarela no topo, sobre a qual circulavam soldados armados de fuzil. Mas era uma grande felicidade chegar ali. Íamos receber visitas regularmente, cozinhar nossa própria comida, tomar banho de sol, ler, escutar música... Essas e outras pequenas coisas faziam toda a diferença, quando se vinha de uma temporada no inferno e outra no purgatório.

Entre os tiras do DOPS, o Tiradentes tinha o apelido de “aparelhão”, nome que os próprios presos acabaram por adotar. Era o “aparelho” que abrigava todas as tendências revolucioná-

rias, onde estas, sem a camisa de força da clandestinidade, poderiam afinal se comunicar e discutir suas diferenças. Não que o tivessem feito. Cada uma ficou muito mais no seu mundinho, com discussões apenas superficiais sobre as diferenças políticas. Pelo Tiradentes passaram presos vindos praticamente de todos os Estados do Brasil, muitos jovens, mas também velhos militantes, alguns deles veteranos de outras cadeias e de outras épocas de repressão.

Isolda foi para a ala feminina, que além das prisioneiras políticas abrigava também as chamadas “corrós”, uma corruptela da expressão “presa correccional”. Recolhidas pela polícia por motivos variados, ou mesmo sem motivo, as corrós eram uma amostra do submundo das grandes cidades: prostitutas, praticantes de pequenos furtos, ou apenas mulheres pobres que haviam desagradado a algum policial. Ficavam na cadeia às vezes só por um dia, por uma ou duas semanas, no máximo por uns poucos meses e depois voltavam às ruas: presas sem acusação formal, libertadas sem explicação.

No fundo do pátio ficava uma construção em forma de torre, que abrigava duas dezenas de prisioneiras políticas, um pouco mais ou um pouco menos, conforme a época. Alguém começou a chamar esse espaço de Torre das Donzelas e o nome pegou.

Aos sábados, eu passava à ala feminina para receber visitas de familiares, junto com Isolda, privilégio de quem tinha companhia encarcerada no mesmo presídio. Outro privilégio eram as visitas de terças-feiras, em que os casais podiam se encontrar no pátio. Dava para namorar, trocar carinhos, mas nada mais do que isso.

Além de mim, mais uns três ou quatro habitantes da ala masculina também tinham companheiras ou parentas presas e podiam visitá-las. Um deles era o Ricardo Prata que atravessava co-

migo o portão que dividia as duas alas para ir encontrar sua mulher, Eleonora Menicucci. Eles tinham uma filha de uns quatro anos, que costumava aparecer aos sábados, trazida por familiares.

Outro que passava comigo para a ala feminina era o Ivan Seixas. Ia visitar a mãe, Fanny, e as irmãs, Iara e Ieda, que estavam encarceradas na torre. Joaquim Seixas, marido de Fanny e pai dos três jovens, fez parte do comando que executou o industrial Henning Boilesen, colaborador do DOI-Codi. Foi preso e assassinado em 1971. Ivan, que tinha 16 anos ao cair preso, não podia ir a julgamento por ser menor de idade. Ficou jogado no Presídio Tiradentes, sem processo.

Devo muito à família da Isolda que socorreu a nós dois enquanto estivemos presos. A mãe dela, que também se chamava Isolda, batalhou para nos fazer chegar alguma coisa desde quando estávamos no DOI-Codi. No Tiradentes, recebíamos dela e das irmãs de Isolda sacolas de comida, livros, roupas e, sobretudo, muito carinho e compreensão. Nunca nos censuraram, nunca criticaram nossa militância, que as obrigava a frequentar uma prisão, passando por revistas humilhantes.

Graças às visitas de sábado, conheci a grande maioria das prisioneiras do Tiradentes. Uma delas era Dilma Rousseff, futura presidenta do Brasil, que na cadeia era tida como péssima cozinheira, um horror para as companheiras quando era seu dia de preparar as refeições coletivas. Ela compensava essas críticas com seu bom humor. Gostava de atribuir apelidos às companheiras. Isolda, por sua pele rosada, virou Pink, Joana D'Arc era a Fogueira e uma terceira companheira de torre, a Jurema, passou a ser chamada de Ervilha, lembrança das ervilhas em lata da marca Jurema.

Na torre, Isolda encontrara algumas colegas de movimento estudantil, que eu igualmente acabei conhecendo. Entre elas estava Rioko Kayano, militante do Partido Comunista do Brasil

que havia sido presa em Marabá, no Pará, onde seu partido implantara núcleos guerrilheiros. Ela só conseguiu sobreviver porque sua prisão ocorreu no início da ofensiva militar contra o PC do B. O mesmo se passou com José Genoíno, seu futuro marido. Mais tarde, viria a ordem do alto escalão militar para não fazer prisioneiro: todos os guerrilheiros do Araguaia que se renderam ou foram capturados a partir de então passaram a ser assassinados.

O PC do B nascera em 1962, de um racha no PCB, reunindo a facção mais stalinista do velho Partidão. Foi se apoiar na China, à época liderada por Mao Tsé-Tung, e para lá mandou alguns militantes, que passaram por cursos político-militares. A primeira turma seguiu para Pequim em março de 1964, às vésperas do golpe.

Com a ditadura, consolidou-se a opção do PC do B pela luta armada e já em 1966 os primeiros militantes foram se estabelecer no Bico do Papagaio, região onde os rios Araguaia e Tocantins se encontram e se juntam as fronteiras do Pará, Maranhão e do atual Estado de Tocantins. Foi, provavelmente, a operação mais secreta da esquerda brasileira naqueles anos: tudo se concentrava nas mãos da Comissão Executiva do Partido. Nem mesmo o Comitê Central sabia que a guerrilha já estava sendo preparada.

O PC do B rejeitava o foquismo de inspiração cubana. Nada de luta armada imediata, mas sim uma atuação de longo prazo, com militantes integrando-se à população de uma área conhecida por seus conflitos pela posse da terra. Esperava que após anos convivendo com o povo da região e tendo conquistado a confiança das pessoas, esses militantes estariam aptos a liderar um verdadeiro levante popular, como o levante conduzido pelos co-

munistas de Mao Tsé-Tung contra o invasor japonês, nos anos 30.

Mas o segredo causou problemas internos. O historiador Jacob Gorender relata que o desconhecimento da guerrilha em preparação gerou críticas de militantes inconformados com a “inação” do partido. O descontentamento cresceu, sobretudo entre o pessoal recém-chegado de treinamento na China, e acabou produzindo duas cisões no PC do B, uma das quais eu conheci no Presídio Tiradentes. Era a Ala Vermelha, surgida em 1967, com a proposta de desencadear a luta armada imediata, a partir da concepção de foco guerrilheiro rural. Como tantas outras organizações, a Ala limitou-se a ações urbanas, sem conseguir levar a luta ao campo.

O PC do B preferiu perder militantes impacientes a revelar o que se passava no Araguaia, conseguindo assim manter incólume a operação por quase sete anos. No início de 1972, o Exército a descobriu, através de uma guerrilheira doente que fora se tratar em São Paulo.

Em abril, as tropas chegaram ao Bico do Papagaio, para repetir erro idêntico ao que haviam cometido no Vale do Ribeira: atacar uma guerrilha com tropas sem preparo para entrar no mato. Enquanto isso, os 69 guerrilheiros moviam-se com conhecimento do terreno, faziam emboscadas e obtinham pequenas vitórias. Essa primeira ofensiva durou alguns meses e foi repetida no segundo semestre, com os mesmos erros. No final de 1972, o Exército saiu de novo da região, voltando apenas em outubro de 1973. Mas dessa vez com nova estratégia: havia aprendido a lição.

Desde maio, o governo infiltrara agentes na região para levantar informações, entre os quais estava Sebastião Rodrigues de Moura, o famigerado Major Curió. Assim, ao desencadear a ofensiva de outubro, os militares já sabiam exatamente por quais povoados os guerrilheiros circulavam e quais habitantes que se re-

lacionavam com eles. As tropas que chegaram constituíam um contingente bem menor que o do ano anterior, mas formado por soldados profissionais, recrutados na Brigada Paraquedista e nos batalhões de guerra na selva.

Combinando atividades assistenciais à população, com repressão feroz a quem mantivesse contato com os guerrilheiros, o Exército dominou totalmente a guerrilha em cinco meses. Mas a caçada aos militantes do PC do B no Araguaia ainda prosseguiu por muito tempo. Desde o ano anterior, os que caíam presos eram assassinados e seus corpos sumiam. Foram mortos até mesmo aqueles que confiaram num panfleto jogado na selva de helicóptero, no qual se prometia bom tratamento a quem se rendesse.

Em abril de 1974 caía Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, gigante negro com quase dois metros de altura, um dos primeiros a chegar ao Araguaia e cuja valentia se tornara lendária entre os habitantes locais. Depois de morto, foi degolado. Em outubro de 1974 ainda havia guerrilheiro sendo morto no Araguaia.

O jornal *A Classe Operária*, do PC do B, continuou falando da guerrilha por quase dois anos como se esta ainda estivesse em curso. Só em setembro de 1976 é que o partido vai comunicar o fim dos combates, ainda assim ressaltando o saldo político “altamente favorável” da luta no Araguaia. O fato é que, no Bico do Papagaio, o PC do B sacrificara seus melhores quadros, incluindo alguns de seus dirigentes históricos, para nada. Não abalou a ditadura, nem conseguiu gerar qualquer coisa que se assemelhasse a um levante popular, embora alguns habitantes da região tenham se incorporado à guerrilha.

Por alguns anos, o Presídio Tiradentes funcionou como depósito do Esquadrão da Morte: para lá iam os presos que seriam assassinados. Nessa época, havia no pátio um tanque de água utilizado para afogamentos: mergulhavam a cabeça do prisioneiro no tanque e ali a mantinham à força até quase ele se afogar. Essa tortura, praticada pela quadrilha de Fleury bem à vista dos presos políticos que ocupavam celas voltadas para o pátio, foi motivo de muito protesto e denúncia que as visitas levavam para fora do Tiradentes.

Quando cheguei, o tanque já havia sido lacrado e os corros da ala masculina removidos para outras cadeias. Ficaram apenas três ou quatro presos comuns que a direção do presídio utilizava para trabalhos de limpeza, distribuição de comida e outros serviços. Dois meses antes de me mandarem para lá houve uma greve de fome, a última naquele presídio, em protesto pela transferência de parte dos presos políticos para a Casa de Detenção do Carandiru.

Minha cela era relativamente pequena. Tinha formato retangular e cinco beliches, que ficavam nas paredes mais compridas, dois de um lado e três de outro, deixando um corredor estreito entre eles. Depois vinha um espaço com mesa e o fogareiro elétrico onde cozinhávamos. No fundo, junto à janela guarnecida por grades, havia uma privada turca (daquelas em que se defeca acocorado) e bem em cima dela um chuveiro. Para tomar banho, colocava-se um estrado de madeira sobre a privada para termos onde pisar. Uma mureta de um metro e meio de altura separava este banheiro do restante da cela.

Meu tempo de Tiradentes passei todo nessa cela, mas meus companheiros variavam ao sabor das transferências. Gostei muito do período em que convivi com um pessoal do Partidão,

quatro ou cinco companheiros, dos quais apenas dois nomes ficaram na minha memória: Moacir Longo, que havia sido vereador em São Paulo, e Daguzan, um economista goiano.

Com seus 42 anos, Moacir era o mais velho do grupo, militante comunista há décadas. Por ele eu soube algumas histórias do PCB, entre as quais uma que até parece piada. Contou-nos que, aí pelo final dos anos 40, início dos 50, o partido fez campanha contra a construção da Via Dutra, rodovia que liga São Paulo ao Rio. A alegação era que a rodovia serviria à movimentação de blindados, sendo portanto uma obra de cunho militar. Era o início da corrida nuclear, na qual os Estados Unidos haviam saído bem na frente. Uma das respostas dos comunistas foi uma campanha mundial pela paz, que tinha a célebre pomba de Pablo Picasso como símbolo. No Brasil, por falta de bomba atômica, resolveram implicar com a Via Dutra.

No calor, era comum que ficássemos apenas de cuecas. Moacir, da mesma forma como outros militantes do PCB espalhados por celas diferentes, usava daquelas cuecas grandes e folgadas, que só mais tarde seriam conhecidas como cuecas sambacação. Dentro do Tiradentes nasceu então o que deve ter sido o primeiro nome daquele modelo: cueca Partidão. Logo alguém apareceu com uma explicação mais completa para o apelido: não era só porque fosse usada pelos quarentões do PCB, mas também porque era antiga, grande e frouxa. Tal como o Partidão.

Ao contrário da ala feminina, na qual as celas da torre estavam sempre abertas, na ala masculina nós ficávamos trancados, saindo apenas para o banho de sol, para receber visita, ou quando nos chamavam no DOI-Codi, DOPS ou na Auditoria Militar. Havia exceções, como era o caso do Rubens Bergel, médico e militante da VPR que tinha licença para ir de uma cela a outra nos tratar. Devo a ele a cura de uma laringite terrível.

Tínhamos um aparelho de TV circulando de cela em cela, àquela altura já propriedade coletiva. Não sei quem foi seu dono original, que talvez até estivesse em liberdade. Essa era uma característica do Tiradentes e de outros presídios políticos: quem saía deixava o que podia ter utilidade aos companheiros. Pelo menos o que imaginava ter utilidade, pois algumas celas acumulavam trastes sem qualquer serventia. No nosso dia de TV, ficávamos acordados até muito tarde, para aproveitar a programação de filmes.

Eu só havia assistido à televisão com regularidade no período em que morei numa república estudantil em Porto Alegre, no início de 1965. Desde então a TV brasileira mudara muito, tendo entrado na era das transmissões em cores no mesmo ano em que fui preso. Mas essa novidade não chegava até nós porque nosso aparelho só recebia imagens em preto e branco.

O mundo lá de fora que víamos pela TV tinha a intermediação, sobretudo, da Rede Globo, que começava a dominar o mercado, com a Tupi como principal concorrente. Dado o estilo de programação, a Globo fora a principal favorecida pela falência da TV Excelsior, a grande emissora dos anos 60, propriedade da família Simonsen, que também era dona da companhia aérea Panair do Brasil. Por suas ligações com João Goulart, os Simonsen sofreram retaliações após o golpe de 1964. Primeiro, a Panair teve seu certificado de operação cassado. Depois, começou o longo calvário da Excelsior, que iria até 1970, quando finalmente foi fechada.

Na TV que assistíamos na cadeia, os seriados norte-americanos continuavam tendo papel importante. Eu via com frequência “Perdidos no Espaço” e “Túnel do Tempo”. Mas as no-

velas já eram o núcleo central da programação, sendo a Globo hegemônica na chamada teledramaturgia. São dessa época “O Bofê”, “Selva de Pedra” e “O Bem Amado”, novelas de qualidade muito acima da média do que então se fazia.

A Globo contava com figuras de esquerda em seu time, no qual brilhava o dramaturgo Dias Gomes, ligado ao PCB. Naturalmente, os problemas com a censura se multiplicavam, não tanto por isso, mas principalmente pelo caráter retrógrado dos militares em matéria de costumes. A sociedade evoluía, derrubara tabus, o erotismo nas relações sociais tornava-se gradativamente mais explícito, mas a censura continuava impedindo que essas mudanças chegassem às novelas da forma como seus autores gostariam.

Para compensar esses atritos, a emissora afagava o ego militar com “Amaral Neto, o Repórter”, que deslocava equipes para os confins da Amazônia, ou os extremos do mar territorial, para mostrar obras do regime e os feitos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Fidelis dos Santos Amaral Neto, o apresentador do programa, foi eleito oito vezes deputado batendo numa única tecla: pena de morte para sequestros e outros crimes que levassem à morte da vítima.

Ginástica era um item importante da nossa rotina diária no Tiradentes. Naquela época estava na moda um livrinho que dizia ser o guia de ginástica da Força Aérea Canadense. Veio a calhar para nós porque trazia exercícios adequados para se fazer em espaços apertados.

Nossas refeições eram preparadas em um fogareiro elétrico, deixado na cela por algum preso que não conheci. Praticamente todo o cardápio era preparado com os alimentos que as fa-

mílias nos levavam. Da horrorosa comida que vinha da Penitenciária do Estado em geral só se aproveitava o pão e o leite, a não ser nos momentos de escassez, quando nossa despensa minguava. Aí, a opção era pegar aquela gororoba e re-preparar: tirar o excesso de gordura das carnes, dar um trato nos legumes e no arroz, temperar tudo de novo.

No meu caso, outro item da rotina era o artesanato. Minha especialidade ficou sendo trabalhos em couro (bolsas, carteiras, sandálias), coisas que aprendi a fazer com o Ricardo Prata. Alguém (talvez o próprio Prata) me ensinou a técnica de batik em couro, com a qual consegui alguns efeitos surpreendentes em minhas bolsas.

Li muito no Tiradentes, incluindo alguma coisa da literatura marxista, que apesar de proibida entrava tranquilamente: era só pagar um pedágio relativamente barato aos carcereiros. Para eles, acostumados com a baixa corrupção tradicional nos presídios, dava no mesmo entregar uma trouxinha de maconha para um preso de Direito Comum ou um volume das Obras Escolhidas de Marx e Engels para um preso político. Mas, naquele momento, meu interesse ia mais para a literatura regionalista brasileira, para García Márques e para franceses clássicos, como Balzac, Stendhal, Flaubert.

Eu ainda não tinha clareza sobre o que fazer ao sair da prisão, mas de uma coisa já estava certo: queria distância do POR-T. Falei com Isolda sobre isso e, em uma conversa com os companheiros que estavam no Tiradentes, me desliguei oficialmente do partido, enquanto ela fazia o mesmo. Sim, porque as organizações de esquerda continuavam funcionando lá dentro, marcando reuniões, discutindo seus problemas. O que aconteceu depois foi que fiquei por fora de algumas questões internas do presídio, que eram discutidas pelas cúpulas das organizações.

No presídio virei um enxadrista sofrível. Fizemos campeonatos de xadrez, circulavam livros ensinando jogadas e acabei aprendendo a me virar razoavelmente nesse mundo de reis, rainhas, bispos, peões. Aliás, esse jogo parece ter sido importante também em outras cadeias e em outros tempos, como relata Graciliano Ramos, em seu “Memórias do Cárcere”. No presídio onde ele foi encarcerado, nos anos 30, igualmente se jogava muito xadrez.

No nosso caso, o auge do entusiasmo foi quando se disputou o título mundial de xadrez, entre o russo Boris Spassky e o norte-americano Bobby Fischer. Estávamos em plena guerra fria e para nós parecia que, naquela partida decisiva, o socialismo e o imperialismo se enfrentavam, cada um de um lado do tabuleiro. Através da Rádio Eldorado acompanhávamos as jogadas, em tempo real, num tipo de transmissão absolutamente fora dos padrões de qualquer outra. A emissora mantinha sua programação normal e, de tempos em tempos, o locutor interrompia o que estivesse dizendo, às vezes no meio de uma frase, para anunciar com voz grave:

– Spasky acaba de fazer mais um movimento: cavalo três da rainha.

Continuava a programação normal e, passado um tempo enorme, lá vinha o lance de Fischer. Nós, com um tabuleiro armado, reproduzíamos cada movimento, enquanto em outro tabuleiro ficávamos especulando qual seria a resposta de Spasky. Discutíamos a partida, torcíamos, xingávamos o russo quando achávamos que ele tinha cometido um erro. Mas nossa torcida não adiantou: o imperialismo ganhou. Acabou ali uma hegemonia russa no xadrez que vinha desde 1921.

XI

Traidores, espões e arrependidos

Os jornais do dia 11 de janeiro de 1973 traziam a notícia de mais uma chacina dizimando militantes de esquerda, dessa vez em Pernambuco. Seis integrantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) haviam sido mortos a tiros, supostamente em um sítio na região do município de Paulista. No Tiradentes, onde eu continuava preso, além do impacto que a notícia das mortes causou, a referência à VPR foi recebida com surpresa e incredulidade: todos a considerávamos liquidada. Pelo que ouvi, boa parte da própria repressão pensava da mesma forma. No tempo em que estive no DOI-Codi, os torturadores diziam com sarcasmo que a organização mudara de nome, chamando-se agora VPC (Vanguarda Popular do Céu): estavam todos mortos.

Anos depois, já fora da prisão, foi que vim a conhecer a história completa do massacre de Pernambuco, desenlace de uma traição que está inscrita entre as mais infames da história das traições. A chacina atingira, de fato, a VPR, organização liquidada no Brasil, mas que continuava viva no exterior. Viva e com o dinheiro que restara do assalto ao cofre de Adhemar de Barros, o que lhe dava fôlego para planejar novas ações de combate. Ao contrário do PC do B, que fora se internar na selva, a VPR elegeu o Nordeste brasileiro como área prioritária para nova tentativa de implantar um foco guerrilheiro. Com esse propósito, estabeleceu um ponto de apoio em Olinda, disfarçado de butique elegante, negócio tocado por um casal de militantes.

Os donos da butique eram José Anselmo dos Santos, o marinheiro que agitara os últimos dias do governo João Goulart,

e sua companheira, Soledad Barrett Viedma, linda morena de 27 anos, neta de um dos fundadores do Partido Comunista Paraguaio. Ali, enquanto vendiam roupas e providenciavam a instalação de militantes vindos do exterior, viveram por mais de um ano uma história de amor, na qual a mútua atração e companheirismo eram reforçados pelos ideais revolucionários que compartilhavam. Um terceiro militante, nome de guerra César, completava o esquema. Era ele o encarregado de providenciar novos documentos aos recém-chegados, o que fazia com eficiência e rapidez.

Na verdade, a base da VPR em Olinda era uma ratoeira montada pelo delegado Sérgio Fleury. O apartamento onde viviam Anselmo e Soledad estava sob vigilância, o que incluía microfones disfarçados nos móveis. O militante César era o agente do DOPS paulista Carlos Alberto Augusto, que tinha extrema facilidade em conseguir documentos falsos para a VPR: os obtinha diretamente da polícia. Mas a peça principal do esquema era Anselmo. O ex-marinheiro, que fugira do Brasil, ligara-se a Brizola e fora treinado em Cuba, estava agora trabalhando para Fleury. Homem de confiança da direção da VPR no exterior, Anselmo ajudara a preparar a ratoeira, infiltrara o falso militante César na VPR e viajava regularmente a São Paulo para discutir a operação com o DOPS.

O massacre de Pernambuco foi o epílogo dessa história. Nele morreram quatro homens e duas mulheres, quadros de destaque da VPR, com treinamento no exterior. A advogada Mércia de Albuquerque Ferreira viu os corpos no necrotério: todos estrçalhados, tal a quantidade de tiros. Entre eles estava o cadáver de Soledad, grávida de quatro meses. Anselmo era o pai da criança que não nasceu.

Cachaça de laranja foi uma das instituições do Presídio Tiradentes. Quando cheguei lá ela já era fabricada há muito tempo, a partir de uma receita na qual entrava suco de laranja, açúcar e fermento de pão. Essa mistura, que ficava fermentando por umas duas semanas, ia depois para uma panela de pressão, na qual a válvula fora substituída por um tubo de metal. Nesse tubo encaixava-se uma mangueira fina, acoplada a um improvisado sistema de resfriamento por água, e estava pronto o alambique. Punha-se o suco fermentado para ferver, o vapor subia pelo tubo de metal, para em seguida resfriar-se na mangueira. Na outra ponta pingava gota a gota uma cachaça leve, de tom amarelado, num processo de destilação que demorava horas e horas até se completar.

Naturalmente, a coisa era clandestina, feita à noite e sempre com alguém vigiando, pronto para despistar algum carcereiro que aparecesse. Na verdade, creio que no período em que passei no Tiradentes os carcereiros já não estavam mais preocupados com nossa pinga de laranja, provavelmente chegaram a perceber alguma atividade de destilação e fizeram vista grossa.

Resolvi entrar para o ramo de cachaça clandestina na época em que meus companheiros de cela eram militantes do PCB. Conversei com eles, a maioria concordou com a proposta e tratei de pôr para fermentar uma boa quantidade de suco. Dias depois, quando já se sentia o odor de suco fermentado, fui surpreendido pelo recuo do pessoal do Partidão. A pinga de laranja tinha oposição de um deles, que convocou uma reunião do partido para discutir o assunto, durante o banho de sol, com a participação de militantes alojados em outras celas. Resultado, a tendência favorável à pinga foi derrotada e enquadrada pelos que não queriam

correr risco de confusão com os carcereiros. Meu suco de laranja acabou jogado na privada.

Esse caso não abalou minhas relações com os companheiros do PCB. Logo depois, organizamos um curso de Economia, que foi ministrado pelo Daguzan, justamente o dissidente da nossa cela que provocara o dismantelamento do meu alambique. Cursos os mais variados têm sido uma tradição das prisões políticas ao longo dos tempos. No Tiradentes, algumas celas privilegiadas tiveram cursos de línguas, de Filosofia, de História, porque contavam com gente preparada para ministrar aulas. Não foi o que aconteceu na minha cela: ficamos só no curso de Economia.

O marinheiro José Anselmo dos Santos, que acabou conhecido como Cabo Anselmo, não foi o único traidor na história da esquerda brasileira. A se dar crédito em informações que surgiram de dentro dos órgãos de repressão, só em São Paulo eles chegaram a ter mais de 20 informantes, entre agentes infiltrados e militantes que mudaram de lado. Há exagero nisso, motivado pelo próprio interesse da repressão em ampliar suas verbas e demonstrar uma eficiência investigativa que esteve longe de possuir: seu grande trunfo foi sempre informação arrancada sob tortura. Mas é certo que houve outros traidores além de Anselmo.

Entre os casos conhecidos e razoavelmente comprovados de colaboração com a polícia, o que causou mais estragos foi o de Jover Telles, do PC do B. Por intermédio dele, em dezembro de 1976, o DOI-Codi paulista armou um cerco a casa onde o Comitê Central do partido realizava uma reunião de quatro dias, da qual Telles participava. O delator saiu da reunião sem ser incomodado, mas os demais participantes eram presos à medida que deixavam a casa, por fim metralhada e invadida. O resultado do cha-

mado massacre da Lapa foi a liquidação de quase toda a Comissão Executiva do PC do B, com o assassinato de três de seus dirigentes e a prisão de outros cinco.

Anselmo é o mais famoso dos delatores porque a partir dos anos 80 tem se dedicado à defesa da traição. Em anos mais recentes, virou vedete de televisão, com longas entrevistas em que auto-elogia seus atos, apresentando-os até mesmo como atividades patrióticas. Pode-se imaginar o que Soledad diria de semelhante patriotismo.

Sobre ele, o que ainda não está claro é o momento em que se transformou em traidor. Já se afirmou que antes mesmo do golpe de 1964 ele atuava como agente da CIA (Central Intelligence Agency), órgão do governo norte-americano àquela altura com dedicação *full time* à tarefa de derrubar João Goulart. Até o momento não há informações, nem mesmo indícios suficientes, para sustentar essa tese. Mas o que dizer então do local onde foi colocado em prisão pelos golpistas, em 1964? Depois de ficar por algum tempo no DOPS carioca, foi levado para uma sonolenta delegacia de bairro, onde circulava à vontade, enquanto figuras de esquerda nem tão destacadas eram trancafiadas em presídios. Nessa delegacia ele ficou um ano e meio e depois fugiu. Poderia ter fugido antes.

Segundo o próprio Anselmo, sua mudança de lado deu-se em 1971, quando foi preso e torturado por Fleury. Primeiro, teria colaborado com a polícia para não morrer, depois por convicção. O DOPS chegou a montar um “aparelho” para ele, no bairro de Perdizes, em São Paulo, onde fazia reuniões com militantes de esquerda. Naturalmente, tudo era gravado e quem caía ali era fotografado, seguido e, por fim, preso. Nessa armadilha caiu sobretudo pessoal da ALN (Ação Libertadora Nacional).

Nas prisões por onde passei outro personagem deixava as pessoas de orelha em pé: o espião. Figura comum a vários relatos carcerários, de diferentes épocas, o espião é um falso prisioneiro colocado na cela para levantar informações de interesse da polícia. Pelo menos é isso que os demais afirmam dele, o que não quer dizer que a afirmação corresponda à realidade. Tenho para mim que a maioria era simplesmente vítima de suspeita sem qualquer base, fruto da insegurança e desconfiança geral em que estávamos mergulhados no ambiente da prisão.

Dos supostos espiões que conheci, o único de que me lembro apresentava-se com o nome Hugo e se dizia militante da AP (Ação Popular). Estávamos em uma cela coletiva do DOPS, com outros seis ou sete prisioneiros, e esse Hugo conversava muito comigo. Um dia, um companheiro do meu partido, que ali também estava encarcerado, me repreendeu pela proximidade com Hugo.

– Você não sabe que ele é policial?!

Não sabia, não sei até hoje e não tenho a mínima ideia de onde saiu essa informação. O que me pergunto é se Hugo, admitindo-se que fosse mesmo um policial, não teria algo mais proveitoso a fazer do que ficar em conversas diletantes com um militante de uma organização já totalmente desmantelada, como era o meu caso.

Durante o governo Médici, inventou-se mais um personagem, que também tinha a ver com cadeia: o “terrorista arrependido”. Eram prisioneiros a que a ditadura oferecia um acordo: a liberdade em troca de declarações de apoio ao governo. Mostrados como “exemplos para a juventude”, “arrependidos de seus cri-

mes”, eles iam para a televisão, em horário nobre, falar em rede nacional sobre as virtudes do general de plantão na presidência da República e elogiar os “grandes feitos” do regime: rodovia Transamazônica, mar territorial de 200 milhas...

Eram falas tão artificiais, tão sem convicção que provavelmente não tiveram efeito nenhum. Ainda assim, houve vários episódios desse tipo, entre os quais o que foi protagonizado por um grupo de cinco presos do Tiradentes, recrutados para o arrependimento em 1970. Vistos na televisão por seus próprios companheiros de presídio, na volta o grupo foi recebido com revolta, gritaria e teve que ser removido para outra cadeia.

O mais conhecido dos “arrependidos” foi Massafumi Yoshinaga, militante da VPR, que depois das declarações na TV entrou em um processo de paranoia. Libertado, tentou o suicídio três vezes. Na última delas, em 1976, morreu enforcado com uma mangueira, em São Paulo. Tinha então 27 anos de idade.

No primeiro trimestre de 1973, acelerou-se a farsa judicial a que eu e meus companheiros de partido seríamos submetidos. Estávamos todos enquadrados em “crimes” contra a segurança nacional, de modo que seríamos julgados por um Conselho de Militar, como se faz em tempo de guerra. Desde 1969, esses Conselhos podiam condenar os réus até mesmo à pena de morte, o que naturalmente não se aplicava a nós, julgados por delitos de opinião, reunião e divulgação de ideias. Nesses casos, a ditadura contentava-se com penas de morte informais, como as que sofreram Olavo Hansen e Rui Oswaldo Pfitzenreuter, entre muitos outros.

Éramos conduzidos à Auditoria Militar para interrogatórios e outras formalidades. Nessas ocasiões montava-se um apar-

to militar que eu nunca imaginei merecer: batedores, camburão, carros de escolta com homens armados de metralhadoras. Quando chegávamos, a rua Brigadeiro Luís Antônio era interditada. As pessoas olhavam curiosas os “terroristas” saindo do camburão e entrando no prédio da Auditoria.

A farsa completou-se em abril. Na sala de julgamento, juiz, promotor, advogados de defesa e, fazendo as vezes de jurados, o tal Conselho Militar, formado por oficiais do Exército fardados. Pareceria um julgamento de verdade, não fosse o descaso dos militares, conversando sobre qualquer coisa enquanto acusação e defesa debatiam. Não estavam nem um pouco preocupados com o que se passava ali: as sentenças já estavam decididas mesmo. Eles só teriam que assinar. A certa altura da longa sessão, um deles pegou no sono. Acordou sobressaltado quando um dos defensores desferiu um ruidoso soco na mesa. Minha advogada, Regina Pasquale, a muito custo conteve o riso. Acabei condenado a dois anos de cadeia e cassação dos direitos políticos por 10 anos. Isolada pegou um ano, condenação suficiente para justificar o tempo que já passara presa. Foi libertada dias depois.

Na época do meu julgamento, estava em andamento a desativação do Presídio Tiradentes. Com instalações hidráulicas e elétricas em estado miserável, a construção centenária havia sido condenada. Foi demolida e parte da área que ocupava deu lugar à estação Tiradentes do Metrô. Fomos todos transferidos. Meus amigos do PCB seguiram para o Presídio do Hipódromo, na Zona Leste de São Paulo. Eu acabei indo para a Casa de Detenção do Carandiru, junto com vários outros. Nessa leva estavam Nilmário Miranda, um mineiro que décadas depois seria Ministro da Secretaria dos Direitos Humanos no governo Lula, e Antônio Carlos Granado, um militante da Ala Vermelha que eu voltei a encontrar nos anos 90, como Secretário Municipal de Finanças em Santo André.

O presídio do Carandiru que eu conheci é o mesmo onde nos anos 90 a Polícia Militar matou 111 prisioneiros, a maioria deles desarmada, durante operação de controle de uma rebelião. Era uma prisão enorme, a maior da América Latina, dizia-se, abrigando na época uma população ao redor de 5 mil presos. Chegou a ter 8 mil, antes de ser desativada. Os presos políticos ocupavam metade de um andar do Pavilhão 5 (eram nove pavilhões).

Ao chegar fui presenteado com a roupa do presídio, calça de um cinza azulado e camiseta branca, em tamanho suficiente para caber uns dois de mim.

– Não tem problema, é só ir à alfaiataria do fulano – fui informado.

De fato, um dos presos comuns do Pavilhão 5 havia transformado sua cela em um atelier de costura: ajustou com perfeição a roupa ao meu tamanho. E como pagar o serviço se não podia circular dinheiro dentro do Carandiru? Com maços de cigarro. Havia um verdadeiro sistema monetário baseado em maços do cigarro Kent, na época um cigarro forte e barato, verdadeiro mata-ratos, mas muito consumido na prisão. Quando se perguntava o preço de alguma coisa, a resposta invariável era:

– Tantos maços de Kent.

O maço do Kent era a unidade monetária. Marcas mais caras, como Continental, Hollywood e Minister também eram utilizadas como moeda, a partir de uma tabela de conversão que, grosso modo, considerava o preço de venda fora dali. E para mercadorias de preço fracionado bastava abrir o maço e conver-

ter os cigarros avulsos em centavos. Ou seja, dentro do Carandiru, fumar era queimar dinheiro, de fato. Foi a forma mais literal deste ditado popular que encontrei.

Nossa convivência com os presos de Direito Comum limitava-se ao período do banho de sol e recreação. Havia uma área onde se disputavam partidas de futebol, às vezes com times mistos, reunindo presos políticos e comuns. Tínhamos boas relações com eles. Certamente o presídio tinha também outro tipo de preso, gente perigosa até mesmo quando encarcerada, mas não vi desses no Pavilhão 5. Estariam em outros pavilhões? Não sei e não cheguei a ouvir falar deles, mas me parece que o Carandiru daquele tempo era diferente do que veio a ser mais tarde. Vivíamos uma época anterior ao domínio de gangues poderosas nos presídios de São Paulo.

A maioria dos presos do Pavilhão 5 era formada por homens sofridos, que mesmo na cadeia davam duro para ganhar algum dinheiro. Muitos se dedicavam à manufatura de bolas de futebol, as chamadas bolas de capotão, revestidas externamente por couro, em camadas que precisavam ser costuradas umas às outras, tarefa feita à mão. Uma indústria encomendava esse trabalho aos presos, entregando o dinheiro que ganhavam às famílias. Parte desse rendimento vinha depois para a Casa de Detenção do Carandiru em forma de maços do cigarro Kent, alimentando a peculiar circulação monetária interna.

Antes da minha transferência para o Carandiru, os presos políticos que lá estavam haviam assumido algumas tarefas de assistência a esses homens. Com o apoio da direção do presídio, organizaram cursos, reforçaram o atendimento jurídico, reorganizaram o Serviço Médico. Mas essas atividades chegaram ao ouvido do juiz da Auditoria Militar, que as proibiu. Certamente temeu que aquele bando de comunistas acabasse doutrinando a enorme massa carcerária.

Parte dos meus companheiros havia chegado à Casa de Detenção um ano antes de mim. Até onde sei, eram todos eles militantes de organizações militaristas, um pessoal “da pesada”, na classificação dos carcereiros. E era mesmo. Pelo menos do ponto de vista da exigência de respeito à nossa dignidade por parte das autoridades carcerárias, às vezes até com arrogância.

Fernão Guedes, um coronel da Polícia Militar com fama de linha dura, dirigia o presídio. Era rigoroso na disciplina e em nome dela vi presos comuns sendo espancados ou encerrados por 30 dias em celas solitárias, estreitas e escuras. Mas nos tratava bem, com respeito e diálogo, sei lá se por não querer seu presídio envolvido em denúncias no exterior, ou apenas por preconceito de classe social. A maioria de nós, tal como o coronel, era de classe média, com certa cultura e bem relacionados lá fora, enquanto os presos comuns, em sua esmagadora maioria, eram “uns pobres diabos”, gente a que se precisava “impor respeito na porrada”, como diziam os carcereiros.

Certo dia, estavam dois presos políticos sentados ao sol, no pátio do Pavilhão 5, quando chegou o coronel Guedes. Os presos comuns se levantaram todos, como era norma interna. Os dois presos políticos continuaram sentados. Foram chamados à administração para se explicar.

– Nós não vamos nos levantar para representante da ditadura – responderam desafiadores.

Pegaram 15 dias de solitária.

Essa história aconteceu antes da minha chegada e foi uma das primeiras coisas que os veteranos do Carandiru me contaram, acrescentando seu epílogo. Como os presos políticos, em desa-

gravo aos companheiros punidos, ameaçassem continuar sentados na presença do diretor, foi estabelecido um acordo de paz. Sempre que o coronel fosse a algum lugar onde houvesse presos políticos e comuns, nós seríamos avisados de sua chegada com alguma antecedência e poderíamos ficar de pé, disfarçadamente, para recebê-lo conforme a regra, sem o gesto subserviente de levantar-se à sua chegada. Tratei de ficar atento, que eu não era besta de cometer nenhum dos dois delitos: receber o diretor sentado, ou levantar-me diante do representante da ditadura.

Minha vida no Carandiru não foi de todo ruim. Fiquei numa cela individual, mas que era aberta pela manhã e só trancada à noite. Dessa forma, ao mesmo tempo em que circulava à vontade pela área reservada aos presos políticos e conversava longamente com os companheiros, também podia me isolar quando bem entendesse na privacidade da minha cela. Não podíamos cozinhar, mas a comida do presídio era bastante razoável. Isolda, que ganhara liberdade, visitava-me uma vez por semana.

Dos novos companheiros, os dois de quem mais me aproximei foram o Altino Dantas e o Alípio de Freitas, ambos militantes do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), uma dissidência da AP. Altino, que havia sido presidente da UNE, era brincalhão, sorriso franco, a simpatia em pessoa, apesar do bigodão tipo Stalin. Fazia piadas com nossa carência afetiva e dizia colocar tábuas de caixote de bacalhau embaixo do colchão para sentir cheirinho de mulher.

Alípio, nem tão sorridente, era também de fácil convívio. Nascido em Portugal, viera para o Brasil como padre. Depois deixou os votos, meteu-se com as Ligas Camponesas, com a AP, mas continuava sendo conhecido como Padre Alípio. Certa vez,

especulando com ele sobre a duração que a ditadura teria, manifestei a expectativa de que aquele sufoco não demorasse demais a acabar. Ele cortou minhas esperanças falando de Portugal, onde o salazarismo estava no poder há 40 anos e não dava sinal de entregar os pontos. Àquela altura, o ditador Antônio de Oliveira Salazar já havia morrido, mas seu regime sobrevivia, aparentemente forte. Não por muito tempo. Alípio não poderia imaginar, mas já estava em gestação a Revolução dos Cravos, que no ano seguinte poria fim à ditadura portuguesa.

Meu tempo na Casa de Detenção do Carandiru correspondeu a um período calmo por lá. O fato mais marcante foi a visita do cardeal Paulo Evaristo Arns, que veio ver se estávamos sendo bem tratados e conversou com a gente. Falou-se muito da situação difícil em que estavam cinco dos nossos companheiros, transferidos para Presidente Venceslau, na fronteira com o Mato Grosso, em represália a uma greve de fome no ano anterior. No nosso caso, mesmo sem termos queixas da prisão em si, sua presença ali era muito importante, porque garantia que qualquer abuso contra nós teria repercussão.

Nomeado arcebispo de São Paulo no final de 1970, Arns foi fundamental para a nova postura que a hierarquia católica assumiu em relação à ditadura. A Igreja Católica, que majoritariamente apoiara o golpe em 1964, manteve pelos anos seguintes ótimas relações com o regime. A maior parte da cúpula eclesiástica fechava os olhos ao que acontecia nas prisões até mesmo quando as vítimas eram membros da Igreja, como aconteceu no caso dos suplícios a que foram submetidos os frades dominicanos encarcerados em São Paulo.

Evidentemente houve exceções, a mais conhecida das quais foi a atuação do arcebispo de Olinda e Recife, Hélder Câmara, com suas denúncias de torturas. Mais longe chegou o arcebispo de Ribeirão Preto (SP) que excomungou dois delegados de

polícia devido ao estupro da freira Maurina Borges da Silveira, presa por suposto envolvimento com um grupo de esquerda local. Paulo Arns, com o peso que significava ser o cardeal arcebispo da maior cidade do país, mudou a relação de forças em favor dos bispos dispostos a enfrentar a ditadura. Teve a coragem de redigir denúncias contra a tortura e mandá-las afixar em todas as paróquias paulistanas, driblando a censura à imprensa e desafiando a repressão.

Devo a Dom Paulo, como o cardeal era conhecido, a tranquilidade com que passei a parte final de minha prisão. Não só a ele, naturalmente, mas sua figura é a que mais se destaca naquele tempo em que começavam a se esboçar o que nos anos seguintes viria a se converter na grande campanha pela anistia.

Fiquei três meses no Carandiru, até que na noite de 23 de julho de 1973, de surpresa, vieram me chamar na cela: haviam me concedido liberdade condicional e o juiz assinara meu alvará de soltura. De repente eu estava fora dos portões da prisão, tendo à minha frente a movimentada Avenida Cruzeiro do Sul. Na mão uma sacola com as poucas coisas que me interessei em levar, nos bolsos nem um tostão. Tomei um táxi até a casa dos pais de Solda, onde ela estava morando desde que saíra do Tiradentes, lá alguém pagaria a corrida. Desde que fui capturado no Largo da Concórdia haviam se passado um ano, três meses e uns poucos dias.

O mundo que eu encontrei fora da prisão havia sofrido transformações importantes no curto espaço de um ano e poucos meses. Transformações claramente observáveis. A primeira que notei foi o aumento dos automóveis nas ruas de São Paulo, fruto do crescimento acelerado da economia, que chegava ao auge jus-

tamente em 1973. A outra foi a maneira estranha como as pessoas estavam se vestindo e cortando os cabelos. Estranhei as calças com boca-de-sino, as mulheres calçando sapatos com solas de quase 10 centímetros de altura, homens usando costeletas estilo cantor de tango. O Brasil havia mergulhado de cabeça na horrosa moda dos anos 70.

O que gostei foi do novo comprimento das saias, que não eram mais minis, eram microssaias. As ruas estavam povoadas de mulheres com suas calcinhas à mostra, num arranjo em que a peça íntima precisava ser confeccionada no mesmo tecido, cor e estampa da saia minúscula. O apelo, sem dúvida, era para o erotismo, mas com certa graça e sentido de liberdade que contrastavam com a ditadura. Havia um clima de erotismo no ar, dando a impressão que a minoria responsável pela quebra de tabus nos anos 60 era agora seguida por muito mais gente. O regime repressivo procurava conter essa onda, sem, no entanto, deixar de abrir algumas válvulas de escape.

As bancas começavam a se povoar de revistas de mulheres peladas. Peladas, *pero no mucho* que a censura estava de olho! Seios e bundas eram permitidos, mas nu frontal para baixo do umbigo, nem pensar. Foi por essa época que a Editora Abril lançou sua versão da *Playboy*, mas tomando o cuidado de batizá-la com outro nome, “Revista Homem”, para a censura não ficar de marcação cerrada.

O filme “Último Tango em Paris” estava proibido no Brasil, fazendo com que assisti-lo no exterior vira-se programa quase obrigatório para turistas brasileiros. Por aqui, o erotismo estritamente vigiado permitiu o florescimento de um novo ramo do cinema nacional: a pornochanchada. Eram comédias bobinhas, cheias de correrias, mas com fartura de seios nus e bundas em calcinhas minúsculas, filmes sempre “rigorosamente proibidos para menores de 18 anos”.

Muitos anos depois, quando as telas de cinema e as revistas já mostravam mulheres nuas em posições ginecológicas, essas pornochanchas começaram a ser apresentadas na televisão. Certo dia, acordei à noite e surpreendi meu filho, que devia ter uns 10 anos, vendo um filme desses: “As Cangaceiras Eróticas”. Fiquei alguns minutos assistindo, depois o deixei sozinho e voltei para a cama: nada ali exigia a intervenção paterna.

Já se falou muito da censura aos jornais, ao rádio, à televisão, abarcando assuntos políticos e os relacionados a costumes. Menos conhecida é a censura às revistas de fotonovelas, quase tão visadas quanto a televisão por serem muito populares. Todo o conteúdo dessas revistas era importado da Itália, com destaque para as cenas fotografadas que contavam históricas ao gosto das moças sonhadoras. Esse material precisava ser traduzido e adaptado ao Brasil, o que incluía cortes e mudanças no enredo para poder passar na censura. Às vezes os editores precisavam fazer malabarismo, sobretudo porque o movimento estudantil italiano estava muito ativo e acabava se infiltrando naquelas histórias românticas.

– Foto de reunião política virava encontro da comissão de formatura – contou anos depois meu amigo Roberto Pelegrino, que era editor de uma dessas revistas.

XII

Distensão lenta, gradual e... semeada de cadáveres

Em 1974, um vendaval político soprou sobre o Brasil. Foi nas eleições de novembro, as primeiras que se davam com genuíno entusiasmo popular, desde que o golpe de 1964 as transformara em rituais vazios. Parecia que estávamos assistindo a uma eleição presidencial, tal era o clima de discussão e de engajamento das pessoas, tal era a vontade de promover mudanças. Naturalmente, não dava para mudar grande coisa numa eleição para o Senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas, mas o que aconteceu foi suficiente para sacudir o país.

Desde março, havia outro general usurpando a Presidência da República: Ernesto Geisel, um gaúcho filho de alemães de confissão luterana, cara de poucos amigos. Vinha com o propósito de pôr ordem nos quartéis, onde a parte da tropa que se engajara na repressão havia ido longe demais, subvertendo a hierarquia e criando um poder paralelo, cada vez mais difícil de controlar. Queria manter a tutela militar sobre o país, mas também evitar que a tropa se imiscuisse nas decisões políticas. Portanto, precisava fortalecer os quadros civis da ditadura, legitimar o poder cada vez menos nos quartéis e cada vez mais no partido governista, a Arena.

Falava em “distensão, lenta, gradual e segura”, o que significava fazer concessões dosadas e controladas nos campos da política e da expressão do pensamento. Mas com um limite bem demarcado: nada que representasse desafio ao poder militar seria

tolerado, sobretudo partindo de grupos de esquerda ou dos políticos depostos dez anos antes. Seu principal trunfo para pôr de pé este projeto era o “milagre brasileiro”, o crescimento econômico acelerado que resultara em ufanismo e popularidade para o general Emílio Médici, seu antecessor.

Foi, portanto, com a ilusão de que presidia uma ditadura amada pelos brasileiros, que Geisel marchou para as eleições de novembro. Os principais candidatos ao Senado, pela Arena, foram escolhidos por ele, como se os estivesse nomeando para o cargo. E por que não, se esses homens já podiam se considerar eleitos? Quanto ao MDB, o partido da oposição consentida, não precisava ser levado em conta, tal era sua inexpressividade desde que saíra da eleição anterior praticamente destroçado. Faltando um mês para as eleições, quando o governo percebeu que a coisa seria muito diferente do previsto, Geisel não podia mais recuar.

O próprio MDB, durante a escolha de seus candidatos, também se dava por derrotado. Tanto que suas lideranças mais importantes fugiram da disputa para senador, preferindo o caminho mais fácil de uma candidatura a deputado. Ilustres desconhecidos é que concorreram ao Senado, com a única exceção do Rio Grande do Sul. Lá a vaga ficou com Paulo Brossard, dublê de criador de gado e professor de Direito Constitucional, que apoiara o golpe em 1964 e depois aderira ao MDB.

Em liberdade, mas com direitos políticos cassados, eu não podia votar. Surpreendentemente, fui convocado para trabalhar como mesário nas eleições daquele 15 de novembro. Apresentei-me e, naturalmente, a primeira coisa que fiz foi buscar minha ficha no arquivo da seção eleitoral. Lá estava ela, diferenciando-se das demais pelo papel cor-de-rosa e a palavra em letras garrafais:

cassado. Chamei o presidente da seção e mostrei a ficha dizendo-lhe que se eu não podia votar também não podia atuar como mesário.

Em vez de ir para casa fui circular pelos locais de votação e o que vi convenceu-me mais ainda que aquela eleição era diferente das outras. A boca de urna corria solta. E não se tratava apenas de distribuir propaganda de candidato, havia também gente conversando com os eleitores, sem muito alarde para não chamar atenção, mas procurando convencer. Aquilo era trabalho de militante. A polícia aparecia, eles se afastavam, iam abordar eleitores um pouco mais longe, mas continuavam por ali.

Pelo menos por onde passei, não havia um esquema repressivo atuando, ao contrário do que acontecerá em 1970, quando um arrastão de prisões antecedeu as eleições e continuou no próprio 15 de novembro. Dessa vez, a ditadura não havia preparado um plano intimidador e os candidatos puderam mobilizar sua rede de simpatizantes, reforçada pelos quadros do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que se jogou inteiro na campanha. Artistas, líderes sindicais, militantes de base foram às ruas reforçar a tendência que os eleitores já manifestavam: voto massivo no MDB. As organizações que antes pregavam o voto nulo, agora estavam fora de combate.

O resultado foi uma lavada da oposição. Dos 21 cargos de senador em disputa, 16 ficaram com o MDB. Em São Paulo ganhou um sujeito de sotaque caipira de quem eu nunca ouvira falar antes do início da campanha: Orestes Quércia. Minas levou ao Senado outro desconhecido: Itamar Franco. No Rio Grande do Norte elegeu-se o ex-marinheiro Agenor Maria, que dois anos antes não conseguira sequer ganhar a Prefeitura de sua cidade, Currais Novos. A avalanche oposicionista só não foi maior porque em 1974 renovou-se apenas um terço do Senado e porque na

Câmara Federal a Arena conseguiu eleger a maioria dos deputados.

Eu saí da prisão sem ter uma profissão definida. Deixara de estudar para me dedicar à militância, depois trabalhara como bancário unicamente para atuar no movimento sindical. Tudo isso havia ficado para trás e chegara a hora de cuidar da minha vida. Já que não ia mais estar na linha de frente, resolvi que, pelo menos, seria um observador privilegiado: virei jornalista.

Matriculado no curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, comecei a trabalhar na profissão poucos meses depois de iniciado o primeiro ano letivo. Nessa época, muitas empresas grandes começavam a editar jornais e revistas dirigidos a seus funcionários, publicações chamadas pela alcunha pedante de *house organs*. Depois de passar por um pequeno jornal de bairro, fui para um desses *house organs*, a revista interna do BCN (Banco de Crédito Nacional), um grupo financeiro que não existe mais. Em menos de um ano, passei de redator a editor da publicação.

Enquanto o país passava por um vendaval, na Revista BCN eu escrevia sobre procedimentos bancários, a chegada da primavera ou o campeonato interno de futebol. Nenhum problema: como começo de carreira estava bom para mim. Triste mesmo era ver o Departamento de Relações Públicas do banco, ao lado da minha sala, encher-se de caixas de uísque nos finais de ano e ler os nomes dos destinatários: Sérgio Fleury, Romeu Tuma e uma plêiade de outros integrantes do canil da ditadura. A fina flor dos assassinos e torturadores estava ali relacionada para receber afagos de banqueiro.

Isolda conseguira um cargo de professora de Português em uma escola particular. No ano seguinte, com a expansão do

ensino municipal, a Prefeitura de São Paulo tivera que contratar rapidamente uma grande quantidade de professores, a título precário, porque as aulas iam começar e não dava tempo para organizar um concurso público. Ela obteve uma vaga numa escola no Valo Velho, um bairro nos confins da Zona Sul, onde morava uma população de migrantes pobres. Certa vez, numa aula em que os alunos liam um pequeno texto, apareceu a palavra “elevador” e ela teve a intuição de que talvez a classe não soubesse o que era aquilo.

– Vocês sabem o que é elevador? – Perguntou

Passaram-se alguns minutos sem que ninguém se manifestasse. Por fim, um menino levantou o dedo para pedir a palavra e disse:

– Ah, professora, elevador é uma privada que sobe e desce.

Comparava uma cabine de elevador com a casinha que eles tinham no fundo do quintal, em cima de uma fossa, onde a família defecava, o mesmo tipo de instalação sanitária da minha infância, na favela do Cantão. Era a explicação perfeita para o universo deles, numa São Paulo onde continuavam chegando populações expulsas do campo, que mal conheciam a cidade onde tinham vindo morar

Havia muita ebulição na imprensa daqueles anos. A censura abrandara. Até o final de 1974, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* estavam submetidos à censura prévia. Censores

instalados nas redações dos dois jornais liam tudo o que seria publicado e vetavam o que lhes dava na veneta. O *Estadão* substituiu os espaços deixados em branco por trechos de “Os Lusíadas”, de Camões, enquanto o *Jornal da Tarde* punha receitas culinárias no lugar. Era uma maneira de comunicar aos leitores que haviam sido censurados e às vezes dava para saber qual era o assunto vetado pelos trechos da matéria que ficaram intactos. Nos outros grandes jornais, a censura não era tão direta: eles apenas recebiam ordens da Polícia Federal de que tais ou quais notícias não podiam sair e obedeciam.

Nos primeiros dias de 1975, o *Estadão* e o *Jornal da Tarde* foram liberados da censura prévia. Continuavam os mesmos jornais conservadores de sempre, mas passaram a abrir suas páginas para opiniões discordantes de sua linha editorial. Na *Folha de S. Paulo*, o jornalista Cláudio Abramo conduzia uma reforma, que a transformaria em jornal de perfil mais liberal. E até o *Notícias Populares*, decano dos jornais que não se podia espremer para não pingar sangue, passou a manter uma coluna sindical muito lida, a melhor de São Paulo naquela época em que os sindicatos começavam a colocar as manguinhas de fora.

Parêntesis.

O *NP*, alienado e sanguinolento, era o jornal das grandes manchetes, algumas das quais ficaram célebres, com seu humor de duplo sentido. Foi assim em 1967, quando o cantor Sérgio Ricardo ficou furioso com as vaias, arrebentou o violão e o arremessou contra o público. No dia seguinte, *Notícias Populares* deu a seguinte manchete:

“Violada na plateia”

Fecha parêntesis.

O certo é que naqueles anos de início do governo Geisel, a imprensa tradicional sentia que os ventos estavam mudando, que o regime militar se enfraquecia e tratava de se cacifar para novos tempos, num processo em que a concorrência entre os vários jornais determinava uma linha editorial que cada vez mais se distanciava do anterior apoio à ditadura. Além disso, as redações daquela época abrigavam uma geração de jornalistas majoritariamente de esquerda, disposta a se arriscar escrevendo matérias flagrantemente contrárias ao regime.

O que valia para os grandes jornais não incluía os pequenos. Havia uma grande quantidade de publicações, semanais ou mensais, que precisava mandar todas as matérias a Brasília para aprovação da censura. Nesse grupo, o maior rigor caía sobre a chamada imprensa alternativa, ou jornais nanicos, nome que servia tanto para diferenciá-los da imprensa tradicional, quanto para referir-se ao formato tabloide que a maioria adotava. Foram publicações claramente de esquerda, que constituíram um fenômeno típico dos anos 70.

A generalização do sistema *offset* simplificara os métodos e barateara os custos de impressão. As novas gráficas dos grandes jornais estavam mais ágeis e com tempo ocioso, que passaram a ocupar vendendo serviços de impressão para terceiros, em geral publicações com baixas tiragens. Isso viabilizou o surgimento de jornais como *O Pasquim*, que fazia do humor escrachado sua arma contra a ditadura, ou *Movimento*, centrado na análise da situação nacional. Surgiram também jornais de temática específica, como o feminista *Nós Mulheres*, ou *O Beijo* especializado em temas envolvendo sexualidade e comportamento: homossexualismo, orgasmo, prazer corporal em geral.

Essas publicações nasciam de um esforço dos próprios jornalistas, que formavam sociedades por cotas para viabilizá-las, ou se juntavam em cooperativas, como o *Coojornal*, de Porto Alegre. Houve também apoio de empresários ditos progressistas, como Fernando Gasparian, que financiava o jornal *Opinião*, mas todos eles sempre dependeram de campanhas de arrecadação de fundos. Artistas como Chico Buarque de Holanda e Milton Nascimento faziam shows para angariar recursos, enquanto intelectuais, deputados de oposição, publicitários compravam cotas para capitalizar o empreendimento. A maioria dos nanicos vivia deficitária, com a única exceção de *O Pasquim* que no seu auge vendia mais de 100 mil exemplares por semana e dava um bom lucro.

Por um período, sobretudo entre 1975 e 1977, a imprensa alternativa catalisou o sentimento antitadura, que cresceu muito após as eleições de 1974. Jornalistas da grande imprensa que tinham matéria vetada por decisão interna tratavam de encaminhá-la a algum dos nanicos. Estes se diferenciavam dos demais jornais também por sua estrutura democrática de funcionamento: tudo era decidido pelo coletivo da redação. Naturalmente, isso às vezes gerava muita confusão, verdadeiras lutas internas e disputas protagonizadas por grupos políticos. *O Pasquim*, na sua fase final, já no início dos anos 80, tornou-se francamente brizolista. *Movimento* recebia orientação do PC do B (Partido Comunista do Brasil). *Em Tempo*, que surgiu em 1977, virou porta-voz da corrente trotskista Democracia Socialista.

Um caso peculiar foi o de *Versus*, meio jornal, meio revista, de concepção revolucionária quanto à diagramação, uso das fotos e das ilustrações, quase uma obra de arte gráfica. Publicação de política e cultura, *Versus* tinha como foco a América Latina, sua dominação secular e as ditaduras do continente. Fez grande sucesso no meio artístico, até virar porta-voz de outra corrente

trotskista, a Liga Operária, polo articulador da Convergência Socialista.

Geisel sucedera o general Médici, o homem do “milagre econômico”, da inflação baixa, do tricampeonato de futebol. Para azar do novo detentor do poder, em outubro de 1973, cinco meses antes de sua posse, exércitos egípcios e sírios atacaram Israel de surpresa, tentando uma revanche da derrota que sofreram seis anos antes. Para socorrer seu aliado no Oriente Médio, os Estados Unidos montaram uma ponte aérea para entrega maciça de armas, ao mesmo tempo em que forneciam informações de seus satélites em órbita da terra sobre as posições árabes. A ofensiva foi contida e, em 10 dias, eram as tropas israelenses que marchavam por territórios egípcios e sírios.

Quase ao mesmo tempo, os principais países produtores de petróleo decretavam um aumento de 70% nos preços de seu produto, medida que já vinham articulando há muito tempo. Mas a coisa não parou por aí. Com a derrota árabe na guerra contra Israel, graças ao apoio total dos Estados Unidos, estava armado o cenário para que a escalada do petróleo continuasse. Em três meses, os preços quadruplicaram, passando de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 por barril. Sem revanche no campo de batalha contra Israel, a vingança vinha contra o aliado do estado judeu, os Estados Unidos, maior importador de petróleo do mundo. Os xeiques árabes, ao mesmo tempo em que davam uma satisfação aos cidadãos de seus países, enchiam-se de dólares em quantidade antes inimagináveis.

O Brasil, grande importador de petróleo na época, sentiu o baque ainda no governo Médici, mas o então ministro da Fazenda, Delfim Netto, manobrou para que a conta fosse paga por

seu sucessor. Aliás, já havia feito outras maracutaias com os preços, de forma que conseguira com que a inflação oficial fechasse o ano de 1973 na marca de 15%, o menor índice desde os anos 50. Assim, foi com Geisel que a inflação explodiu. Como se não bastasse um difuso sentimento contra a ditadura, o governo teve que enfrentar outro adversário, ainda mais temível: o preço da carne, do feijão, das tarifas de ônibus. A oposição, com direito a propaganda gratuita na TV, soube explorar muito bem esse quadro.

Mas nem tudo estava perdido para o regime, desde que a economia continuasse crescendo. Para isso, a saída foi endividar mais ainda o país. Os empréstimos bilionários no exterior não eram mais só para construir as grandes obras do “Brasil potência”, mas agora também para pagar petróleo.

Por sorte, havia no mercado financeiro uma novidade interessante para quem queria fazer dívida: os petrodólares. Sem ter o que fazer com as montanhas de dólares que estavam acumulando, os países exportadores de petróleo passaram a aplicá-los em bancos internacionais e estes precisavam emprestá-los. O resultado foi uma enxurrada de dinheiro irrigando o sistema financeiro, que derrubou as taxas de juros. Pegar dólares a juro de ocasião no exterior foi a tábua de salvação para o governo. O problema é que esses bilhões vinham sob cláusula de juros flutuantes: bastaria mudar a situação no mercado de dinheiro para o Brasil ficar pen-
durado numa conta impagável.

Naquela sexta-feira, 31 de outubro de 1975, dei uma desculpa e sai do banco antes das 5 da tarde. A sede do BCN, cuja revista interna eu editava, ficava na rua Boa Vista, no centro da cidade, bem perto da praça da Sé, para onde me dirigi. Não andei

muito: a ligação da rua Boa Vista com a praça estava cheia de policiais. Fui por outro caminho. Encontrei homens fardados da Polícia Militar, alguns a cavalo, outros segurando cachorros pela coleira. Policiais armados de metralhadora ocupavam pontos estratégicos. Mais adiante, aglomerava-se uma multidão que continuava até a frente da catedral católica, subia por suas escadarias e entupia a entrada da igreja, já inteiramente lotada.

Toda essa gente estava ali para prestar homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, assassinado sete dias antes no DOI-Codi de São Paulo. Herzog havia sido procurado por tiras armados na sexta feira anterior, na sede da TV Cultura. A direção da emissora conseguiu evitar sua prisão, sob a promessa de se apresentar espontaneamente para prestar depoimento. No dia seguinte, cumprindo o combinado, ele chegou de táxi ao centro de torturas da rua Tutoia.

O ato religioso ecumênico em sua memória transformara-se numa emocionante manifestação pública, que nem a intimidação da polícia conseguira impedir. Barreiras pelas ruas deram um nó no trânsito, provocando um gigantesco congestionamento. Os passageiros desciam dos ônibus e andavam quilômetros até chegar à praça. O crime e a tentativa descarada de encobri-lo chocaram de tal maneira, que as pessoas pareciam ter perdido o medo.

Herzog havia morrido no sábado, 25 de outubro de 1975, vítima de torturas, mas a nota oficial sobre o que acontecera informava que ele se suicidara. Foto anexada ao laudo do Instituto Médico Legal mostrava o jornalista enforcado por um cinto de pano, mas quem olhasse a imagem com atenção percebia que a altura da janela onde o pano fora amarrado era insuficiente para um enforcamento. Ao montar a cena da foto, haviam dobrado as pernas do “suicida”.

A partir do momento em que a notícia do assassinato começou a se espalhar, São Paulo passou a viver uma semana em

que se mesclaram medo e tensão, com um sentimento de que chegara hora de se contrapor à repressão assassina, de alguma maneira. Na segunda-feira, os dirigentes do cemitério israelita para onde seguiu o corpo do jornalista decidiram sepultá-lo junto a um dos muros, local destinado aos suicidas, reconhecendo implicitamente a versão oficial para sua morte. O rabino Henry Sobel, em atitude firme, não permitiu. Enquanto isso, estudantes paravam a Universidade de São Paulo, onde Herzog lecionava. Depois parou a PUC e a Fundação Getúlio Vargas. Surgiram propostas de passeatas, panfletos foram distribuídos pelas ruas.

Em vez de passeata, o sentimento de revolta confluiu para o Sindicato dos Jornalistas, onde na noite da segunda-feira, as posições se confrontaram numa assembleia. Estudantes queriam sair às ruas. A Diretoria do Sindicato pedia cautela. Decidiu-se por um ato ecumênico, na sexta-feira, na Catedral da Sé, com a participação do cardeal Arns, do rabino Sobel e do pastor presbiteriano Jaime Wright.

Eu, como muita gente mais, não consegui entrar na igreja para o ato religioso da sexta-feira. Fiquei observando as pessoas que lotavam a praça. A maioria era formada por jovens de seus 20 e poucos anos, rapazes com cabelos pelos ombros e bigode, algumas moças usando jeans. Muitos deles não tinham mais do que 15 anos quando a última passeata estudantil dos idos de 1968 agitou São Paulo. Apesar dos anos de “milagre econômico” e da propaganda massiva do regime, o sentimento antiditadura da juventude se renovava.

Vladimir Herzog fora chamado ao DOI-Codi em decorrência de um dos vários arrastões contra o PCB, que se seguiram ao desbaratamento das organizações armadas. Fazer do Partidão

um novo alvo interessava aos agentes da repressão e ao governo. Aos primeiros por demonstrar que ainda tinham serviço a fazer. Ao governo por manter a pressão sobre o MDB, que contava com um número expressivo de deputados eleitos com apoio comunista.

Mas repressão sem controle não convinha. Gerava casos que embaraçavam o governo, como o assassinato de Herzog, um jornalista conhecido, diretor de jornalismo da TV Cultura. E demonstrava que os militares envolvidos na repressão haviam adquirido um grau de independência que beirava a anarquia.

A oportunidade para Geisel mostrar que era ele quem mandava no país surgiu em janeiro de 1976, quando mais um preso se “suicidou” no DOI-Codi paulista, o operário comunista Manoel Fiel Filho. A mesma justificativa estapafúrdia foi apresentada: ele se enforcara, dessa vez com as meias. A resposta do governo, três dias depois, foi a destituição do comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Melo, que vinha dando ampla liberdade de ação ao DOI-Codi e que, nessa linha, procurava se cacifar para ser o sucessor de Geisel

A partir desse gesto, criou-se o mito de que o general Ernesto Geisel havia enquadrado “a tigrada”, como eram chamados os assassinos a serviço do regime. Passou-se a considerar que a tortura e os assassinatos foram praticados pelas costas do governo Geisel e contra a vontade deste. No entanto, há elementos para se considerar que parte desses crimes podem ter sido cometidos com o conhecimento da cúpula do governo e com o beneplácito deste.

A fúria assassina contra o PCB foi tamanha que fica difícil acreditar tratar-se de ação clandestina dos órgãos de segurança. Foram centenas de prisões seguidas de tortura e dezenas de assassinatos entre março de 1974 e julho de 1977. Ou seja, um ano e meio após a destituição do comandante do II Exército ainda se

matava militante do Partidão. O primeiro a cair morto foi David Capistrano, em 1974, dirigente histórico do partido. O último foi o militante Lourenço Camelo de Mesquita, “suicidado” em um quartel no Rio de Janeiro, três anos depois. Em 1975, na esteira da vitória eleitoral do MDB, na qual o PCB teve papel importante, a ofensiva repressiva chegou ao auge. Entre os jornalistas de São Paulo foram 11 prisões naquele ano, além do assassinato de Herzog

A repressão abateu-se com força sobre os dirigentes nacionais e estaduais do partido. Só entre os integrantes do Comitê Central foram 13 prisões e nove assassinatos, vários deles utilizando-se injeções para sacrificar cavalos. A maioria teve os cadáveres ocultados, passando a figurar nas listas de desaparecidos. Dos dirigentes importantes do partido, continuaram soltos e vivos apenas aqueles que se exilaram no exterior. Foi o caso do secretário-geral, Giocondo Dias, resgatado em abril de 1976 em uma operação coordenada a partir de Moscou.

Na contabilidade sanguinolenta do governo Geisel devem ainda ser incluídos os três dirigentes do PC do B mortos desarmados no chamado “massacre da Lapa”, em dezembro de 1976.

Quatro outras mortes talvez possam ser somadas ao banho de sangue desse período. A primeira foi a da estilista Zuzu Angel, que há anos denunciava o assassinato de seu filho, contrariando a ditadura junto a personalidades internacionais. Em abril de 1976, seu carro derrapou na saída de um túnel, no Rio, e despencou numa ribanceira. Em agosto outro acidente de automóvel, na Via Dutra, matou o ex-presidente Juscelino Kubistchek. Em dezembro, morreu o ex-presidente João Goulart, oficialmente de um ataque cardíaco. Em maio do ano seguinte foi a vez de morrer o ex-governador Carlos Lacerda, antigo aliado dos militares que se voltara contra eles. Lacerda morreu de infecção

cardíaca 24 horas após ser hospitalizado para tratar de uma desidratação.

Há suspeitas de assassinato em todas essas mortes: acidentes provocados nas duas primeiras, envenenamento nas outras. Chama especial atenção a morte de três das principais lideranças civis anteriores ao golpe no curto espaço de 10 meses: Juscelino, Jango e Lacerda. Isso num momento em que o governo procurava reforçar seus quadros políticos, de forma a que os militares fossem gradativamente se afastando do comando do país. Essas mortes, somadas aos assassinatos dos dirigentes comunistas, homens com grande poder de articulação política, parecem indicar um macabro planejamento orquestrado a partir do Palácio do Planalto. Tratava-se de eliminar lideranças incômodas, limpar o terreno, antes de levar adiante o processo de abertura política. Ou, como então definia o governo, “distensão lenta, gradual e segura”.

XIII

A geração 77 e o renascer do movimento estudantil

No início da noite de 22 de setembro de 1977, a PUC de São Paulo estava cercada. Tropa de choque, agentes do DOPS, policiais civis e Polícia Militar formavam um contingente de uns mil homens armados. Comandando o cerco estava o próprio Secretário de Segurança do governo paulista, coronel Erasmo Dias, conhecido por desastrado e fanfarrão.

Dentro, uma pequena multidão participava de um ato público pela reorganização da UNE (União Nacional de Estudantes). Era parte do III ENE (Encontro Nacional de Estudantes), que seria realizado em seguida, como primeiro passo para reconstrução da entidade estudantil. Seria realizado? Não! O III ENE já tinha sido realizado à tarde, anunciou um orador, para surpresa da plateia. Fora, o coronel Erasmo Dias e sua tropa preparavam-se para impedir o Encontro proibido.

Após o Congresso de 1968, interrompido pela polícia e que levou centenas de estudantes à prisão, o desmantelamento da UNE tornou-se ponto de honra da ditadura. Clandestina desde 1964, quando o regime militar cassou sua existência legal, a entidade conseguiu manter alguma forma de atividade mesmo após as prisões de 1968. Parou totalmente de funcionar em 1973, quando seu presidente, Honestino Guimarães, foi assassinado pela repressão política.

A reorganização da UNE era a principal tarefa a que o movimento estudantil se propunha naquele ano de 1977 e o En-

contro Nacional a forma de cumpri-la com alguma representatividade. Já se havia tentado realizar o Encontro em Belo Horizonte e, depois, na Universidade de São Paulo, mas nas duas ocasiões a repressão impedira. Assim, a terceira tentativa, na PUC, foi armada de forma a despistar a polícia. Um dos estratagemas foi convocar o ato público para a noite, enquanto a reunião que interessava realizava-se à tarde.

Em uma sala, como se estivessem assistindo aula, reuniram-se 70 delegados de nove Estados, enganando os agentes do DOPS, que circulavam pela PUC vigiando a movimentação estudantil. Pulando por cima das grandes discussões que tradicionalmente prolongam encontros desse tipo, em pouco mais de uma hora de reunião o plenário escolheu uma Comissão Pró-UNE e definiu suas tarefas: divulgar a entidade estudantil, criar e editar um jornal nacional e preparar o congresso de reconstrução.

À noite, quando foi anunciado que o III ENE fora realizado e que já havia uma Comissão encarregada de reorganizar a UNE, a euforia tomou conta dos estudantes. Mas a comemoração durou pouco. De repente, bombas começaram a explodir e o gás lacrimogêneo invadiu todos os espaços. A correria foi inevitável, com moças e rapazes tentando se refugiar nos prédios da PUC, gente caindo, pessoas machucadas. Atrás vinha a tropa de choque, cassetetes batendo nos escudos, vibrando no ar, golpeando quem encontrassem, arrebatando vidros.

As salas da universidade foram esvaziadas, sem distinção entre quem estivesse em aula ou fugindo da polícia. Cerca de 2 mil pessoas seguiram detidas até o estacionamento em frente à PUC, de onde parte delas foi levada para um quartel da Polícia Militar, em ônibus requisitados pelo coronel Erasmo Dias. Pareciam repetir-se as cenas de 1968, quando o Congresso da UNE, em Ibiúna, também terminou com prisão em massa. Mas havia uma diferença. Nove anos antes, o desfile de ônibus com estudantes

presos marcara o começo do desmantelamento da UNE, enquanto agora a invasão da PUC ocorria em meio à nova fase de mobilização. O movimento estudantil estava de volta, dessa vez para ficar.

Aquele ano começara com uma novidade muito importante para mim: o nascimento de meu filho, Léo. Como muitas outras coisas em minha vida, também esse episódio revestiu-se de tinturas políticas e não apenas pelo nome dado ao menino, uma homenagem a Lev Davidovich Bronshtein, que passou à história como Leão (ou Léo) Trotsky.

Isolda trabalhava como professora da Rede Municipal de Ensino, admitida a título precário. Era janeiro e ela estava de férias quando nosso filho nasceu. Teria direito a 120 dias de licença maternidade, mas logo no fim do mês foi chamada à escola: a licença havia sido negada, sob alegação de que seu contrato se encerrara no fim do ano letivo. Por determinação do Secretário de Educação da Prefeitura, deveria assinar um novo contrato e assumir imediatamente as aulas. Ou desistir do cargo.

Acabou voltando ao trabalho três semanas após o parto, mas resolveu que não iria se calar. Junto comigo, escreveu uma carta protestando, que eu levei aos jornais e foi publicada alguns dias mais tarde. Depois, o assunto foi para as páginas do noticiário, ganhou chamada de primeira página na *Folha da Tarde* e foi tema de artigo de um colunista. Por fim, chegou à TV, não no espaço noticioso, mas num programa humorístico. Esqueci em qual emissora o caso apareceu, mas lembro que a cena se passava numa maternidade e que terminava com um “Secretário de Educação” dizendo a uma professora recém saída do parto:

– Já pro trabalho!

Tamanha repercussão para a simples carta de uma professora refletia o clima muito especial que o país vivia em 1977. Havia nas pessoas medo e vontade de gritar, a consciência de que estávamos numa ditadura repressiva, misturada ao sentimento de que chegara o momento de mudar a situação. Naturalmente, os leitores queriam ver esse sentimento refletido nos jornais e a imprensa precisava satisfazer seu público. O problema é que na hora de dar declarações aos jornais, o que predominava era o medo.

Isolda não era a única professora que se vira obrigada a voltar ao trabalho poucos dias após o parto. A medida atingira dezenas delas, mas nenhuma outra permitia que o repórter a identificasse no texto. O assunto ficou uma semana no noticiário, alimentando-se de declarações das entidades de classe, respostas da Prefeitura, relatos da situação das gestantes. Mas na hora de citar vítimas da decisão municipal, o único nome que aparecia era o de Isolda.

Tanto ela quanto eu não esperávamos que a coisa tomasse tal vulto. Saídos da cadeia havia quatro anos, ficamos com medo. Mais medo teve a família dela. Talvez fosse medo sem razão, pois naquele momento a repressão da ditadura já não era tão geral e irrestrita. De qualquer forma, a publicidade dada ao caso deve ter ajudado a nos proteger.

Ampla, geral e irrestrita era a anistia exigida nas manifestações que irromperam em 1977. Os estudantes incorporavam-se à luta iniciada dois anos antes, quando nasceu o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Therezinha Zerbini. A libertação dos presos da ditadura tornava-se a grande bandeira nacional,

ganhava apoio da Igreja, da imprensa alternativa, chegava ao teatro, virava letra de música.

O movimento estudantil já estava fora da toca desde 1975, com greves nas Universidades e lotando a catedral da Sé na missa pelo jornalista Vladimir Herzog, mas em 1977 foi diferente. Em março, 3 mil estudantes marcharam do campus da USP até o Largo de Pinheiros, em São Paulo, na primeira manifestação de protesto fora dos espaços internos das universidades e das igrejas desde 1968. No mês seguinte, uma ação policial teve o efeito de ampliar a mobilização.

Na madrugada de 28 de abril, três metalúrgicos do ABC paulista foram presos distribuindo panfletos que convocavam a população para manifestações no 1º de maio. Em seguida, a polícia prendeu cinco estudantes. Foram torturados. A reação foi uma greve que paralisou 80 mil estudantes na USP e na PUC, seguida por protestos estudantis em outros Estados. Dia 10, a campanha pela libertação dos presos chegava ao centro de São Paulo, com uma passeata de 10 mil pessoas, dispersadas no Viaduto do Chá pelas tropas do coronel Erasmo Dias. Pela primeira vez, o encarceramento e a tortura de militantes tinham respostas vigorosas nas ruas.

Ao longo do ano, as manifestações estudantis espalham-se pelo país, em muitos lugares acompanhadas de repressão. Também estão de volta os cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo. Em meio a esse clima de mobilização renasce em São Paulo a UEE (União Estadual dos Estudantes). Tem início a reconstrução da UNE, marcada pela repressão na PUC. Junto com anistia, os estudantes exigem mais verbas para educação. E gritam por liberdades democráticas, traduzidas naquele momento por acabar com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que tudo permitia ao governo militar. Ressurge uma velha palavra de ordem:

“Abaixo a ditadura!”

Os presos daquele 28 de abril militavam em uma organização clandestina de orientação trotskista, chamada Liga Operária. Pelo menos um deles era estudante universitário e fora deslocado para trabalhar em fábrica. A Liga Operária repetia a receita de “proletarizar” militantes, que outras organizações de esquerda haviam seguido nos anos 60. Porém, ao contrário dos estudantes-operários de outros tempos, estes vão ocupar a linha de frente de uma nova fase de greves prestes a começar.

O trotskismo estava novamente em voga na geração 77. Além da Liga Operária, outra corrente que se destacava era a OSI (Organização Socialista Internacionalista), que editava o jornal *O Trabalho*. Com bases entre bancários, professores e funcionários públicos, a OSI tinha uma atuação mais importante ainda no movimento estudantil, no qual assumia o nome de Libelu (acrônimo de Liberdade e Luta). Ao longo de toda a segunda metade dos anos 70, a Libelu duelou com a velha AP (Ação Popular) pelo controle das entidades estudantis em São Paulo. Nessa briga, a AP apresentava-se com o nome fantasia de Refazendo.

Uma das raízes da Libelu assenta-se no posadismo. Ou melhor, em grupos que se haviam desprendido do posadismo, caso da Organização Comunista 1º de Maio e da Fração Bolchevique. Entre seus fundadores estava Vito Letizia, que foi meu mentor intelectual nos tempos de Porto Alegre. A Libelu, que mais tarde vai formar uma das correntes do PT, era nos anos 70 tida como ala radical do movimento estudantil.

Trotskistas, maoístas, católicos que haviam aderido ao marxismo e, em parte, militantes do PCB formavam a vanguarda da geração que saiu às ruas em 1977. Do ponto de vista ideológico, o quadro guardava alguma semelhança com o de 1968, mas

não muito. Tanto essa vanguarda dos anos 70, quanto a massa estudantil que a seguia formavam uma geração diferente da minha.

Na geração 77 não se consolidaram grandes líderes, como foram José Dirceu, Catarina Meloni ou Vladimir Palmeira em 68. Em 77 era uma liderança mais diluída, menos visível. Para a vanguarda estudantil, a revolução socialista não se colocava como tarefa de curto prazo, não se pensava em foco guerrilheiro, portanto nada de armas ou coquetéis molotov nas manifestações, nem enfrentamento com a polícia. A luta, para além das reivindicações estudantis, era por princípios democráticos. A tática frente a polícia era correr, às vezes resistência passiva, no máximo jogar pedras.

Também havia grandes diferenças nos costumes, na maneira de vestir, no gosto musical. Nas organizações de esquerda de 1977 já não se invocava mais a “moral revolucionária” para impor barreiras à revolução sexual, ao contrário do que eu vivi. Bolsa de couro e cabelos compridos para os rapazes haviam deixado de ser coisa de hippie. Aliás, a palavra hippie também estava em desuso. Em seu lugar surgira outra expressão: bicho grilo.

Na música, o padrão tradicional de canção de protesto não mais fazia sucesso. O rock deixara de representar a dominação imperialista, para virar símbolo de rebeldia. Quem traduzia musicalmente a geração 77 era um baiano de barba e cabelo em desalinho, roupa esquisita e estilo caótico chamado Raul Seixas. Seu rock de letras gritadas tinha versos que multidões de jovens repetiam em shows ao ar livre:

“Faça o que tu queres, pois é tudo da lei!”

Entre os operários das cidades do ABC, no cinturão industrial de São Paulo, também começava a despontar uma nova vanguarda. Essa região crescera a partir da implantação da indústria automobilística, no governo de Juscelino Kubistchek. Vivera a crise econômica da Presidência de João Goulart e depois fora beneficiada pelos anos do “milagre brasileiro”. O crédito fácil, um dos esteios do modelo econômico da ditadura, ampliara a venda de automóveis, beneficiando a indústria do ABC, que expandira a produção e o emprego. Cerca de 200 mil metalúrgicos trabalhavam na região, a maior parte deles em atividades ligadas à produção de automóveis: montadoras e indústrias de autopeças.

O operariado do ABC ganhava bem. Apesar do arrocho salarial da ditadura, funcionava ali a lei da oferta e da procura: indústria crescendo, maior demanda por trabalhadores, salários melhores. Quem tivesse uma especialização era dono de sua própria casa, com carro na garagem, situação que naquela época não era comum. Também tinha nível de escolaridade acima da média e um bom índice de sindicalização.

Em 1975, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, o mais importante da região, elegeu um novo presidente. Nordestino, como grande parte de seus comandados, chamava-se Luiz Inácio da Silva. Ainda não tinha Lula como sobrenome ou apelido, nem usava barba: era conhecido por Taturana, referência ao enorme bigode. Viria a se destacar como líder de uma campanha para repor perdas salariais acumuladas a partir de 1973: a inflação oficial daquele ano fora manipulada pelo governo, ficando abaixo da realidade dos preços. Considerando o que os trabalhadores haviam perdido desde então, os sindicatos passaram a exigir uma reposição de 34%, nas campanhas salariais de 1977. Em São Ber-

nardo, a assembleia sindical reuniu mais de 5 mil metalúrgicos, o que configurava um clima de greve.

Mesmo sendo irmão de um militante do PCB, Taturana emitia opiniões que pouco têm a ver com o Lula que dele surgiria. Para ele, a classe trabalhadora não estava preocupada com o Ato Institucional nº 5, mas com aumento de salário (no que tinha razão). Repudiava a ideia de se criar um partido para os trabalhadores e dizia não ter qualquer aspiração política. Mas negociava duro com as empresas e conseguia obter alguns benefícios.

A imprensa abria amplos espaços para esse dirigente sindical diferente do que se vira até então. Ele não era nem “pelego⁹” nem agitador comunista. Parecia mais um sindicalista ao estilo norte-americano, preocupado apenas com aumento de salário. Parecia ser o homem que o regime precisava para se contrapor às lideranças exiladas, quando a abertura política se tornasse inevitável. E isso não estava muito longe de acontecer.

O ano de 1977 não foi apenas de agitação nas ruas e sindicatos. Houve também a suspeitíssima morte de Carlos Lacerda e o assassinato de um militante do PCB num quartel do Rio. O general Geisel seguia com seu propósito de conduzir um processo controlado de abertura política, mas cada vez esse controle estava mais difícil.

Nos quartéis circulavam panfletos acusando o governo de “se render ao comunismo”. Bancas de jornal que vendiam publicações de esquerda eram incendiadas, numa sequência dos atenta-

⁹ O termo pelego costuma ser aplicado a dirigente sindical que compactua com os patrões. Refere-se à pele de carneiro (chamada pelego no sul do país) usada embaixo da sela, numa metáfora que compara a classe trabalhadora a um cavaleiro e o patrão a um cavaleiro. O pelego sindical fica entre os dois, amaciando o dorso do cavalo para o cavaleiro montar sem se machucar.

dos da chamada “direita explosiva”, reiniciados no ano anterior. De fato, 1976 havia sido marcado por uma onda de bombas contra a imprensa alternativa e instituições identificadas com a causa da redemocratização. O terrorismo de origem militar voltara a se manifestar, após ter permanecido quieto desde o início da década de 70.

Hoje existem depoimentos de cúmplices desses atentados, confirmando que eles foram cometidos por uma ala clandestina do aparato repressivo, contrária à abertura política e, portanto, contrária ao governo Geisel. Contrária, mas muito útil ao general de plantão no Palácio do Planalto. É sintomático que os mais violentos desses ataques tenham acontecido ao longo dos três meses que antecederam as eleições municipais de 1976, vencidas pela Arena, como o governo queria, embora por margem reduzida. Sintomático também que nenhum de seus autores tenha sido punido. O certo é que a abertura de Geisel necessitava que o partido do governo ganhasse eleições e, para isso, uma boa dose de intimidação sempre era útil.

Mas para as eleições de 1978 não haveria intimidação que desse jeito. Seriam renovados dois terços dos senadores, permanecendo os 21 eleitos em 1974. Desses, o MDB tinha 16 e a Arena apenas 5: era quase impossível que o partido de oposição, já tendo 16 senadores, ficasse sem a maioria. No entanto, o governo possuía um “grande eleitor” chamado Ato Institucional nº 5. Com os poderes que ele lhe dava, Geisel fechou o Congresso e, em abril de 1977, baixou as medidas que necessitava para melar a vitória anunciada da oposição. O chamado pacote de abril, entre outras coisas instituiu o que ficou sendo conhecido como senador biônico. Metade das vagas ao Senado ficava fora das eleições: seria escolhida de maneira indireta.

O ano seguinte foi mais agitado ainda. Em maio de 1978, 3 mil metalúrgicos da fábrica de caminhões Scania, em São Bernardo, entram em greve. A paralisação se espalhou para a Ford, Mercedes Benz, Volkswagen e outras empresas menores, apesar das dificuldades de se articular um movimento desses. Reuniões públicas eram impossíveis sem que a polícia baixasse. Tudo precisava ser organizado clandestinamente, com as lideranças em cada fábrica marcando encontros nos banheiros.

Na época, as greves em São Bernardo foram apresentadas como movimentos espontâneos, nascidos por fora do sindicato. Isso não é totalmente verdade. De fato, as paralisações haviam sido organizadas de dentro das fábricas, mas eram do conhecimento do sindicato e com a participação de militantes articulados com a entidade de classe. Houve pelo menos um líder grevista que era também diretor do Sindicato dos Metalúrgicos: o ferramenteiro da Scania Gilson Menezes. De qualquer maneira, o sindicato precisava se apresentar como tendo sido surpreendido pelos trabalhadores, para evitar que sua diretoria fosse destituída pelo Ministério do Trabalho.

As paralisações no ABC destamparam a fervura. Por toda a Grande São Paulo pipocaram greves em fábricas. Os bancários organizaram paralisações parciais. Coveiros fizeram greve. No segundo semestre, professores da rede pública estadual de São Paulo pararam de dar aulas por 23 dias, no maior movimento grevista que se via no Brasil desde o golpe de 1964. A legislação antigreve da ditadura já não valia mais nada.

O ABC, sobretudo São Bernardo e Santo André, começou a virar a Meca para onde todos se voltavam. O chamado Grupo Autêntico do MDB passou a bater ponto nos sindicatos da região. Fernando Henrique Cardoso, candidato a senador por

uma sublegenda do MDB, selou uma aliança informal com as lideranças dos trabalhadores, ao escolher para seu suplente o advogado dos sindicatos de metalúrgicos de Santo André e São Bernardo, Maurício Soares. FHC foi para as portas de fábrica fazer campanha e com ele, distribuindo panfletos, lá estava Luiz Inácio da Silva, que começava a ser chamado de Lula, deixando para trás o apelido de Taturana.

A esquerda em peso também rumou para lá. A Liga Operária, agora transformada em Convergência Socialista, tinha influência no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Também andavam pelo ABC os militantes do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), que mesmo clandestino editava um jornal legalmente constituído chamado *Hora do Povo*. E não era difícil encontrar por lá ex-militantes de organizações armadas, ou gente que havia atuado na greve de 1968 em Osasco.

Enquanto tudo isso acontecia, eu progredia na hierarquia do banco onde trabalhava e me angustiava por isso. Haviam me promovido a chefe de departamento, o salário aumentara e ficava cada vez mais difícil livrar-me da carreira de bancário. Era um problema para quem havia resolvido ser jornalista, com o objetivo de ter um posto de observador privilegiado dos momentos finais da ditadura. No final de 1978, antes que a coisa fosse longe demais, tomei uma decisão drástica: pedi demissão e fui trabalhar no *Diário do Grande ABC*, pela metade do que ganhava no banco. Eu também rumava para a região que despontava como principal campo da batalha contra a ditadura.

No final de agosto, milhares de pessoas se reuniram na Praça da Sé, em São Paulo, no que deveria ter sido um ato público para entrega ao governo de um abaixo assinado com 1,3 mi-

lhão de signatários exigindo medidas urgentes contra a elevação do custo de vida. O governo só se fez presente através dos cassetes e cachorros da polícia. Quem não conseguiu se abrigar dentro da catedral, ou fugir pelas ruas do centro, acabou apanhando.

O ato havia sido convocado pelo Movimento do Custo de Vida, que formava na linha de frente das mobilizações naquele período, ao lado dos operários e dos estudantes. Sua base social eram donas-de-casa dos bairros pobres, que percorriam supermercados comparando preços, pesquisavam as necessidades das famílias e faziam manifestações contra a carestia, ajudando assim a preparar o ambiente para as grandes greves que viriam em seguida. Elas eram fortemente apoiadas pela Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de base

O Movimento do Custo de Vida respondia à deterioração do nível de vida, que se acentuava ano a ano. Desde o início do governo Geisel a inflação disparara, chegando a 40% ao ano em 1978. A dívida externa, que crescia acelerada por conta da elevação dos preços do petróleo, provocava distorções internas. Entre elas a elevação dos preços, que ajudara na vitória do MDB em 1974: era o início da crise econômica que, nos anos 80, jogaria a última pá de cal na ditadura.

Naquele final dos anos 70, o governo militar ainda mantinha o controle do processo político. Movida a endividamento e inflação, a economia continuava crescendo e o nível de emprego mantinha-se relativamente estável, o que amortecia os conflitos sociais. O resto deixava-se por conta do Ato Institucional nº 5, que tanto servia para melar eleições, quanto para baixar a mão pesada da repressão sobre os movimentos sociais.

Mas o roteiro de abertura política passava pela extinção do AI-5, o que Geisel deixou para o final de seu governo. Primeiro era necessário garantir que mais um general assumisse a Presidência da República, o que conseguiu com uma nova eleição indi-

reta, a de 1978, que referendou o nome do general João Figueiredo, não por acaso o chefe do SNI, agência de espionagem do governo.

No último dia do ano, 31 de dezembro de 1978, finalmente o Ato Institucional nº 5 foi revogado. Ficaram, porém, a Constituição autoritária e a Lei de Segurança Nacional, instrumentos suficientes para garantir o poder militar, um pouco menos arbitrário, é verdade, mas, ainda assim, nada desprezível. No entanto, o simples fato de acabar o AI-5, somado à mobilização da sociedade que já não era pequena, fez as mudanças se acelerarem. Uma amostra do que estava por vir apareceu no início de 1979, quando multidões saíram às ruas de Brasília cantando o grande sucesso daquele Carnaval na cidade:

*Geisel, você nos atolou
E o Figueiredo também vai atolar
Aiatolá venha nos salvar
Que este governo já ficou gagá, gagá, gagá*

A letra fazia referência ao líder espiritual do Irã, aiatolá Khomeini, que acabara de assumir o poder, derrubando a ditadura de Reza Pahlavi. No Carnaval de 1979 ainda não se sabia, mas a revolução iraniana era a antessala de uma nova encenação, que não pouparia o Brasil da ditadura.

XIV

No olho do furacão

Naquele 1º de maio eu cheguei cedo a São Bernardo do Campo, onde poucas horas depois haveria uma manifestação pelo Dia Internacional do Trabalhador. O movimento já era intenso nas ruas próximas ao estádio onde seria realizada a manifestação: calçadas cheias, carros com bandeiras desviando das pessoas que caminhavam pelo meio da rua, militantes distribuindo panfletos. Alguém que eu nunca havia visto me parou e disse:

– Você soube, cara? O Fleury morreu!

Outras bocas repetiam a mesma informação, repercutindo o noticiário que chegava pelos rádios dos carros. Mais tarde, no comício de 1º de maio, milhares de pessoas que lotavam o estádio de Vila Euclides gritaram de alegria quando o locutor do evento anunciou a morte do torturador e assassino. Nem nos meus melhores sonhos eu imaginava assistir a uma cena daquelas. Não era um grito por salário, ou contra o custo de vida: era uma multidão expressando seu ódio aos torturadores da ditadura.

Junto com outros jornalistas, eu me acomodara em um canto do palanque, com meu gravador de repórter de rádio em punho. Àquela altura, além do meu emprego no *Diário do Grande ABC*, eu também havia sido contratado por uma rádio de São Paulo para fazer a cobertura da região. Foi nessa posição de observador privilegiado que, nos quatro anos seguintes, acompanhei as greves, a criação do PT e da CUT e as disputas internas no movimento sindical do ABC.

O 1º de maio de 1979 ocorria após a grande greve de março daquele ano, quando 200 mil metalúrgicos cruzaram os braços. Foram 15 dias de paralisação e resistência, apesar da repressão policial e da ação do Ministério do Trabalho, que decretou intervenção nos três sindicatos de metalúrgicos da região, o de São Bernardo, o de Santo André e o de São Caetano. A volta ao trabalho, após uma mal costurada trégua para novas negociações, havia dividido a categoria. As lideranças sindicais ficaram abaladas, as oposições saíram falando em traição. Mas ali, no estádio de Vila Euclides, o que se via naquela manifestação de 1º de maio indicava que, pelo menos no Sindicato de São Bernardo, o presidente estava de novo com o pleno controle da situação. A multidão não deixava a menor dúvida disso com gritos em coro que se repetiam:

– Lula! Lula! Lula!

Como se fosse pouco, sobre as cabeças daquele mundo de gente erguia-se um cartaz no qual a imagem de Lula confundia-se com a de Jesus Cristo. Por essa época começa-se a falar em “República de São Bernardo”, e Lula recebeu o apelido de “Aiatolula”, referência óbvia ao líder da revolução iraniana, Aiatolá Khomeini.

Para mim, o 1º de maio de 1979 é a data que marca a metamorfose do Lula sindicalista no líder político que empolgaria o país. O curioso é que na mesma data morreu o homem que melhor simbolizou a ditadura: Sérgio Paranhos Fleury.

Conforme a versão oficial, Fleury morreu afogado no litoral paulista. Havia ficado até tarde bebendo com amigos, em um

barco ancorado no Iate Clube de Ilhabela. Já era mais de meia noite quando tentou passar para outro barco, ancorado ao lado, escorregou e caiu no mar. Morreu minutos após ter sido retirado da água. Entre os amigos com quem Fleury estivera bebendo, encontrava-se alguém que eu conhecia: a Relações Públicas do banco onde eu trabalhara até poucos meses antes. Conversei com ela que repetiu a mesma história contada pela polícia. Não me convenceu.

O que se dizia é que o torturador teria sido assassinado, numa operação de queima de arquivo: ele sabia demais para continuar vivo. E parece que foi isso mesmo o que aconteceu, a se dar crédito ao que outro policial revelou, 33 anos depois. Trata-se de Cláudio Guerra, que foi delegado do DOPS do Espírito Santo, também matou muita gente, mas no fim da vida converteu-se à Igreja Assembleia de Deus, virou pastor evangélico e resolveu contar tudo o que sabia¹⁰. Segundo ele, Fleury foi dopado e depois jogado na água, a mando de militares que lideravam os órgãos de repressão. Não foi feita autópsia no cadáver.

Vivíamos então sob o governo de João Figueiredo, o último dos generais a ocupar o Palácio do Planalto. Apesar do processo de abertura colocado em marcha, o regime não pensava em extinguir os órgãos de repressão, necessários para manter o país sob rédeas curtas e assegurar o poder militar em um novo quadro institucional, algo assim como uma “democracia sob tutela”, conforme expressão em voga na época.

Em agosto de 1979 é aprovada a Lei de Anistia. Os presos políticos começam a ser soltos. Voltam os exilados: Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes... José Dirceu, que havia voltado clandestinamente quatro anos antes, com nome falso e rosto mudado por uma operação plástica, reaparece como ele

¹⁰ “**Memórias de uma Guerra Suja**”, Cláudio Guerra em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros

próprio. Festa nos aeroportos. Fernando Gabeira, recém-chegado do exílio, exhibe na praia de Ipanema sua tanga de crochê lilás.

Tem sido dito que a anistia do general Figueiredo beneficiou os dois lados: repressores e opositores do regime. Isso é uma grande mentira. A lei de 1979 excluía da anistia aqueles que tivessem sido condenados por “crimes de terrorismo, assalto, sequestro ou atentado pessoal”. Ou seja, os que pegaram em armas contra o regime estavam fora da anistia, enquanto os torturadores, assassinos e estupradores da ditadura sequer poderiam ser processados. Naturalmente, não interessava à ditadura manter presos políticos nos cárceres, ou restringir a volta de exilados, pois isso seria motivo de novas manifestações e instabilidade política. A solução veio pela via judicial, através da redução de penas, liberdade condicional e outros artifícios, de forma que em pouco tempo as prisões se esvaziaram. Mas o fato é que esse arranjo manteve a ficha criminal de muitos dos que haviam sido condenados, com consequências nem um pouco desprezíveis para suas vidas: não eram mais primários, não podiam receber atestado de bons antecedentes, ficavam limitados no mercado de trabalho.

A “democracia sob tutela” do general Figueiredo anistiava seus pistoleiros, a grande maioria deles militares ou policiais. Estes continuaram matando, não mais da forma escancarada como antes, mas agora agindo como bandos clandestinos, às vezes para ajustes de contas entre eles mesmos. Pode ser que a morte de Fleury tenha sido um desses ajustes de contas. Ou não. Afinal, interessava ao próprio regime ver-se livre de homens como ele. É bem possível que outros implicados nos crimes da ditadura tenham sido assassinados por seus comparsas naquele período, mas esse é um tema ainda por ser desvendado.

A agitação sindical, que já havia transbordado do ABC para o restante da Grande São Paulo, em 1979 esparramou-se por todo o país. Para tentar controlá-la, o governo intensificou a repressão, que não se limitava mais a dissolver piquetes nos portões das fábricas. Em alguns bairros operários, batidas policiais frequentes praticamente impunham um regime de toque de recolher. Igrejas eram usadas como local de reunião sindical, mas nem sempre esses locais eram respeitados pela polícia. Líderes grevistas evitam dormir em casa, passando a levar uma vida semi-clandestina.

O cinturão fabril da capital paulista, foco mais importante das greves, assistiu a uma escalada da repressão que culminou no assassinato do metalúrgico Santo Dias da Silva, no bairro de Santo Amaro. Um policial militar atirou nele. O líder operário teve velório na igreja da Consolação e cortejo fúnebre acompanhado por 10 mil pessoas, numa reação ao crime que acirrou mais ainda o ânimo grevista.

Os jornalistas também se deixaram contagiados por esse clima de mobilização. Em maio de 1979, após impasse em negociações salariais, minha categoria profissional decretou uma greve que duraria seis dias. Na véspera, o Diretor de Redação do Diário do Grande ABC, que aliás era também um dos donos do jornal, chamou a mim e mais quatro ou cinco redatores e editores para conversar:

– Os jornalistas entram em greve amanhã. Quero ver com vocês como “nós” vamos editar o jornal enquanto durar a greve.

Minha vontade era perguntar “nós quem, cara pálida?” Mas fiquei quieto. Ele sabia que eu havia sido preso político e que, por conta disso, não conseguia emprego com facilidade. Os demais participantes daquela reunião também tinham motivos fortes para temer a demissão: os alvos da chantagem foram bem escolhidos

No dia seguinte, procurei alguns dos colegas que estavam na reunião com o intuito de evitar que cedessem à chantagem. Consegui convencer dois deles. Como eu não ia furar a greve mesmo, tratei de não ser o único daquele grupo a cruzar os braços. Não adiantou grande coisa. Trabalhando com uns poucos fura-greves e usando material de agências noticiosas, o Diário do Grande ABC e todos os demais jornais saíram normalmente. As manchetes atestavam o quanto éramos dispensáveis:

“Assembleia dos jornalistas decreta greve”

Na frente dos jornais, grupos de piqueteiros tentavam evitar a entrada dos fura-greves e a saída dos caminhões de distribuição. A polícia tratava de dispersá-los. Grevistas saíram pichando pelos muros:

“Jornalistas em greve. Não compre jornais”

Em várias dessas pichações, alguém aproveitou para escrever logo abaixo:

“Minta você mesmo!”

A greve foi um fracasso, como estava claro desde o primeiro dia. Na volta ao trabalho, muitos jornalistas já encontraram a carta de demissão esperando: mais de 200 perderam o emprego.

No Diário do Grande ABC foram 27 os demitidos, eu inclusive. Felizmente mantive meu emprego de repórter de rádio.

Poucos meses antes, ocorrera o episódio Jim Jones, líder religioso que promovera um suicídio coletivo entre seus fiéis. Morreram mais de 900 seguidores da igreja evangélica Templo dos Povos. Entre os jornalistas de São Paulo, alguns viram nesse tragédia a analogia perfeita para nossa greve e passaram a chamar o presidente do Sindicato dos Jornalistas pelo maldoso apelido de Jim Jones: “ele levava a categoria ao suicídio coletivo”.

As empresas jornalísticas aproveitaram a greve fracassada para fazer uma limpa em seus quadros. Parte das demissões era para reduzir custos, pois ficara demonstrado que se podia fazer jornal com muito menos gente. Mas outra parte importante era para mudar o perfil das redações, até então povoada por profissionais de esquerda, que haviam servido muito bem para arejar os jornais, quando seus donos perceberam que a ditadura não ia durar muito mais tempo e que os leitores estavam sintonizados com o sentimento de mudança. Esses jornalistas não serviam mais.

A partir de 1979 começa a ganhar espaço na imprensa brasileira uma geração de jornalistas de perfil afinado com a nascente ideologia neoliberal. Mas esse foi um processo gradativo. Em 1985, quando fui trabalhar na *Folha de S. Paulo*, ainda encontrei muitos colegas de esquerda por lá.

Por essa época, meados dos anos 80, o ex-trotskista Paulo Francis já havia virado ícone de direita da imprensa brasileira. Assinava uma coluna muito lida na mesma *Folha de S. Paulo*, na qual entre citações de autores variados tratava de desancar tudo o que cheirasse a esquerda, sem poupar galhofa e grosseria. Num de seus mais famosos insultos, disse que o então sindicalista Vicente

Paulo da Silva, que é negro, deveria ser chicoteado. Francis, em cujo rastro surgiu uma legião de imitadores, era quem fazia a cabeça da garotada recém-saída das escolas de comunicação naquele tempo.

No dia 30 de novembro de 1979, o general João Figueiredo foi recebido em Florianópolis por uma manifestação de protesto. Resolveu desafiar os gritos de “abaixo a ditadura!”, empreendendo uma caminhada pelo calçadão do centro da cidade, até o bar conhecido como Senadinho, tradicional ponto de encontro da capital catarinense. Acabou tendo que enfrentar uma multidão furiosa que aos gritos de “filho da puta” investiu contra comitiva. Nem mesmo os guarda-costas conseguiram impedir que o general levasse alguns empurrões, a que ele próprio tentou reagir com tapas e murros sem endereço certo.

O homem que ocupava o Palácio do Planalto desde março daquele ano era dado a esses rompantes. Militar da Cavalaria, tinha um estilo espontâneo no falar que não raras vezes descambava para a grosseria. Disse uma vez que preferia cheiro de cavalo a cheiro de povo. Em outra ocasião, interpelado por um jornalista antes de tomar posse na Presidência da República, disse que ia continuar com a abertura democrática e concluiu:

– Quem for contra, eu prendo, arrebento!

Não prendeu, nem arrebentou embora houvesse no meio militar gente desafiando abertamente os planos de transformar a ditadura em “democracia sob tutela”. Também não deixou de levar adiante o roteiro traçado por seu antecessor: anistia, reforma partidária...

Já no plano econômico, seu governo foi marcado pela crise derivada do segundo choque do petróleo. Aliás, os dois últimos governos da ditadura tiveram que enfrentar problemas nessa área. Geisel assumiu em meio ao primeiro choque do petróleo, iniciado em 1973. Respondeu a ele endividando mais o país e com um grande programa de substituição da gasolina pelo álcool nos automóveis.

Figueiredo tomou posse dois meses após a revolução islâmica no Irã e um ano e meio antes de eclodir a guerra Irã-Iraque, eventos que desorganizaram a indústria petroleira de dois dos maiores produtores mundiais do ouro negro. Entre 1979 e 1981, o preço do petróleo foi multiplicado por 2,7 vezes, chegando a 39 dólares o barril (uns 100 dólares em valor de 2013). No Brasil, para economizar gasolina, os postos de serviço passaram a fechar sábado e domingo, medida que transformava em pesadelo um hábito arraigado da classe média: as viagens de final de semana.

Mas a alta do preço do petróleo provocou um efeito colateral ainda mais danoso para o Brasil. A inflação disparou nos países ricos e, para combatê-la, os juros internacionais foram às alturas. O dinheiro barato, que alimentara os sonhos de grandeza da ditadura, havia acabado. Chegara a hora de pagar a conta do Brasil potência.

O período em que o general Figueiredo ocupou a Presidência foi época de dívida externa crescente, inflação incontrolável, fechamento de fábricas, explosão do desemprego. Lá pela metade do seu mandato, trabalhadores desempregados passaram a promover saques e depredações em São Paulo e no Rio. Supermercados mantinham equipes prontas para fechar as portas ao primeiro sinal de aproximação de uma das muitas manifestações de desempregados que percorriam as duas cidades. A ditadura do milagre econômico transformara-se numa caricatura.

Mais tarde, ao se despedir do poder, Figueiredo saiu-se com outra frase típica de seu estilo, em uma entrevista à televisão:

– Quero que me esqueçam!

Demitido do *Diário do Grande ABC* após a greve dos jornalistas de 1979, passei a trabalhar como freelancer para completar meu salário de repórter de rádio. Nessa época, escrevia matérias abordando qualquer coisa, das liquidações no varejo a exportações de furadeira. Na Editora Abril, fui trabalhar numa publicação de moda, depois me arranjei escrevendo sobre história do Brasil em uma coleção vendida em forma de fascículos. Mas nada disso me desviava da minha paixão, que era cobrir o movimento sindical do ABC, na época o principal centro dinâmico de onde se redesenhava o Brasil.

Ali, mais importante do que as greves e manifestações de rua era o debate que se travava a respeito da questão organizativa. Criar um partido operário? Concentrar esforços na construção de uma central sindical? Quem sabe nem uma coisa nem outra?

O que saiu na frente foi a proposta de criar uma central sindical, muito discutida em vários sindicatos por volta de meados dos anos 70. Em 1978 essa proposta foi oficialmente apresentada por Osmar Mendonça e outras lideranças, no Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo. A ela Lula contrapôs a ideia de criar um Banco do Trabalhador, para administrar o dinheiro dos encargos sociais como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e as contribuições para o INSS. Nesse congresso ganhou a proposta de concentrar esforços na construção da central sindical, que por muito tempo ficaria adormecida.

Foi no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André onde primeiro ganhou força a proposta de fundação do Partido dos Trabalhadores. O presidente desse sindicato era Benedito Marcílio, dublê de dirigente sindical e deputado do MDB, um tipo que nem sempre dizia coisa com coisa. Mais de uma vez fiz entrevistas nas quais ele desatava a falar sem parar, mas depois, quando eu ia escolher um trecho da gravação para usar no rádio, não encontrava nada que fizesse sentido: o material ia todo para o lixo.

Tenho para mim que as confusões verbais de Marcílio ajudaram o crescimento da Convergência Socialista, organização de linha trotskista nascida da antiga Liga Operária. A partir de 1978, com as greves que começaram a estourar, os metalúrgicos de Santo André viveram tempos de assembleias agitadas, palco ideal para militantes com estratégia bem definida ganhar posições. Ainda mais num sindicato cujo presidente não era nenhum primor de eloquência. A criação do Partido dos Trabalhadores passou a ser intensamente debatida em Santo André e a ideia foi crescendo.

Comissões eleitas nas assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André fatalmente tinham pessoal da Convergência entre seus membros, como aconteceu quando se escolheu a delegação ao Congresso Estadual dos Metalúrgicos, realizado em janeiro de 1979. Entre os eleitos estava José Maria de Almeida, operário de uns 20 anos de idade que eu via com frequência falando nas assembleias.

Zé Maria e seus companheiros da Convergência defenderam no Congresso dos Metalúrgicos a criação de um partido que, em última instância, estaria baseado nos sindicatos. Era uma ideia comum a diferentes grupos trotskistas, começando pelos posadistas nos anos 60. A proposta ganhou apoio de alguns sindicalistas importantes, entre os quais Henos Amorina, dos metalúrgicos de Osasco. Lula, que havia chegado ao Congresso ainda pensando

no Banco do Trabalhador, acabou também votado a favor e assim foi aprovada a criação do PT.

O apoio do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo aos que estavam dispostos a sair organizando esse novo partido acabou sendo decisivo. Com ele, a proposta ganhava o aval de um líder operário incontestado, já conhecido nacionalmente, cuja palavra era ouvida e respeitada. Lula, com sua proverbial capacidade de reconhecer mudanças de cenário, rapidamente percebeu que o Partido dos Trabalhadores tinha tudo para empolgar e não titubeou em colocar-se à frente dele.

Em novembro de 1979, aproveitando que ainda contava com maioria no Congresso, o governo fez aprovar uma reforma na legislação que acabava com o bipartidarismo, permitindo a criação de novos partidos. A intenção era dividir o MDB, que se mostrava cada vez mais forte eleitoralmente. Brizola, recém-chegado do exílio, criou o PDT (Partido Democrático Trabalhista), porque não conseguiu para si a legenda do PTB. Este ressurgiu, mas por outras mãos e bem mais à direita. O MDB acrescentou a seu nome a palavra Partido (a nova legislação assim exigia) e virou PMDB. A governista Arena virou PDS (Partido Democrático Social), logo apelidado de Põe Dinheiro na Suíça, em virtude de corrupção de alguns de seus líderes, como Paulo Maluf.

Quanto ao PT, sua organização já havia se acelerado desde o Congresso dos Metalúrgicos. O núcleo de sindicalistas liderados por Lula tornou-se a face visível do novo partido e naturalmente assumiu posição de liderança em São Paulo e em outros Estados, caso do Rio Grande do Sul, com Olívio Dutra, ou do Distrito Federal, com Chico Vigilante. José Dirceu, o líder estu-

dantil de 1968, reapareceu em São Paulo onde mergulhou de cabeça nas articulações que moldaram o Partido dos Trabalhadores.

Enquanto isso, o antigo MDB (a caminho de virar PMDB) tentava conter a debandada geral de lideranças. “Preservar a unidade das oposições” passou a ser sua palavra de ordem, cuja repercussão deve muito ao esforço dos militantes do PCB e do PC do B, que nos anos seguintes continuaram sob o abrigo da tradicional legenda de oposição. Nas manifestações públicas daqueles dias, um slogan passou a ser muito repetido:

“Lula e Brizola no PMDB!”

Nenhum dos dois atendeu aos apelos.

O PT atraiu intelectuais de prestígio, artistas, jornalistas famosos, todo um pessoal que, visto ao lado de líderes operários, emprestava charme ao partido. Mas sua construção, de fato, teve muito a ver com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e com os grupos de esquerda, começando pela Convergência Socialista. Católicos das CEB e militantes marxistas (com destaque para tendências trotskistas) foram fundamentais à estruturação do partido que, afinal, precisava organizar diretórios pelo país afora. É impressionante a quantidade de organizações de esquerda que se abrigava no PT no início dos anos 80, várias delas velhas conhecidas minhas. Lá estavam a Ala Vermelha, a Libelu (Liberdade e Luta), o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) entre muitas outras siglas.

O ato de fundação do PT ocorreu em fevereiro de 1980, no Colégio Nossa Senhora do Sion, de São Paulo. Não por acaso uma escola católica. Dois anos depois o partido obtinha registro no Superior Tribunal Eleitoral, ainda a tempo de participar das eleições daquele ano.

Já a central sindical, o outro polo do debate do qual nasceu o PT, só surgiria em 1983. Era para ser uma só, daí o nome Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas bastou que fosse criada para aparecer mais umas duas ou três (depois viriam outras tantas). Mesmo proibidas pela legislação trabalhista de então, o governo não fez nada para impedir o funcionamento delas. Se o fizesse, a CUT continuaria existindo de fato, nem que fosse semi-clandestina. Melhor então que tivesse organizações concorrentes.

Abril de 1980. Os jornalistas que cobriam a área sindical ficavam esparramados pelos bancos e até pelo chão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, dormindo ou tentando dormir, naquelas noites tensas. Esperávamos a invasão do prédio pela polícia, meio amontoados, eu e uma penca de outros jornalistas. Nós acreditávamos que ia se repetir em 1980 o que ocorreria durante a greve do ano anterior, quando a polícia tomou o sindicato de madrugada. Não foi o que aconteceu. A tropa de choque chegou à tarde distribuindo bordoadas e bombas de gás lacrimogêneo pelas ruas próximas ao sindicato, onde muita gente se concentrava, antes de finalmente invadir o prédio.

Havia 17 dias os metalúrgicos do ABC estavam em greve e aquela era mais uma indicação de que o governo resolvera dar demonstrações de força. Nada de chegar de madrugada, nenhuma tentativa de disfarçar a repressão. A ordem era partir para o confronto, intimidar, não fugir ao conflito com multidões. Já fora assim nos primeiros dias da greve, quando helicópteros do Exército se lançaram em voos rasantes sobre o estádio de Vila Euclides (rebatizado com o nome Primeiro de Maio) lotado de metalúrgicos, numa provocação que só fez reforçar o ânimo dos trabalhadores.

Os grevistas também não deixavam de fazer suas provocações. Nas passeatas, cantavam sempre um verso zombando do general que usurpava a Presidência da República:

*Chora Figueiredo
Figueiredo chora
chora Figueiredo
que chegou a sua hora.*

Era o sinal para a polícia sair batendo e para correria dos manifestantes, que se reagrupavam mais adiante para recomeçar a mesma cantilena debochada.

O Tribunal Regional do Trabalho declarou a greve ilegal, veio a intervenção no sindicato, a invasão da polícia e a prisão dos dirigentes da greve. Lula e diretores do sindicato foram os primeiros a ir para o DOPS. A seguir começou a caça aos integrantes do Comando de Mobilização, dos quais o último a ser preso foi Osmar Mendonça, conhecido como Osmarzinho.

Sem ter mais o prédio do sindicato, os grevistas ocupavam a igreja matriz de São Bernardo para fazer suas assembleias. Do lado de fora, postavam-se agentes do DOI-Codi armados de metralhadora, enquanto outros agentes, disfarçados, tentavam interceptar os líderes sindicais procurados que chegavam para falar aos trabalhadores.

Na última assembleia, justamente a que decidiu encerrar a greve, Osmarzinho chegou escondido dentro de um automóvel. Entrou pelos fundos da igreja, mas foi percebido. O DOI-Codi invadiu a sacristia e o prendeu, enquanto um de seus companheiros corria a avisar a assembleia do que estava acontecendo. Houve gritos de que dali Osmarzinho não sairia. A massa de trabalhadores cercou os homens da repressão que ameaçaram abrir caminho à bala. Por fim um acordo: ele iria para a cadeia, mas só de-

pois de falar aos trabalhadores e assim foi feito. Osmar Mendonça falando nessa assembleia, pulsos algemados, punhos erguidos, tendo ao fundo o altar da igreja e à frente um mar de cabeças de metalúrgicos, é uma das imagens mais expressivas dessa greve.

No ABC, sobretudo em São Bernardo, Santo André e Diadema, a greve dos metalúrgicos em 1980 contou com formas de organização inéditas no Brasil, que foram fundamentais à continuidade do movimento, após a prisão de seus dirigentes. Desde o ano anterior, intensificara-se a formação de Comissões de Fábrica, capazes de tocar a greve por empresa independentemente da direção sindical. Além disso, constituiu-se um Grupo Especial, semiclandestino, preparado para assumir a coordenação, na ausência dos diretores do sindicato.

Outra inovação foi a organização por bairros, tendo as paróquias católicas como pontos de apoio e reunião. Isso, após a intervenção no sindicato, permitiu que operários de diferentes empresas se mantivessem em contato. Para que esse aparato funcionasse, foi fundamental o apoio da Igreja Católica, na qual dois nomes se destacaram. Um deles foi o do bispo da diocese de Santo André, Cláudio Hummes, que abriu as igrejas aos grevistas. O outro foi o do religioso Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, um dos dominicanos presos em 1969 por dar apoio à ALN de Carlos Marighela. Frei Betto era quem fazia o trabalho de articulação entre os coordenadores da greve e a Igreja Católica.

A matriz de São Bernardo, além de sede das assembleias, virou também centro administrativo do movimento. Ali, numa sala cedida pelo pároco, funcionava o Fundo de Greve, que tinha até mesmo personalidade jurídica, registrada sob o nome Associação Beneficente e Cultural dos Trabalhadores de São Bernardo

do Campo e Diadema, o que facilitava o recebimento e movimentação de dinheiro. Para esse fundo canalizavam-se recursos vindos de toda parte, incluindo arrecadação em shows especialmente organizados para este fim.

Os metalúrgicos contavam com amplo apoio da opinião pública, o que se viu claramente no 1º de maio, quando se completavam 30 dias de greve. Nessa data, São Bernardo assistiu àquela que provavelmente foi a maior manifestação de sua história, com algo em torno de 100 mil pessoas desfilando pelas ruas. Símbolos de partidos clandestinos misturavam-se com faixas contra a ditadura, adesivos de apoio aos grevistas e até cartazes exigindo eleições diretas, numa *avant-première* da campanha Diretas Já! Mesmo com a manifestação oficialmente proibida, a polícia não ousou reprimi-la.

Havia, no entanto, uma determinação do governo Figueiredo de derrotar os metalúrgicos a qualquer custo. As empresas estavam proibidas de fazer concessão. A intervenção no sindicato era inegociável. Os tribunais negaram habeas corpus aos sindicalistas presos, que foram enquadrados na dura Lei de Segurança Nacional. As portas para a conciliação se fechavam todas, as lideranças estavam na cadeia, o mês terminara e nada de salário. Mesmo assim, a greve continuava, prolongando-se para muito além do que seria razoável esperar.

O telefone celular facilitou muito a vida do repórter de rádio. Nos anos 80 ele ainda não existia e, no meu caso, só nos grandes momentos a rádio me mandava um carro equipado com sistema de transmissão de áudio. Em geral, eu precisava recorrer ao telefone mais perto que encontrasse. Não foram poucas as vezes que entrei no ar tendo como único equipamento um telefone

público. Como o ABC estava no topo do interesse jornalístico, em muitas dessas ocasiões o coordenador da rádio, no estúdio, estabelecia ligação com as emissoras filiadas e eu acabava falando em rede nacional, a partir de um orelhão em alguma rua de São Bernardo, Santo André ou Diadema.

Além da Rádio Capital, onde eu trabalhava, outra rádio que tinha um repórter exclusivo para o ABC era a Bandeirantes. O Estado e a Folha de S. Paulo, como também O Globo e Jornal do Brasil, igualmente mantinham equipes exclusivas na região. Essa turma desenvolveu um grande espírito de camaradagem, o que facilitava muito o trabalho de todos. Tínhamos também uma ótima relação com as lideranças sindicais, o que nos facilitava o acesso a informações de bastidores. Houve mesmo casos de relacionamentos amorosos entre fonte e repórter, como aconteceu com minha amiga Margarete Acosta, que acabou casando com Osmar Mendonça.

Naturalmente, além dessa turma, a região enchia-se de outros jornalistas quando havia manifestações ou qualquer assunto de maior impacto. As emissoras de televisão muitas vezes chegavam com equipamentos para transmissão ao vivo e eram muito bem recebidas pelas lideranças sindicais. Não há ego que resista a uma câmara de TV, é verdade. Mas havia também a necessidade de cultivar boas relações com a mídia televisiva, para manter a simpatia da opinião pública em relação ao sindicalismo do ABC.

Parte importante da massa de trabalhadores não pensava da mesma forma. Mais de uma vez vi pequenas multidões de metalúrgicos correndo atrás de equipes da TV Globo, cujo noticiário era tido como favorável ao governo e aos patrões. Não me lembro se algum repórter chegou a apanhar ou teve equipamento quebrado nessas ocasiões. Acho que não porque sempre havia algum dirigente sindical colocando-se entre a massa e a equipe da

TV e logo vinha o pessoal do “deixa disso” apelado para a conciliação:

– Não companheiro! Segura essa raiva que os jornalistas também são trabalhadores...

A greve de 1980 durou 41 dias e terminou derrotada. Não houve acordo entre patrões e empregados, os trabalhadores ficaram sem o salário dos dias parados. Depois da volta ao trabalho, milhares deles foram demitidos. Os sindicatos de São Bernardo e Santo André continuaram sob intervenção, os dirigentes sindicais ficaram mais alguns dias presos antes de serem libertados. Depois tiveram que enfrentar julgamento na Justiça Militar. Lula foi condenado a três anos e seis meses de prisão, pena posteriormente anulada.

Mais tarde, falou-se muito dos ganhos políticos dessa greve. Ela, de fato, galvanizou opiniões, fortaleceu a liderança que estava organizando o PT e definiu um núcleo novo, capaz de atrair como um ímã todas as correntes que se opunham tanto à ditadura quanto às velhas raposas políticas abrigadas na oposição. Também solidificou a aliança com a ala progressista da Igreja Católica e, com ela, testou um espaço de atuação conjunta, nos bairros, muito útil na construção do PT.

Talvez todos esses ganhos pudessem ser obtidos sem o desgaste de uma greve vencida pela exaustão. Sem a demissão de centenas de líderes de base, homens e mulheres fundamentais dentro das fábricas para o sucesso de qualquer movimento. Para isso, teria sido decisivo um recuo tático quando se percebeu que a intransigência era total, que não se tratava mais de um conflito entre capital e trabalho, mas de uma batalha contra um governo

militar, decidido a infligir uma derrota aos grevistas custasse o que custasse.

Mas os movimentos de massa são assim mesmo. Não se atém ao cálculo de que é melhor recuar do que perder tudo. São como forças da natureza que só se acalmam quando esgotada a energia que as move. Estar no olho desse furacão foi uma das grandes experiências da minha vida.

XV

Vinte anos muito loucos

Um as 18 mil pessoas lotavam a área de shows do Riocentro. Ali, na noite de 30 de abril de 1981, ia se apresentar praticamente o alfabeto inteiro da música popular brasileira: 30 consagrados nomes, que iam de Alceu Valença a Zizi Possi. Um espetáculo de arromba, como se dizia na época, naquele fim de mundo que era então Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

O show começou pouco depois das 21 horas. A maioria das saídas de emergência do pavilhão estava trancada. O policiamento havia sido retirado por ordem do comando da PM. Ou seja, qualquer tumulto que ocorresse tinha o potencial de se transformar numa tragédia.

Alheio a essa situação, o público vibra, aplaude. Não percebe o som de uma explosão vinda do estacionamento.

Andréa Neves, neta do então senador Tancredo Neves, chega atrasada ao show. Ouve a explosão. Depois encontra um homem caminhando com dificuldade em busca de socorro. Com as mãos, ele segura as vísceras que escapam por um rombo na barriga. Metros atrás dele há um automóvel destruído e, dentro, um cadáver esfaumado. Andréa e o namorado levam o sobrevivente para um hospital.

Pouco depois, outro estrondo, meio abafado, faz parte do público no show se virar para ver o que estava acontecendo. Mas o espetáculo não para e em poucos minutos ninguém mais se lembra do ocorrido.

A primeira bomba explodira dentro de um automóvel. Matou o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que estava no

banco do carona com a bomba no colo, e deixou estropiado, com as tripas à mostra, o motorista do carro, capitão Wilson Luís Chaves Machado, socorrido por Andréa Neves. Os dois militares trabalhavam no DOI-Codi do Rio e estavam ali para praticar um ato terrorista. Mas a bomba havia explodido antes da hora.

A segunda bomba a explodir também não cumpriu seu objetivo. Fora lançada contra a central de energia que abastecia o Riocentro, para deixar o local sem eletricidade, mas só o que fez foi abrir um buraco no piso, porque caíra longe do alvo. Havia fracassado aquele que estava planejado para ser o mais mortal dos atentados da direita militar brasileira.

Quem viu o carro destruído pela primeira explosão disse que dentro dele havia duas outras bombas, que não explodiram. Seriam, portanto, pelo menos quatro petardos a explodir em locais estratégicos do Riocentro, onde 18 mil pessoas ficariam encurraladas, com saídas de emergências trancadas e às escuras. Mesmo que as bombas não provocassem vítimas, a correria e pânico das pessoas certamente levariam a uma tragédia de grandes proporções.

A responsabilidade oficial pelo massacre deveria recair sobre a Vanguarda Popular Revolucionária, cuja sigla, VPR, havia sido pichada nos arredores do Riocentro. Ao mesmo tempo, telefonemas anônimos a alguns jornais anteciparam que haveria o atentado, responsabilizando por ele um pretense grupo de direita, o Comando Delta. Aparentemente, os militares terroristas pretendiam demonstrar que um atentado com a assinatura da esquerda havia sido cometido para culpar a direita.

Recentemente, o editor Renato Guimarães contou-me detalhes do ocorrido. Ele comandava a produção do evento, em seu

papel de secretário-geral do Centro Brasil Democrático, entidade que promovia o show, e foi o responsável pelas decisões que se tomaram tão logo as bombas explodiram. Foi informado das duas explosões pela segurança do Riocentro e decidiu não interromper o show, muito menos comunicar o ocorrido ao público, para evitar pânico. Mas mandou abrir os enormes portões e demais saídas do pavilhão. Foi o que bastou para uma parte do público ir sentar-se no gramado externo, onde horas depois começou a chegar gente que havia sabido das explosões por noticiário de rádio e TV, sobretudo, familiares dos jovens que ali estavam, preocupados com o que acontecera. Como tudo estava calmo, eles se incorporaram à plateia.

– Os portões abertos criaram um espetáculo imprevisto e belo – conta Renato – Milhares de pessoas chegando, milhares de jovens sentados no gramado e toda essa multidão aplaudindo, vibrando com o show que prosseguia normalmente.

O show, que homenageava o Dia Internacional do Trabalhador, terminou por volta das 2 horas do 1º de maio. As pessoas foram para casa, sem saber que ali no Riocentro, com o fracasso daquele atentado, começara o funeral da ditadura.

As bombas destinadas ao Riocentro seriam a culminação de uma ofensiva da extrema direita militar iniciada cinco anos antes, com explosões nas sedes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) sem causar vítimas. Ainda em 1976, outra bomba explodiu no escritório do jornal Opinião e houve o ataque a um religioso identificado com a Teologia da Libertação. O bispo Adriano Hypólito, de Nova

Iguaçu, foi sequestrado e deixado nu, com o corpo pintado de vermelho, numa rua do Rio.

Nos anos seguintes, os alvos passaram a ser bancas de jornal que vendiam publicações de esquerda, incendiadas em São Paulo, Rio e Belo Horizonte. As bombas reapareceram no final de 1979, dessa vez indo muito além da simples destruição. Em 1980, uma explosão na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro deixou seis pessoas feridas. Na sede da OAB, uma carta-bomba destinada ao presidente da instituição matou a secretária Lyda Monteiro da Silva.

Os autores de todos esses atentados ficaram impunes. O mesmo aconteceu no caso do Riocentro para o qual o governo providenciou um IPM (Inquérito Policial Militar) sob medida para inocentar os dois militares do DOI-Codi. A conclusão desse IPM foi que eles não eram os responsáveis pela bomba, pois esta teria sido colocada no carro onde ambos se encontravam por algum ativista de esquerda não identificado. No final dos anos 90, o caso foi reaberto, outro IPM instaurado e surgiram provas de que o inquérito de 1981 fora uma farsa. Ainda assim, o processo foi arquivado, sem julgamento, pelo Superior Tribunal Militar. O capitão Wilson Luís Chaves Machado, que sobreviveu à bomba, não teve afetada sua carreira militar e chegou ao posto de coronel do Exército.

Naturalmente, o IPM-farsa de 1981 não convenceu ninguém. O pior para a ditadura foi que se ampliaram as cisões no meio militar, no qual os homens do aparato de repressão já há muito tempo eram olhados com desconfiança, muitas vezes temperada pela inveja. Essa gente tinha poder e possibilidades de ganho que a colocava como uma casta privilegiada em relação ao conjunto da oficialidade. Por conta de diárias e outros benefícios, um sargento servindo no DOI-Codi podia ganhar mais que um

capitão da tropa regular. E este, em alguns casos, mandava menos que o sargento.

O fracassado atentado no Riocentro marca a decadência final do aparato repressivo, sem o qual a ditadura não se sustentava. O governo militar, acossado pela crise econômica, afrontado nas ruas, derrotado nas urnas, não poderia durar muito mais tempo, como de fato aconteceu.

Observando-se o Brasil dos anos da ditadura fica-se com a impressão de que o país enlouquecera. Aliás, a maior parte da América Latina pareceria ter virado um hospício, quando se olha aquela época com a cabeça de hoje. Provavelmente vamos ter essa mesma impressão quando olharmos o mundo de hoje daqui a algumas décadas mais.

Em 1981 encerrava-se o ciclo de loucura iniciado com a renúncia de Jânio Quadros. Foram 20 anos marcados tanto por tragédias, quanto por episódios de absoluto *nonsense*. De um lado a loucura do golpismo (vencido em 1961, vitorioso em 1964), seguido da loucura das torturas e assassinatos dentro das prisões. Ou ainda a loucura dos grupos de esquerda tentando enfrentar a ditadura no campo onde esta era mais forte: o das armas. De outro, a loucura cômica de uma censura capaz de proibir que a TV exibisse um vídeo de Romeu e Julieta, a pretexto de combater o comunismo. Tudo porque se tratava de uma peça dançada pelo corpo de baile do Teatro Bolshoi, de Moscou.

Passada a fase aguda desse surto de loucura, vieram as eleições de 1982, com a oposição assumindo o governo dos principais estados. Depois a campanha Diretas Já!, que não conseguiu impor eleições diretas para a Presidência da República, mas fez as velhas raposas ainda abrigadas no partido do governo perceberem

que chegara a hora de pular do barco. E os militares foram embora do poder, como se fosse a coisa mais normal do mundo: saía o general presidente que encerrara o mandato, entrava outro presidente, só que civil e da oposição. Era apenas o ato final, a retirada formal de uma ditadura que na prática já estava morta e enterrada de bem antes.

Nesses 20 anos muito loucos está a base da minha formação. Deles, parafraseando a canção de Gilberto Gil, herdei a régua e o compasso que me permitem avaliar as coisas deste mundo, sem me deixar levar pelas primeiras impressões e pelas ideias dominantes. Entre o que eu disse e pensei naquela época há ideias que continuam válidas e há ideias que não se aplicam aos tempos de hoje, ficaram para trás tanto no mundo quanto em minha cabeça. Algumas daquelas ideias, vistas à distância, também podem parecer loucura. Mas, da mesma forma como não dá para avaliar a história dos anos 60 e 70 com a cabeça atual, também não dá para julgar ideias e atitudes daquela época com os valores de hoje.

O que posso dizer é que não me arrependo do que fui e do que fiz. Vivi um tempo em que repensar o Brasil estava na ordem do dia. No meu caso e no de tantos outros, esse repensar era movido pelo desejo de criar um país melhor para todos os brasileiros, sem privilégios de qualquer natureza e tendo a solidariedade como princípio. Decididamente não era isso que norteava o regime implantado no Brasil em 1964 e que marcou a ferro a geração que cresceu e se tornou adulta durante aquele período. Marcou os que lutaram contra a ditadura, marcou os que a apoiaram e aderiram às ideias dominantes da época, marcou os que dela se aproveitaram.

FIM

Referências

- ALMEIDA, José Maria de. **Memória**. Disponível em: <http://memoria.dieese.org.br/museu/navegacao/nossas_historias/jose-maria-de-almeida> acesso em 28 mar. 2013.
- ALVES, Bruna Neves. **O visível e o invisível do movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)**. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_mest_pucrs_Bruna_Neves_Alves.pdf> acesso em 28 mar. 2013.
- ARGOLO, José Amaral, et al. **A direita explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- Campanhas salariais – 1980. Disponível em: <http://www.abcde-luta.org.br/materia.asp?id_CON=356> acesso em 28 mar. 2013
- CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 60 e 70**. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_CHAGAS_Fabio_Andre_Goncalves_das-S.pdf> Acesso em 28 mar. 2013.
- DANTAS, Audálio. **As duas guerras de Vlado Herzog**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- Depoimento ao CPDOC-FGV. **Paulo Egydio conta**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- DIRCEU, José, & PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- FALCÃO, João da Costa. **Giocondo Dias**: a vida de um revolucionário. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
- FERREIRA, Jorge. A legalidade traída. In **Tempo – Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense**. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf> acesso em 28 mar. 2013

FICO, Carlos. **O grande irmão – da operação Sam aos anos de chumbo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio:** a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FREITAS, Alípio de. **Resistir é preciso.** Rio de Janeiro: Record, 1981.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura encurralada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo: Ática, 1987.

GUERRA, Cláudio, em depoimento NETTO Marcelo, MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

GUTIERREZ, Claudio Antonio Weyne. **A guerrilha brancaleone.** Porto Alegre: Proletra, 1999.

JOSÉ, Emiliano, MIRANDA, Oldack. **Lamarca, o capitão da guerrilha.** São Paulo: Global, 1980.

KLÖCKNER, Luciano. **Segunda cadeia da legalidade:** a resistência ao golpe militar de 1964 que não passou para a história. Disponível em <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/Segunda%20Cadeia%20da%20Legalidade.pdf>> acesso em 28 mar. 2013.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários.** São Paulo: Edusp, 2001

LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda** – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MELONI, Catarina. **1968 – o tempo das escolhas**. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

MIRANDA, Nilmário, & TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREL, Edmar. **A revolta da chibata**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MOTA, Urariano. **Soledad no Recife**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PATARRA, Judith. **Iara**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PINTO, José Nêumane. **O que sei de Lula**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: Nobel, 1988.

SOUZA, Percival de. **Eu, Cabo Anselmo**. São Paulo: Globo, 1999.

ANEXOS

Emaranhado de tendências

Um retrato da esquerda brasileira nos anos de chumbo

O partidão e seus filhotes

PCB – O **Partido Comunista Brasileiro** foi fundado em 1922, sendo, portanto, o mais antigo partido político do país ainda em atividade. Teve grande influência durante o governo de João Goulart, quando dirigia sindicatos importantes e contava com militantes até mesmo dentro do Exército, alguns dos quais com comando de tropa. Nos anos 60 (antes e depois do golpe) era conhecido como Partidão por ser muito maior que as demais organizações de esquerda. Sofreu uma grande crise após 1964, e outra ainda maior nos anos 90, quando sua cúpula decidiu abandoná-lo para fundar o PPS (Partido Popular Socialista). Atualmente, o PCB se mantém como partido legalmente constituído, concorrendo regularmente às eleições: 39 mil votos em 2010.

Organizações da luta armada – Das organizações que optaram por pegar em armas contra a ditadura nos anos 60, cerca de uma dezena se originou de rachas dentro do PCB. Entre elas, destaque para:

ALN – A **Ação Libertadora Nacional** nasceu em 1967, da dissidência no PCB liderada por Carlos Marighela, dirigente histórico do partido. Tinha sua maior base em São Paulo.

MR-8 – O **Movimento Revolucionário 8 de Outubro** originou-se de dissidências estudantis do PCB em Niteroi e Rio de Janeiro, tendo se notabilizado com o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick. O 8 de outubro de seu

nome refere-se à data em que o guerrilheiro Ernesto (Che) Guevara foi assassinado na Bolívia.

PCBR – O **Partido Comunista Brasileiro Revolucionário** foi criado em 1968 por dirigentes do PCB de grande prestígio, entre os quais o historiador Jacob Gorender, o jornalista Mário Alves e o ex-militar Apolônio de Carvalho, herói da guerra civil espanhola. O PCBR era forte no Rio de Janeiro e no Nordeste

Os nacionalistas

Exilado em Montevidéu, o ex-governador Leonel Brizola passou a ser o ponto de referência da luta contra a ditadura nos primeiros anos após o golpe. Em torno dele surgiram organizações de perfil nacionalista, majoritariamente integradas por militares cassados.

MNR – O **Movimento Nacionalista Revolucionário**, criado em 1965, foi responsável pela implantação de um foco guerrilheiro na serra de Caparaó, desmantelado pela Polícia Militar de Minas Gerais em 1967, sem disparar um único tiro.

MAR – O **Movimento Armado Revolucionário** surgiu após o fracasso do MNR, notabilizando-se por ter organizado, em 1969, a fuga espetacular de seis presos políticos da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio, e pela tentativa de estabelecer um foco guerrilheiro em Angra dos Reis.

Os trotskistas

Vladimir Lênin e Leon Trotsky foram os dois principais líderes da Revolução de 1917, que criou a União Soviética no território do antigo Império Russo. Lênin morreu em 1924, seguindo-

se uma luta interna pelo poder na qual Trotsky não conseguiu se impor. A União Soviética passou a ser governada por Josef Stalin que perseguiu todos os adeptos de seu rival. O próprio Trotsky foi assassinado por um agente de Stalin em 1940 no México, onde estava exilado

IV Internacional – Organização fundada por Leão Trotsky na França, em 1938, para coordenar os partidos que seguiam sua orientação em diversos países. Desde a morte de Trotsky, a IV Internacional tem passado por vários momentos de luta interna, dividindo-se em diferentes frações. O nome IV Internacional remete a três outras organizações marxistas de caráter internacional. A I Internacional nasceu em 1864, com o nome Associação Internacional de Trabalhadores. A II Internacional, de 1889, reunia os partidos socialistas. A III Internacional, criada após a revolução de 1917, reunia os partidos comunistas.

POR-T – O Partido Operário Revolucionário – Trotskista foi criado em 1953, em São Paulo, como seção brasileira da IV Internacional. Em 1962, quando o Bureau Latino Americano rompeu com a direção europeia da IV Internacional, o POR-T passou a seguir a orientação do argentino J. Posadas, sendo seus militantes por vezes chamados de posadistas.

Organização Comunista 1º de Maio – Dissidência do POR-T surgida em 1966, em São Paulo.

Fração Bolchevique Trotskista – Dissidência do POR-T criada no Rio Grande do Sul, em 1968

POLOP – A Organização Revolucionária Marxista Política Operária foi uma tendência trotskista surgida em 1961, desvinculada do POR-T. Após o golpe, a POLOP passou a defender a luta armada de molde guerrilheiro, mas vinculada a um trabalho mais amplo e longo, com ação política voltada ao movimento operário e estudantil. Acabou perdendo metade de seus militantes, que queriam a guerrilha em curto prazo.

VPR, Colina e VAR-Palmares – A **Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)** surgiu em São Paulo em 1966, a partir da junção de dissidentes da POLOP e militares de esquerda, sobretudo sargentos, decepcionados com o nacionalismo brizolista. No ano seguinte, nascia em Minas Gerais o **Comando de Libertação Nacional (Colina)**, também reunindo dissidentes da POLOP e militares brizolistas. As duas organizações vão se unir em 1969, constituindo a **Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)**. Fizeram parte da VAR-Palmares a presidenta Dilma Roussef (vinda do Colina) e o capitão Carlos Lamarca (vindo da VPR)

OSI e Libelu – A **Organização Socialista Internacionalista (OSI)** nasceu em 1976, a partir da fusão de grupos trotskistas, com destaque para os ex-posadistas Fração Bolchevique e Organização Comunista 1º de Maio. Constituiu-se em importante corrente do movimento estudantil, no qual se apresentava sob o nome **Liberdade e Luta (Libelu)**. A OSI era ligada ao Comitê pela Reconstrução da IV Internacional, com sede em Paris. Deu origem ao grupo **O Trabalho**, hoje uma das correntes internas do PT.

Liga Operária, Convergência Socialista, PSTU – A **Liga Operária** nasceu em 1972, como seção brasileira de uma das tendências da IV Internacional, a que tinha como dirigente o argentino Nahuel Moreno. Em 1978, deu origem à **Convergência Socialista** que teve importante papel no movimento operário do ABC e na fundação do PT. Em 1992, a Convergência Socialista foi expulsa do PT. No ano seguinte, seus militantes criaram o **Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)**, que nas eleições de 2010 obteve 84 mil votos.

Os maoistas

PC do B – O Partido Comunista do Brasil nasceu em 1962, reunindo militantes de perfil stalinista do PCB. Aproximou-se da China e de seu líder, Mao Tsé-Tung, assumindo a ideologia maoista. Foi responsável pelo maior movimento guerrilheiro desencadeado no Brasil da ditadura, a guerrilha do Araguaia, dizimada entre 1972 e 1974. Atualmente, o PCdoB é um partido legal, tendo eleito 12 deputados federais e dois senadores nas eleições de 2010.

Ala Vermelha – Dissidência do PCdoB, foi organizada em 1967 por militantes que defendiam a luta armada contra a ditadura e criticavam a inação do partido. Ao contrário do que pensavam os dissidentes, o PCdoB naquele momento já estava preparando a guerrilha, mas só a Comissão Executiva sabia disso. A direção do partido preferiu perder parte de seus militantes a revelar esse segredo e pôr em risco as operações no Araguaia.

Os católicos

A partir de 1950, surgiram cinco organizações juvenis vinculadas à Igreja. A **JAC** (Juventude Agrária Católica) reunia jovens do campo, a **JEC** (Juventude Estudantil Católica) voltava-se aos estudantes secundaristas, a **JOC** (Juventude Operária Católica) atuava nas fábricas, a **JUC** (Juventude Universitária Católica) agia nas universidades. Parte desses jovens acabou fugindo ao controle da hierarquia católica, vindo a participar das lutas da esquerda nos agitados anos 60.

AP – A Ação Popular nasceu em 1962, a partir de organizações juvenis católicas, com predominância da JUC. Dominou o movimento estudantil até o início dos anos 70, tendo se incor-

porado ao PCdoB em 1973. Vários líderes da AP vieram a ter destaque na política brasileira após o fim da ditadura, entre eles o senador Cristóvam Buarque.

APML – Ação Popular Marxista Leninista foi o nome adotado pela AP a partir de 1971, marcando assim seu afastamento das concepções cristãs. A APML sobreviveu à incorporação ao PCdoB, reorganizada por militantes que não acataram a decisão da cúpula dirigente. Nos anos 80, incorporou-se ao PT.

Outras organizações importantes

UNE – A União Nacional dos Estudantes, fundada em 1937, representa os estudantes brasileiros do ensino superior. Tem exercido papel importante em grandes mobilizações ocorridas desde então, como as manifestações exigindo a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942) ou a campanha pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor (1992). Foi extinta pela ditadura, em 1964, tendo funcionado clandestinamente até 1973, quando seu presidente, Honestino Guimarães, foi assassinado pela repressão. Ressurgiu em 1979.

PTB – O Partido Trabalhista Brasileiro foi criado em 1945, sob inspiração de Getúlio Vargas, como legenda destinada a atrair o voto do operariado urbano. Tinha forte ligação com os sindicatos e apoio do Ministério do Trabalho, tendo organizado grandes mobilizações em apoio ao governo Goulart. Foi extinto pela ditadura em 1965. Outro PTB foi criado em 1980, sem as características de seu antecessor.

CGT – O Comando Geral dos Trabalhadores foi uma organização de coordenação do movimento sindical criada em 1962 e proibida com o golpe de 1964. Teve grande importância nas mobilizações pelas reformas de base, durante o governo de

João Goulart. O CGT era controlado por sindicalistas ligados ao PCB, em aliança com a ala esquerda do PTB

Siglas do golpe e da repressão

Cenimar – O **Centro de Informações da Marinha**, criado em 1957, transformou-se em órgão de repressão e assassinato durante a ditadura. Sua sede na Ilha das Flores, no Rio, foi um dos mais importantes centros de tortura do país.

CCC – O **Comando de Caça aos Comunistas** surgiu em 1963, reunindo estudantes direitistas, militares e policiais vinculados à repressão. Foi o mais conhecido grupo terrorista de direita, notabilizando-se pela batalha com os estudantes que ocupavam a Faculdade de Filosofia da USP e o ataque aos atores da peça *Roda Vida*, as duas ações ocorridas em São Paulo, em 1968

CIA – A **Central Intelligence Agency** é o órgão de espionagem e operações clandestinas do governo dos Estados Unidos. Teve papel fundamental na desestabilização do governo Goulart e na articulação do golpe. Após 1964, colaborou com a repressão política da ditadura

CIE – O **Centro de Informações do Exército**, criado em 1967, especializou-se na espionagem dos chamados “inimigos do regime”, tendo conseguido infiltrar agentes em organizações de esquerda. Do CIE (junto com os DOI-Codi) saíram os militares responsáveis por atentados à bomba nos anos 70 e 80.

DOI-Codi – Cada Codi (**Centro de Operações de Defesa Interna**) tinha por função coordenar as ações de repressão no âmbito estadual. A ele estava subordinado um DOI (**Destacamento de Operações de Informação**) responsável pelas prisões, torturas e assassinatos. Os DOI-Codi foram implantados em nove Estados, sendo o maior deles o de São Paulo

DOPS – Os **Departamentos de Ordem Política e Social** foram criados a partir dos anos 1920, subordinados aos governos estaduais. Foram muito utilizados como órgãos de controle e re-

pressão a movimentos políticos e sociais, sobretudo nos primeiros anos da ditadura. O DOPS de São Paulo foi extinto em 1983.

IBAD – O **Instituto Brasileiro de Ação Democrática** foi uma instituição anticomunista criada por empresários em 1959. Atuou na preparação do golpe de 1964, recebendo apoio e dinheiro da CIA para financiar candidatos conservadores e para campanhas de propaganda contra João Goulart. Foi extinto em 1963, por decisão judicial, após investigações que comprovaram suas atividades ilegais.

OBAN – A **Operação Bandeirantes**, inaugurada em São Paulo em 1969 com discurso do governador Abreu Sodré, foi o primeiro ensaio de centralização das atividades dos órgãos de repressão. Com base nessa experiência foram criados os DOI-Codi a partir do ano seguinte.

SNI – O **Serviço Nacional de Informações**, criado em 1964, foi o mais poderoso órgão de espionagem da ditadura, com escritórios espalhados por todo o país, representantes nos órgãos públicos e empresas estatais. Habitualmente seus agentes não se envolviam diretamente na repressão, limitando-se apenas à coleta de informações. O chefe do SNI tinha status de ministro e muito poder. Dois deles chegaram à Presidência da República: Emílio Médici e João Figueiredo.

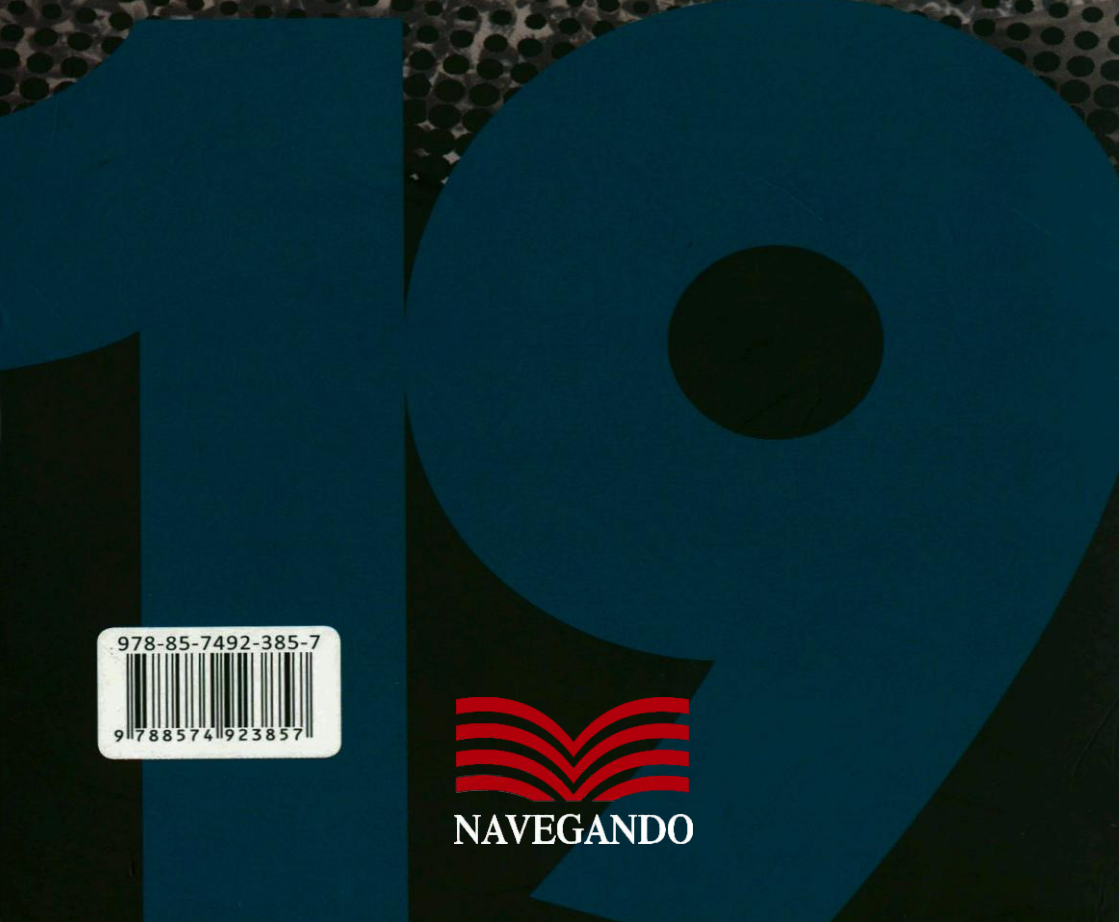
Esperamos que esse livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Título 1964: o golpe que marcou a ferro uma geração
Organizadores Barnabé Medeiros Filho
Páginas 279
Formato A5
1ª Edição Junho de 2018

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil



978-85-7492-385-7



9 788574 192385 7



NAVEGANDO